

05

ISSN 2182-6560

2018-2019



ubimuseum



A MISERICÓRDIA DO FUNDÃO 500 ANOS DE SOLIDARIEDADE

**REVISTA ONLINE
DO MUSEU DE LANIFÍCIOS
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**



ubimuseum

REVISTA ONLINE
DO MUSEU DE LANIFÍCIOS
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

CONSELHO EDITORIAL

António dos Santos Pereira
Donizete Rodrigues
Elisa Calado Pinheiro
Jorge Manuel Raimundo Custódio
José Amado Mendes
José Manuel Lopes Cordeiro
Manuel José Santos Silva
Maria José Ferro Tavares
Rita Salvado

FICHA TÉCNICA

Título

ubimuseum – revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

Coordenador

António dos Santos Pereira

Propriedade e Editor

Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior
Rua Marquês d'Ávila e Bolama, 6201-001 Covilhã – Portugal
Tel. + 351 275 241 411 | E-mail. muslan@ubi.pt
www.museu.ubi.pt | www.facebook.com/museu.delanificios

Secretariado

Helena Correia
muslan@ubi.pt

Conceção gráfica e web ubimuseum nº5

LabCom.IFP – Comunicação Filosofia e Humanidades
www.labcom-ifp.ubi.pt

Imagem da Capa: Santa Casa da Misericórdia do Fundão, 2017.

ISSN

2182-6560

Normas editoriais

Deve acompanhar a colaboração proposta: uma breve resenha biográfica do autor, com a instituição de pertença, o e-mail e telefone e a direção de contacto.

São aceites textos em Português, Inglês, Espanhol e Francês.

Os artigos devem apresentar cinco palavras-chave e um resumo com 100 palavras e não podem exceder os 35.000 caracteres. As notas devem ser apresentadas no fim do texto, antes das referências bibliográficas.

As referências devem seguir o sistema de Harvard, último nome do autor, data da publicação e número da página e. g. (Pereira 2003: 125).

As referências bibliográficas completas devem aparecer no fim de acordo aos exemplos seguintes:

Almeida, Fernando de (1964). *Aras Inéditas, Igeditanas, Dedicadas a Marte. Um Templo de Marte, em Idanha-a-Velha*. In *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. 3ª Série, 8: 65-73; Pereira, António dos Santos (2003). *Portugal. O Império Urgente*, 2 vols.. Lisboa: INCM. Vicens Vives, J. (1984). *A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII*. In António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime: Colectânea de Textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



Museu de Lanifícios
Universidade da Beira Interior

Editorial

ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA

Universidade da Beira Interior, Museu de Lanifícios

University of Beira Interior, Wool Museum

Academia Portuguesa da História

Portuguese Academy of History

asp@ubi.pt

Este número da *ubimuseum* torna públicas, numa primeira parte, as atas do congresso *A Misericórdia do Fundão: 500 Anos de Solidariedade*, realizado naquela cidade nos dias 3 e 4 de março de 2017 e, numa segunda parte, os artigos que, entretanto, coligimos para compor o n.º 5 daquela e de que damos nota adiante:

Iª PARTE

No que concerne às atas daquele memorável congresso, propomos uma sequência temática, cronológica e territorial das comunicações, para uma mais proveitosa leitura que foge da ordem que foi seguida naquele evento que, todavia, indicamos para que o testemunho fique completo. A abertura do evento mereceu as palavras do Sr. Provedor, Dr. Jorge Gaspar e da Presidente da Academia Portuguesa da História, Prof. Dr.^a Manuela Mendonça e coube ao Prof. Dr. António dos Santos Pereira a conferência inaugural, que intitolou “Em nome da Vida: a Santa Casa da Misericórdia do Fundão”. No decorrer da tarde do dia 3 de março, apresentaram as suas comunicações o Prof. Dr. Joaquim Candeias da Silva, a Prof. Dr.^a Maria da Graça Vicente, Clara Vaz Pinto, a Prof. Dr.^a Joana Balsa Pinho e a Mestre Mónica Gonçalves, tendo sido moderados pelo Prof. José Brito e pelo Mestre Miguel Nascimento. Na manhã de 4 de março, os museólogos João Mendes da Rosa, Joana Bizarro, Mestre Pedro Salvado em duas circunstâncias, o Prof. Dr. Ricardo Silva, o Prof. e Médico António Lourenço Marques, o Prof. Dr. João Cosme, a Prof. Dr.^a Maria de Deus Manso, por si e pela colega Prof. Dr.^a Leonor Seabra, e o Mestre José António Martins cumpriram com o programa, tendo apresentando notáveis comunicações. Foram moderadores o Prof. Dr. Angel Barrio e o Prof. aposentado Padre Américo da Encarnação Vaz. Os debates foram esclarecedores e a adesão do público fez encher sempre

a sala, onde se realizaram as conferências. Na qualidade de relator, testemunhamos todos os atos com o maior proveito, e fizemos a respetiva síntese com um muito obrigado a todos os que quiseram estar presentes ou participaram de qualquer forma. Assim, agradecemos aos membros da Comissão Científica, à Ex.ma Sr.^a Presidente da Academia Portuguesa da História, Prof. Dr.^a Manuela Mendonça, e ao Professor Dr. Victor Serrão, pelas preciosas colaborações que nos foram dando. Foram diversas, mas qualificadas as prestações dos membros da Comissão Executiva. Merecem o nosso reconhecimento a Doutora Madalena Sena e o Dr. Vítor Cunha, pelos trabalhos excelentes de Design, o Prof. José Brito, pela qualificada moderação de algumas comunicações e pelas intervenções oportunas, a Dr.^a Alice Rosa, Coordenadora Geral da Santa Casa da Misericórdia, pela atenção inexcelável em todo o processo. O acompanhamento mais constante, antes, durante e depois do Congresso, coube a Dulce Gabriel, sempre oportuna. Agradecemos também à Sr.^a Arquiteta Leitão pelo esmero nos meios do Gabinete de Comunicação e Marketing postos à nossa disposição durante o Congresso. Um agradecimento também particular, às duas técnicas superiores do Museu Lanifícios, parceiro neste projeto, a Dr.^a Helena Correia e a Dr. Joana Dias, que nos acompanharam no ato. O Sr. Vice-Provedor, Miguel Nascimento, foi a alma do Congresso, seu inspirador e mobilizador. Uma palavra final à Academia de Música e Dança do Fundão que esteve presente na abertura do Congresso e nos fez sentir quanto a arte nos eleva. A um nível muito alto, estiveram todas as comunicações cujos textos em forma de artigo seguem adiante e que introduzimos em breves súmulas.

Para além das palavras de abertura do Congresso 500 Anos da Misericórdia do Fundão, **António dos Santos Pereira** apresenta o contexto da fundação desta e fornece algumas notas sobre a sua atuação ao longo dos séculos com os recursos de que tem disposto, conferindo como aquela notável instituição tem honrado os seus compromissos até aos nossos dias, alargando sempre o espaço da sua atuação.

A comunicação de **António Lourenço Marques Gonçalves** traz-nos uma preciosa e modelar síntese sobre a instituição hospitalar desde os seus primórdios que caracteriza na respetiva missão. Observa os seus prenúncios na Grécia Antiga e em Roma, particularmente aqui, pelos finais do século IV. Depois, assinala como aquela se adequou ao essencial da mensagem cristã ao longo da Idade Média e adquiriu uma arquitetura magistral. Finalmente, dá-nos também uma súmula magistral sobre a Misericórdia e o Hospital do Fundão e faz referência a uma inaugural Unidade de Cuidados Paliativos aqui instalada.

O texto da comunicação de **Maria da Graça Vicente** resulta da persistente investigação da autora sobre a região de “Entre Zêzere e Tejo na Idade Média”, abrangendo o território do que vulgarmente é conhecido como Beira Baixa, trazendo à colação as novidades que a sua tese de doutoramento proporcionou e informando-nos sobre as diferentes instituições assistenciais que remetem pelo menos ao século XIII.

O académico **Joaquim Candeias da Silva** tem o mérito de precisar conceitos e elaborar enquadramentos para a historiografia das Misericórdias em particular a do Fundão, que nos fez reunir. Assumiu também o dever de esclarecer todo o histórico das fundações quatrocentistas e quinhentistas, em muitos casos, envoltas em mito. A organização de um roteiro destas instituições no território do espaço do distrito de Castelo Branco merece os nossos encómios. Porém este douto investigador esmiúça as datas mais prováveis da fundação destas instituições em particular a do Fundão de forma cuidadosa. São estes os caminhos da História e dos Historiadores na procura da verdade, independentes da vontade dos responsáveis das instituições que sempre fazem comemorar as efemérides inscritas, com o bom intuito de renovar a memória dos acontecimentos benfazejos, mas sem preocupações do acerto das datas para o caso pouco relevantes. Notória, neste

estudo, a indagação sobre a genealogia de Fernando Pessoa que o autor tem levado a cabo e o faz entroncar em Gaspar Pessoa da Cunha, um dos trisavôs do poeta nascido no Fundão em 30 de março de 1746.

O conceituado docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Prof. Dr. **João Cosme**, trouxe à colação uma panorâmica das misericórdias portuguesas na entrada para a segunda metade do século XVIII feita a partir dos levantamentos sistemáticos do património referenciado nas Memórias Paroquiais corroborando algumas informações e trazendo a novidade de outras, relevando o caso de serem as províncias do Alentejo e da Estremadura as que primeiramente anuíram à multiplicação da instituição e conferindo a sua competência financeira.

Pedro Miguel Salvado e Joana Bizarro vão aos primórdios do povoamento d'entre a Gardunha e a Estrela, subindo o Monte de S. Brás, sobranceiro à cidade do Fundão em séria investigação arqueológica e mostram-nos ali algumas das primeiras marcas humanas mais elaboradas da Cova da Beira, percorrendo depois documentalmente a luta do homem pela saúde na expressão coletiva em que agrega energias terrestres e celestes de que os santos terapeutas são a melhor expressão. Fica aqui um rico imaginário que honra o Museu em que trabalham e uma análise oportuna da bula com que Paulo V quis precisar a missão assistencial da Misericórdia do Fundão e os privilégios a que os seus irmãos acediam. Percebemos também que a insistência no imemorial culto de S. Brás significava a legitimação do mesmo na esfera da Misericórdia retirando-lhe, portanto, as dimensões pagãs a que a religiosidade popular sempre recorre. Nesta colaboração, os autores confirmam mais uma vez as virtudes explicativas de um saber confluyente em síntese em que todas as disciplinas, que deixo por ordem alfabética, colaboram: Antropologia Cultural, Arqueologia, Geografia e História.

Pedro Miguel Salvado retomou em outra comunicação e texto a missão de documentar a intervenção histórica da Misericórdia do Fundão na coletividade de onde emergiu trazendo à colação o respetivo compromisso de meados do século XX. O domínio de vários saberes permite a este autor a descoberta dos pontos de encontro de várias esferas laicas, religiosas, individuais e sociais, onde se perfaz a identidade dos povos. Percebemos que a fundação da Misericórdia do Fundão, dois séculos antes do respetivo município, deu àquela o realce que hoje ainda tem na cidade, daí a amplitude da sua intervenção nesta. A extensa intervenção do autor fica aqui como uma peça relevante para a futura construção da História do Fundão.

Joana Balsa Pinho, doutora em Arte, Património e Restauro pela Universidade de Lisboa (2013), fez o mais aturado estudo da documentação do Arquivo da Misericórdia do Fundão em particular a partir dos seus livros de receita e despesa para nos informar das intervenções que ao longos dos tempos foram feitas na e pela Casa da Misericórdia do Fundão. Destacamos a preocupação de definir os conceitos e enquadrar as intervenções feitas tanto ao nível do património arquitetónico como móvel e imaterial nesta instituição desde os seus primórdios. A extensa lista de intervenções feitas na Casa da Misericórdia deve permitir retomas para a História Económica deste espaço beirão, designadamente para as séries de preços e salários.

Clara Vaz Pinto revisita o projeto de musealização da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (SCMF), que levou a cabo há três décadas, percorrendo os diversos temas que então contemplou, "Obras de Misericórdia", fundação, instalações, compromissos e estatutos, procissões e enterros e acrescentando agora as festas e perspetivando a atualização daquele tendo em conta as novas valências daquela em resposta às necessidades sociais dos nossos dias como são os casos do centro de dia e lar, creche, jardim infantil, atividades de tempos livres e exploração agro-pecuária. Neste trabalho, fica também demonstrada a

importância do tratamento do arquivo desta instituição para o melhor conhecimento das dinâmicas da História da Cova da Beira.

Mónica Gonçalves aborda a vida e a obra do reputado pintor fundanense, José da Cunha Taborda, revalorizando-o, através de um novo olhar, dizendo-nos que Cunha Taborda é considerado um dos melhores pintores da corte de D. João VI.

O mestre e doutorando José António Martins trouxe-se-nos uma primeira visão sobre as misericórdias do Reino do Algarve e da respetiva diocese, com sede primeiramente em Silves e depois em Faro, em uma atenta e minuciosa ação de vigilância da respetiva obra, com a precisão e a preocupação da verdade histórica, como tem sido seu timbre, realçando a ação de D. Fernando Martins Mascarenhas, que tem estudado no âmbito do doutoramento, cuja dissertação desenvolve.

A epopeia dos pobres, enjeitados, de Macau aparece-nos na comunicação das Professoras **Leonor Diaz de Seabra** e **Maria de Deus Manso**. Aquela fez uma abordagem exaustiva da pobreza e da assistência em Macau no seu doutoramento que se reflete na extensa comunicação de ambas que esta apresentou em síntese. É um trabalho precioso tanto para a história das instituições e da assistência no império como para a económica e social e do género e dos edifícios no território de Macau. Fica confirmada a Misericórdia como a mais importante instituição histórica, em simultâneo portuguesa e cristã, de Macau, inicialmente no modelo da de Lisboa, posteriormente com as especificidades goesas. As informações que aqui nos são aportadas sobre algumas figuras de vária índole são preciosas para a elaboração de prosopografias das figuras mais ou menos relevantes localmente. Porém, em destaque, fica a ação incomparável da Misericórdia no âmbito assistencial, demonstrando as cumplidades e a perceção de que as camadas mais abonadas da sociedade moderna, particularmente a mercantil, demonstram da necessidade de projetos coletivos para a sobrevivência e reprodução social. Do que não pode haver dúvida é da honestidade da instituição Misericórdia como também fica demonstrado para o caso macaense.

Ricardo Silva traz-nos uma análise minuciosa do investimento artístico na Misericórdia do Sardoal, que no passado abria as portas da Beira a quem vinha de Litoral pelo vale do Tejo, demonstrando o envolvimento dos mestres de obras mais qualificados a operar no reino em meados de Quinhentos dada a proximidade de Tomar e cuja inspiração chegava aqui. Parece-nos muito interessante observar como as redes de mestrias e respetivas influências cobriam as necessidades de construção nos espaços do centro do país e a influência que tanto Tomar como Coimbra mantinham no período assinalado, e até onde chegava a cantaria proveniente das mais qualificadas pedreiras da Estremadura, Tomar, Coimbra, Cabeços das Mós, notando-se as vias por onde se fazia o transporte.

IIª PARTE

O número 5 da *ubimuseum* reúne para além das atas do congresso dito acima, em que o Museu de Lanifícios foi parceiro, um conjunto de artigos que, entretanto, fomos reunindo de acordo à sua missão e projeto editorial de aprofundamento da história da Covilhã e da região em todas as vertentes patrimoniais.

A Prof. Doutora **Elisa Pinheiro** traz à colação a importância da figura de José Mendes Veiga (1762-1817), cujo bicentenário do falecimento o Museu de Lanifícios comemorou em sessão promovida em 23 de novembro de 2017, em que foi conferencista, e teve a participação de Joana Lopes Dias, incumbida ao tempo do levantamento das efemérides dignas de comemoração institucional. É um precioso contributo para perceber a trajetória de vida de uma das figuras mais relevantes para a industrialização da Covilhã num período

de alteração e mudança a vários níveis. Realçamos a conferência das raízes cristãs-novas deste empreendedor dispersas pelas principais localidades da Beira Interior: Guarda, Fundão, Sabugal, Monsanto, Melo, Belmonte, Penamacor, Idanha e Covilhã.

Nós apresentamos em dois artigos dois momentos da Covilhã, o primeiro em 1883, em que um novo apocalipse, como o de 1598, parece comprometer a sua sobrevivência no futuro. Em poucos meses, particularmente nos meses de outono daquele fatídico ano, uma epidemia de varíola ceifa um milhar de vidas nas vertentes serranas em particular nos lugares de mais sólido compromisso industrial, permitindo-nos perceber a estrutura dos diferentes lugares. O segundo, duas gerações depois, em 1922, percebemos uma Covilhã renascida como um dos principais polos industriais do país a apontar as linhas do futuro às suas elites.

Terminamos esta apresentação com uma palavra de apreço à Professora Doutora Ângela Prestes Veiga dos Santos, docente do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior, que pronta e graciosamente fez a tradução para inglês dos títulos, resumos e palavras-chave de todas as colaborações.



Fonte: Santa Casa da Misericórdia do Fundão, 2017.

Em nome da vida, a Misericórdia do Fundão: abertura e contexto

*In the name of life, the Mercy of Fundão:
openness and context*

ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA

Universidade da Beira Interior, Museu de Lanifícios

University of Beira Interior, Wool Museum

asp@ubi.pt

RESUMO

O texto presente reúne a nossa alocução na abertura do *Congresso 500 Anos da Misericórdia do Fundão* e as notas que a propósito reunimos para a preparação das sessões do mesmo e conclusão. Move-nos a condição humana, a descoberta na história dos momentos maiores do respeito pelo homem, percebemos o incremento do humanismo a partir do século XV em simultâneo à fundação das misericórdias, instrumentos práticos de atuação duma sociedade com mais meios na melhoria dos cuidados assistenciais junto dos deserdados, desamparados e doentes em um movimento de sentido positivo que dura até aos nossos dias, fazendo daquelas os exemplos mais emblemáticos das instituições do atualmente dito Terceiro Setor.

PALAVRAS-CHAVE

Condição humana, Fundão, Hospital, Misericórdia, Personalismo.

ABSTRACT

The present text brings together our address at the opening of the *Congresso 500 Anos da Misericórdia do Fundão* and also the notes we purposely collected for the preparation of both its sessions and conclusion. We are moved by the human condition, and the discovery in the history of the greater moments of respect vis-à-vis the human being enabled us to understand the increase of humanism from the fifteenth century onwards, which is concomitant with the foundation of the mercies, working as practical instruments of action in a society with more means available for the improvement of assistant care with the disinherited, the helpless and the sick in a positive movement that has lasted up to now thus turning them in the most emblematic examples of the institutions of the current so-called Third Sector.

KEYWORDS

Fundão, Hospital, Human Condition, Mercy, Personalism.

1. ABERTURA DO CONGRESSO

A condição humana tem movido e deve mover primordialmente quem reflete e faz filosofia, quem aprofunda a leitura dos textos sagrados e faz teologia, quem constrói narrativas romanescas ou sobe à esfera da poesia e da arte, quem investiga e faz ciência e particularmente deve centrar a discussão no espaço público, reger a atividade política e absorver-nos na totalidade quando fazemos História, a mestra da cidadania, mais ainda se o nosso igual sofre por circunstâncias negativas que devemos denunciar para tornar positivas. Há, pois, tanto uma dimensão dialética e teórica fundamental, como outra prática de representação e mobilização para a ação, necessárias nesta matéria que tem como referência essencial a pessoa humana no seu compromisso individual e coletivo. No Ocidente, a condição humana remete aos primeiros textos sagrados judaico-cristãos, à mitologia e à filosofia grega, à alegoria da caverna de Platão, aos clássicos romanos como Sêneca e outros, aos *Moralia in Job* de S. Gregório Magno, a toda a tradição escolástica medieval e em particular ao franciscanismo, ao humanista Pico della Mirandola e aos modernos, até ao século XIX. O tema ganhou atualidade, no século XX, entre outras fontes, no romance *La Condition humaine* de André Malraux, em 1933, e em todo o movimento artístico modernista Entre Guerras, e depois no ensaio *Human Condition* de Hannah Arendt em 1958, para não aportar agora aqui os existencialistas ateus, como Sartre, Camus e Simone de Beauvoir, ou os cristãos, como Kierkegaard, Jaspers e Gabriel Marcel, e os personalistas, como Jacques Maritain, Emanuel Mounier e o nosso Alçada Baptista, de quem somos tributários. A “Condição Humana” fez o lastro do Concílio Vaticano II, designadamente na constituição *Gaudium et Spes* de 7 de dezembro de 1965 e é ela que nos sustenta.

No pensador/político francês, Malraux, tomamos a «consciência de uma solidão última que só a fraternidade mitiga», nas palavras que repetimos de Jorge de Sena, seu tradutor para português (SENA, J., 2001: 7). Pela arte de Magritte, conseguimos ir além da representação e pensar a mesma realidade na sua mais certa verdade, sempre mais dolorosa e complexa do que a podemos ver. Na filósofa judia, Hannah Arendt, percebemos a importância da vida ativa, em particular do caráter decisivo da capacidade de pensar em liberdade, dada a vulnerabilidade a que a mesma está sujeita. Nos filósofos e teólogos proponentes do existencialismo, recuperamos a dignidade do ser em todas as suas dimensões e, portanto, acreditamos neste como uma séria versão do humanismo. Por seu turno e a um outro nível, o mais alto para o crente católico, a *Gaudium et Spes* é um documento profético com uma historicidade e atualidade mais óbvia hoje do que em 1965 quando asseverava de forma pleonástica, dado o surto comunicacional: «Multiplicam-se assim sem cessar as relações do homem com os seus semelhantes, ao mesmo tempo que a própria socialização introduz novas ligações, sem no entanto favorecer em todos os casos uma conveniente maturação das pessoas e relações verdadeiramente pessoais (“personalização”）」 (PAPA PAULO VI, 1965).

Em nosso entender, a avocação do personalismo ao concílio Vaticano II fazia-se com a discretíssima censura de alguns pressupostos teóricos nascidos ao longo do século XIX, que o *Syllabus* e a encíclica *Quanta Cura* de Pio IX tinham condenado explícita e vigorosamente. Com efeito, as utopias liberais e as socialistas do século XIX, proponentes de ideários progressistas, deixaram escapar nos seus interstícios as expressões da superioridade rática, de classe e de outros coletivos, perniciosos a prazo, como seita e corporação, e não deixaram de estar comprometidas no sustento das decisões que levaram aos massacres humanos da primeira e segunda guerras mundiais e ainda hoje deixam rastros de sangue e ignomínia, matando inocentes em toda a parte ou comprometendo o direito à justiça de cada ser humano em si ou na sua dignidade intrínseca. Também era óbvia a percepção que

as grandes metrópoles geradas pela sociedade industrial tinham acumulado civilização e opulência, mas também anonimato e miséria, tédio e desespero individuais.

Acresce que, depois da II Guerra Mundial, o mundo ficou em transe por se terem começado a acumular arsenais nucleares em vários pontos do planeta, indícios trágicos de potencial desastre fatal para a humanidade, mesmo que, entretanto, também aumentasse uma maior sensibilidade à vida. Com efeito, desde a década de sessenta, esta tem sido bem percebida no seu todo de ecossistema. Entre nós, a edição de *Fundamentos de Ecologia*, de Eugene Odum pela Fundação Calouste Gulbenkian continua bem-sucedida desde 1959. Em 2001, ia na sexta edição. Entretanto, o nosso amigo Leonardo Boff, depois da Teologia da Libertação de incidências político-sociais, sustentava a Ecoteologia de sentido planetário e cósmico, aportando, à espada de Dâmocles do nuclear e da dominação, todas as outras misérias planetárias, designadamente as climáticas, com o mérito de, entretanto, voltar a centrar todo o debate no *Livro do Génesis*: «O Senhor criou o homem e colocou-o no jardim do Éden para o cultivar e, também, para o guardar» (Gn. 2, 15). O teólogo brasileiro mostrava-se o digno herdeiro das recomendações que o conterrâneo Érico Veríssimo deixara em 1938 em *Olhai os Lírios do Campo*, um manifesto que deixamos aqui pela atualidade que tinha então e mantém nos nossos dias ao propor:

Congregar os homens-de-bona-vontade partidários do pacifismo e determinar a cada um a sua tarefa, tendo em vista que todos, desde o artesão mais humilde até o intelectual mais reputado, podem prestar serviços à causa dentro do raio da sua atividade. Devem-se usar as armas do amor e da persuasão. Fugir sempre a toda e qualquer violência, mas saber opor à violência uma coragem serena. Mobilizar todas as forças morais e utilizá-las na guerra à guerra e aos outros males sociais. Fazer que os homens de espírito-são, desinteressados e lúcidos, subam aos postos de governo e fiquem senhores da situação. Educar as crianças, procurando dar-lhes desde o jardim-de-infância uma consciência social. Procurar influir em todos os meios de publicidade moderna: literatura, cinema, teatro, imprensa, rádio, fazendo o “boycott” de tudo quanto é mau e vicioso. Não esquecer que o exemplo individual é uma poderosa arma de propaganda. Estar disposto ao sacrifício e nunca fugir à luta. Dar assistência eficiente à infância. Encher o país de escolas, hospitais e dispensários. Conseguir aos poucos a socialização da medicina (VERÍSSIMO, É., 1944: 225-226).

De facto, foi entre os literatos que se representaram os mais belos e os mais agrestes cenários. Se relermos *A Cidade e as Serras*, a última obra do nosso Eça de Queirós, notamos bem representada, na transição do século XIX para o XX, a tragédia de um homem envolto em sucessivas teorias esotéricas, incapaz de fazer do espaço urbano mais civilizado um lugar de felicidade, atulhado que estava de benesses civilizacionais, mas sem um sentido humano e social evidente. Há naquele romance a representação da tragédia humana e a via parenética que Eça não desdenhou e o fazem merecer tanto Gil Vicente, como António Vieira. Nesta peça de maturidade do nosso romancista, são evidentes as propostas do regresso ao espaço campesino, entretanto civilizado, e da vivência do amor e do carinho no âmbito familiar, como as melhores saídas de uma crise que a segunda revolução industrial favorecia no espaço europeu com dimensões políticas e morais negativas nunca antes sentidas, mas com expressão filosófica ao mais alto nível, no pessimismo de Schopenhauer e niilismo de Nietzsche, e respostas no mundo operário com a intensidade dramática do anarquismo, que nenhuma guerra resolveria. Estes dois filósofos alemães influenciarão ainda mais a nossa primeira geração moderna de Mário de Sá Carneiro e Fernando Pessoa, que abordaremos em outro contexto (PEREIRA, A.S., 2018). Também já desenvolvemos em que mais do que Salazar foram os nossos homens de cultura que viveram entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda, que afastaram Portugal desta, a mais trágica (PEREIRA, A.S., 2017). Insistimos, agora, nas duas condições da pertença ao escol da intelectualidade: a luta permanente contra a indiferença perante o outro e

o encontro de sentido para a vida quando esta parece querer cair no vazio. O respeito pela vida em todas as suas manifestações, o que também é dizer a morte, movera há quinhentos anos os fundadores das primeiras misericórdias, contemporâneas do auge do movimento que vulgarmente apelidamos Humanismo, na expressão filosófica, e Cristocentrismo, na expressão teológica. Nós entendemos que o humanismo aconteceu, como ideário dos ideários, no preciso momento em que foi possível iniciar a confluência dos valores universais abstratos no concreto humano e perspetivar a vida quotidiana no seu melhor à face da terra, então ainda a descobrir e a libertar de medos na forma positiva como fora encarado pelo augustinismo e pelo franciscanismo. Como são luminosas as imagens que do tempo nos chegaram: a casa, a mesa, o corpo, a natureza em celebração! As obras de misericórdia devem ser percebidas como um hino à vida, celebrando-a, de forma positiva: pela salubridade contra a falta de higiene, de alimentos e habitação; pela urbanidade, contra a abjeção e a inclemência dos tempos; pela liberdade, contra a escravatura e as servidões; pela esperança, contra a pobreza, o desespero e a exclusão; pela partilha e cooperação no enriquecimento individual e coletivo, contra a ganância, o oportunismo, o açambarcamento e o entesouramento ilícitos; pela piedade, contra a jactância ou a exposição da morte; sempre, pela dignidade, sem atender a gradientes sociais, apenas focadas, as ditas obras de misericórdia, no maior respeito pelo ser humano e pela sua boa memória, depois de consumado o tempo de cada um à face da terra, na realidade da morte biológica individual, mas também na verdade da permanência da virtude de cada ser que fica na sociedade e no cosmos para a eternidade. Além da cidadania, a nossa outra condicionante de historiadores, de facto, é a verdade, que nos torna úteis em um mundo em que a mesma foi sempre muito difícil de estabelecer, mas particularmente hoje em que se constroem cenários para satisfazer narrativas, individuais ou coletivas. Comprazem-se alguns naquilo que apelidam pós-verdade ou narrativa de conveniência que afinal poucas novidades traz a Maquiavel: o que importa é atingir e manter o poder e os fins justificam os meios.

No primeiro verso d' *Os Lusíadas*, a mais importante narrativa da portugalidade, Camões responde à questão da utilidade da História. Compreendemos que esta assinala e faz justiça aos que deram a vida pela causa pública, aos que foram além da praia do egoísmo e serviram os outros, que é dizer a pátria, e mereceram dos vindouros «a mais profunda e íntima saudade e admiração», como já foi deixado por escrito no passado para os irmãos desta Santa Casa da Misericórdia do Fundão e no presente nos congrega também a tal sentimento (CUNHA, A., 1925: 2, n.1). Confirmamos aqui o que repetimos em cada ano letivo na primeira aula: ao tomar como objeto de trabalho as instituições, a História procede à consolidação horizontal e vertical da sociedade, e nesta verticalidade faz luz em particular sobre os elos geracionais que a sustentam e de certa forma substitui nas sociedades laicas dos nossos dias, as funções do texto sagrado antigo que sabemos se importava com a cronologia e a genealogia. A verticalidade faz-nos aceitar a instituição Misericórdia do Fundão criada no século XVI, mas, no espírito e na prática, podemos percebê-la nos primórdios da nossa Era quando um primeiro portador da Boa Nova contrapôs, neste aprazível lugar de entre serras, a misericórdia à impiedade e deu como eleitos (Mt. 25, 31-36) os que partilhavam o pão com os famintos, visitavam os doentes e os presos e abrigavam os peregrinos. Seguramente, na estrada romana que cortava este território havia uma pousada, muito perto ou no lugar onde hoje estamos. O homem é acumulação e permanência. Faltando arquivo, cabe aos nossos arqueólogos o testemunho. Todos sabemos que os arquivos só abundam depois do século XVI, sobretudo pela imposição dos registos paroquiais pelo concílio de Trento. Hoje, é possível perceber, nos sucessivos corpos de uma Misericórdia, a história das famílias que ali se responsabilizaram pelo bom desempenho da instituição no tempo. Não há melhores exemplos que os Pereira e Cunha, aqui no Fundão nos séculos XIX e XX e, no último quartel deste, o

Padre Mário Gonçalves, que tão bem conhecemos e tantos outros, aos quais a História, que agora entra em campo, assinalará em nome da cidadania cristã. Um interessante número de doações testamentárias por parte de figuras abonadas da sociedade fundanense confirma a boa imagem da Misericórdia do Fundão. Do que não pode haver dúvidas é da ação decisiva, em 1976, de um eixo beirão na constituição da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e na perceção da sua importância na sociedade do futuro em que as instituições do terceiro setor, não dependentes do Estado e não direcionadas ao lucro, são determinantes no progresso humano e social dos nossos dias.

Além da consolidação geracional familiar, devemos notar a consolidação institucional em que a Misericórdia colabora. Não nos parece haver dúvidas quanto à importância dos franciscanos de Nossa Senhora do Seixo neste burgo beirão até à revolução liberal como aqui vai ser demonstrado e das irmãs hospitaleiras e do Seminário do Fundão que urge revitalizar no sentido certo da Modernidade. A Misericórdia cumpriu e cumpre um amplo serviço social, cultural e financeiro, que sustentou uma das economias mais prósperas da Beira, a do Fundão. Foi também ela que tutelou outras confrarias com funções menos abarcantes como a Confraria dos Passos, desde cedo, e se comprometeu a agir em cooperação com as misericórdias de Alpedrinha e da Soalheira como consta no artigo 2º do compromisso datado de 1949, onde também se informa da vastidão da sua ação em hospital, albergue, colégio, centro de assistência social, com lactário e creche-jardim, fazendo coincidir a sua intervenção com o território do extenso concelho. A cooperação com a Câmara Municipal do Fundão e as Juntas de Freguesia confirma esta consolidação social e também cultural. A abertura à Universidade da Beira Interior e vice-versa eleva a colaboração a níveis ainda a explorar nos âmbitos académicos e científicos como agora se prova.

Finalmente, o estudo das misericórdias permite-nos conferir a eterna luta da vida contra a doença e a morte e observar os seus sucessos e insucessos em alguns períodos e perceber os porquês. É possível calcular a taxa de sucesso perante a doença ou de insucesso perante a morte. Desceremos adiante aos pormenores da História. Aqui, porque me coube a honra desta abertura, quero deixar apenas alguns dos temas que nos movem e em sùmula justificam o trabalho que esperam de nós. A nossa condição de investigadores das Ciências Sociais e Humanas impõe-nos defender a vida com a maior qualidade possível, perceber a religiosidade e o sofrimento das coletividades, das famílias e dos indivíduos, sem nunca tornar este um fim, dar dignidade ao quotidiano do homem, celebrar as dimensões artísticas que nos elevam à esfera do divino e em particular desenvolver as formas solidárias nos momentos mais trágicos da condição humana, aqui, no Fundão, na Lusofonia, e em toda a parte.

2. O CONTEXTO DOS “QUINHENTOS ANOS” E ALGUMAS NOTAS DE AÇÃO DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO

Não temos dúvida que, há quinhentos anos, havia uma Misericórdia no modelo da de Lisboa a atuar no espaço fundanense, então integrado no concelho da Covilhã. Finalmente, fez-se luz quanto à fundação da Misericórdia de um dos mais importantes concelhos do Reino, o da Covilhã, que então abrangia grande parte do atual território hoje inscrito no Município do Fundão. A dimensão de uma das então maiores aldeias do Reino e a distância impuseram aqui a réplica das principais instituições municipais, antes de ser vila e sede concelhia, como já demonstramos, portanto, também, da Misericórdia, quase sempre estabelecida muito perto da Câmara. Havemos de notar mesmo alguma apreensão dos responsáveis concelhios covilhanenses perante o sentido de autonomia da povoação fundanense, bem antes de 1746, quando tal dignidade foi aqui estabelecida

institucionalmente. Sabemos agora que a Misericórdia da Covilhã estava fundada em 10 de novembro de 1511 pela confirmação feita por D. João III em 1542 (ANTT e PAIVA, J. P., coord., 2004: vol. 3, p. 289). Em 1512, também eram privilegiados os que pediam esmolas para a instituição, os ditos mamposteiros (ANTT e PAIVA, J. P., coord. 2004: vol. 3, p. 292). Os peditórios destes podiam estender-se até seis léguas da vila, em 1514, logo vinham até aqui ou podiam mesmo estar estabelecidos no Fundão (ANTT e PAIVA, J. P., coord. 2004: vol. 3, p. 308). Por seu turno, a Misericórdia de Castelo Branco já estava fundada em 1514, quando D. Manuel a mandou dotar com os bens das confrarias de S. Tiago, Santo André e S. João de Castelo Branco (AMCB e PAIVA, J. P., coord., 2004: vol. 3, p. 308) e sabemos que, em 1520, recebia três arrobas de açúcar da Madeira, pagas na Casa da Mina em Lisboa (ANTT. NA: n° 16). Não temos dúvida, pois, da cobertura deste espaço beirão pela nova instituição mobilizadora da assistência no modelo dos novos estatutos da Misericórdia de Lisboa que chegaram cedo a este espaço urbano entre serras, decerto impressos, pelo mesmo correio que os trouxe a Castelo Branco e à Covilhã. Obviamente também percebemos, há muito, o dinamismo económico e social que as terras fundanenses revelavam nas primeiras décadas do século XVI de que já fizemos eco em outra ocasião particularmente no contexto das comemorações dos quinhentos anos dos Descobrimentos Portugueses. Também informámos sobre o dinamismo dos cristãos-novos estabelecidos no Fundão, mas capazes de frequentarem os diferentes portos do Reino, secos e molhados, em mercancia e deixámos nota sobre a fundação do Convento de Nossa Senhora do Seixo, confirmando uma devoção mariana aqui instalada, porventura desde que as terras do extenso concelho da Covilhã se devotaram tanto a Nossa Senhora d'Alâmpada, como da Estrela e da Luz em tempos que remontam aos princípios da nacionalidade ou mesmo antes.

Desde cedo, veremos as populações do novo país Portugal que nascia a Ocidente a estabelecerem nos principais lugares albergarias e hospitais para os pobres e peregrinos, talvez a reativar as instituições muçulmanas similares, particularmente nos lugares atravessados pelas grandes vias de comunicação, algumas que vinham desde os tempos remotos da dominação romana como eram os casos das que atravessavam o Fundão. Os responsáveis dos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* supõem a fundação de uma misericórdia nesta localidade, nos devidos termos, entre 1568 e 1578 (PAIVA, J. P., Coord., 2005: vol. 4, p. 302). Não há dúvidas que a mesma funcionava em 1582 (ANTT e PAIVA, J. P., Coord., 2005: vol. 5, p. 75). O diploma dos diplomas que privilegia os irmãos desta misericórdia é, no entanto, uma bula do papa Paulo V, datada de 5 de julho de 1619, que consta no seu arquivo (MONTEIRO, J.A, 1964: 1-2 e 4 e CORREIA, M.A. 1971: 25-29 e PAIVA, J. P. coord., 2006: vol. 5: 64-65).

Nós percebemos que a publicação do compromisso da Misericórdia de Lisboa tinha antecedido localmente a sua implementação nos seus precisos termos confirmando como um dos maiores investimentos civilizacionais a invenção da imprensa no século anterior no sentido de normalização e intensificação das melhores práticas no Mundo Ocidental. A publicação dos regimentos dos oficiais concelhios e outros da administração régia e das Ordenações corrobora o que levamos dito. Nos anos anteriores a 1516, os homens da governança da grande vila da Covilhã tinham percebido o facto e diligenciado a criação da sua Misericórdia no modelo lisboeta, com a noção de que também convinha, na tradicional autonomia no serviço de Deus, do Rei e do Povo, uma instituição similar, na sua maior aldeia para lá do rio Zêzere e da ribeira da Meimoa, nas faldas norte da Gardunha fronteira.

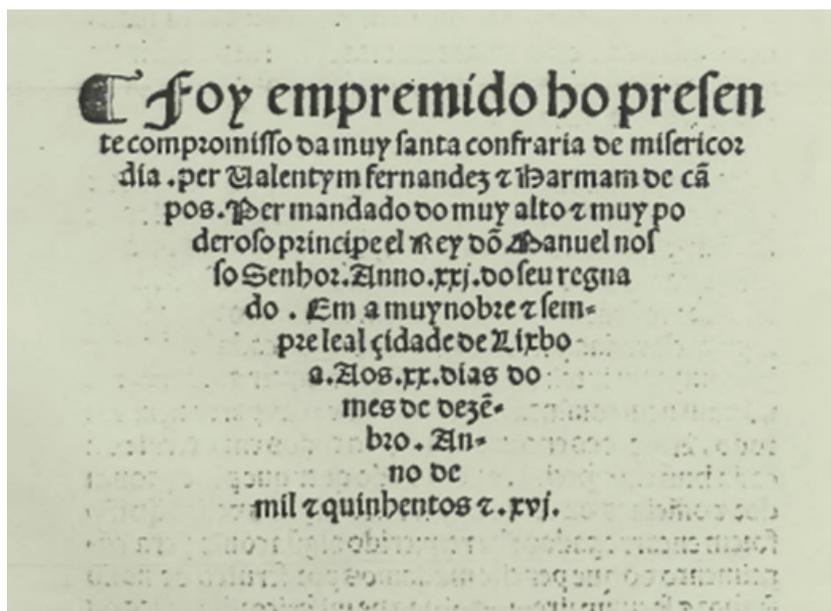


Fig. 1 – Cólófon do Compromisso da Misericórdia de Lisboa, 1516 dezembro 20

Quinhentos anos depois, 2016 foi o ano das Misericórdias aqui, na Cova da Beira, na cidade do Fundão, onde se reuniram cerca de 700 pessoas, no XII Congresso Nacional da União das Misericórdias, que perante o envelhecimento demográfico propôs como seu lema: «dar vida aos anos». Como há meio milénio importou retirar a presença permanente da morte dos lugares públicos e dar sepultura aos justicados, importa agora demonstrar que os espaços de conforto da velhice não são túmulos antecipados, mas lugares de vida com formas de completude.

Um grande número de referências patrimoniais na Beira como nos restantes espaços portugueses provém das Misericórdias tanto na arquitetura, como na escultura, na pintura, e obviamente nos fundos documentais competindo por vezes com os municípios em dimensão e qualidade. Do que levamos dito, concordamos, pois, na ideia de que as Misericórdias foram no Ocidente, e particularmente em Portugal, os instrumentos que mais contribuíram para a consolidação social horizontal e vertical das comunidades, dando nos últimos cinco séculos sinais positivos ao mundo, colaborando no sentido progressivo de eliminar as situações de impiedade, fruto da guerra e da violência em geral, das inclemências da natureza e da doença, da velhice e das desigualdades. Através das Misericórdias, a religião cristã acentua a sua natureza humanista, responsabilizando os leigos nas dimensões sociais e em particular assistenciais. A sua ação fez desaparecer gradativamente as manifestações de impiedade nos lugares de execução das penas desde os finais do século XV e hoje colabora na eliminação de outras mazelas sociais de forma mais geral nas ruas e nas casas das nossas terras, trazendo a estas a alegria da condição humana, na expressão cristã, de assumida no divino. Consideramos notável a informação que transparece dos estatutos aprovados nos primórdios do segundo quartel do século XVIII que, na ainda aldeia, houvesse uma certa pressão de entrada de irmãos na confraria ultrapassando os cento e quarenta então estabelecidos como número limite, estabelecendo regras para as novas entradas (AMF, 1726). Então, a joia de entrada era fixada em 2.000 réis para os filhos de irmãos e em 4.000 réis para os restantes. Todavia se tivessem mais de quarenta anos teriam de contribuir com a substancial quantia de 20.000 réis. Não nos parece estranho que o bispo da Guarda tenha proibido o prior do Fundão de se intrometer como pretendia nos assuntos da Misericórdia local em finais do século XVII (CORREIA, M. A., 1971: 198-200). Com efeito, tal abona a favor do dinamismo desta, que se havia

de manifestar, em particular, na dimensão hospitalar como nos parece óbvio pelas marcas monumentais deixadas e por outras informações dispersas que colhemos e devem ser complementadas em trabalho sistemático de arquivo. Por exemplo, na década de sessenta do século XIX, dos mais de mil doentes entrados, faleceram cento e cinquenta e um, portanto, uma taxa de sucesso de 85% em tempos muito difíceis em que esta frequentemente rondava os 50%. Não devemos também deixar de considerar que os 15% falecidos aqui foram acolhidos com muita caridade e beneficiaram de cuidados paliativos em que atualmente o Fundão é pioneiro. A nossa Beira gerou alguém que há cinco séculos colocou estes em primeira instância e deve tornar-se uma referência nacional e planetária. Com efeito, parece ter sido Amato Lusitano que primeiramente aconselhou os tratamentos para alívio das doenças incuráveis (CERQUEIRA, M., 2010). Por seu turno, o Médico e Professor António Lourenço Marques Gonçalves, que nos honra com uma conferência neste congresso, é um digno herdeiro daquele. Voltando àqueles números de vida e morte, parece estarmos perante uma certa normalidade no que toca a esta não havendo a assinalar um ano epidémico nesta geração de sessenta do século XIX, antes devemos assinalar a salubridade de um lugar capaz de alimentar os seus moradores, defendê-los dos frios inverniais excessivos e dos calores extremos do estio, com higiene suficiente, e sem pântanos multiplicadores da doença. Fica assente, no entanto, que o Hospital da Misericórdia do Fundão era um dos sítios onde a vida disputava com as vantagens possíveis a última batalha contra a morte. Não sabemos em que percentagem aqui se falecia no total dos mortos anualmente no Fundão. Notamos que um século depois, em 1970, apenas 20% dos moribundos falecia no hospital.

No que concerne ao acompanhamento de doentes e moribundos sabemos que em 1818, portanto, ainda antes da Revolução Liberal, naquela instituição havia capelão, médico, e enfermeiro ou hospitaleiro, percebendo todos cerca de 80.000 rs. (ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Beira*, Maço 427, n.º 31966). O cargo de hospitaleiro era mantido no regulamento do hospital em 1860 e competia-lhe um largo número de funções de enfermagem, higiene, manutenção, fiscalização etc. (*Regulamento*, 1860).

| Ano | Doentes | Óbitos |
|--------------|-------------|------------|
| 1860 | 110 | 17 |
| 1861 | 112 | 15 |
| 1862 | 51 | 8 |
| 1863 | 90 | 16 |
| 1864 | 62 | 12 |
| 1865 | 92 | 10 |
| 1866 | 113 | 16 |
| 1867 | 116 | 20 |
| 1868 | 137 | 17 |
| 1869 | 127 | 20 |
| Total | 1010 | 151 |

Quadro 1 – Entrada de doentes e óbitos no Hospital da Misericórdia do Fundão

| Ano | Receita em réis | Despesa em réis |
|------|-----------------|-----------------|
| 1663 | 91.360 | 119.077 |
| 1734 | 220.870 | ? |
| 1818 | 377.530 | ? |
| 1897 | 2.918.000 | ? |
| 1908 | 464.397 | 508.345 |
| 1909 | 464.397 | 508.345 |
| 1910 | 464.397 | 508.345 |

Quadro 2 – Receitas e despesas da Misericórdia do Fundão

Notório é o facto da despesa superior à receita nos mais dos anos, que só é possível pelo equilíbrio conseguido com algumas substanciais doações testamentárias. Antes da Revolução liberal, em 1818, a Misericórdia tinha aplicados em capital 6. 581.400 rs. que rendiam em juros 329.070 rs., portanto, à taxa habitual de 5%, recebendo ainda de foros mais 48.460 rs., em dinheiro, e quarenta e oito alqueires e um oitavo de centeio, dois alqueires de trigo e alqueire e meio de azeite (ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Beira*, Maço 427, nº 31966). A Misericórdia solicitou então ao monarca licença para poder receber a herança deixada em testamento pelo capitão-mor da vila, Sebastião da Cunha Machado, no valor de 2.883.270 rs. e cerca de 800.000 a 1.000.000 de rs. do bacharel Luís Fernandes Barreiros que, finalmente em 1824, é concedida (ANTT, *Chanc. de D. João VI, Doações, Ofícios e Mercês*, liv. 40, fl. 234-234v. PMM, vol 7, p. 157). Porém, a mais notável, no valor de trinta contos de réis, havia de ser feita por José d’Ordaz Caldeira Valladares de Castelo Branco.

CONCLUSÃO

Este congresso sobre uma das mais importantes instituições nacionais de intervenção social humanizada, passados cinco séculos da sua atuação, deve tomar o passado da mesma como motivação do futuro: ser mais e melhor, descobrir e propor novas vias assentes no princípio dos princípios que nos movem: a dignidade humana. Percebemos hoje esta comprometida com o planeta no seu todo. Há poucos espaços em Portugal com a beleza natural do território fundanense. Tudo devemos fazer para continuar naturalmente assim, mas, como há cinco séculos, não podemos deixar de fomentar a consolidação da vivência comunitária assente na defesa e melhoria da condição humana intervindo no paradigma das Misericórdias no todo social.



Fig. 2 – Nossa Senhora da Luz no Fundão em 1913

FONTES

AMF, 1726, setembro 29, Fundão – *Estatutos da Misericórdia do Fundão. Arquivo da Misericórdia do Fundão – Estatutos de 1726* (no cofre), rosto e fls. 1-21v.

ANTT, *Chanc. de D. João III*, liv. 32, fl. 20v. 1511, novembro 10, Lisboa – Alvará estendendo à confraria da Misericórdia da vila da Covilhã os mesmos privilégios e liberdades outorgados anteriormente à de Lisboa. Em confirmação de 17 de janeiro de 1542, in PAIVA, J. P., coord., (2004). *PMM*, vol. 3, p. 289.

ANTT, *Chanc. de D. João III, Doações*, liv. 52, fl. 66v-67, 1512, maio 10, Lisboa – D. Manuel I concede alvará à Misericórdia da Covilhã, para que os mamposteiros gozem de certos privilégios e liberdades. Confirmado por D. João III, a 5 de maio de 1530. PAIVA, J. P., coord., (2004). *PMM*, vol. 3, p. 292.

ANTT, *Chanc. de D. João III*, liv. 52, fl. 65v, 1514, dezembro 29, Lisboa – Alvará concedido por D. Manuel I à Misericórdia da Covilhã, pelo qual a autorizava efetuar peditórios na vila e seu termo e num território de seis léguas ao seu redor. Confirmado por D. João III, em 5 de maio de 1530. In: PAIVA, J. P., coord., (2004). *PMM*, vol. 3, p. 308.

ANTT, *Chanc. de D. Filipe I, Doações*, liv. 6, fl. 121-121v, 1582, julho 30, Lisboa – Alvará régio ordenando ao provedor da comarca de Castelo Branco que mande avaliar uma propriedade que entesta na parede da Misericórdia do Fundão, para que o provedor e irmãos a possam comprar, para dar vasão às águas que durante o Inverno danificam essa parede: In: PAIVA, J. P., coord., (2006). *PMM*, vol. 5, p. 75.

ANTT, *Chanc. de D. João VI, Doações, Ofícios e Mercês*, liv. 40, fl. 234-234v. PAIVA, J. P., coord., (2008). *PMM*, vol 7, p. 157.

ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Beira*, Maço 427, n° 31966

ANTT. NA (*Núcleo Antigo*), n° 16, Registos de Leis e Regimentos de D. Manuel I, fl. 171-174: 1520, abril 24, Évora – Regimento que o rei D. Manuel I deu aos oficiais e tesoureiros da Casa da Mina sobre as ordinárias de açúcar que deviam ser pagas a certos conventos, misericórdias, hospitais e recolhimentos.

AMCB (Arquivo da Misericórdia de Castelo Branco) – Cx. doc. avulsos, doc. 1, fl. 1-1v. (doc. lacerado). 1514, fevereiro 16, Almeirim – Provisão para o ouvidor do Mestrado de Cristo se informar das rendas das confrarias de S. Tiago, Santo André e S. João de Castelo Branco, para dispor delas a favor da Misericórdia desta vila. In: PAIVA, J. P., coord., (2004). *PMM*, vol. 3, p. 305.

BIBLIOGRAFIA

CERQUEIRA, M. (2010). *As dinâmicas do processo de cuidados face ao sofrimento: as intersubjetividades de quem cuida e é cuidado*. Disponível em URL: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3614/2/ulsd60757_td_Maria_Cerqueira.pdf consultado em 10 de fevereiro de 2018.

CUNHA, Alfredo da (1925). *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*. Porto: Oficinas de O Comercio do Porto.

CORREIA, Manuel Antunes (1971). *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (séc. XVI, XVII e XVIII)*. Coimbra: [s.n.], p. 25-29.

MONTEIRO, José Alves (1964). Documento notável: bula do papa Paulo V na Misericórdia do Fundão. In: *Novidades letras e artes*. Suplemento do jornal Novidades. 17 Agosto de. 1964, pp. 1-2, 4;

ODUM, Eugene. *Fundamentos de Ecologia*. Lisboa: FCG, 2001. Em rede <https://ferdesigner.files.wordpress.com/2010/11/fundamentos-de-ecologia-odum.pdf>

PAIVA, J. P., coord., (2005). Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 4. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesa e Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

PAIVA, J. P., coord., (2006). Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 5. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas e Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

PAIVA, J. P., coord., (2008). Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 7. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas e Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

PAPA PAULO VI (1965). Gaudium et Spes, em rede, http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html (consultado a 9 de fevereiro de 2018).

PEREIRA, António S. (2017). O tempo de Ferreira de Castro (1898-1971). In Ferreira de Castro: 100 anos de vida literária, 91 - 122. ISBN: 978-989-8689-06-1. Porto: Fundação Eng. António Almeida.

PEREIRA, António S. (2018). *Os Livros e as Leituras Plurais de Fernando Pessoa*. In Portugal /Brasil /PALOP : Relações Culturais, 13 - 53. . Lisboa: Colibri.

Regulamento do Hospital da SCM do Fundão (1860), Lisboa, Typographia M. Jesus Coelho.

SANTA CASA DA MISERICORDIA (Lisboa). *O Compromisso da Confraria da Misericórdia*. Lixboa: per Valentym Fernandez e Harmam de Ca[m]pos, 1516. <http://purl.pt/27090>.

SENA, Jorge de (2001). «Prefácio». In: MALRAUX, André. *A Condição Humana*, Lisboa: Edição Livros do Brasil, pp. 5-10.

VERÍSSIMO, Érico (1944), *Olhai os Lírios do Campo*, 11^a ed., Porto Alegre, Edições da Livraria do Globo e *O Tempo e o Vento*, Lisboa: Livros do Brasil.



Hospital Real de todos os Santos: azulejos do Museu da Cidade, em Lisboa
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (www.scml.pt/pt-PT/santa_casa/historia/).

Hospital e Misericórdia: desafios, convergências e oportunidades

*Hospital and Mercy:
challenges, convergences and opportunities*

ANTÓNIO LOURENÇO MARQUES

Universidade da Beira Interior, professor e médico
University of Beira Interior, professor and medical doctor
almargom@gmail.com

RESUMO

Inserir-se a história do Hospital do Fundão no espírito original que norteou o aparecimento dos hospitais e os fez desenvolver. A medicina mais antiga prescindiu destas instituições, mas coube ao cristianismo, cerca do século V, a sua invenção. As obras de misericórdia, que representam a corporificação da atenção material e espiritual que os cristãos devem dedicar ao próximo, contêm os valores que permitiram edificar tal obra maior, ao longo de séculos, no Ocidente. A própria arquitetura hospitalar, incorporando um claustro para a presença estreita da igreja, foi a solução fecunda. O Hospital do Fundão, mesmo nos anos recentes, continuou a refletir fidelidade a esses princípios originários, sendo exemplo a criação de um serviço pioneiro para doentes incuráveis, os Cuidados Paliativos, em 1992.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura hospitalar, História hospitalar, Hospital do Fundão, Misericórdia do Fundão, Unidade de Cuidados Paliativos.

ABSTRACT

The history of the Fundão Hospital is inserted in the original spirit that guided the appearance of the hospitals and contributed to their development. The earliest medicine dispensed with these institutions, but Christianity came to its invention about the fifth century. The works of mercy, which represent the embodiment of the material and spiritual attention that Christians must dedicate to their fellow man, contain the values that have made possible such a great work throughout centuries, in the Western world. The hospital architecture itself, incorporating a cloister to the narrow presence of the church, was the fruitful solution. The Fundão Hospital, even in recent years, continued to reflect loyalty to these original principles, including the creation of a pioneering service for incurable patients, Palliative Care, in 1992.

KEYWORDS

Hospital architecture, Hospital history, Hospital of Fundão, Mercy of Fundão, Palliative Care Unit.

Os hospitais são uma medida da civilização.
(TENON, J. 1788, in: LINDEMANN, M. 2002: 120)

1. O CRISTIANISMO COMO FORÇA ORIGINAL NA FUNDAÇÃO DOS HOSPITAIS

No Ocidente, a instituição hospitalar, que hoje conhecemos, sofreu ao longo do tempo modificações consideráveis. Foi, nos tempos mais primitivos da sua história, um centro de práticas religiosas e asilo de pobres; depois, um local, em grande medida, identificado com a morte dos doentes pobres; e, só mais modernamente, assumiu o papel predominante de prestação de serviços específicos destinados a curar ou a controlar as doenças, vindo a ser também um local privilegiado para instalação da tecnologia médica, para investigação clínica e para a formação dos profissionais de saúde (COCKERAM, W. C., 2002: 286). Nos seus primórdios, prevaleceram as motivações religiosas. Infelizmente, poucos testemunhos físicos dos seus exemplares mais antigos resistiram ao desgaste implacável do tempo.

O hospital não existia até à civilização cristã. O *asclepión* da antiga Grécia, por exemplo, é às vezes referido na linha da evolução dos hospitais do Ocidente, mas não há verdadeiras afinidades (PORTER, R. ed., 1996: 208). Os templos de Asclépio, o deus grego da medicina, eram santuários e ao mesmo tempo sanatórios. Os doentes podiam aí fazer determinados tratamentos, sob a direção dos sacerdotes, mas não se pode falar em hospitalização no sentido de permanência dos doentes para tratamentos de cura. De facto, foram os romanos o primeiro povo ocidental a fundar instituições com fins médicos, embora esta inovação também não tenha tido continuidade. Os *valetudinaria* romanos, que datam do tempo de Augusto, o imperador que viveu entre 63 a.C. e 14 d. C., foram locais para receber escravos ou militares doentes (RIERA, J. 1985: 379). Eram construções com numerosas celas, muito pequenas, dispostas em forma de retângulo. Os futuros hospitais vão ter uma arquitetura diferente, a qual foi determinada pelas imposições religiosas.

Consideram os historiadores que o início dos hospitais propriamente ditos tem raízes no cristianismo, sendo a Igreja a sua matriz inicial. Como exemplo da forma mais primitiva de um hospital aponta-se o *xenodoquio* de Pammachio, que existiu no Porto de Roma, pelo ano 398 d. C. Classicamente, aponta-se Fabíola como a fundadora de um grande hospital pioneiro, em Roma, no ano 400 (RIERA, J., 1985: 381). Há uma relação entre o significado do termo grego, *xenodochium*, e o termo latino *hospes*, donde deriva a palavra hospital (MARQUES, A.L., 2000: 128). Ambos significam hospitalidade. De facto, a hospitalidade (*xenodochium* e *hospes*) era um dos principais deveres dos homens livres das civilizações da Grécia e de Roma. Negar pousada a qualquer peregrino ou viajante desconhecido considerava-se um ato impiedoso. Logo que os forasteiros chegavam exaustos à casa do hospedeiro, eram recebidos, primeiro, com a oferta de água para se lavarem e, depois, com uma refeição para se retemperarem. Só a seguir era lícito perguntar o nome do desconhecido. Criava-se a partir dessa altura o chamado *vínculo hospicial*, pelo qual o hóspede ficava ligado ao hospedeiro, com laços permanentes, criando-se uma relação que tinha em vista garantir que o auxílio e o socorro passassem a ser recíprocos, e com vigência para o futuro. Era uma obrigação que se transmitia, inclusive, aos descendentes, e que tinha também efeitos em tempo de guerra, obrigando ao respeito mútuo, caso hóspede e hospedeiro se encontrassem em campos opostos. *Xenodochium* foi a palavra que se utilizou correntemente como sinónimo próximo daquilo a que se passou a chamar hospital, até à Idade Média (LEISTIKOW, D., 1967: 10).

No cristianismo, um dos princípios centrais é o dever de cada um se preocupar pelo próximo. É este preceito do amor ao próximo que inspirou a criação de instituições destinadas a materializar a ajuda espiritual e material aos necessitados. Na cultura grega, a *physis* era um conceito que significava que a ordem natural era algo imanente à própria natureza e que essa ordem podia ser compreendida pela razão. Para o cristianismo, porém, a ordem das coisas, e também a ordem social, era uma determinação superior, que correspondia à vontade de Deus. Decorria desta crença básica uma consequência fundamental: o respeito pela igualdade de todas as pessoas, e daí o interesse pelos pobres, pelos peregrinos, pelos doentes e pelas pessoas mais frágeis, assumindo a Igreja o dever de ter uma atenção especial para com eles. As obras de misericórdia, que concretizam a atenção material e espiritual, que os cristãos dedicam ao próximo, refletem este entendimento. Na sua origem, a assistência aos doentes pobres foi essencialmente uma obra de caridade. Não foi o princípio da justiça que determinou tal necessidade. O Estado não se envolveu. Eram os sacerdotes, e não os médicos, os verdadeiros agentes das práticas destinadas aos doentes, nesses locais. Acresce que o cristianismo foi a primeira religião que não considerou a doença como consequência de atos pecaminosos. O doente não era um diminuído, como na cultura grega se considerou (PLATÃO, 1998: 124). A dignidade humana decorria do facto de a pessoa ser uma criatura de Deus e a doença podia, inclusive, acrescentar-lhe méritos, tendo em vista os seus interesses espirituais. Aceitando o sofrimento da vida terrena, o homem habilitava-se por merecimento e por essa via a alcançar a vida extraterrena, que é uma crença fundamental do cristianismo. Nas sociedades pagãs, os doentes incuráveis não eram atendidos. A visão do cristianismo mudou radicalmente esta atitude, passando os doentes incuráveis a merecerem particular atenção. Além disso, a assistência médica devia ser uma atividade desinteressada e os cuidadores não deviam, por exemplo, evitar o risco da própria vida ao tratarem os doentes. Estes foram alguns aspetos muito importantes que solidificaram a nobreza da prestação dos cuidados médicos, no Ocidente. O preceito de aceitar o risco está bem explícito, por exemplo, nos manuais religiosos sobre a preparação para a morte. De acordo ao *Método Prático (...) de assistir aos moribundos* (1815), dos padres camilianos, que trabalharam, por exemplo, no Hospital Real de Lisboa, estes sacerdotes estavam «obrigados a sacrificar a própria vida, quando assim o exigir a necessidade espiritual ou corporal de um enfermo» (P.F.P.C, 1815: 46). Portanto, o objetivo original das instituições, que iniciaram a tradição hospitalar, era o de ajudar todos os necessitados através de uma morada que assegurasse a hospedagem (dormida e alimentação) e os cuidados debaixo de um teto protetor. O objetivo de cuidados médicos exclusivos não existia nestas primitivas instituições. Mas eram muitos os indivíduos que necessitavam de auxílio, desde pobres, velhos, débeis, peregrinos, viandantes, etc., muitos dos quais estavam também doentes.

Tais estabelecimentos, que se ergueram à volta dos templos religiosos ou os integraram, receberam, na Idade Média o nome de hospital, a palavra que tem a tal raiz latina – *hospes*. Mas o mesmo termo (hospital) significava também o lugar onde se «agasalhavam os pobres», *publica pauperum domus*, ou se recebiam os peregrinos, *publicum pauperum perergrinorum hospitium*, ou os doentes, e neste caso podia ter o nome de *xenodochium*, *ptochodochium* ou *nosocomium* (FONSECA, P. J., 1771). Os cristãos consideravam estes locais como casas de Deus, destinadas à proteção dos que necessitavam de auxílio, mas que eram também locais para o exercício religioso. É esta palavra hospital que se conservou até aos nossos dias, nos idiomas europeus, como no português, no francês, “hôpital”, no inglês, “hospital”, no italiano, “ospedale” e no espanhol, “hospital”. Também na língua alemã, a palavra “hospital” foi corrente, simplificando-se no sul da Alemanha, na Suíça e na Áustria pela palavra “spital” (LEISTIKOW, D., 1967: 10). No ambiente monacal foi utilizada também a denominação latina *infirmari*, ou *infirmatorium*, enfermaria em português, para a divisão que acolhia os doentes. Muitos mosteiros, desde o século VI ao

século XIII, integraram uma enfermaria (Gusmão 1948: 37). O espírito religioso destas edificações manteve-se vivo, e ainda hoje, alguns hospitais conservam essa memória. É o caso do “Hôtel-Dieu”, e “Maison Dieu”, em França, “God’s House”, em Inglaterra e “Godshuis” nos Países Baixos (LEISTIKOW, D., 1967: 10).

Como assinalam as lendas medievais, para que alguém fosse considerado indigente ou necessitado tinha que, por motivos de fragilidade corporal ou de idade, não poder assegurar o próprio sustento e ser obrigado a mendigar para sobreviver. A missão universal do hospital era o auxílio a estas pessoas. Os cuidados dos doentes, sem serem indigentes, eram um dever da família e não eram objeto de proteção oficial do Estado. Por conseguinte, nos hospitais encontravam-se, sobretudo, indigentes, na mais ampla aceção da palavra, que esperavam encontrar um teto, sustento, assistência, vestuário e, também, consolo espiritual. De uma forma geral, determinava-se de antemão o número de pessoas que podiam ser acolhidas nessas habitações. As primitivas unidades não tinham mais do que dez, quinze ou, quando muito, vinte e cinco camas. Os moradores do hospital permaneciam nele até à morte, tendo atendimento vitalício. Estas instituições fundadas, regra geral, por bispos mas também por autoridades civis, tinham uma grande visibilidade social e os seus moradores eram obrigados a cumprir estritas regras espirituais. Este foi o facto decisivo para a determinação das formas arquitetónicas dos próprios hospitais (LEISTIKOW, D., 1967: 15).

2. O MODELO ARQUITETURAL

O exemplo mais antigo é a planta em pergaminho do mosteiro de Saint-Gal, na Suíça, documento ainda existente, datado de 820 d. C., aproximadamente, e serviu de modelo para tais construções (LEISTIKOW, D., 1967: 13). A natureza dos edifícios, a sua disposição e as respetivas inter-relações constituíram o modelo ideal que foi reproduzido nos séculos seguintes. Apresenta os edifícios destinados a albergue, a casa dos hóspedes, a casa para os pobres e peregrinos; tem também o hospital dos monges, com cozinha e a sala de banhos; e ainda, a casa das sangrias, a casa dos médicos, a farmácia e o jardim de plantas medicinais. Este conjunto de edifícios de um só andar, em forma de pavilhões, relacionava-se intimamente com a igreja e com a clausura. O aposento de maior importância é o hospital dos monges, denominado *infirmarium ou infirmitorium*, sendo um complexo que reproduz, em menor escala, o esquema da clausura: à volta de um pátio interior retangular encontram-se os aposentos necessários, unidos entre si pelas arcadas do pátio. A enfermaria tinha uma capela própria, havendo uma relação direta com ela e com o altar. O conjunto relacionava-se também com a grande igreja do mosteiro, facto da maior importância, e cuja solução arquitetónica se encontrou precisamente através da construção do claustro comum, com quatro faces ou alas. Esta particularidade arquitetónica prende-se à função espiritual. Era mais importante solucionar esta questão – a relação dos espaços com a igreja, para cumprir as necessidades espirituais dos residentes – do que propriamente desenvolver os aspetos arquitetónicos relacionados com a existência de doentes, e que se traduzissem em vantagens na assistência médica ou nas comodidades dos aposentos, ou até nas condições higiénicas. Este modelo manteve-se estático, precisamente, porque preservava e servia os fins essencialmente religiosos. A arquitetura hospitalar e a arte giraram sempre em volta da mesma questão: os residentes, onde se incluíam os doentes, precisavam de consolo e de ajuda através da fé, e a solução arquitetónica passava pela existência obrigatória da igreja. A invenção do claustro foi, efetivamente, a solução encontrada que teve enorme sucesso (LEISTIKOW, D., 1967: 15). Muitas pessoas pobres e doentes, que o hospital albergava para sempre, face a uma medicina que poucas curas produzia, por si, acabavam por aí falecer. O hospital,

nos séculos XVII e XVIII, associa-se, predominantemente, na opinião pública, a um local onde os pobres morrem.

A partir dos finais do século XVIII, há uma mudança muito significativa nesta evolução. É a partir desta altura que o hospital passa a ser propriamente uma estrutura destinada ao tratamento dos doentes, ou seja, um instrumento cujo objetivo é a cura das doenças (FOUCAULT, M. 2007: 99). Deixa então de ser, em particular, uma instituição do âmbito da assistência aos pobres e desenvolve-se para acolher todos os doentes, sem discriminação, que necessitam de tratamentos de acordo com o estado da arte médica, a qual descola definitivamente das práticas inspiradas na medicina antiga, incipientemente científica, e de fracos resultados. A tecnologia pesada vai fazer o seu aparecimento e o hospital vai ser o local por excelência onde pode ser instalada para uso quase imediato, ao ficar na proximidade dos doentes.

3. O PAPEL DAS MISERICÓRDIAS E O HOSPITAL DO FUNDÃO

Hoje, está bem estabelecido que os hospitais, na história portuguesa, tiveram, nas reformas do século XV e início do século XVI, um processo autónomo (SÁ, I. D. G., 1998: 32), como se verificou no caso do Hospital de Todos os Santos, em Lisboa, construído entre 1492 e 1504, para reunir todos os pequenos hospitais de capela da cidade e seu termo, e ainda no caso da criação do hospital da Rainha D. Leonor, nas Caldas da Rainha. Este processo de reforma veio, no entanto, a convergir com o próprio processo de desenvolvimento das Misericórdias, passando elas a liderar a organização hospitalar na maioria dos casos, representando um fenómeno com características muito particulares, e distinto a nível europeu. Foi um processo complexo, se considerarmos, por exemplo que não foi alheio à questão da apropriação dos bens confiscados aos judeus, ato que se procurou legitimar através da entrega dos mesmos, em parte, às Misericórdias ou aos seus hospitais. Mas a criação destes, um pouco por todo o lado, foi a resposta encontrada para solucionar problemas sociais dramáticos decorrentes do aumento rápido da população, numa economia incipiente e desajustada, com a explosão da população pobre e marginalizada, e com muitos doentes.

No caso do Hospital do Fundão, pouco se conhece sobre os seus primórdios. As leituras existentes aproveitam, em particular, o material do Arquivo da Misericórdia, os livros de receitas e despesas do século XVII, os inventários dos séculos XVIII e XIX, e os registos de receituário dos enfermos, de 1845 (PINTO, C.V, 1991: 16-20). A sua história associa-se ao apoio aos pobres e está profundamente ligada à Igreja. Note-se, por exemplo, a localização da atual capela da Misericórdia, que também foi igreja, contígua à de S. Miguel, sendo construído, ao lado, o hospital velho, construção aliás muito insuficiente e com problemas arquitetónicos significativos, que permitiram a penetração da água da chuva dentro das enfermarias, tendo-se degradado profundamente, em pouco tempo, como se conferia em sessão daquela instituição em 1 de Fevereiro de 1944: «Foi também apreciada a urgente necessidade da construção de um novo hospital, visto que o actual edifício não satisfaz as necessidades do concelho, nem é digno do bom nome da nossa terra» (JORNAL DO FUNDÃO, ED., 1995).

É já na segunda metade do século XX, que o Hospital da Misericórdia do Fundão passa a ter um edifício novo, que é inaugurado, em 1955, na periferia da cidade. Esta construção mantém a capela com acesso interior aos pisos dos doentes. Temos no Hospital do Fundão o exemplo de uma instituição que reflete as linhas essenciais da evolução dos hospitais (JORNAL DO FUNDÃO, ED., 1995). No novo edifício, o hospital privilegia a sua ligação à comunidade, sem distinção de pessoas, dando resposta às necessidades

médicas mais significativas da população de proximidade, a concelhia, instalando especialidades médicas, bloco operatório, maternidade, pediatria etc., atendendo as situações de urgência, desenvolvendo iniciativas de autossustentabilidade e aproveitamento de recursos endógenos, hemoterapia e colheitas de sangue, e instalando as novas tecnologias, radiologia, laboratório etc.. A integração no Serviço Nacional de Saúde, de acordo com a legislação de 1975, separando-o da Santa Casa da Misericórdia, foi no sentido de reforçar as respostas que o Estado assumiu para resolver os problemas relacionados com a saúde dos portugueses, no contexto emergente do 25 de Abril. Houve, então claramente, o reconhecimento da importância deste equipamento hospitalar da Misericórdia e da necessidade de não o deixar estiar, se porventura ficasse fora do movimento geral. A história posterior da sua fusão no Centro Hospitalar Cova da Beira ainda não se pode fazer pelas inúmeras vicissitudes que têm acompanhado este processo, que continua ativo e instável em 2017. Nesta nova fase, até à inclusão no Centro Hospitalar, o Hospital do Fundão veio a desempenhar ainda um papel pioneiro na evolução da medicina portuguesa. O sentimento do amor ao próximo, defendido pelo cristianismo, e constante nos compromissos das Misericórdias, é uma herança absolutamente fundamental, que ficou até aos nossos dias, e que faz parte das características essenciais do hospital moderno: local onde a ajuda aos outros, fragilizados pela doença, é um traço basilar, fundamento indispensável do trabalho do pessoal sanitário. E ainda o seu cunho universalista: o hospital aceita todas as pessoas doentes, sem discriminação de qualquer natureza.

Neste espírito, surgiram as modernas unidades de cuidados paliativos, que são edifícios próprios ou se integram como enfermarias em hospitais gerais. Elas acolhem os doentes incuráveis, sem qualquer discriminação, e o seu objetivo é confortar e otimizar a qualidade de vida dos doentes e famílias, utilizando a medicina para controlar os problemas físicos das doenças e aliviar o sofrimento, mas prestando também outras respostas às necessidades verificáveis, tanto psicológicas, como sociais e espirituais. No Hospital do Fundão, foi criada, em 1992, a primeira Unidade de Cuidados Paliativos portuguesa. Um facto que não deve ser esquecido, mesmo quando os caminhos futuros não são absolutamente lineares, vistos no curto prazo. Os desafios obviamente que continuam, na senda aliás do que foi a história dos Hospitais e das Misericórdias: convergindo, divergindo porventura face à dinâmica das circunstâncias, mas aproveitando sempre as oportunidades de enriquecimento dos seus projetos, em prol das populações que servem.

FONTES

M.S. (Misericórdia do Fundão). Livro de Atas, 1 de fevereiro de 1944.

BIBLIOGRAFIA

Arte e Religião nos Hospitais de Portugal. Edição: Merck Sharp & Dohme, Lda. (sem data).

COCKERHAM, William C. (2002). Sociologia de la Medicina. Espanha: Prentice Hall.

ENTRALGO, P. Lain (1990). Historia de la Medicina. Barcelona: Salvat.

FONSECA, Pedro José da (1771). Dicionario Portuguez, e Latino, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1771.

FOUCAULT, Michel (2007). Microfísica do Poder. Graal.

- GUSMÃO, Artur (1948). *A Real Abadia de Alcobaça*. Lisboa: Editora Ulisseia, Limitada.
- JORNAL DO FUNDÃO, Edit. (1995). *Hospital do Fundão 40 Anos*. Fundão: Jornal do Fundão.
- LEISTIKOW, Dankwart (1967). *Edifícios hospitalarios en Europa durante diez sieclos*. Germany: C.H. Boehringer Sohn – Ingelheim Am Rhein.
- LINDEMANN, Mary (2002). *Medicina e sociedade no início da Europa moderna*. Portugal: Editora Replicação.
- MARQUES, A. L. (2000). *Interdisciplinaridade em Cuidados Paliativos*. In: *Cuidados Paliativos. Dossier Sinais Vitais*. Coimbra: Formasau.
- P.F.P.C. (1815). *Novo Ministro dos Enfermos ou Methodo Pratico de administrar os sacramentos aos enfermos e assistir aos moribundos*. Lisboa: Impressão Regia.
- PIÑERO, J. M. López (2002). *La medicina en la historia. La esfera de los libros*.
- PINTO, CLARA Vaz. *O Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Fundão*. In: *Medicina na Beira Interior – da Pré-história ao Século XX. Cadernos de Cultura*. Castelo Branco (1991): 16-20.
- PLATÃO (1998). *A República*. Portugal: Livros de Bolso Europa América.
- PORTER, Roy, ed. (1996). *Medicine*. Cambridge University Press.
- PORTER, Roy (2002). *Breve historia de la medicina*. Espanha: Taurus.
- RIERA, Juan, (1995). *Historia, Medicina y Sociedad*. Ediciones Pirámide S. A. Madrid.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1998). *A reorganização da caridade cristã em contexto europeu (1490-1600)*. In: *Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno*. Cadernos do Nordeste, Vol. 11 (2): 32.



Pórtico da antiga igreja da Misericórdia de Lisboa

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (www.scml.pt/pt-PT/santa_casa/historia/)

Antes da fundação das Misericórdias: pobreza, assistência e solidariedade no Interior Beirão

*Before the founding of the Mercies:
poverty, assistance and solidarity in
the Beira Interior*

MARIA DA GRAÇA ANTUNES SILVESTRE VICENTE

Centro de História da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa

Centre of History of the Faculty of Letters of the University of Lisbon

Academia Portuguesa da História

Portuguese Academy of History

RESUMO

Grande parte da população medieval vivia no limiar da pobreza. Bastava um mau ano agrícola, a passagem de um grupo armado destruindo culturas, roubando gados, aprisionando homens, uma qualquer epidemia e logo engrossava o rol dos pobres e carenciados. A Idade Média foi, também, por toda a cristandade, uma época de intensa caridade, baseada e impulsionada pelos preceitos evangélicos. Movimento caritativo e assistencial, estimulado pelo ideal de caridade e pobreza, aliado à sentida necessidade de garantir a salvação e enfrentar o dia do Juízo. No território que hoje é Portugal, especialmente nas zonas de maior densidade demográfica, mosteiros, igrejas, grandes senhores e particulares, fundaram diversas instituições para albergar e cuidar de pobres, enfermos, crianças abandonadas, viajantes e peregrinos. O movimento caritativo e assistencial acompanhou os primeiros povoadores da Beira Interior. Enquanto arroteavam campos, construíam casas e igrejas, estes fundaram e organizaram algumas instituições de caridade e assistência de que os documentos nos dão um pálido eco.

PALAVRAS-CHAVE

Assistência, Beira Interior, Idade Média, Pobreza, Solidariedade.

ABSTRACT

Much of the medieval population lived on the poverty line. A bad agricultural year, the passing of an armed group that destroyed crops, stole cattle, imprisoned men or any epidemic were enough to thicken the amount of the poor and needy. The Middle Ages were also throughout Christendom, a time of intense charity, based on and driven by the precepts of the Evangelicals. A charitable and assistance movement, stimulated by the ideal of charity and poverty, coupled with the felt need to guarantee salvation and face the Doom's Day. In Portugal, especially in the most densely populated areas, monasteries, churches, great lords and individuals founded various institutions to house and care for the poor, the sick, abandoned children, travelers and pilgrims. This charitable and welfare movement accompanied the first settlers of Beira Interior. As they ploughed fields, built houses and churches, they also founded and organized some charities and assistance of which the documents give us but a pale echo.

KEYWORDS

Assistance, Beira Interior, Middle Ages, Poverty, Solidarity.

«Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros; que assim como eu vos amei, vós também vos ameis uns aos outros. É por isto que todos saberão que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns aos outros.» (João, 13/34-35)

PREÂMBULO

O tema da assistência é vasto e aliciante e, devo dizê-lo, há largos anos um tema que, modestamente, tenho vindo a estudar, com especial relevo nesta grande região do Zêzere ao Tejo, no período medieval. Um tema vasto e diverso ao longo dos tempos, no entanto imbuído sempre da manifestação daquilo que mais fundo nos toca ou dito por outras pala o que melhor nos distingue como seres humanos – a vivência em comunidade e a nossa capacidade de amar e cuidar. Como ensinou S. Paulo, a caridade bem compreendida começa em cada um de nós, pois estamos inseridos em sociedade. Aptidão e vontade bem manifesta na sociedade portuguesa ainda antes da nacionalidade. Características bem presentes que todos testemunhamos, sob múltiplas formas, num passado muito recente...

A história da assistência e solidariedade social nas suas mais diversas formas tem merecido a atenção não só dos historiadores, mas também dos cientistas de outras áreas do conhecimento. Múltiplos e distintos aspetos interessaram aos estudiosos do social: sob o ponto de vista da pobreza e assistência, da doença e marginalidade social, sendo notáveis os trabalhos apresentados nas *Actas das primeiras jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, realizadas em Lisboa nos finais de setembro de 1972 (JORNADAS, 1974); da prática da assistência, ao nível da criação e administração de instituições e estabelecimentos de acolhimento dos carenciados – albergarias, hospitais, gafarias, mercearias, de que se realçam os trabalhos do médico Fernando da Silva Correia; na definição e origem dos seus conceitos (CARVALHO, J. G. H., 1950); na caracterização e intervenção da Igreja secular, e regular (MARQUES, J., 1996: 23-28 e CAEIRO, F. G., 1973: 219-229), conventos e mosteiros (MATTOSE, J., 1973: 637-670), e de particulares, de todos os grupos sociais, a título individual ou coletivo (COELHO, M. H. C., 1973: 230-257), cabendo ainda lembrar as muitas confrarias de beneficência e ajuda mutua, muito ligadas ao culto dos mortos (TAVARES 1989: 63-81). O fenómeno da assistência, caridade e solidariedade nos seus múltiplos aspetos, tem acompanhado o homem no seu percurso histórico e mantém-se muito atual.

Perante um tão vasto panorama, nestas jornadas comemorativas dos Quinhentos anos da Misericórdia do Fundão, proponho partilhar convosco uma pequena reflexão sobre a pobreza e os pobres: os carenciados a quem a sociedade movida por uma mentalidade profundamente cristã e, baseada no ensinamento de Cristo do amor ao próximo, procurou dar respostas. Vou tentar sintetizar e centrar a minha intervenção em alguns tópicos, essenciais, baseados nos conceitos de pobreza e de pobre no mundo medieval, identificando motivações e realizações, o mesmo é dizer os diversos modos de assistência e caridade, especialmente nestas terras da Beira Interior antes da fundação das Misericórdias.

1. POBREZA E POBRES

Começamos por definir ou tentar definir o que se entende por pobreza, e pobres no ocidente medieval. Para tal, vamos seguir a lição de Michel Mollat, que definiu dois tipos de pobreza: a pobreza voluntária, um modo de vida escolhida por eremitas e monges, os *pauperes Christi* (COELHO, M. H. C., 1973: 232) e, a pobreza involuntária, a mais comum. Para este autor, a pobreza é uma situação permanente ou temporária de dependência e provação, provocando um estado de privação dos bens elementares de saúde, segurança, alimentação etc. necessários a uma vida com dignidade. Designações que encontramos na documentação medieval portuguesa. Obviamente que esse patamar de carência e sofrimento – o limiar da pobreza – não é estanque, evoluindo consoante os tempos históricos e sociedades, onde se verifica. Os estados de pobreza são também eles sentidos e vividos de forma diversa, dependendo da carência e do grupo social onde se está inserido. Assim, à questão quem são os pobres no mundo medieval, a resposta imediata é todos aqueles que de alguma forma, apresentam uma carência de bens materiais, de nascimento, ou por serem portadores de uma qualquer enfermidade física ou mental, ainda que os loucos tenham um papel diferente, ou de velhice e, por isso, rejeitados pela sociedade, de que são exemplo-paradigma os leprosos. Nesta definição de pobre, são englobados aqueles que pertencendo a uma condição social, por vezes até privilegiada, não se podiam manter como tal e, neste caso, encontramos as mulheres, especialmente quando viúvas, mas também os que se viam privados de liberdade, quando cativos pelo inimigo nas lutas com o sarraceno ou cativo nas guerras com os reinos vizinhos, por «maus cristãos», segundo os compromissos da confraria de S. João da Sertã.

Como salientou Maria Helena da Cruz Coelho, na documentação portuguesa, dos séculos XI e XII, os pobres aparecem sempre designados no plural e por outro lado, em muitos casos, são identificadas as causas dessa pobreza pelas designações: os *captivus, leprosis, gaphus, infirmus; miser, indigens, engens; orphanus, pupillus, uidua* ou *advena peregrinus*, e por vezes aqueles, «qui hereditates non habeant» (COELHO, M. H. C. 1973: 233). Pobres são, também, os marginais, prostitutas, bastardos, gafos, aleijados... todos aqueles que vivem nas franjas da comunidade e que de algum modo podiam perturbar a ordem e harmonia da sociedade idealizada pelos pensadores medievos.

2. MOTIVAÇÕES E REALIZAÇÕES

A caridade e assistência não foram uma atitude imediata, mas antes resultado do paciente esforço dos homens da igreja, em especial das ordens monásticas (MATTOSO, J. 1973: vol. II: 637-670), que foram incutindo na sociedade a noção da caridade e prática das obras de misericórdia. A «chamada Regra de Santo Agostinho», adotada pelos Cónegos Regrante (CAEIRO, F. G., 1973. vol. II: 219-229), preconizava, já no século IV, este ideal de pobreza, que os eremitas do deserto levaram ao extremo. No entanto como advertiu Francisco da Gama Caeiro, a espiritualidade das fontes para a elaboração do conceito de pobreza dos religiosos e para as obras de caridade é diferente nas diferentes regras monásticas - regrantes, cistercienses, mendicantes, dominicanos e franciscanos» (CAEIRO, F. G., 1973: 222). É certo que no mundo Antigo se tinham criado instituições para albergar pobres e especialmente crianças abandonadas, mas é no Ocidente Cristão e, especialmente a partir dos séculos XI, XII e sobretudo o século XIII, «o século de ouro da caridade», assim qualificado por Fernando da Silva Correia, que de forma mais intensa se criaram e multiplicaram formas de socorrer doentes e famintos, e os muito desenraizados do mundo rural chegados aos centros urbanos em busca de melhor sorte e, que não raras vezes engrossavam as fileiras dos indigentes e de todos os marginalizados pelo

mundo urbano (CONDE, M. S. A., 1999). José Mattoso enuncia três fases distintas do ideal de pobreza formulado e vivido nos meios monásticos portugueses entre os finais do século XI ao século XIII: a tradicionalista, típica da Alta Idade Média, a fase da época gregoriana e a integração dos ideais das ordens mendicantes no século XIII (MATTOSO, J., 1973: 638).

Encontramos, pois, na primeira linha da assistência a Igreja, secular e regular, contudo reis, rainhas, grandes senhores e particulares movidos pelos preceitos evangélicos acompanharam esse movimento caritativo. Por exemplo, D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, fundou vários hospitais e albergarias no norte de Portugal e, de igual modo D. Brites, mulher de D. Afonso III patrocinou a criação do Colégio dos Meninos Órfãos ou Hospital de Jesus, em Lisboa. As virtudes nada são sem a caridade, sendo com ela que se aperfeiçoam, apregoava Santo António nos seus sermões (CAEIRO, F.G., 1960: t. I, 163 e TAVARES, 1989: 64 nota 3). Ao longo da Idade Média, o pobre tornou-se necessário à salvação, ao ser assimilado a Lázaro, sofredor na terra abençoado no Além. De igual modo assim ensinava Job, que nunca duvidou do socorro divino.

O ideal de pobreza que encontramos nas vidas dos santos: em S. Teotónio que «Socorria os pobres, visitava os doentes, exortava á hospitalidade [...] dava aos indigentes a maior parte do seu trabalho e tudo quanto tinha» (MATTOSO, J., 1982: 304); por sua vez D. Telo, dizia que «os bens nada são sem a doação larga de esmolas e a frequência da oração, para alcançar as beatitudes e a alegria junto de Deus» (MATTOSO, J., 1982: 306, nota 44). S. Teotónio, 1082-1162, talvez nascido em Ganfei, Valência do Minho, foi conselheiro de D. Afonso Henriques nos alvares da nacionalidade e terá mesmo admoestado o jovem rei quando reduziu à escravidão os moçárabes que viviam em Lisboa, após a conquista desta cidade. Terá obrigado o rei a conceder-lhes a liberdade e albergou-os dando-lhe pousada nas dependências do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O arcediogo D. Telo, 1076-1136, foi um dos fundadores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Na vida e milagres de D. Isabel, rainha de Portugal, mulher de D. Dinis encontramos esse ideal caritativo: dar esmolas aos pobres, às emparedadas, tratar enfermos incluindo leprosos (NUNES, J. J., ed., 1921: 42-50). Características que vamos também encontrar na *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira* (FARIA, A.M. (1972). E D. Duarte, rei de Portugal, escreveria no século XV no *Leal Conselheiro* que a esmola era o bem que apagava o pecado (ROQUETE, J. I., ed., 1842: 229, in TAVARES, M. J. P. F., 1989: 65, nota 9). O pobre tornava-se, assim, um agente positivo na sociedade e necessário à salvação dos ricos e poderosos. Na verdade, a pobreza e os pobres, em si, pelo menos nos séculos mais recuados, não aparecem como uma preocupação, mas antes como o meio que possibilitava a prática da caridade cristã. Esmolas que se prolongavam para além da morte através de legados testamentários de que temos exemplos ainda antes da nacionalidade, para pontes, barcas de passagem e fontes, consideradas obras de piedade, pobres, gafos e resgate de cativos. Por exemplo, D. Paio Mendes, entre os anos de 1118 e 1128, antes de ser eleito arcebispo fez doação ao hospital que a Ordem do Templo tinha na cidade de Braga, dos bens que possuía nesta cidade e termo, ficando os templários obrigados a dar dois terços dos frutos para a construção da ponte do Prado. O restante terço, após a construção da ponte destinava-se a cuidar dos pobres. (COSTA, A. J. ed., 1978: t. II: doc. 560: 309-310). D. Urraca Peres pelo seu testamento de 1177 manda que o seu corpo seja depositado no mosteiro de São Salvador e faz doação de bens aos gafos de Guimarães, Braga e Barcelos (PAIVA, J. P., Dir. 2003: vol. II: 493, doc. 234). De outras disposições pias são também exemplo os testamentos dos primeiros reis de Portugal.

O movimento caritativo no mundo medieval traduziu-se ainda na instituição de pequenas unidades de apoio a carenciados – hospitais, albergarias, gafarias e mercearias. Foram erguidas casas graças às vontades especiais dos instituidores, obedecendo ao dever

sentido por todo o cristão em cumprir as obras de misericórdia, nomeadamente as obras corporais – dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, curar os enfermos, dar pousada aos peregrinos, cobrir os nus e enterrar e cuidar dos mortos – assegurando assim a redenção. Levantaram-se abrigos, em sítios de passagem e pernoita, localizados na encruzilhada de caminhos, junto a pontos de passagem, em lugares ermos. Tinham por missão acolher pobres, doentes, peregrinos e, de um modo geral, todos os viandantes, dar agasalho, cama, alimento e candeia e, se necessário tratar dos enfermos (CORREIA, F. S., 1943). Será sempre muito difícil averiguar os quantitativos, mesmo aproximados, de pobres existentes no Reino. Como sabemos a documentação é escassa para os tempos mais recuados e, por outro lado, nem todos os atos de caridade seriam registados. Mas é de crer que atendendo às muitas depredações provocadas pelas guerras logo seguidas de fomes, as pestes e os maus anos agrícolas que o seu número seria muito elevado.

3. ASSISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE NA BEIRA INTERIOR MEDIEVAL

Como é sabido, a documentação para o estudo da região de Entre o Zêzere e Tejo, especialmente para os tempos mais longínquos, é escassa por isso contam-se em menor número as instituições de caridade. No entanto, a realidade poderá ter sido bem diferente. Os povoadores chegados a estas terras, enquanto arroteavam campos, erguiam casas e templos, organizavam-se em confrarias de caridade e ajuda mútua, instituíaam hospitais e gafarias. Encontramos referência a albergarias, gafarias, hospitais e confrarias, dispersas por todo o território da antiga Província da Beira Baixa, da Sertã a Manteigas, Proença-a-Nova, Idanha e Oleiros e, naturalmente nas vilas de maior porte como Castelo Branco e Covilhã.

As mais antigas referências que conhecemos, nesta região, são para dois hospitais na vila da Sertã – o hospital de S. Pedro, cuja documentação tinha já desaparecido no século XVIII e o hospital de S. João. Este pequeno hospital era administrado por uma confraria antes de ser incorporado na Misericórdia da Sertã.

As confrarias, muito ligadas ao culto dos mortos, eram associações de homens livres, não necessariamente de uma mesma profissão ou grupo social, que tinham como objetivos a ajuda mútua, material e espiritual, aos seus membros (BEIRANTE, M. A. G. R., 1990; TAVARES, M. J. P. F., 1989: 101 e sgs.; e AZEVEDO, C. M., 2000). Os membros destas irmandades, movidos pelos preceitos evangélicos instituíaam pequenos estabelecimentos de acolhimento – hospitais ou albergarias, também designadas por «albergues», «caridades», «alçaçarias» e «hospícios». Estas instituições tiveram a seu cargo a assistência e ajuda aos desfavorecidos e enfermos até à reforma da saúde encetada pela dinastia de Avis (MENDONÇA, M., 2004: 220-241).

Pouco sabemos da capacidade económica e da obra assistencial do pequeno hospital de S. João da Sertã, apesar de conhecermos os seus compromissos que datam de 1195 (VICENTE, M. G., 2015: 71-76). Estes compromissos regulavam a organização da irmandade e criavam um vínculo permanente entre os seus membros. O seu texto, relativamente curto, plasmava as diversas etapas da vida dos confrades, na bonança ou adversidade. Previa-se a ajuda dos confrades ao irmão doente no tempo das colheitas, o apoio financeiro em situação de premente necessidade – destruição da casa pelo fogo, ou para ir em peregrinação, um imperativo para o homem medieval e, ainda, o resgate de algum irmão cativo por «mouros» ou «maus cristãos».

Estas confrarias eram também espaços de sociabilidade e, por isso, detalha-se o desenrolar das diversas cerimónias no seio da irmandade; a realização do Cabido Geral; a refeição anual com pobres; o acompanhamento de doentes e dos defuntos. Mas aquela tinha ainda uma outra importante função social ao nível da pacificação da sociedade, punindo os diversos delitos e crimes, de sangue ou injúria, no seio da comunidade.

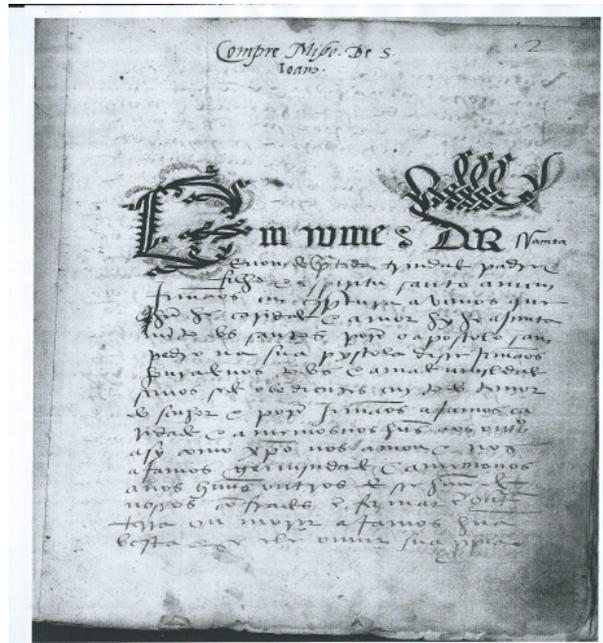


Fig. 1 – Compromisso da Confraria de S. João da Sertã (cópia do séc. XVII)

As disposições do seu compromisso e a sua organização, com os seus juízes, tesoureiro, capelão e albergueiro, não divergiam das suas congéneres da época (TAVARES, M.J.P. F. 1987: 55-72 e ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 59).

Bem perto da Sertã, em pleno domínio da Ordem de S. João do Hospital, na vizinha vila de Cortiçada, atual Proença-a-Nova, pobres e peregrinos, encontravam abrigo na albergaria de Santa Maria da Cortiçada. Desconhecemos a data de instituição desta casa administrada por uma irmandade do mesmo nome que foi incorporada na Misericórdia de Proença em 1559. Esta terá sido instituída em 1513. No entanto, as primeiras informações datam de 1429 (ASCMPN), ano em que os confrades decidiram elaborar o Tombo dos seus bens. Conhecemos três tombos referentes a esta instituição: 1431; 1506 e 1540, datando este último, poucos anos antes de ser incorporada na Misericórdia de Proença-a-Nova. O então juiz da albergaria mandou o escrivão Lourenço Vasques proceder ao registo de «todas as coussas que sse adyante segem». Dois anos depois, os confrades reunidos em Capítulo Geral, no dia 8 de janeiro de 1431, decidiram fazer novo Tombo. Segundo diziam muitas das «Erdades e vinhas e prazos e todallas outras coussas que a dicta albergaria» tinha estavam perdidas, por não estarem escritas «em tal lyuro que se nam podyam ler que as traladassem em este livro pera se nam permudarem». A albergaria, situada em pleno coração da vila, junto ao Paço, confrontava com rua publica e com o Adro da igreja de Santa Maria, tinha uma casa com quintal, para albergar quem lhe batesse à porta. Teria apenas quatro camas, de acordo com lista dos bens e roupas onde são referidos quatro «enxergões». Disponha de um razoável património de bens rústicos e urbanos que lhe permitiam manter a casa assistencial. A manutenção e conservação das instalações, roupas e outros utensílios indispensáveis ao funcionamento da albergaria parecem ter sido uma das preocupações desta irmandade.

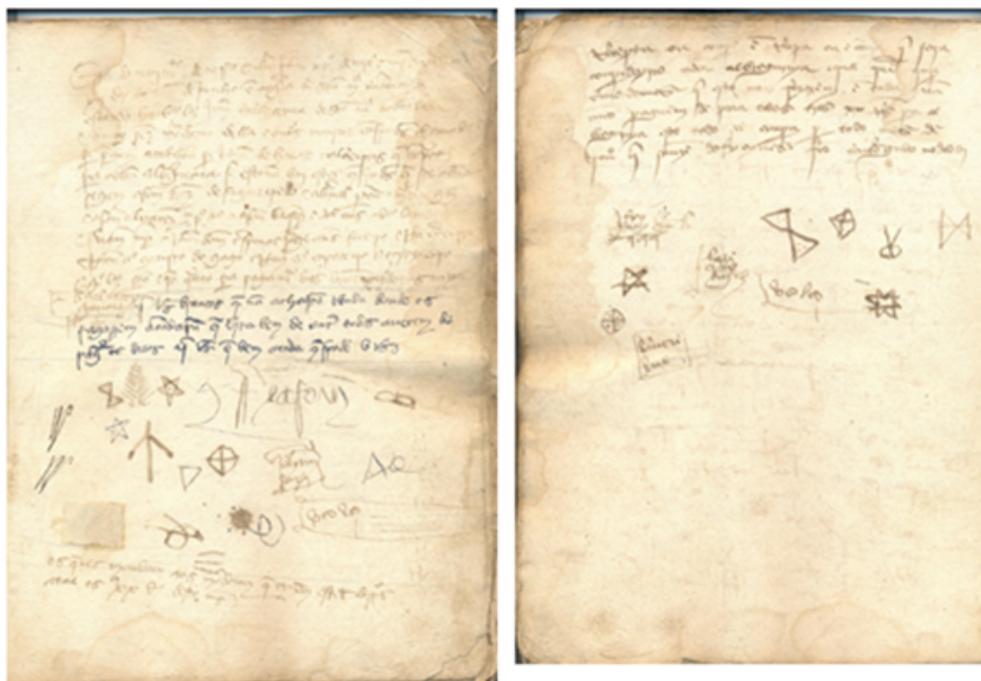


Fig. 2 – Tombo de Santa Maria da Cortiçada – assinatura dos confrades

Sobre a vila templária de Castelo Branco, temos notícia da existência nela de várias instituições de caridade. A mais antiga unidade documentada é a albergaria de Sant Eulália, que teria sido formada a partir de bens instituídos em morgado, na igreja de S. Miguel em 1289, por um certo Martim Esteves, morador na vila, e legados a Vasco Anes, seu sobrinho (SILVA, H. C., 1958; CORREIA, F. S., 1943:124 e CASTELO BRANCO, M. S., 1995). Anos mais tarde, em 1393, a pedido de Rui Vasques de Castelo Branco, neto de Vasco Anes, D. João I deu carta de confirmação do morgado, na condição de esta linhagem cumprir as disposições do seu instituidor e manter a capela e albergaria. Segundo o monarca esta linhagem de Rui Vasques de Castelo Branco não tinha cumprido todas as disposições do instituidor do morgado e respetiva Capela e Hospital «[...] porque o dito Seu Padre nem elle ate qui nom mantiverõ a dita Capella nem o dito Esprital asi como devião» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro III, doc. N.º 206). Este localizava-se na Rua dos Ferreiros e dispunha apenas de quatro camas de acordo com o *Tombo do Morgado de Santa Eulália*, datado de 1778. Em Castelo Branco e termo há referência a outras instituições de assistência: o hospital dos Correiros de São Tiago (DIAS, J. L, 1961) e um hospital na povoação de Escalos de Cima (GONÇALVES, I., org. e rev. 2009). No sopé da Gardunha, na vila de S. Vicente da Beira, pobres e peregrinos encontravam abrigo na albergaria do Espírito Santo, para a qual são escassas as informações. Esta apenas surge na documentação em finais do século XIV, como destinatária de legados pios. No ano de 1362, Estevão Anes, clérigo lega parte dos seus bens, móveis e de raiz a esta casa assistencial (ANTT, *Convento de S. Bento de Avis*, mc. 5, doc. n.º 560, cópia o século XIX), recebendo, igualmente, em legado pio de Rodrigo Anes um moio de centeio e trinta varas de burel (CASTELO BRANCO, M. S., 1974: 55-91).

No poderoso concelho da Covilhã, há notícia de diversas casas assistenciais, desde a instituição do município por carta de foral em 1186 (VICENTE, M.G., 2012). Porém, a escassa documentação conhecida, não permite identificar nem a data da sua fundação nem os seus instituidores, nem a sua ação caritativa. Nos inícios do século XIII, A albergaria de S. Pedro é referida em documento datado de 1207 (ANTT, *Mestrados*, Liv. 1, fl. 21; 35) e a Irmandade de Nossa Senhora da Lâmpada em 1213 (ASCMC, *Tombo das Heranças*

Legados por Piedosos Bemfeitores a Sancta E Real Casa da Misericordia de Covilhã. Livro 20, Mç. 657 Alv-3). Uma e outra davam assistência aos necessitados da vila ou de passagem. Nos séculos seguintes, aparecem, em referências documentais, diversas confrarias e casas de caridade – o hospital de João Ramires em 1314 na *Inquirição de D. Dinis*; a confraria dos clérigos em 1395 no *Tombo da Comarca da Beira*, ordenado por D. João I; a confraria dos meninos em confrontação da Gafaria da Covilhã, cerca de 1500 (ANTT, Mosteiro de S^a Maria da Estrela, doc. 30, fl. 6v) ; a confraria de S. João de Mártir-in-Colo em 1480 (ANTT, Beira, liv. 1, fl. 95v-96) e a confraria do Carvalho, no termo da vila, no Tombo da Comarca da Beira 1395. Havendo ainda a assinalar outras instituições nesta região de que são exemplo o hospital de Afonso Vaz, em Monsanto, em 1451 (ANTT, Chanc de D. Afonso V, liv. 4, fls 42-42v), albergarias em Idanha-a-Nova (CORREA, F. S., 1943: 192), em Oleiros (CORREA, F. S., 1943: 124) e, provavelmente, na vila de Sarzedas (ASCMS). No largo conjunto dos pobres e enfermos, os leprosos, ou gafos, residentes, ou andantes, constituíam um grupo distinto. A lepra atacava por igual pobres e ricos, mas nem todos sofriam as suas consequências da mesma maneira. Para lhes dar assistência, mantendo-os afastados do convívio dosãos foram criadas as gafarias ou leprosarias, por iniciativa régia, municipal ou de particulares. Apenas encontramos duas gafarias, na região, uma em Castelo Branco para a qual temos escassas e tardias informações e outra na Covilhã, embora a memória toponímica registre a presença de gafos e gafarias noutras povoações, de que são exemplo a Sertã e Manteigas como já desenvolvemos (VICENTE, M. G., 2014: 71-76). A primeira, de que temos conhecimento, surge na Covilhã, nos inícios do século XIII, nos arrabaldes junto à igreja de S. Lázaro. Contudo, só volta a ser documentada nos inícios do século XVI, quando foi elaborado o tomo dos seus bens, constituídos por propriedades rústicas em torno das suas casas de morada. Pouco mais sabemos sobre esta instituição. De igual modo desconhecemos os instituidores e data da instituição da gafaria de Castelo Branco, sediada nos arrabaldes da vila e apenas documentada no século XVI.

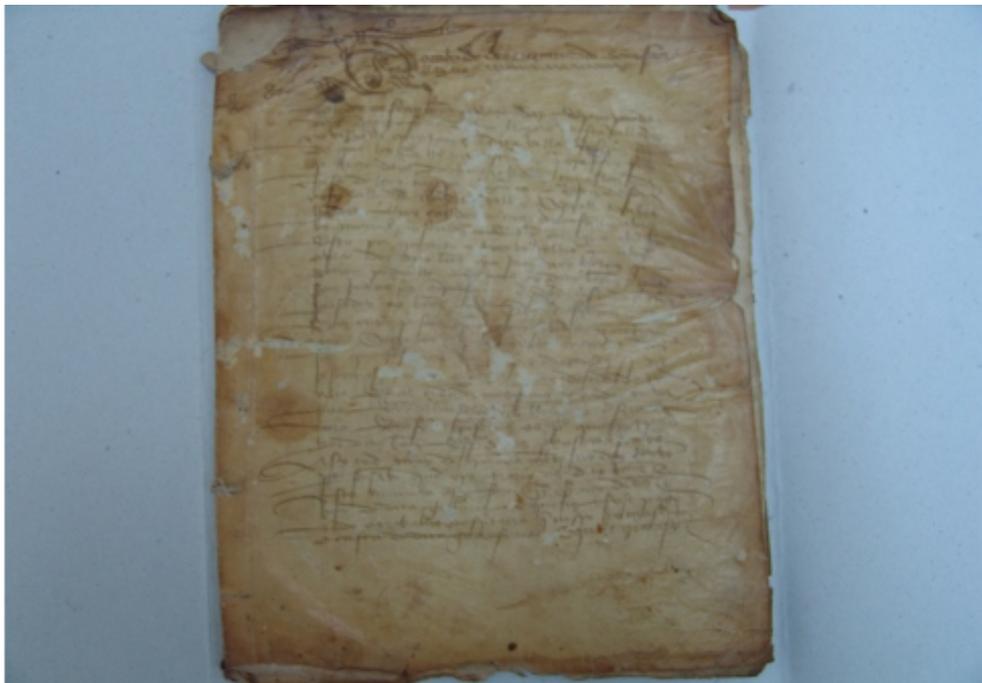


Fig. 3 – Tombo do Bem Aventurado S. Lázaro – Covilhã

CONCLUINDO

Antes da fundação das Misericórdias, a assistência a doentes e carenciados caracterizava-se pela sua dispersão geográfica, diversidade de instituições e instituidores e formas de administração, características sintetizadas no primeiro quartel do século XX, na História de Portugal, pela sua «dispersão», «poliformismo» e «particularismo». Instituídas por religiosos ou leigos, como obras de caridade, em resposta ao mandamento cristão de amor ao próximo e, assim, alcançar a salvação no dia do Juízo, espalharam-se por toda a Cristandade. No território, que hoje é Portugal, as primeiras instituições apareceram ainda antes de fundado o Reino. Nas terras da Beira Interior, do Zêzere ao Tejo, as primeiras fundações, de que temos conhecimento, datam do século XII. Em finais do período medieval, a partir de meados do século XV, estas velhinhas casas assistenciais debatiam-se com problemas vários de que os capítulos das cortes nos dão algum eco, por exemplo, substituindo naquela os pobres por presos como as *Ordenações Afonsinas* reportam (OA, Livro II, título VII, art. LXIII). Refira-se ainda a ruínosa administração da confraria de S. João de Mártir-in-Colo, na Covilhã que tivera uma trintena de confrades e, em finais do século XV estava depauperada conservando, apenas, dois ou três irmãos, levando o rei a intervir (AN/TT, *Beira*, liv. 1, fl. 95v-96). O estado de degradação seria geral e notório, mas, porventura ao rei interessava retomar o controlo dos bens dessas instituições. Assim o demonstra em outubro de 1475, D. Afonso V, em Zamora, quando ordenou a Fernão Rodrigues, escudeiro, morador na Covilhã tomasse contas aos administradores das capelas, hospitais, gafarias e confrarias do bispado da Guarda, com poderes para fazer cumprir os testamentos e compromissos dessas instituições (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 37). Mas a atuação do rei nem sempre foi pacífica, levando os povos a reclamar em Cortes.

A criação da Misericórdia, uma instituição original e multifacetada respondia, de forma mais eficiente e com futuro, a um melhor controlo dos recursos e às necessidades assistenciais, procurada nos séculos anteriores.

FONTES

ANNT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

- Beira. Liv. 1, fl. 95v-96.
- Chancelaria D. Afonso V. liv. 4, fl. 42-42v. Liv. 30, fl. 37.
- Chancelaria de Dinis. Liv. 3, fl. 59.
- Convento de S. Bento de Avis. maço 5, doc. 560.
- Mestrados. Liv. 1, fl. 21 e 35.
- Mosteiro de Santa Maia da Estrela, Boidobra. Doc. 30, fl. 6.

ASCMC (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã). Tombo das Heranças Legadas por Piedosos Bemfeitores a Sancta e Real Casa da Misericórdia de Covilhã. livro 20, mç. 657 ALv-3.

ASCMPN (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Proença-a-Nova). Livro das Vinhas e Erdades e Acordãos da Albergaria da Santa Casa da Misericórdia de Proença Nova.

ASCMS (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Sarzedas). Tombo dos Bens da Misericórdia de Sarzedas (séc. XVIII).

ASCMS (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Sertã). Compromisso da Confraria de S. João da Sertã. de 1195.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Carlos Moreira de (2000). Confrarias. In: Dicionário de História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores/Centro de Estudos e História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

BEIRANTE, Maria Ângela Godinho da Rocha (1990). Confrarias Medievais Portuguesas. Lisboa.

CAEIRO, Francisco da Gama (1973). A assistência em Portugal no século XIII e os Cónegos regrantes de Santo Agostinho. In: A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Centro de História. Vol. II: 219-229.

CAEIRO, Francisco da Gama (1969). Santo António de Lisboa. Vol. II. T. 1. – A espiritualidade antoniana. Lisboa.

CARVALHO, José Gonçalves Herculano (1950). Estalagens e Albergarias. Separata. Revista Portuguesa de Filologia. 3. Coimbra: Casa do Castelo.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1995). Assistência aos Doentes na Vila de Castelo Branco e seu Termo entre Finais do Século XV e Começos do Século XVII. In: Cadernos de Cultura. Medicina da Beira Interior. N.º 7.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1974). Uma Genealogia Medieval. In: Revista Estudos de Castelo Branco. n.º 48-49 (abril-junho 1974): 55-91.

COELHO, Maia Helena da Cruz (1973). A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII. In: A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Centro de História. Vol. I: 230-257.

CONDE, Manuel Sílvio Alves (1999). A gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV. In Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos. Cascais: Patrimonia.

CORREIA, Fernando da Silva (1943). Os hospitais Medievais Portugueses: Separata da Revista A Medicina Contemporânea. Ano LXI, N.º 12, 13 e 15.

CORREIA, Fernando da Silva (1944). Origem e Formação das Misericórdias Portuguesas. Lisboa.

COSTA, Avelino de Jesus da, ed. (1978). Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae. Braga: Junta distrital. Tomo II, doc. 560:309-310.

DIAS, João José Alves, org. (2006). Chancelarias Portuguesas. D. João I. Volume III, tomo I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa.

DIAS, José Lopes (1961). O hospital dos Correiros de São Tiago da Vila de Castelo Branco Segundo Um Pergaminho Inédito do Século XV. Separata: Imprensa Medica. Ano XXV, março.

FARIA, A.M. (1972). Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira. Edição e notas de António Machado Faria (1972). Lisboa: Academia Portuguesa da História. 2ª ed., Prefácio de Manuela Mendonça (2011). Lisboa: APH/Quidnovi.

GONÇALVES, Iria, org. e rev. (2009). Tombos da Ordem de Cristo. Comendas da Beira. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa.

JORNADAS Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, 1972 (1974). A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.

MARQUES, José (1996). Pobreza e instituições eclesiásticas na Idade Média. In: Revista de Ciências Históricas: Universidade Portucalense. Vol. XI: 23-28.

MATTOSO, José (1973). O ideal de pobreza e as Ordens Monásticas em Portugal durante os séculos XI-XIII. In A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Centro de Estudos. Vol. II: 637-670.

MATTOSO, José (1982). O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal nos séculos XI-XIII. in Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MENDONÇA, Manuela (2004). A reforma da Saúde no Reinado de D. Manuel. In Primeiras Jornadas de História do Direito Hispânico. Lisboa: Academia Portuguesa da História: 220-241

NUNES, J. J. (1921). Vida e Milagres de Dona Isabel de Portugal. Coimbra: Edição e notas de J. J. Nunes.

OA, Ordenações Afonsinas. Liv. II, Título VII, art. LXIII. Lisboa: Edição Calouste Gulbenkian.

PAIVA, José Pedro, Dir. (2003). Portugaliae Monumenta Misericordium. Antes da Fundação das Misericórdias. Vol. 2. Lisboa: União das Misericórdias. ISBN: 972-98904-1-2.

ROQUETE, J. I., ed., (1842). Leal conselheiro, o qual fez Dom Duarte : seguido do Livro da ensinanca de bem cavalgar toda sella. Paris: Em casa de J.P. Aillaud.

SILVA, Hermano Castro e (1958). A Misericórdia de Castelo Branco. Castelo Branco: Imp. Papelaria Semedo.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1987). Para o Estudo das Confrarias Medievais Portuguesas: Os Compromissos dos Homens Bons Alentejanos. In: Estudos Medievais, nº 8. Porto: 55-72.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1989). Pobreza e morte em Portugal na Idade Média. Lisboa: Editorial Presença.

VICENTE, Maria da Graça A. S (2012). Covilhã Medieval O Espaço e as Gentes (séculos XII a XV). Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História.

VICENTE, Maria da Graça A. S (2014). Assistência e Solidariedade em Tempos Medievais: Gafos e Gafarias na Beira Baixa. in Medicina da Beira Interior da Pré-História ao Século XXI. N.º XXVIII: 71-76.

VICENTE, Maria da Graça A. S (2015). Compromisso da Confraria de S. João da Sertã (1195). In: Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI, n.º XXIX: 71-76.

NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

Maria da Graça Antunes Silvestre Vicente é Mestre e Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a que continua ligada através do Centro de História. Investigadora do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Académica Correspondente da Academia Portuguesa da História; Membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão. Tem-se dedicado ao estudo da História Regional e Local, bem como da Política, Economia e Sociedade. Autora de vários trabalhos individuais e coletivos sobre essas temáticas, de que resultou um conjunto de publicações - entradas de dicionários, artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras - entre as quais se destaca: *Covilhã Medieval. O Espaço e as Gentes (Séculos XII a XV)*, Edições Colibri/Academia Portuguesa da História, 2012 (prémio Augusto Botelho da Costa Veiga, 2012) e *Povoamento e Propriedade Entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII-XIV)*, Edições Colibri/Academia Portuguesa da História, 2015, (prémio Professor Doutor Francisco da Gama Caeiro, 2016).



Misericórdia Nova (c. 1906)

Fonte: o Autor do artigo, Joaquim Candeias da Silva.

Em busca das origens das Misericórdias em geral e da Santa Casa do Fundão em particular

*In search of the origins of the Mercies in general
and of the Santa Casa do Fundão in particular*

JOAQUIM CANDEIAS DA SILVA

Academia Portuguesa da História

Portuguese Academy of History

jcandeias.silva@gmail.com

RESUMO

Após uma brevíssima introdução de enquadramento ao tema, tecem-se neste artigo algumas reflexões sobre as origens das Misericórdias em Portugal e de modo particular sobre a Santa Casa de Lisboa, mãe de todas as Santas Casas da Misericórdia, para chegar, a partir daí, às Santas Casas do distrito de Castelo Branco e à provável fundação de cada uma. Procurando ter sempre como referência o Compromisso de 1516, que veio a servir a quase todas elas e que motivou a convocação deste Congresso do “V Centenário”, será então posto todo o enfoque na fundação histórica da Santa Casa da Misericórdia do Fundão.

PALAVRAS-CHAVE

Compromisso, Misericórdias em Portugal, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Santa Casa do Fundão, Santas Casas do Distrito de Castelo Branco.

ABSTRACT

After a very brief introduction to the subject, some reflections on the origins of the Mercies in Portugal, and in particular on the Santa Casa of Lisbon, mother of all the Mercies, are made in this article, in order to reach, from there, the Santas Casas of Castelo Branco district and find out the probable foundation of each one of them. We always sought to keep the 1516 Commitment as a reference, which came to serve almost all of them and motivated the summoning of this Congress of the "V Centennial", where the focus will be laid upon the historical foundation of the Santa Casa da Misericórdia of Fundão.

KEYWORDS

Commitment, Mercies in Portugal, Santa Casa da Misericórdia of Lisbon, Santa Casa do Fundão, Santas Casas of the Castelo Branco District.

INTRODUÇÃO

Falar ou escrever acerca das origens de uma instituição tão grada, tão relevante e mesmo fundamental no âmbito da nossa sociedade, em pouco tempo, não é fácil, mesmo que limitados ao âmbito distrital ou ao nível concelhio, e até ao local. Com efeito, não obstante a inultrapassável falta de documentação para os tempos mais recuados, muitas são as entradas ou vertentes de análise possíveis; muitas, as vicissitudes, por que ela foi passando ao longo de tantos séculos; muitas, também as ligações entre as diversas Santas Casas, mormente à Casa-mãe de Lisboa.

Num ponto essencial, no entanto, convergem todas elas: os objetivos. Estes, na sua essência, foram e continuam a ser os mesmos de sempre, consubstanciados na prática das Obras de Misericórdia cristãs, sobretudo as sete corporais, em síntese: promover de uma forma continuada e organizada atos de caridade para com os nossos semelhantes, designadamente os mais pobres, os indigentes, as crianças órfãs ou enjeitadas, os doentes e sofredores. Aliás, é esta a etimologia de misericórdia, palavra vinda do latim e já usada pelos romanos do tempo de Jesus Cristo: de *miser*, infeliz, triste, que sofre > *misericos* (-*cordis*), sensível à compaixão por quem sofre.

1. ENQUADRAMENTO GERAL

As Misericórdias, praticamente todas as que hoje se encontram espalhadas um pouco por todos os continentes, nasceram assim, remotamente, do preceito cristão do “Amor ao Próximo”: «Amai-vos uns aos outros como Eu vos amei» e «Ama o próximo como a ti mesmo». E esse preceito evangélico, que em bom português podemos traduzir pela velha expressão popular «Fazer o bem, sem olhar a quem», acabou por ser sistematizado na prática dos tempos e dos povos, vindo a traduzir-se no cumprimento das conhecidas “Catorze Obras de Bem-fazer”.

O espírito cristão dessas “Obras” foi-se, pois, convertendo numa ação organizada, ao jeito das instituições medievais, primeiro através das confrarias dos “fratres”, em torno de uma igreja paroquial), e depois por “irmandades”, algumas com albergues já a modos de “casas de misericórdia”. Neste sentido lato, conforme escreveu em 1998 o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, no seu referencial estudo sobre a Misericórdia de Lisboa, logo a abrir, «A Misericórdia não foi a primeira confraria animada pela vivência da caridade que houve em Portugal. Desde o início da Nacionalidade que a mensagem cristã se traduzira em muitas formas de assistência à enfermidade e à pobreza» (SERRÃO, J.V., 1998). E eu acrescentaria que não foi a primeira nem em Portugal nem na Europa.

Com efeito, houve confrarias homólogas em Itália, França e Espanha. Há autores que sustentam que a primeira deste tipo tenha aparecido em Florença, no ano da graça de 1244, em honra do dominicano S. Pedro Mártir, de tal modo que para a instituição régia do Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, no ano de 1491, o rei D. João II terá procurado seguir um regimento hospitalar florentino. Mas a verdade é que, conforme veremos de seguida, já muito antes de D. João II e até mesmo antes da confraria hospitaleira de S. Pedro Mártir, havia instituições similares no reino de Portugal.

2. EM PORTUGAL, AS ORIGENS CONHECIDAS

Na base de tudo, estiveram – como fica dito – as confrarias medievais, de assistência aos pobres e doentes, que floresceram sobretudo a partir das crises do século XIV, através das chamadas Ordens Mendicantes, de Franciscanos e Dominicanos, e depois também dos Trinitários, Ordem da Santíssima Trindade, e outros. Pelo século XV adiante, a renovação da caridade fez-se, não só com intervenções e estímulos religiosos, incentivando nos fiéis, por exemplo, doações por via testamentária, tendo por finalidade minorar o sofrimento alheio, mas também através da ação de reis e senhores, assim como pela municipalização da beneficência.

Sabe-se que, já em 1479, D. João II, então ainda príncipe, e depois, em 1485, já rei, de forma mais precisa, com a finalidade de reforçar a ação beneficente e melhorar a assistência nacional, pedira a Roma – enquanto sede da cristandade – uma bula pontifícia com vista a juntar num só os diferentes hospitais ou hospícios que havia em cada terra. Essa bula seria pouco depois emitida pelo papa Inocêncio VIII em 21 de fevereiro de 1486 e, de facto, por ela era concedida a D. João II a faculdade de unir os diversos e pequenos hospitais de pobres e de meninos abandonados de cada cidade ou povoação insigne de seus reinos e domínios ao hospital maior de cada localidade.

Tal medida não resultaria, porém, de todo em todo, ou pelo menos não se viram consequências imediatas dessa concessão pontifícia. São conhecidas as dificuldades por que passou esse monarca na sua luta constante contra os poderes instalados, que lhe moveram conspirações, e que o obrigaram, por vezes, a adiar projetos importantes, como foi o da prossecução das navegações oceânicas. Aquele processo arrastou-se por mais algum tempo; mas era visível uma tendência para a centralização política em geral e para a modernização do reino nesse período, reconhecidamente de boa governação, no que se incluía também a assistência.

Entretanto fina-se D. João II. Sucede-lhe o cunhado D. Manuel, mas a tendência de expansão assistencial mantém-se. É nessa linha que, em 1498, a Rainha D. Leonor (1458-1525), viúva de D. João II e irmã do novo Rei, enquanto Regente, na ausência de seu irmão em Castela, institui na capital a Irmandade de N.^a Sr.^a da Misericórdia, que depois daria a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.



Fig. 1 – O papel de D. João II e da rainha D. Leonor encontra-se bem patente na iconografia de algumas Misericórdias: na imagem, o caso de Abrantes, com o *pelicano* do rei e o *camaroeiro* da rainha a sobrepujar o medalhão da *Mater Omnium* (Mãe de Todos), datados de 1548



Fig. 2 – Pórtico da antiga Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (hoje igreja da Conceição Velha), mandada edificar pelo rei D. Manuel. Notar, no tímpano, a habitual representação da *Mater Omnium*

Seria esta – e ainda hoje é – a mãe de todas as Misericórdias em Portugal. Rapidamente, o bom exemplo frutificou e, à sua modelar imagem, num movimento imparável e incomparável, surgiram largas dezenas de Santas Casas espalhadas pelo reino e pelo mundo português. Daí, o sentimento do poeta da *Miscelânea*, Garcia de Resende, ao louvar tanto a ordenação desta tão benemérita instituição:

*Vimos também ordenar
A Misericórdia Santa,
Cousa tanto de louvar
Que não sei quem não s'espanta
De mais cedo não se achar:*

*Socorre a encarcerados
E conforta os justçados,
A pobres dá de comer,
Muitos ajuda a suster,
Os mortos são enterrados».*

Importa, todavia, sublinhar que, à luz das mais modernas tendências historiográficas, vem sendo abandonado um mito “estado-novista” segundo o qual todas as “Misericórdias” seguintes, criadas até à morte de D. Leonor, em 1525, são criação dela. Esta ideia, muito difundida, graças, sobretudo, a Fernando da Silva Correia (1944), autor conceituado que foi médico e diretor do Hospital das Caldas, tem vindo a ser reavaliada, pelo que se tende hoje a considerar que foi a Santa Casa de Lisboa a única criada por essa rainha, porque o rei estava nessa altura em Castela, cabendo, portanto, a seu irmão o rei D. Manuel, e não a ela, o mérito da propagação do bom exemplo lisboeta.

Atualmente, existem, em Portugal, 398 Misericórdias ativas, a que poderíamos juntar 80 inativas, de que há memória ou vestígios patrimoniais. Aquelas encontram-se congregadas na União das Misericórdias Portuguesas (UMP). Como entidades supranacionais, temos, depois, duas organizações que reúnem as Santas Casas de outros países europeus

ou do mundo e das quais faz parte a UMP como fundadora: a União Europeia das Misericórdias e a Confederação Internacional das Misericórdias.

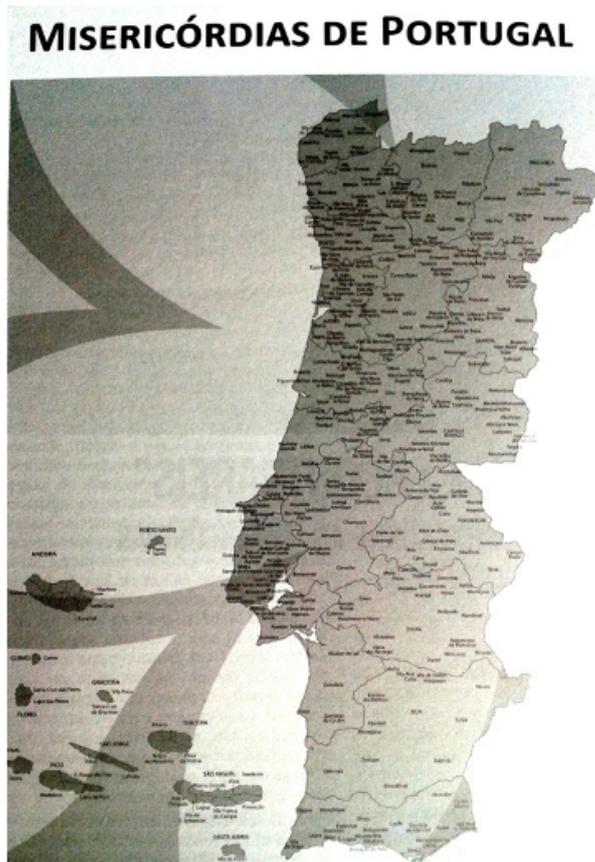


Fig. 3 – Misericórdias de Portugal: 398 Santas Casas ativas + 80 inativas (segundo a UMP)

3. OS PRIMEIROS “COMPROMISSOS”

O Primeiro Compromisso da Misericórdia da capital, o mais antigo que se conhece e de que existe uma cópia manuscrita, feita para a Santa Casa de Coimbra, data de 1500. O original de Lisboa perdeu-se com o terramoto de 1755 (SERRÃO, J. V., 1998: 32-54 e 573-609). É conhecido um outro, da Misericórdia de Lisboa, de 1502, que não difere substancialmente do anterior, mas seria o de 1516, aprovado por D. Manuel a 15 de novembro e que na essência não divergia em nada do primeiro, aquele que viria a servir de matriz de todas as irmandades já existentes ou a criar em todas as cidades e vilas portuguesas. Encaminhado para o prelo por expressa ordem régia, foi a sua impressão confiada a dois competentes tipógrafos e estava pronta em caracteres góticos num total de XVII fólios no dia 21 de dezembro.

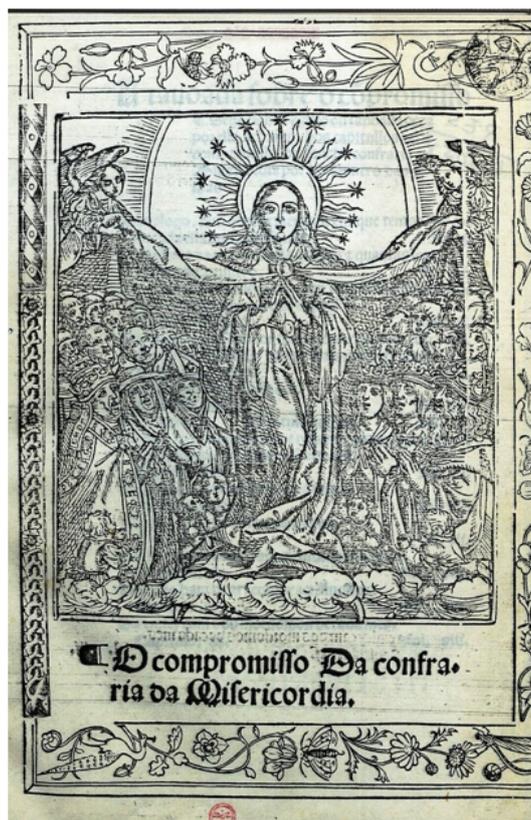


Fig. 4 – Página de rosto da 1.^a edição do *Compromisso* da Santa Casa de Lisboa, de 1516, dominada pela imagem de N.^a Sr.^a da Misericórdia (exemplar da Biblioteca Nacional)

Conforme fica dito, rapidamente o bom exemplo organizativo da Santa Casa de Lisboa se expandiu e depressa deu origem a muitas outras Misericórdias pelo reino e pelo mundo, todas aplicando o modelar *Compromisso* da Casa-Mãe. O próprio monarca se empenharia nisso, ao ordenar que todos os anos se fizesse uma procissão a 2 de julho, dia em que a igreja celebrava a solenidade da Visitação de Nossa Senhora a sua prima Santa Isabel e data que a partir de então passou a servir também de Dia/Festa das Misericórdias.

4. FUNDAÇÃO DAS SANTAS CASAS NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Analisadas de *per si*, as origens históricas da maior parte das Misericórdias não são ainda, de todo, pacíficas, apesar de sobre este assunto já se terem debruçado bastantes autores e ter corrido alguma tinta. E tanto assim é que, recentemente, pretendendo algumas das Santas Casas assinalar as efemérides dos “500 Anos” da sua instituição, se levantaram dúvidas quanto à verdadeira data. É que, com frequência, se confunde Misericórdias com outras instituições similares anteriores, tais como pequenos hospitais ou simples albergarias e confrarias de que se alcança suporte documental desde o século XIII. Sirvam de exemplos, na Beira Baixa, um hospital de S. João na Sertã datável já de 1195 (?), uma albergaria de S. Pedro, na Covilhã, em 1207, e, ainda da Covilhã, uma irmandade de N.^a Sr.^a da Alâmpada em 1213, cujos bens transitariam mais tarde para a Misericórdia local (VICENTE, M. G., 2015: 306-313). Em boa verdade, eram realidades bem diferentes...

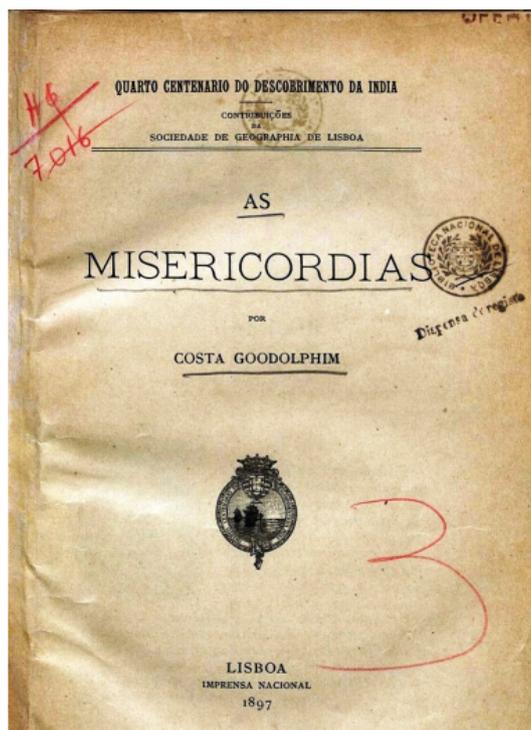


Fig. 5 – *As Misericórdias*, livro de Costa Goodolphim (exemplar da BNP)

Não restam dúvidas de que ao longo da primeira metade de Quinhentos e mesmo depois, à semelhança do que acontecera em Lisboa, outras Irmandades da Misericórdia vieram a ser instituídas. Todavia, por falta de registos, nem sempre é possível afiançar as datas de fundação de muitas das novas Santas Casas. Num exercício experimental, a partir do estudo de Goodolphim (1897), a que Silva Correia deu continuidade (1944), calculou-se que tenham sido criadas 61 até 1525 e mais 32 até final do século XVI. Citemos algumas: Lisboa (1498), Porto (1499), Coimbra (1500), Santarém (1502), Elvas (1503), Tomar (1510), Castelo Branco (1514), Viseu (1516), Aveiro e Lamego (1519). Contudo, nem todas as que entram naquele cômputo são garantidas, casos de Mação e Proença-a-Velha, em 1500, ou Abrantes, em 1504, havendo muitas outras sem datas definidas.

O caso de Abrantes é paradigmático: a data aduzida por Goodolphim, nunca confirmada, levou os responsáveis da Santa Casa local a comemorar os 500 Anos em 2004, mas sem grande convicção, porque logo se levantaram vozes discordantes em face da total ausência de fundamentação histórica. O que os arquivos tinham e têm é apenas o Compromisso da Casa-Mãe de Lisboa de 1516, este com uma apostilha no final, datada de 27 de novembro de 1528, assinada pelo rei D. João III, a ordenar o envio desse documento à Santa Casa de Abrantes: «para saberem a maneira de que hão de governar a dita confraria». Daí que tenham nascido duas correntes: uma a interpretar que essa Misericórdia teria sido fundada em 1516, a data da Compromisso lisboeta; e outra, mais prudente, a considerar que a mesma teria sido instituída pouco antes daquela data, talvez nesse ano de 1528. Mas há mais. Outro caso é o da Santa Casa da vila da Praia, na ilha Terceira dos Açores, que detém o Compromisso lisboeta de 1516, que lhe foi remetido por um alvará joanino de 6 de fevereiro de 1532. Um outro vem do Sabugal, que, por isso, festejou os seus 500 anos em 2016.

Que lição ou que ilações primárias tirar daqui? A meu ver, é acertadíssimo o conselho do Prof. Joaquim Veríssimo Serrão. Depois de advertir, acerca da referida obra de Silva Correia, que a mesma pode ser útil, mas que «não está isenta de erros», afirma taxati-

vamente: «Cremos que se impõe refazer esta tradição em quase todos os exemplos não comprovados. As versões que chegaram ao nosso tempo tiveram o seu registo na tradição local, mas nem sempre se baseiam em fontes de valor probatório. Os únicos casos que não oferecem dúvidas serão os do Porto, Évora e Coimbra, cabendo a averiguação dos restantes aos estudiosos das respetivas terras e regiões» (SERRÃO, J. V, 1998: 38). Ora, é isso mesmo que estamos aqui a cumprir.

Avançando, então, para um roteiro pelo distrito de Castelo Branco, eis o que, de forma muito resumida, conseguimos apurar de concreto, a começar pela capital distrital e, depois dela, pelas demais áreas concelhias, por ordem alfabética, deixando para o fim o caso específico da Santa Casa do Fundão-cidade, por se tratar da organizadora deste evento:

- Belmonte: acerca desta antiga vila, dizem as *Memórias Paroquiais [=MP]* de 1758: «Tem Misericórdia (...). Seu princípio foi uma irmandade do Salvador que, no ano de 1600, se anexou à capela do Espírito Santo, onde agora é a Misericórdia e, no mesmo se confirmou Irmandade por provisão real [de Filipe II, em 1611]» (MP, 1758: vol. 6, n.º 85, p. 613-620). Embora haja autores a admitir uma fundação mais recuada, não há disso certezas;
- Castelo Branco: a Santa Casa da sede distrital já existia, documentalmente comprovada, em 1514, instituída a partir de uma provisão do rei D. Manuel passada em Almeirim a 16 de fevereiro e dirigida ao ouvidor do Mestrado da Ordem de Cristo, isto na sequência da de Tomar, que fora criada a 8 de dezembro de 1510;
- Castelo Branco, Alcains: As *MP* de 1747 e 1758 nada referem a este respeito; mas, de acordo com documento da Torre do Tombo, (Chancelaria da Ordem de Cristo), chegou a haver nesta vila uma Irmandade do Senhor Jesus do Lírio com hospital e Casa da Misericórdia da mesma invocação, cuja ereção foi autorizada por provisão régia de 6 de setembro de 1742, num edifício situado junto do Largo do Espírito Santo, ignorando-se a data em que deixou de funcionar;
- Castelo Branco, Monforte da Beira: Dizem as *MP*: «Não tem hospital. Tem Misericórdia, que antigamente foi e é ermida do Espírito Santo, e por ordem do Ex.º Senhor D. Nuno de Noronha bispo que foi da Guarda, no ano de 1608, se fez Casa da Misericórdia; não tem papéis alguns» (MP, 1758: vol. 24, n.º 180, p. 1221-1228);
- Castelo Branco, São Vicente da Beira: segundo José Teodoro Prata, a Misericórdia desta vila já aparece mencionada em dezembro de 1572, sendo natural que essa Casa fosse ainda modesta, pois a igreja da Misericórdia data de 1643. Acerca dela, dizem as *MP*: «há na dita vila, e no meio dela confinando com a praça, Casa de Misericórdia, que os moradores da vila edificaram e pediram a sua Magestade, lhe concedesse os mesmos privilégios e isenções que tem a Misericórdia da corte e cidade de Lisboa, o que lhe foi concedido; e é governada esta Misericórdia pelo mesmo compromisso» (MP, 1758: vol. 39, n.º 153, p. 923-958);
- Castelo Branco, Sarzedas: não obstante o mais antigo documento desta Santa Casa ser de 1753, dizem dela as *MP* de 1758: «Tem Casa de Misericórdia, da imediata proteção real, cuja igreja tem sua capela-mor e sacristia, esta sita na Praça, no meio da vila. Não se sabe a sua origem por ser antiga (...) goza de todos os privilégios, liberdades e isenções de que goza a Misericórdia de Lisboa, por decreto de el-rei D. Filipe I, de 21.10.1590, assinado de sua real mão (MP, 1758: vol. 34, n.º 90, p. 719-730);
- Covilhã: De acordo com o Compromisso de 1680, a Irmandade desta cidade teve início em 28 de junho de 1577 e assim vem referida tanto por Silva Correia (1944) como por Vítor Melícias (2000), neste por indicação da própria. Estudos recentes vieram, porém, revelar documentação de arquivo que comprova a instituição em data anterior: é o caso de um alvará de D. João III de 12 de março de 1539, que refere uma esmola à Confraria da Misericórdia da vila e já houve quem, mais recentemente, tenha achado uma data mais recuada, 1512. Aguarda-se validação;
- Fundão, Alpedrinha: à minguia de comprovativo mais recuado, considerámos que a Santa Casa alpetrinense, eventualmente com sua igreja e hospital, foi oficialmente instituída a 24 de maio de 1588, por um diploma filipino específico, a pedido dos moradores e após o necessário parecer favorável do provedor da comarca. A acompanhar o diploma vinha

o correspondente “compromisso”, o qual, pela descrição do alvará régio, deveria ser o da Casa de Lisboa de 1516 (SILVA, J.C., 2002: 55 e 81);

- Fundão, Castelo Novo: sabemos que já existia em 1584, data em que foi lançada a construção da igreja desta Santa Casa, a qual seria completada graças ao produto resultante da venda das ervagens do concelho. O alvará filipino, com vista às obras da sua igreja, está datado de 28 novembro de 1584 (SILVA, J. C., 2002: 150 e 175);
- Fundão, Soalheira: as *MP* dizem: «Tem sim Misericórdia, com assento na igreja de Nossa Senhora das Necessidades. A sua origem foi e é uma provisão real, que requereram há muitos anos os moradores deste lugar» (MP, 1758: vol. 35, n.º 182, p. 1359-1362) A referida provisão, de confirmação régia do Compromisso, foi passada em Lisboa, a 30.1.1694. Cf. Silva (2002: 55 e 289);
- Idanha-a-Nova: desconhecemos a data de fundação. Dizem as *MP*: «Tem Hospital, que administra a Misericórdia pelas suas rendas [...] Tem Misericórdia, cuja origem por antiga não consta» (MP, 1758: vol. 18, n.º (j) 5, p. 39-44). Existe, no entanto, um alvará régio datado de 24 de maio de 1630, no qual se diz que Pedro Afonso de Paiva devia abandonar os cargos de escrivão da Misericórdia e de mordomo da Confraria do Santíssimo Sacramento, por ser cristão-novo. É certo que há uma forte tradição local – aliás seguida pela UMP / Melícias (2000) – de que esta Santa Casa teria sido fundada cem anos antes em 1530, porém sem provas;
- Idanha-a-Nova, Alcafozes: dizem as *MP* «Tem Casa de Misericórdia. A sua origem é muito antiga. Segundo consta dos livros, se acha aprovada com provisão de Sua Majestade novamente passada no ano de 1741, a doze de abril do dito ano, contados os despachos e requisitos necessários» (MP, 1758: vol. 1, n.º 74, p. 531-540);
- Idanha-a-Nova, Idanha-a-Velha: dizem as mesmas *MP*: «Tem Casa de Misericórdia [mas não hospital]. Ignora-se a sua origem; tem de renda doze alqueires» (MP, 1758: vol. 18, n.º (j) 6, p. 45-60). Existe ainda a igreja da Misericórdia local e através dela ficamos com a certeza de que, tanto esta como a sua irmandade, remontam pelo menos ao século XVII;
- Idanha-a-Nova, Ladoeiro: acerca da Santa Casa desta terra, sabe-se que já existia em dezembro de 1581, já que a 21 desse mês recebeu um alvará de Filipe I a autorizar a Irmandade local a vender as ervagens do concelho com vista à construção da respetiva Casa ou capela da Misericórdia, que ainda existe. As *MP* confirmam a existência, mas sem indicação de datas (MP, 1758: vol. 19, n.º 5, p. 23-26);
- Idanha-a-Nova, Medelim: também desta terra as *MP* confirmam a existência, porém sem avançar data alguma: «Tem casa da Misericórdia munto incapaz e não se sabe qual foi a sua origem por ser antiga» (MP, 1758: vol. 19, n.º 5, p. 23-26). A partir de um registo de óbito de 3 de maio de 1742, em que esta Santa Casa é mencionada, tem-lhe sido atribuído esse ano como referência; mas a fundação deve ser anterior;
- Idanha-a-Nova, Monsanto: é tradição local que a Santa Casa Monsanto foi fundada no ano de 1500, data aceite sem crítica por Melícias (2000). A respetiva igreja é, de facto, muito antiga, mas não do dealbar do século XVI. O mais que se consegue alcançar é um alvará de Filipe I, datado de 13 de maio de 1581, em que a Irmandade Monsanto é autorizada a usar dos privilégios concedidos às demais misericórdias do reino;
- Idanha-a-Nova, Proença-a-Velha: Goodolphim e Silva Correia indicam 1500 como o ano da fundação, mas esta é uma data aleatória que carece em absoluto de validação. Dizem dela as *MP*: «Tem esta terra uma Casa chamada Hospital aonde se recolhem alguns passageiros sem renda alguma [...] Tem Casa de misericórdia, e não consta da sua origem» (MP, 1758: vol. 30, n.º 263, p. 1969-1974). Existe, porém, um alvará régio de 6 de agosto de 1618 a autorizar os oficiais da câmara local a dar vinte mil réis à respetiva Irmandade, por três anos, devido à sua pobreza; donde apenas se prova que esta Santa Casa já funcionava antes.
- Idanha-a-Nova, Rosmaninhal: no arquivo desta Santa Casa o mais que se alcança é um livro de Atas que vai de 1855 a 1908, mas as *MP* já a atestam: «Tem [a vila] Casa de Misericórdia; a sua origem foi o zelo e a piedade dos fiéis vizinhos, por bula no ano de 1582. Tem alguma renda de terras, que lhe tem deixado a piedade dos Irmãos (...) e tem mais duas casas contíguas, em que algum enfermo o poderão remeter para a Misericórdia de Castelo Branco»

(MP, 1758: vol. 32, n.º 163, p. 983-988). É possível que a dita bula fosse, afinal, algum alvará régio desconhecido. Há, pois, que aceitar a referida data, já que o prospeto da capela local é típico dessa época e se sabe que esta Casa já funcionava no tempo dos Filipes;

- Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo: há quem afirme, conquanto sem elementos probatórios, que tanto a irmandade como a sua igreja da Misericórdia remontam a 1505, a partir de uma confraria do Espírito Santo que haveria na povoação. Parece, todavia, mais seguro aceitar a fundação por um alvará régio de 3 de julho de 1586. As *MP* dizem apenas que «Tem hospital, que é administrado por um religioso de S. João de Deus [...] Há também Casa da Misericórdia, porém [...] não consta da sua origem, porque como esta praça está fronteira à Espanha se diz que na invasão desta todos os papéis padeceram ruína» (MP, 1758: vol. 33, n.º 33, p. 214-214).
- Idanha-a-Nova, Segura: as *MP* informam-nos que esta vila tinha Casa da Misericórdia, fora dos muros da praça, mas nada mais avançam quanto às origens. É provável que estas remontem a cerca de 1600, pois que não só o edifício da respetiva igreja aponta para esse tempo como também existe um registo de óbito datado de 22 de abril de 1616 a dizer-nos que uma moradora local, Catalina Luís, falecera nesse dia com testamento e que foi enterrada na Misericórdia;
- Oleiros: sabe-se que houve um alvará régio de 20 de maio de 1578 a mandar anexar o hospital local à Misericórdia e consta ter havido um auto de posse a 4 de abril de 1584, mas este desapareceu. Antigo na Casa é um livro de registo de irmãos iniciado em 1634;
- Oleiros, Álvaro: a informação das *MP* é preciosa: «Tem Casa de Misericórdia, fundada no ano de 1597 em os 29 de julho por Catarina Garcia, viúva de Manuel Gomes Curado, e por seus filhos Bartolomeu Gomes Curado e Ana Curada da Vide, nas suas casas, por escritura feita pelo tabelião Mendo de Siqueira (...); e tem irmandade de cem irmãos, compromisso confirmado por Sua Majestade no ano de 1642» (MP, 1758: vol. 3, n.º 39, p. 301-312);
- Penamacor: dispomos de muito pouca informação acerca desta Santa Casa, pelo que nos valem, uma vez mais, das *MP*: «Está nesta freguesia [Santiago] a Santa Casa da Misericórdia, e mostra ser muito antiga, porque nos livros que nela há não consta quem foi o seu fundador, e somente em um livro de mil quinhentos e sessenta e sete tivera um hospital de Santo Lázaro, chamado antes hospital da Gafaria, e ainda hoje conserva um hospital chamado da Misericórdia (...) E em outro livro se acha que no dia vinte e nove do mês de Março do ano de mil seiscentos e noventa se erigiu nesta terra a irmandade dos Passos (...) que ainda hoje se conserva, para o que alcançaram Bula Pontifícia (...) e consta esta irmandade de um provedor, escrivão, capelão e doze mordomos e um andador» (MP, 1758: vol. 28, p. 934).
- Proença-a-Nova: desconhece-se a data exata de fundação. Parece que há referências num alegado alvará manuelino de 1513 que se reportará a uma casa caritativa do género, porventura, de uma albergaria. Dizem as *MP*: «Há um hospital, de cujo princípio não há memória, e só sim de que foi antigamente administrado pelo provedor e irmãos de uma albergaria que houve e se extinguiu pela ereção de uma misericórdia. Esta teve o seu princípio em o ano de 1549, como consta de uma provisão que se conserva do senhor rei D. João III, dada em Lisboa a 22 de outubro do dito ano» (MP, 1758: vol. 30, n.º 262, p. 1959-1968). Afora isto, a documentação mais antiga em arquivo é de 1557 (compromisso e licenças);
- Proença-a-Nova, Sobreira Formosa: as *MP* dizem-nos apenas que «Tem casa de Misericórdia, cuja origem é imemorial; tem de renda 124 alqueires de pão meado» (MP, 1758: vol. 35, n.º 197, p. 1441-1446). Já Silva Correia indica 1598, sem mais. O documento mais antigo em arquivo é de 1831, respeitante à eleição de irmãos, data esta demasiado tardia e que não se coaduna com as demais fontes;
- Sertã: existe em arquivo um compromisso de 1530 e um rol de provedores a partir de 1542. E dizem as *MP*: «Tem esta vila um hospital, que administra a Casa da Misericórdia. Tem esta vila casa de Misericórdia, que teve seu princípio de uma irmandade e pós el-rei D. Dinis foi constituída Casa de Misericórdia» (MP, 1758: vol. 10, n.º 276, p. 1881-1888). Silva Correia indica 1695 como ano de fundação; a UMP (2000), refere 1516 (!!!). Contudo, esta última data, a ter algum valor, seria decerto a do Compromisso cedido pela Casa-mãe de Lisboa;

- Sertã, Pedrógão Pequeno: são mais uma vez as *MP* que nos esclarecem acerca da fundação: «Tem a mesma [vila] hospital que administra a Casa da Misericórdia, à qual o uniu o Sr. Rei D. Sebastião. Tem dentro da vila, e junto da do hospital, Casa da Misericórdia, a qual se erigiu por provisão do dito Sr. el-rei D. Sebastião» (*MP*, 1758: vol. 28, n.º 106, p. 689-696). O livro mais antigo em arquivo vai de 1612 a 1667 (escrituras);
- Vila de Rei: Goodolphim e Silva Correia indicam o ano de 1581, data que parece aceitável em face da documentação paroquial conhecida e que a situa por volta desse ano. Estranhamente, a edição UMP / Melícias (2000) refere a data de 26 de março de 1948;
- Vila Velha de Ródão: As *MP* são taxativas: «Não tem hospital nem casa de misericórdia» (*MP*, 1758: vol. 40, n.º 264, p. 1623-1626). Tanto a documentação em arquivo como a UMP / Melícias (2000) apontam-lhe 4 de agosto de 1930 como data de fundação.

Ora, em face desta análise de conjunto de 30 Santas Casas, ao todo, no distrito, creio que será possível um exercício de sistematização, a partir do qual poderemos extrair algumas ilações: metade destas Casas de Misericórdia ignora os seus começos, não conseguindo aduzir ou reclamar uma data fundacional concreta; a outra metade, uma parte significativa reivindica datas que não consegue comprovar documentalmente, casos de Idanha-a-Nova, Monsanto, Proença-a-Velha, Salvaterra, Proença-a-Nova, Sertã e, no final, se verá se o caso do Fundão se deve integrar também neste grupo. A Santa Casa de Castelo Branco parece ser a única que reivindica e comprova uma datação recuada ao ano de 1514, no reinado de D. Manuel. Teria havido outras, de cuja criação não ficou memória escrita? É possível. Não deixa de surpreender o elevado número de Misericórdias espalhadas pelo atual concelho de Idanha-a-Nova, dez ao todo! E ainda há quem levante a hipótese de ter havido mais duas, em Penha Garcia e Zebreira, o que não se confirma. No global, verifica-se uma forte tendência (re)organizativa no período filipino, o que parece ir de encontro à tese de Isabel dos Guimarães Sá: «A boa fortuna das Misericórdias consolida-se em grande parte a partir dos Filipes» (Sá, I. G.). E, na verdade, centra-se nesses reinados boa parte das confirmações régias dos *compromissos* próprios das Misericórdias desta zona, que passam a constituir um símbolo de identidade local. É de registar ainda a existência de alguns casos concretos de influência fundacional a partir do culto ao Espírito Santo, por exemplo em Belmonte, Monforte da Beira, Salvaterra do Extremo, bem como da interferência de elementos ligados ao sector dos cristãos-novos: Idanha-a-Nova, talvez Idanha-a-Velha e Fundão.

5. FUNDAÇÃO DA SANTA CASA DO FUNDÃO

Como é do conhecimento geral – e este Congresso prova – a Santa Casa fundanense está a comemorar os seus 500 Anos, o que significa que teria sido fundada em 1516, uma data que no contexto geral pode ser considerada bastante “recuada”. Mas, há sempre um *mas...*, em face do que vimos anteriormente das outras 29 congéneres, é caso para nos interrogarmos, ao jeito de “dúvida metódica”: terá sido mesmo nesta data? Como é que surgiu esta cronologia? E que provas existem ou foram intentadas para se chegar a ela? Convenhamos que são questões muito pertinentes e que, em nome da verdade histórica e dos fundamentos desta instituição, importa debater.

Antes de mais, convém notar que os autores que se dedicaram ao estudo das origens, Goodolphim e Silva Correia, ambos incluem esta Santa Casa entre as de datas de fundação “ignoradas ou mal definidas”. Quanto aos autores locais – alguns que até foram diligentes provedores da Casa – também pouco conseguiram. José Germano da Cunha, um dos mais creditados e que tanto investigou acerca dela nos livros mais antigos que encontrou no seu arquivo, foi um deles. Ao tentar compor uma *Notícia histórica da Santa*

Casa da Misericórdia do Fundão e seus caridosos benfeitores (1870), já então se confessava de certo modo desiludido e algo baralhado com os resultados obtidos:

«A respeito da origem do hospital desta vila e da irmandade que o protege, pouco pude saber: nada há de positivo e terminante com relação aos nomes dos seus instituidores, nem às épocas de seus donativos e em que estes consistiram. Só parece que os seus instituidores foram o dr. Domingos da Cunha e sua mulher D. Brites, pela menção que deles se faz no art.º 31.º do Compromisso, que data de 1685 (...) É contudo evidente que, sendo o Fundão simples lugar, termo da Covilhã, baixou um alvará régio em 17 de Outubro de 1595, que concedia a esta irmandade usar do compromisso da de Lisboa, no que podesse ser» (CUNHA, J. G., 1892: 32).

Outro autor foi o Dr. Alfredo da Cunha, filho do precedente. E que disse ele? Acabou por não ir muito além da conclusão expressa pelo pai, intuindo, no entanto, que a Santa Casa já existisse «pelo menos desde o reinado do Cardeal D. Henrique» (1578-1580):

Estudando a documentação referente à Misericórdia fundanense, cheguei a concluir que ela se regera, até 1595, por um compromisso “muito velho e antigo” “confirmado pelos reis passados” (anteriores a Filipe II de Portugal), como se declara na petição do provedor e irmãos, em virtude da qual foi passado o alvará de 17 de Outubro do citado ano, que os autorizava a usar do Compromisso da Misericórdia de Lisboa, “naquelas cousas em que se lhe pode aplicar” (CUNHA, A., 1925, e 1944: 355).

Consultámos também o *Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras e Misericórdias – Distrito de Castelo Branco* que diz assim:

Histórico: A fundação da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, cuja data exacta se desconhece, deve remontar aos finais do século XVI». E prossegue: «O documento mais antigo encontrado no espólio documental do Arquivo desta instituição é um alvará de 1582 [30 de Julho], pelo qual o Rei Filipe I determina que Jerónima de Sousa venda uma vara de terreno do seu quintal contíguo à parede da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (MONTEIRO, A., coord., 1998: 91)

Quisemos, entretanto, saber o que pensam outros autores que trabalharam sobre o Fundão. Diz-nos uma conservadora e museóloga que bem conheceu esta Casa, a Dr.^a Clara Vaz Pinto: «É-nos desconhecida a data em que se constituiu a irmandade da Misericórdia do Fundão, mas podemos colocá-la com certa segurança no último quartel do séc. XVI» PINTO, C.V., 1991:16). Diz também o historiador e museólogo Dr. Mendes Rosa (2005: 34): «1516 (?) – «Ano eventual da fundação da Misericórdia do Fundão». «Alguns autores sustentam que a sua criação é mais tardia (1580)» (ROSA, J. M., 2005: 34). E até um creditado autor, o atual vice-provedor, Dr. Miguel Nascimento (2014: 118), escreveu:

Sabemos todos que existem muitas dificuldades na referência cronológica deste tempo e que é uma tarefa complexa identificar com rigor, entre outros, a data da construção do primitivo Hospital da Misericórdia. Existem, desde há muito, algumas abordagens interessantes que carecem de maior estudo e aprofundamento (NASCIMENTO, M., 2014: 118).

Ora, concordo em absoluto: «maior estudo e aprofundamento». E é exatamente isso que estamos aqui a tentar fazer. Pois bem, de fonte limpa e absolutamente segura, o que se apura é que existe na Santa Casa do Fundão um exemplar impresso d’*O compromisso da Confraria da Misericórdia* [de Lisboa], datado de 1516 e semelhante ao que existe noutras Misericórdias do país, em cuja página de rosto alguém inscreveu posteriormente as palavras “do Fundão”. Mas, atenção, facto muito importante: apura-se também que, apensa ao mesmo exemplar, existe uma folha manuscrita em que se podem ler claramente estas

palavras: «Este compremiso mandou trazer [subentenda-se de Lisboa] o doutor André Esteves no anno de 1586»; e ainda uma outra, em que um provedor escreveu: «Este Livro do compromicio achei por arrumar, e por me parecer conviniente o numerei no Alto de cada folha em 15 de maio de 1695. O provedor Francisco Rodrigues e Britto».

Por conseguinte, de posse destes preciosos informes e sobretudo do primeiro, parece-nos óbvia e inevitável uma conclusão: este Compromisso não “nasceu” cá e só cá chegou em 1586, trazido por alguém de cá que o obteve diretamente da Casa-mãe. Entretanto, levados por natural curiosidade, quisemos saber algo mais a propósito do ilustre intermediário: quem seria o citado Dr. André Esteves? E conseguimos. Com efeito, ele surge-nos com alguma frequência nos registos paroquiais do Fundão da década de 80 do século XVI. Era médico, natural de Penamacor, mas vivia no Fundão casado com Ana Lionel, de quem teve geração. Ela faleceu no Fundão, a 26 de agosto de 1590, enquanto ele veio a finar-se a 14 de junho de 1602, em Castelo Branco. Já quanto ao provedor Francisco de Brito, faleceu no Fundão a 28 de novembro de 1696, deixando por testamenteiros sua mulher, D. Maria Tavares Fontes, e seu filho desembargador, Francisco de Brito Homem, ficando sepultado em S. Francisco.

E em face do exposto, é-nos lícito congeminar a seguinte teoria: Antes de 1580 já havia Misericórdia no Fundão, mas esta regulava-se por um regimento interno, próprio; no ano de 1586, foi trazido de Lisboa pelo Dr. André, médico que serviria na Misericórdia fundanense, o exemplar impresso do Compromisso da Casa-Mãe, datado de 1516; depois disso, pediram os responsáveis locais autorização ao monarca para o poderem usar, o que seria concedido por alvará régio de 17 de outubro de 1595, vigorando quase um século. Chegados a 1685, encontrando-se esse documento já muito velho e desadequado, entenderam os mesários desse ano, com o Pe. José Álvares Gramacho como provedor, que ele deveria ser atualizado e elaboraram, então, «para melhor governo da Irmandade e serviço de Deus», uns “Estatutos”, exemplar esse bem conhecido. Dez anos depois, em 1695, sendo provedor desta Casa o supracitado Francisco de Brito, encontrando ele o velho Compromisso «por arrumar», já em desuso, arquivou-o cuidadosamente com nova capa e numeração de páginas.

Tudo indica, assim, que seja esse exemplar lisboeta de 1516, impresso nessa data por Valentym Fernandez e Herman de Kempis ou Campos, aquele que esta Santa Casa usou e tomou por referência como seu texto fundacional. A exemplo de quase todas as Misericórdias do reino, ele também chegou ao Fundão sim, mas apenas em 1586! Só que... ainda assim, levanta-se sobre ele mais uma questão: segundo informa o nosso amigo e probo investigador Dr. José Manuel Vargas, parece que o exemplar existente no Fundão não é de 1516, mas sim uma impressão contrafeita depois de 1540, talvez em 1543, conforme revelaram estudos incluídos no catálogo da exposição “Um Compromisso para o futuro”, patente na igreja de S. Roque de Lisboa (SCML, 2017). E, deste modo, até a data de 1516 fica posta em causa!...



Fig. 6 – Página de rosto do *compromisso* da Misericórdia de Lisboa (de 1516, impressão de 1543?), na qual foram posteriormente inscritas as palavras «do Fundão»

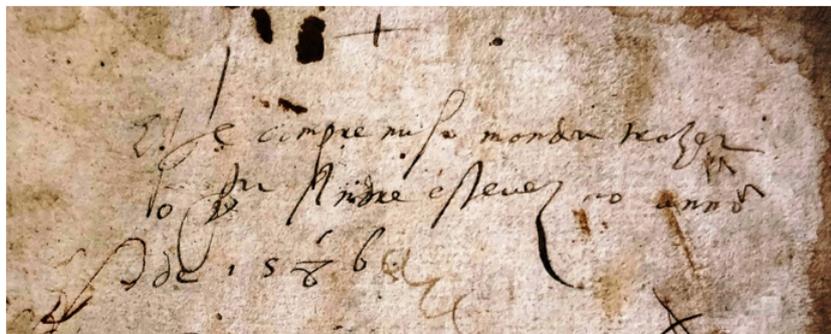


Fig. 7 – Nota apensa ao referido compromisso datada de 1586, ano em que o mesmo foi levado para o Fundão

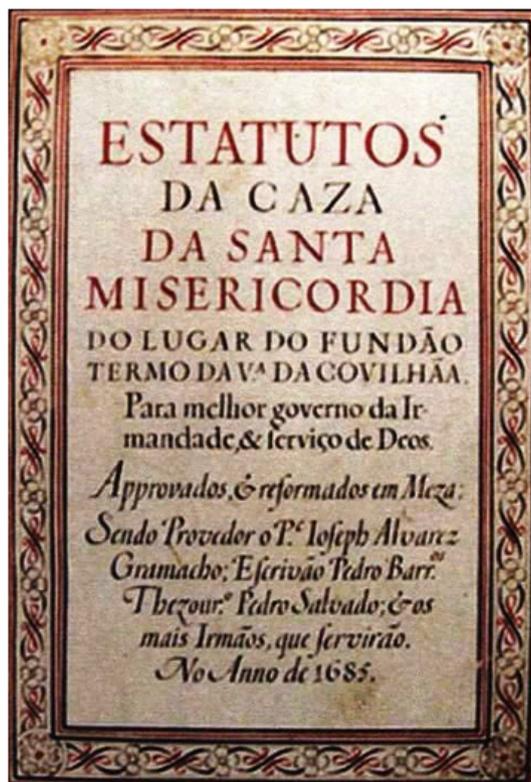


Fig. 8 – O exemplar de 1685 (N.B.: o Pe. José Álvares Gramaxo, aqui citado como provedor, faleceu no Fundão a 19.10.1700, sendo sepultado em S. Francisco)

Admitamos, contudo, que o exemplar do Fundão seja uma impressão autêntica, não contrafeita. Em face do que fica dito, como será possível manter a *fundação* da Santa Casa fundanense na data que a mesma tem vindo a apropriar-se? Por outras palavras, que provas temos nós de que em 1516 já existia nesta então aldeia ou lugar do Fundão uma Santa Casa da Misericórdia? E, se não existia nesta data, quando é que ela passou a existir? É certo que já estava reconhecida como tal em 1586; mas – pergunta-se – não poderia ter sido fundada antes? Procuremos então penetrar um pouco mais fundo na documentação, em busca de uma outra possível data.

Vimos atrás que a Santa Casa já era referida num alvará de 1582. Ora, podemos hoje recuar um pouco mais. O Dr. Mendes Rosa referiu no seu estudo citado que em 1560 decorria em Roma, «uma questão entre um antigo pároco do Fundão (Gil Fernandes) e um tal Álvaro Barreiros, talvez provedor da Misericórdia [sic], devido a eventuais ingerências da paróquia naquela instituição», uma questão que «duraria até, pelo menos, 1562». Se assim fosse, teríamos uma Santa Casa já instituída por volta de 1560. Mas parece que não. Álvaro Barreiros não se confirma como provedor, mas sim como prior do Fundão, que o foi até morrer (em 1577), pelo que a questão deveria ser outra, que não relacionada com este assunto da Misericórdia.

Das nossas investigações, o mais que conseguimos foi um registo paroquial da freguesia de S. Martinho do Fundão, de 1579, a testemunhar um enterramento na Misericórdia. Vem no livro de Mistos n.º 1, Óbitos, na fl. 370v., e diz que, no mês de Outubro de 1579, Heitor Lopes e sua mulher faleceram no mesmo mês e jazem na Misericórdia com testamento. É este o primeiro testemunho encontrado porque os assentos do Fundão só começam em 1578. Depois deste, há outros, caso de uma mulher (fl. 373), Maria Dias, moradora da rua de Galegos, que faleceu aos 15 de junho do ano de 1581 e fez

testamento, tendo sido seus testamenteiros os Irmãos da Misericórdia, e foi sepultada no adro da igreja.

Donde, para já, uma certeza nos fica: pelo menos em 1579, antes do domínio filipino, já havia Santa Casa do Fundão. Porém, se seguirmos atentamente os ditos assentos paroquiais e os relacionarmos com os acontecimentos sociopolíticos que tiveram lugar no Fundão por essa altura, designadamente o chamado “alvoroço judaico”, creio que seja possível intuir algo mais. É que o peso e a influência dos cristãos-novos nesta terra eram grandes e não será de estranhar que este sector populacional tivesse então algum envolvimento na matéria. Vimos atrás um flagrante exemplo dessa interferência a propósito da Santa Casa de Idanha-a-Nova. Afirmou-o já também um autor que estudou esta matéria, António Maria Romeiro Carvalho (2015): «Não admira que muitos judeus e/ou cristãos-novos tenham aderido e ajudado a fundar Irmandades e Capelas da Misericórdia».

Ora, no caso de Fundão isto torna-se-nos também pertinente. Com efeito, examinando os seus registos paroquiais, surgem-nos múltiplos exemplos de indivíduos e famílias claramente identificados como cristãos-novos, alguns deles até perseguidos e condenados pela Inquisição, que são sepultados na Misericórdia e não na igreja, alguns deles com testamento. Começemos pelo caso do Heitor Lopes acima citado: dele não temos certezas, mas havia no Fundão nessa altura vários membros uma família Lopes, cristãos-novos, que são sentenciados na Inquisição de Lisboa. A 2 de agosto de 1581, é ali enterrado Jorge Rodrigues. Ora havia no Fundão um Jorge Rodrigues, que fora casado com Helena Henriques, cristã-nova (=XN), sentenciada em 1584. E muitos outros assim designados foram recebendo como última morada a Misericórdia: em 16 de março de 1588, uma filha de Gaspar Rodrigues; a 2 janeiro de 1593, a mãe de Gonçalo Rodrigues que. em 1580, era alfaiate, juiz da vila, tido por cristão-novo e, como tal, interveio no motim de 22 de Novembro; em 27 de janeiro de 1594, Marquesa Mendes, mulher de Diogo Nunes da Cunha, XNs; a 10 de outubro de 1594, Clara Henriques, mulher de Diogo Vaz mercador, XNs; a 5 de abril de 1629, Brites Rodrigues, irmã de António Fernandes o “Sete Cabeças”, XNs; em 8 de novembro de 1641, o “Sete Cabeças”, mercador no Fundão, que era filho de outro António Fernandes Cabeças e de outra Beatriz Rodrigues, todos XNs, denunciado em 1609 e preso em 1616, casado com Guiomar Henriques (XN também presa), ambos antepassados do poeta Fernando Pessoa; e em 30 de junho de 1644, a dita Guiomar Henriques. Enfim, o rol poderia continuar com outros Henriques, Fernandes, Nunes, Cunhas, que foram sendo sepultados na Misericórdia, alguns avoengos diretos do Poeta, cujas raízes nesta terra estão bem documentadas (SILVA, J. C. 2006: 15-41). Aliás, se a onomástica familiar tivesse funcionado à letra, pela varonia, ele teria por apelido Cunha e não Pessoa, a partir de seu trisavô Gaspar Pessoa da Cunha, XN nascido no Fundão em 30 de março de 1746.

Daqui a nossa concordância com Carvalho (2015: 202), quando este citado autor afirma: «É nossa hipótese, mais do que forte convicção, que os cristãos-novos não só contribuíram para as Misericórdias do Concelho de Idanha-a-Nova, como tiveram lugares na Mesa e/ou forte influência nelas. Mais que, de forma não declarada, isto é, não às claras, estiveram na base, foram motor, da fundação das ou de algumas das Misericórdias da Raia Centro e da construção das suas capelas». E o mesmo terá acontecido, com maior ou menor empenho, noutras terras da Beira como o Fundão, apesar dos impedimentos legais de esses indivíduos incorporarem as irmandades da Misericórdia.

Ao que consta por tradição, a primeira instalação terá surgido na zona da Quintã, num prédio que existiu na atual Rua da Misericórdia Velha, prédio esse identificado na foto infra com um portal em arco ogival, o qual foi demolido há bastantes anos e substituído pelos atuais n.ºs 24-26. Quanto à chamada “Misericórdia Nova”, igreja, irmandade e

hospital, junto à matriz, é obviamente mais tardia e foi sofrendo bastantes alterações ao longo dos tempos.



Fig. 9 – A chamada Misericórdia Velha



Fig. 10 – Misericórdia Nova (foto de c. 1906)

Numa tentativa de síntese final, deixo um quadro geral do que fica dito acima deixamos quadro sùmula da fundação de misericórdias na dita Beira Baixa.

| Localidades | Aduzida | Comprovada | Provável/ proposta |
|------------------------------------|-------------|-------------|----------------------------|
| Belmonte | 1600 | 1611 | 1611? |
| Castelo Branco | 1514 | 1514 | 1514 |
| C.B. – Alcains | 1742 | 1742 | 1742 |
| C.B. – Monforte | ? | 1608 | 1608 |
| C.B.-S.Vicente da Beira | ? | 1572 | 1572? |
| C.B. – Sarzedas | ? | 1590 | 1590? |
| Covilhã | 1577 | 1539 | antes de 1539 |
| Fundão | 1516 | 1579 | antes de 1579 |
| Fundão – Alpedrinha | ? | 1588 | 1588 |
| Fundão – Castelo Novo | ? | 1584 | a.1584 |
| Fundão – Soalheira | 1694 | 1694 | 1694 |
| Idanha-a-Nova | 1530 | 1630 | 2. ^a metade XVI |
| I.N. – Alcafozes | ? | 1741 | a.1741 |
| I.N. – Idanha-a-Velha | ? | séc. XVII | a.séc. XVII |
| I.N. – Ladoeiro | ? | 1581 | a.1581 |
| I.N. – Medelim | ? | 1742 | a.1742 |
| I.N. – Monsanto | 1500 | 1581 | a.1581 |
| I.N. – Proença-a-Velha | 1500 | 1618 | a.1618 |
| I.N. – Rosmaninhal | 1582 | 1582 | 1582 |
| I.N. – Salvaterra | 1505 | 1586 | 1586 |
| I.N. – Segura | ? | 1616 | a.1618 |
| Oleiros | ? | 1578 | a.1578 |
| Oleiros – Álvaro | 1597 | 1597 | 1597 |
| Penamacor | ? | 1567? | 1567? |
| Proença-a-Nova | 1513 | 1549 | 1549 |
| Sobreira Formosa | 1598 | ? | finais séc. XVI |
| Sertã | 1516? | 1530 | 1530? |
| Sertã – Pedrógão Peq. ^o | ? | ? | 2. ^a metade XVI |
| Vila de Rei | 1581 | 1581? | 1581? |
| Vila Velha de Ródão | ? | 1930 | 1930 |

Quadro 1 – Fundação de Misericórdias nas localidades beirãs
(aduzida, comprovada, prováveis e proposta)

A CONCLUIR

Em suma, conquanto fiquem por aclarar múltiplas facetas da história local / regional, prova-se que são bastante díspares as origens das Santas Casas de Misericórdia destas terras beirãs. Quanto à fundação desta Santa Casa do Fundão, e conforme ao que já dizia Germano da Cunha, há mais de 100 anos, a minha opinião é esta: a data de 1516 é somente a de um documento de Lisboa, Compromisso da Casa-Mãe, que não traduz necessariamente uma fundação, nem no Fundão nem em qualquer outra parte. E assim sendo, o mais que se pode afirmar é que a Irmandade fundanense surgiu sim, à imagem da congénere de Lisboa, em data incerta, porventura já na segunda metade do século XVI, beneficiando de uma conjuntura favorável e de um forte dinamismo local, a que não terá faltado o apoio do setor mercantil dos cristãos-novos.

Mas, que fique claro: esta foi uma abordagem que, pela sua especificidade e limitações, não pretendeu de forma alguma ser a última palavra sobre a matéria. Direi mesmo que, embora alicerçado em documentação sólida e metodologia tanto quanto possível rigorosa, as conclusões a que chegamos são por enquanto uma tese pessoal, que deverá ser objeto de crítica construtiva e de continuidade, em ordem ao apuramento definitivo da verdade. De resto, queremos registar que foi com muito agrado e muita honra que acedi ao convite para participar na realização deste evento, pois que com maior ou menor oportunidade, maior ou menor rigor histórico, ele pretende assinalar um tempo longo – 500 anos mais coisa menos coisa, que a cronologia exata é irrelevante e meio milénio de vida é muita vida!

Mercê de tal peso histórico, tem esta efeméride vindo a ser assinalada noutras cidades e vilas. Nalgumas houve já grandes festividades e manifestações; noutras optou-se também pela comemoração pelo livro, com publicação de estudos que assinalassem e permitissem um maior e mais sólido conhecimento da História Local. Agora, aqui, na cidade do Fundão, surgiu a iniciativa deste Congresso. Seria profundamente injusto para os instituidores e continuadores de todas as épocas, beneméritos, dirigentes, confrades, colaboradores e utentes, nada se fazer. Esta evocação é, por isso, também uma homenagem a todos eles, do passado e do presente. Evocação e investigação acabada? Obviamente que não. Há um desafio, retirado de uma máxima evangélica, que encontrei inscrito numa Santa Casa da Misericórdia e que aqui deixo: «*Quaerite et invenietis*». Procurai e encontrareis. Pela nossa parte, para este evento, fizemos o que podíamos. Parabéns, Misericórdia do Fundão.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, António Maria Romeiro (2015). Misericórdias do Concelho de Idanha-a-Nova. Judeus e cristãos-novos na sua fundação. In; Açafa On-line 10: 198-215.
- CORREIA, Fernando da Silva (1944). Origens e formação das Misericórdias Portuguesas. Lisboa: Henrique Torres.
- CORREIA, Manuel Antunes (1971). Subsídios para a História da Santa Casa do Fundão (séculos XVI-XVIII). Dissertação de licenciatura à F.L. Coimbra (policópia).
- CUNHA, Alfredo da (1925). A Santa Casa da Misericórdia do Fundão. Oficinas de O Comercio do Porto.
- CUNHA, Alfredo da (1944). Achegas para a História da Vila do Fundão. In: Subsídios para a História Regional da Beira Baixa. vol. II, tomo 3: 345-574., Castelo Branco.
- CUNHA, José Germano (1892, reed. 1992). Apontamentos para a História do Concelho do Fundão. Lisboa: reed. Jornal do Fundão Editora.
- GOODOLPHIM, Costa (1897, reed. 1998). As Misericórdias. Lisboa: Livros Horizonte.
- MELÍCIAS, Vítor (dir.) (2000). As Misericórdias de Portugal. Lisboa: UMP.
- MONTEIRO, Amadeu (coord.º) (1998). Recenseamento dos Arquivos Locais – Câmaras Municipais e Misericórdias. Vol. 10 – Distrito de Castelo Branco: IPCM / Ministério da Cultura.
- MP (Memórias Paroquiais). Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1758). vols. 1, 6, 18, 19, 24, 30, 32, 33, 34, 35, 39, e 40.

NASCIMENTO, Miguel (2014). Santa Casa da Misericórdia do Fundão: Uma marca social com 500 anos de História. In *Medicina na Beira Interior da Pré-história ao século XXI*. Cadernos, 28: 117-121.

PINTO, Clara Vaz (1991). O hospital da Santa Casa da Misericórdia do Fundão. In *Medicina na Beira Interior da Pré-história ao século XXI*. Cadernos, 3: 16-20.

ROSA, João Mendes (2005). *Fundão – História Cronológica*. Fundão: Câmara Municipal.

SÁ, Isabel dos Guimarães (1997). *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*. Lisboa: CNCDP.

SÁ, Isabel dos Guimarães (2001) *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte.

SCML (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) (1516). *O Compromisso da Confraria da Misericórdia*, per Valentym Fernandez e Hermam de Campos. Exemplar online: res-4405-v.

SCML (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) (2017). *Um Compromisso para o futuro. 500 anos da 1.ª edição impressa do Compromisso da Confraria da Misericórdia*. Lisboa: Publicações do Museu de S. Roque

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1998). *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos anos de História*. Lisboa: Livros Horizonte e Misericórdia de Lisboa.

SILVA, Joaquim Candeias da (2002). *Concelho do Fundão – História e Arte*. Câmara Municipal do Fundão.

SILVA, Joaquim Candeias da (2006). *A ascendência fundanense de Fernando Pessoa*. In: *Eburobriga*. Fundão. n.º 4: 15-42.

VICENTE, Maria da Graça (2015). *Povoamento e Propriedade entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII-XIV)*. Lisboa: Colibri.

NOTA BIOGRÁFICA DO AUTOR

Joaquim Candeias da Silva é Mestre em História Moderna e Doutor em Letras (História) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi professor nos ensinos secundário e superior, orientador pedagógico e investigador, presentemente aposentado. Enquanto historiador tem-se dedicado em particular ao estudo da História Moderna portuguesa e das Áreas Regionais (incluindo o seu concelho – Fundão), tendo produzido até hoje dezena e meia de livros autónomos e já perto de três centenas de estudos e artigos, estes dispersos por jornais e revistas, assim como em livros de Atas e Memórias dos colóquios, jornadas, congressos e outros eventos em que tem participado. É membro, entre outras agremiações científicas, da Academia Portuguesa da História.



Misericórdia de Barcelos

Fonte: Ilustração Portuguesa, de 1 de Junho de 1908.

As Misericórdias em 1758: subsídios para a sua história

The Mercies in 1758: subsidies for its history

JOÃO COSME

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Faculty of Letters of the University of Lisbon

RESUMO

O levantamento de nove dos quarenta volumes das Memórias Paroquiais de 1758 permitiu identificar, em 825 delas, 88 misericórdias, que espelham a realidade assistencial do país, em extrapolação, tendo em conta as diferentes províncias em que o país estava então dividido. Corrobora-se que aquelas instituições foram levadas a cabo particularmente no século XVI e a partir de Lisboa em grande percentagem no Alentejo e na Estremadura. Confirma-se ainda que apenas algumas apresentavam ao tempo uma capacidade financeira considerável.

PALAVRAS-CHAVE

Assistência, Capacidade financeira, Misericórdias, Províncias.

ABSTRACT

The survey of nine of the forty volumes of the 1758 Parish Memories made it possible to identify, in 825 of them, 88 mercies, which mirror the reality of the country's assistance in extrapolation, taking into account the different provinces in which the country was then divided. It is here corroborated that these institutions were created mainly in the sixteenth century and, from Lisbon, extended to a large percentage to Alentejo and Estremadura. It is further confirmed that only a few of them presented considerable financial standing at the time.

KEYWORDS

Assistance, Financial capacity, Mercies, Provinces.

INTRODUÇÃO

É pacificamente aceite que a fundação das misericórdias deve ser inserida no âmbito do processo de centralização do Poder que ocorreu, em Portugal, no final do século XV e princípio do século XVI. A nova realidade económica e social, gerada essencialmente pelos Descobrimentos, demonstrava a insuficiência de capacidade que as instituições de “apoio social” vigentes manifestavam face aos novos desafios. Como este tempo de transição do séc. XV para o XVI foi também um período em que aconteceram várias reformas de cariz religioso, tendo em vista uma maior consonância entre alguns comportamentos societários e os postulados evangélicos, era necessário materializar elementos de uma nova praxis em prol dos grupos mais desfavorecidos. Foi neste contexto que a Corte, tendo por paradigma o conceito bíblico de Realeza, corporizou a implementação de um novo modelo de auxílio aos mais carenciados. Assim, na sequência de algumas medidas anteriormente postas em prática, quando D. Manuel I se encontrava em Castela para onde partira em 31 de Março de 1498, devido à morte de príncipe D. João, filho dos Reis Católicos, em 4 de Outubro de 1497, sua irmã, a Regente D. Leonor, rainha viúva de D. João II, inaugurou a Misericórdia de Lisboa.

Com a criação das misericórdias procurava-se materializar os princípios evangélicos corporizados nos Evangelhos (Mt. 25, 34-40):

«O Rei dirá, então, aos da Sua direita:

‘Vinde benditos de Meu Pai, recebei em herança o Reino que vos está preparado desde a criação do mundo. Porque tive fome e destes-Me de beber; era peregrino e recolhestes-Me; estava nu e deste-Me de vestir; adoeci e visitastes-Me; estive na prisão e fostes ter Comigo.

Então os justos responder-Lhe-ão:

Senhor, quando foi que Te vimos com fome e Te demos de comer, ou com sede e Te demos de beber? Quando Te vimos peregrino e Te recolhemos».

Estes princípios evangélicos tornaram-se imperativos éticos nos séculos XI/XII (Bento XVI, 2009: 39-40) e adquiriram uma dimensão normativa nas sete obras de misericórdia corporais que sempre convém relembrar nesta introdução a uma panorâmica das Misericórdias vigentes em 1758 em Portugal: dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; dar pousada aos peregrinos; assistir aos enfermos; visitar os presos; e enterrar os mortos.

1. MATERIAL E MÉTODO

No quesito nº 12, da 1ª Parte do inquérito enviado pelo Marquês de Pombal, a seguir ao terramoto de 1755, perguntava-se:

Se tem casa de Misericórdia, e que renda tem; e o que houver de notavel em qualquer destas cousas?

Assim, para tentar conhecer e caracterizar a realidade, no que tocava às misericórdias, procedemos ao seu estudo através do método de amostragem sistemática, estudando as respostas dos primeiros nove dos quarenta e um volumes que se encontram depositados na Torre do Tombo. Tal significa que o nosso trabalho teve por base 21,95% do *Corpus* documental. Por sua vez, nesses nove volumes pesquisamos 825 memórias, nas quais se encontraram referências a 88 misericórdias, cuja súmula se divulga nos nove quadros que seguem em anexo:

| Vol. | Nº de Memórias | Com Misericórdia |
|-------------|----------------|------------------|
| 1 | 83 | 11 |
| 2 | 74 | 12 |
| 3 | 79 | 18 |
| 4 | 90 | 3 |
| 5 | 91 | 14 |
| 6 | 100 | 8 |
| 7 | 99 | 7 |
| 8 | 98 | 7 |
| 9 | 111 | 8 |
| SOMA | 825 | 88 |

Quadro 1

2. A DISTRIBUIÇÃO DAS MISERICÓRDIAS POR PROVÍNCIA

Tendo como objectivo apresentar, de modo sistematizado, a distribuição destas instituições no espaço, recorreremos ao critério da província, as quais «continuaram sempre, como áreas de identidade geográfica e mesmo cultural, antes de voltarem a ser, novamente, em 1832, divisões administrativas» (OLIVEIRA, A., 2015: 69). A província parece-nos o critério espacial mais adequado de sistematização das localidades, tendo em conta o período histórico a que o nosso estudo se reporta. Pensamos que é a entidade que apresenta maior identidade geográfica, cultural e também, em nosso entender, económica.

Os resultados obtidos apresentam a seguinte distribuição:

| Província | Nº abs. | % |
|----------------|-----------|------------|
| Algarve | 6 | 6,8% |
| Alentejo | 28 | 31,8% |
| Beira | 15 | 17% |
| Douro e Minho | 7 | 8% |
| Estremadura | 27 | 30,7% |
| Trás-os-Montes | 5 | 5,7% |
| SOMA | 88 | 100 |

Quadro 2

A observação dos dados do quadro anterior leva-nos a destacar o número extremamente significativo de misericórdias que existiam nas províncias do Alentejo e da Estremadura, pois que nestas se situavam quase dois terços destas instituições. Seguiram-se em terceiro lugar a província da Beira e, num patamar um pouco distante, as províncias de Entre Douro-e-Minho, Algarve e Trás-os-Montes. É plausível que se conclua que a maior parte das misericórdias se localizavam na metade mais meridional de Portugal.

3. DISTRIBUIÇÃO DAS MISERICÓRDIAS PELA DATA DE FUNDAÇÃO

A data de fundação das misericórdias é outra variável que merece atenção. Como já fizemos referência, julgamos que a criação destas instituições deve ser contextualizada no plano histórico-sociológico. A propósito daquela, os resultados obtidos foram os seguintes:

| Cronologia | Nº abs. | % |
|----------------------------|----------------|------------|
| Até ao período Filipino | 20 | 22,73 |
| Durante o período Filipino | 15 | 17,04 |
| Após 1640 | 4 | 4,55 |
| Desconhece-se a data | 49 | 55,68 |
| SOMA | 88 | 100 |

Quadro 3

A maior parte da instituição destas instituições aconteceu no período anterior a 1580; todavia merece anotar que durante o período filipino (1580-1640) ainda foram constituídas 17% das 88 misericórdias encontradas. Deve, ainda, vincar-se que o número de misericórdias criadas após 1640 foi muito reduzido por um lado e, por outro, que os relatores paroquiais desconheciam a data de criação de um número muito elevado de misericórdias, cerca de 55,68%. Talvez este facto se deva à situação de crise e desorganização que grassava, em meados do século XVIII, numa parte muito significativa delas, quiçá ainda, ao distanciamento que muitos dos redactores paroquiais teriam em relação às mesmas. Os dados encontrados permitem realçar a ideia de que foi durante os reinados de D. Manuel I e de seu filho, D. João III, que as misericórdias foram criadas, se espalharam pelo País, se estruturaram e a sua presença se consolidou (LOPES, 2010: 48). Todavia, julgamos também que merece particular referência o período decorrente de 1580 a 1621, que corresponde aos reinados de D. Filipe II (1580-1598) e D. Filipe III (1598-1621), onde se observou também a criação de um número muito expressivo de misericórdias e a consolidação da estrutura económica e financeira de muitas outras. Foi, precisamente, durante o governo dos Reis Filipes que, num contexto histórico-sociológico de espiritualidade barroca, estas instituições receberam a denominação de “Santas Casas”.

4. DISTRIBUIÇÃO DAS MISERICÓRDIAS SEGUNDO O RENDIMENTO

Em regra, os redatores paroquiais responderam ao quesito sobre o rendimento de que estas instituições dispunham em meados do século XVIII. Queremos relembrar que na História Social não basta descrever, mas importa também quantificar. Por isso, embora estejamos conscientes de que a escolha dos valores definidores da amplitude das categorias pode ser questionável, julgamos mais importante apresentar algumas propostas que nos permitam caracterizar a situação económica das misericórdias. Neste contexto, tendo por base estas mesmas informações, elaborámos o quadro imediato:

| Rendimento (réis) | Nº abs. | % |
|--------------------------|----------------|------------|
| Até 50 mil | 31 | 35,2 |
| ≥50 mil a 200 mil | 19 | 21,6 |
| ≥ 200 mil a 500 mil | 17 | 19,3 |
| ≥ 500 mil a 1 conto | 8 | 9,1 |
| ≥ a 1 conto | 10 | 11,4 |
| não sabe/não refere | 3 | 3,4 |
| SOMA | 88 | 100 |

Quadro 4

Os dados encontrados permitem tecer algumas ilações sobre a variável em apreço. Assim, desde logo, é visível que mais de um terço (35,2%) das misericórdias dispunha de rendimentos inferiores a 50 mil réis, onde algumas delas apresentavam significativas dificuldades financeiras. A mero título exemplificativo, lembramos o caso da Misericórdia

de Aguiar da Beira que «tem de renda setenta alqueires de centeio» e de igual instituição de Algozo que não «tem mais renda que hum legado de quinze alqueires de trigo e quinze de centeyo» (Anexos, vol. I, mem. 59). Outra evidência é de que, à medida que o rendimento aumenta (2º, 3º e 4º escalões) o número de misericórdias diminuiu. Neste contexto, mais de metade (56,8%) das misericórdias tinha um rendimento inferior a 200 mil réis e mais de três quartos delas (76,1%) não ultrapassava os 500 mil réis. Se juntarmos ao somatório destas três primeiras categorias a percentagem (3,4%) das misericórdias em que não se faz referência ao valor do seu rendimento, atingimos o quantitativo de 79,5%, o que significa que quase quatro quintos tinha um rendimento inferior a 500 mil réis. Por sua vez, se juntarmos as percentagens do quarto e quinto escalões de rendimento verificamos que cerca de 20% delas atingia um rendimento superior a 500 mil réis e apenas um décimo das misericórdias tinha um rendimento superior a um conto de réis. As misericórdias que aparecem na nossa amostra com maior rendimento são as misericórdias de Aveiro que «terá de renda até quatro mil e quinhentos cruzados conforme a bondade do anno» (Anexos, vol. V, mem. 44), Braga que «terá de renda nove mil cruzados» (Anexos, vol. VII, mem. 57) e Cascais que «hoje tem de renda sette para oito mil cruzados» (Anexos, vol. IX, mem. 186). A estes exemplos podemos ainda carrear o exemplo de Arrifana de Sousa que «todo o [seu] capital sam duzentos mil cruzados» (Anexos, vol. V, mem. 16).

5. SÍNTESE FINAL

Após a apresentação dos considerandos anteriores, importa elaborar uma pequena síntese tendo em vista uma caracterização das misericórdias portuguesas em meados do século XVIII. Tendo em conta os dados expostos, pode dizer-se que a maior parte se localizava na metade mais meridional de Portugal e que a sua criação, implantação e consolidação, nas diversas localidades ocorreu, essencialmente, no período decorrente entre o início do século XVI e as vésperas da Restauração.

Também é visível que a maior parte das misericórdias não possuía rendimentos significativos em meados do século XVIII; algo de que apenas uma pequena parte se podia ufanar como era o caso de Braga cujo rendimento anual rondava os nove mil cruzados, valendo um cruzado 480 réis de acordo à lei de 4 de agosto de 1688. O nível do rendimento condicionava o exercício assistencial destas mesmas instituições. Assim, por exemplo, em Aguiar da Beira, dado os rendimentos serem parcos, se fazia essencialmente a «funçam dos Santos Passos em Domingo de Ramos», enquanto em Alfândega da Fé, uma das suas práticas essenciais era «levar os defuntos à sepultura e (...) enterrar os pobres». Por sua vez, em Arronches havia uma «oficina para o curativo dos doentes».

É pacífico que, em meados do século XVIII, um número muito significativo das misericórdias portuguesas passava por dificuldades de cariz financeiro o que se repercutia na sua acção assistencial, por isso algumas procuraram novas fontes de financiamento, nomeadamente o recurso às lotarias. As causas para que esta situação tivesse ocorrido são diversas e já foram escalpelizadas por diversos autores (ARAÚJO, M. M. L. 2000:701). Estas dificuldades são consequência do paradoxo que se observou, já que enquanto as actividades assistenciais aumentaram, as receitas diminuíram ou não cresceram em idêntica proporção.

FONTES

Bento XVI, *Caritas in Veritate*, Paulus Editora, 2009, pp. 39-40.

Memórias Paroquiais, introdução, transcrição e índices João Cosme e José Varandas, Editora Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 9 volumes, 2008-2018.

Portugaliae Monumenta Misericordiarum, coordenação José Pedro Paiva Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa, 9 volumes, 2002-2011.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Laurinda (2002), «As Misericórdias de Filipe I a D. João V», in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. I, p. 47-77.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2000), *Dar aos pobres e emprestar a Seus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, Companhia Editora do Minho, Barcelos.

LOPES, Maria Antónia (2002), «As Misericórdias de D. José I ao final do século XX», in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. I, p. 79-117.

LOPES, Maria Antónia (2010), *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*, Imprensa da Universidade Coimbra, Coimbra.

OLIVEIRA, António de, *Capítulos de História de Portugal* (2015), vol. I, Palimage, Coimbra.

SÁ, Isabel dos Guimarães (2002), «As Misericórdias da fundação à União Dinástica», in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. I, p. 19-45.

SANTOS, Graça Arrimar Brás dos, e DESTERRO, Maria Teresa (2010), *A Santa Casa da Misericórdia de Thomar. 500 Anos de História (1510-2010)*, Tomar.

ANEXOS

Volume I

| Localidade | Data Fundação | Renda | Coisa notável | Fonte |
|-----------------|---|--|---|----------------|
| Abiul | Anuio o Senhor Dom João terceyro aos rogos dos sobreditos | seos rendimentos não excedem cem mil réis em cada anno | fora antigamente huma capella dedicada ao Divino Espirito Sancto | Vol. 1 Mem. 10 |
| Abrantes | não consta da origem, do tempo em que se erigiram as mais antigas | mais de quatro mil cruzados | o hospital, foi anexado à Misericórdia no ano de 1523. | Vol. 1 Mem. 19 |
| Asseiceira | se lhe não sabe a origem. | sem rendimentos. Só tem vinte mil réis | goza dos privilégios da Misericórdia de Lisboa. | Vol. 1 Mem. 23 |
| Aguiar da Beira | não se sabe a origem, por ser antiquissima | setenta alqueires de centeio | faz a funçam dos Passos em Domingos de Ramos | Vol. 1 Mem. 59 |
| Alandroal | Não se sabe o anno em que foy fundada | settecentos mil réis | Prezume-se que foi fundada por Jorge de Melo Pereira de Melo que faleceo em 1549 | Vol. 1 Mem. 64 |
| Albufeira | não consta de seos livros | setenta mil, outocentos e vinte sinco réis; cento e vinte e quatro alqueires de trigo e sinco arrobas de figo. | - | Vol. 1 Mem. 69 |
| Alcácer do Sal | nem tenho noticia de sua origem | tem seguros seiscentos mil réis de renda em cada hum Anno | - | Vol. 1 Mem. 71 |
| Alcáçovas | anno de 1551 | trezentos mil réis | - | Vol. 1 Mem. 72 |
| Alcafozes | A sua origem hé já muito antiga. | doze athé quinze mil réis, em cada hum anno | se acha aprovada por provizam de Sua Magestade novamente passada no anno de 1741. | Vol. 1 Mem. 74 |
| Alcanede | instituhida, segundo parece, por el-Rey D. Filipe segundo de Portugal | - | fora pouco antes [de 1604] instihuida. | Vol. 1 Mem. 78 |
| Alcantarilha | nam muito antiga | nem tem mais renda que as incertas esmollas que lhe deicham os fieis | por particular ereçam | Vol. 1 Mem. 81 |

Volume II

| Localidade | Data Fundação | Renda | Coisa notavel | Fonte |
|------------|--|---|--|----------------|
| Alcobaça | Nam consta da sua primeyra ereçam | tem renda annual athé duzentos e sincoenta mil réis | obrigaçam de quatro capelães de missa quotidiana pela alma deyxaram os seus bens | Vol. 2 Mem. 5 |
| Alcochete | nam se sabe quem foy o instituydor | terá de renda duzentos e sincoenta mil réis; e já teve quattrosentos | o senhor rey Dom Manoel a inriqueceo de regalias | Vol. 2 Mem. 6 |
| Alcoutim | Não se sabe nem há noticia da sua origem | Os foros de dinheiro importam em cada anno em vinte e hum mil e cento e noventa réis, e os foros de trigo importam em cada hum anno trinta e seis alqueires de trigo. Tem mais o rendiento da tumba de cada defunto que nella vai, trezentos réis | nas funsoens que fazem como hé a processão das endoensas e da ditta festa [da Visitação]. Dão suas esmollas aos pobres pella Paschoa e Natal | Vol. 2 Mem. 12 |

| | | | | |
|-----------------|---|--|---|----------------|
| Alegrete | – | Tem de renda cada humanno, de secenta athé sethenta mil réis | Teve sua origem de esmollas que para esse effeito deixaram varias pessoas | Vol. 2 Mem. 41 |
| Alenquer | Foy instituida no anno de mil e quinhentos e vinte sete | Tem em juros e foros, de renda setecentos setenta e trez mil quinhentos e noventa Réiz | sita na freguesia de S. Pedro. Tem quatro capelas quotidianas | Vol. 2 Mem. 46 |
| Alfaiates | Por provisão do Senhor Dom Manoel | Tem bastantes fasendas, juros e annuais para o ornato da casa. Tem (...) dusentos mil réis que andam a juro | irmandade que consta de 180 irmãos. Tem todas as quartas-feiras missas da capella qe instituhio o reverendo Domingos Manso | Vol. 2 Mem. 49 |
| Alfândega da Fé | não consta a sua origem | cada irmão paga a esta, cada anno, meyo alqueire de centeyo, e quando morre lhe paga tres tostoens. Há nella duas tumbas, que por huma leva de sahir a enterrar os defuntos mil e dozentos réis e pela outra de sahir a enterrar os pobres levam-se seiscentos réis. | Está dentro da villa para a parte do Sul. Tem huma irmandade sem auctoridade que dá as suas contas no juizo da Provedoria. Acapella está incapaz e indecente ao culto divino. | Vol. 2 Mem. 50 |
| Algodres | Ano de 1615 | Tem de renda setenta mil réis. | se guastam em missas e mais obriguaçoens della | Vol. 2 Mem. 61 |
| Algoso | Não há noticia | nem tem mais renda que hum legado de quinze alqueires de trigo e quinze de centeyo. | – | Vol. 2 Mem. 65 |
| Alhandra | – | Tem de renda duzentos e secenta e tantos mil réis, alguns foros | se acha ao presente empenhada em trezentos setenta e cinco mil réis | Vol. 2 Mem. 69 |
| Alhos Vedros | edificaram nos anos de 1590 e 1591 | E com pouco mais de cem mil réis que já tinha de renda vem a ter trezentos mil réis, pouco mais ou menos. | A caza da mizericorida antigamente era na hermidia de Nossa Senhora da Victoria. | Vol. 2 Mem. 72 |
| Aljezur | não se sabe com fizica certeza a sua origem; mas hé à mais de duzentos annos. | terá de renda sessenta mil réis. | lhe faltarem as circumstancias que requiere o Sagrado Concilio Tridentino; e por isso filial da matriz. | Vol. 2 Mem. 73 |

Volume III

| Localidade | Data Fundação | Renda | Coisa notavel | Fonte |
|-------------|--|--|--|---------------|
| Aljubarrota | não há noticia alguma por onde possa constar qual foi a sua origem | Tem de renda noventa mil réis | situada na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres | Vol. 3 Mem. 2 |
| Aljustrel | cuja origem se não sabe | tem de rendimento em cada hum anno, cento e cincoenta mil réis | Tem hospital, que acode com as rendas da Misericórdia | Vol. 3 Mem. 3 |
| Almada | foy erecção e teve principio em tempo do senhor Rey D. Manoel | tem de renda ao tempo presente, quatro mil cruzados que varios instituidores lhe tem deixado | as verbas deixadas, destinavam-se para capelas, dotes para órfãs e esmolos para pobres | Vol. 3 Mem. 5 |

| | | | | |
|---------------------|---|--|---|----------------|
| Almeida | hé moderna e do tempo de el-Rey D. Pedro | tem muyto pouca renda ou quazi nada | - | Vol. 3 Mem. 8 |
| Almendra | ignora-se a sua fundaçam | tem muito lemitada renda, Não passa de dez ou doze mil réis. | Nela está fundada huma Irmandade dos Passos que tem três missas todos os dias | Vol. 3 Mem. 10 |
| Almodovar | cuja origem se ignora | Tem de renda tresentos e doze alqueires de trigo e desasete mil réis em dinheiro | Está sita na praça da mesma vila | Vol. 3 Mem. 11 |
| Alpalhão | - | doaçans dos devotos fazem de renda regularmente entre cem mil réis e cento e trinta mil réis | erecta pela devoção e doaçam dos devotos. | Vol. 3 Mem. 16 |
| Alpedrinha | - | Não tem de renda mais que cento e dez mil réis | antigamente era da Irmandade dos Terceiros, mas nella os moradores desta villa formaram a ditta casa. | Vol. 3 Mem. 17 |
| Alter do Chão | Foi fundada no anno de 1524 por mandado de el-Rey D. Manoel. | Tem huma insigne casa da mizericordia que passa de conto de réis | Dotta sinco orphãs dia de Natal a des mil réis cada huma. | Vol. 3 Mem. 25 |
| Alter Pedroso | - | Não tem rendas algumas mais que as esmollas que se recebem quando se vão enterrar os defuntos. | Tem bandeyra e tumba. | Vol. 3 Mem. 26 |
| Alvalade | se ingora a sua origem | Rende huns ou outros annos sincoenta mil réis. | cuja renda hé tãobem do Espirito Santo que coadjuva a Mizericordia. | Vol. 3 Mem. 31 |
| Álvaro | fundada no anno de 1597 em os 29 de Julho | Tem alguns foros de renda que poderá importar, huns annos por outros, 40000 réis | tem irmandade de cem irmaons, comprimisso confirmado por Sua Magestade no anno de 1642 | Vol. 3 Mem. 39 |
| Alverca do Ribatejo | fundou-se esta caza no anno de mil quinhentos E outenta e três | suposto que as rendas já fossem menores | caza de mizericordia com hospital que só serve de albergaria aos peregrinos | Vol. 3 Mem. 44 |
| Alvito | o doctor Francisco Soares há mais de cem annos fez a mizericordia | cujas rendas poderão ser huns annos por outro, trezentos mil réis | Tem hospital e mizericordia. O hospital hé mais antigo. | Vol. 3 Mem. 49 |
| Alvor | de sua fundaçam não há noticia | não tem mais rendimento que o de trinta mil réis cada anno. | mizericordia com huma caza para se recolherem os pobres viandantes. | Vol. 3 Mem. 51 |
| Alvorninha | Não se sabe a sua origem. | hé pobre pois terá de renda cento sessenta mil réis. | mizericorida, a mais antiga dos Couttos. | Vol. 3 Mem. 54 |
| Amarante S. Gonçalo | Foy seu fundador Pedro da Cunha Coutinho [meados do séc. XVI] | tem de renda quada anno hum conto, duzentos e tanmil réis. | A igreja da mizericordia tem seu terreyro. | Vol. 3 Mem. 57 |
| Amieira | se não sabe da sua origem. | a sua renda, huns annos por outros, será de cem mil réis. | - | Vol. 3 Mem. 71 |

Volume IV

| Localidade | Data Fundação | Renda | Coisa notavel | Fonte |
|-------------------|---|-------------------------------------|-------------------------------|----------------|
| Arcos de Valdevez | Foi erigida há cento e sincoenta annos [1608 ?] | tem de capital oitenta mil cruzados | está nos limites da freguezia | Vol. 4 Mem. 44 |

| | | | | |
|---------|---|--|---|----------------|
| Arez | nam se sabe qual foy a sua origem | tem de renda annual quatorze mil réis | Eretta na ermida do Divino Espirito Santo | Vol. 4 Mem. 68 |
| Arganil | no princípio do seu compromisso, tem huma provizam regia de seis de Junho de mil seiscentos e quarenta e sete | hé muito pobre; nam tem de rendimento senam a finta de cento e vinte réis de cada irmão que entra e hum solamil de pam | por ser tam pobre nam se observa o contheudo nos capitulos do compromisso | Vol. 4 Mem. 72 |

Volume V

| Localidade | Data Fundação | Renda | Coisa notavel | Fonte |
|--------------------|---|---|---|----------------|
| Arouca | Foi feita por devotos no anno de mil e seissentos e doze | Nam tem rendas nenhuma, só alguns legados pios | - | Vol. 5 Mem. 4 |
| Arraiolos | princiou o anno de mil e quinhentos e oitenta e dois | tem de renda, huns annos por outros, trezentos mil réis em rendas de pam e dinheiro | cuja origem foi de esmoladas dos fiéis | Vol. 5 Mem. 7 |
| Arrifana de Sousa | que fundou o licenciado Amaro Meyrelles, abbade de Arnelo [1ª metade do séc. XVI] | todo o capital que samduzentos mil cruzados | dotando-a com duas mil medidas de pam | Vol. 5 Mem. 16 |
| Arronches | E da erecção desta não consta | tem de renda, huns annos por outros, oytocentos e noventa mil réis | Tem caza de consistorio e mais oficinas necessarias para o curativo dos enfermos | Vol. 5 Mem. 18 |
| Arruda dos Vinhos | - | hé muito pobre. | A ermida de S. Lazaro pertence à Misericordia | Vol. 5 Mem. 20 |
| Assumar | da sua origem não consta | Terá de renda noventa mil réis, pouco mais ou menos | - | Vol. 5 Mem. 26 |
| Atouguia da Baleia | cuja origem não consta | Tem de renda sinco moyos e trinta e sinco alqueires de trigo e sincoenta mil réis de foros. | antigamente fora caza do Espirito Santo | Vol. 5 Mem. 38 |
| Aveiro | A origem da Santa Caza consta mais pela tradição do que pelos escritos. No anno de mil quinhentos outenta e sinco lhe concedeo el-Rey Filipe os mesmos estatutos por que se govenava a Misericordia de Lisboa | Terá de renda até quatro mil e quinhentos cruzados conforme a bondade do anno | Tem a imagem do Senhor Ecce Homo hé hum prodigio da esculptura. | Vol. 5 Mem. 44 |
| Avis | não consta da sua origem. | Tem de renda a Caza trezentos e setenta mil réis. | A sua irmandade hé numerosa por receberem nella muitas pessoas que não tem as qualidades. | Vol. 5 Mem. 63 |
| Azambuja | foy fundada pellos Confrades do Espirito Santo | faz trezentos mil réis certos, e alguns annos chega a quatrocentos. | com o Compromisso da Misericordia de Lixboa, na igreja da Confraria do Espirito Santo e com o seu hospital. | Vol. 5 Mem. 66 |

| | | | | |
|----------|--|---|--|----------------|
| Azeitão | – | A caza da mizericordia tem de renda vinte e três mil e cem réis; e o hospital dezanove mil e cete-centos e cincoenta e oito galinhas. | A caza da mizericordia hé mistica ao mesmo hospital. | Vol. 5 Mem. 68 |
| Azinhaga | foy ereta aonde algum dia foy hospital. | terá de rendimento cento e vinte mil réis que mal chegam para as obrigações que tem. | – | Vol. 5 Mem. 74 |
| Azinhoso | hé tão antiga que se não sabe nem pode averiguar o seu principio | não tem mais rendas de que o necessario para as despezas. | – | Vol. 5 Mem. 78 |
| Azurara | princiou em Irmandade dos Passos. | Faz de renda duzentos mil réis. | – | Vol. 5 Mem. 85 |

Volume VI

| Localidade | Data Fundação | Renda | Coisa notavel | Fonte |
|-------------------------------|--|--|---|----------------|
| Barbacena | cujo principio foi erigirem os moradores desta villa na hera de mil seiscentos e vinte | Tem de renda em foros, renda de cazas e vinhas, quarenta e oito mil réis, mais sinco alqueires de foro de azeite e as esmol-las que se tiram | acodindo a todas as obras da caridade e cura de enfermos pobres, (...) com seu sino e tumba com que enterravam os defuntos. | Vol. 6 Mem. 26 |
| Barcelos | supomos pelos annos de 1500 | toda ella [renda] poderá chegar a seiscentos mil réis | o hospital está unido com a mizericordia. A sua igreja se reedificou depois no anno de 1596. | Vol. 6 Mem. 33 |
| Baronia (V ^a Nova) | não se sabe a sua origem | chegará a trazentos mil réis | em 3 de Janeiro de 1537 se determinou que o hospital ficesse para sempre unido à mizericordia | Vol. 6 Mem. 39 |
| Barreiro | – | tem de rendimento cada ano mais de trezentos mil réis | há tradição que os moradores deste povo mandaram fazer á sua custa a dita santa caza da mizericordia | Vol. 6 Mem. 45 |
| Batalha | princiou no anno de mil e setecentos e quatorze | seiscentos e quarenta mil réis | [criada] por alvará de Sua Magestade. Tem comprado citio para fazerem hospital | Vol. 6 Mem. 66 |
| Beja | se fundou a igreja e casa da mizericordia no anno de 1553. Sua origem teve principio em 8 de Dezembro de 1500. | renda em dinheiro trezentos, oitenta e oito mil, setesentos e quarenta réis. Renda de trigo sincoenta e dois moios e dezaseis alqueires e três quartos | O primeiro provedor desta irmandade foi Ruy Lopes, cavaleiro fidalgo da casa de el-Rey. | Vol. 6 Mem. 74 |
| Belmonte | no anno de mil e seiscentos. | munto pobre, só com vinte mil réis de renda. | Seu principio foy huma irmandade do Salvador que se anexou à capella do Espirito Santo. | Vol. 6 Mem. 85 |
| Belver | a qual fundou hum devoto, o capitão João Pires. | Tem tão pouca renda que mal chega para gastos. | Tem seu compromisso aprovado pelo Soberano com 72 irmãos, sem haver diferenças. | Vol. 6 Mem. 86 |

Volume VII

| Localidade | Data Fundação | Renda | Coisa notavel | Fonte |
|------------|---|--|--|----------------|
| Benavente | alvará de anexação, em desasete de Outubro de mil quinhentos e setenta e quatro | poderá chegar a trezentos mil réis. | foi nos tempos antigos ermida do Espirito Santo. E a sua primeira instituição se fez no anno de mil, duzentos e trinta e dois. | Vol. 7 Mem. 1 |
| Benavila | teve a sua origem do tempo que tambem teve a matris desta villa | Tem de renda sincoenta athé secenta mil réis. | – | Vol. 7 Mem. 2 |
| Beringel | Não consta da sua origem. | oyto ou nove moyos de trigo e trinta mil réis em dinheiro. | Prezume-se que foy erigida pelo Conde do Prado D. Pedro de Souza. | Vol. 7 Mem. 8 |
| Borba | fundada pella Rainha D. Leonor | hũa das mais ricas da provincia com 6.000 cruzados de renda. | As suas rendas foram-lhe dadas por pessoas particulares. | Vol. 7 Mem. 38 |
| Braga | a Mizericordia foi fundada no tempo do Senhor Rey D. Manoel e se mudou para onde hoje está no anno de mil e quinhentos e sessenta e quatro. | terá de renda nove mil cruzados | foi fundada na capela do Senhor D. Diogo de Sous no claustro da Sé | Vol. 7 Mem. 57 |
| Bragança | – | tem de renda 300.000 réis. | hoje está pobre e mal ademenistrada. | Vol. 7 Mem. 60 |
| Buarcos | – | terá de rendimento trinta e sette mil e seiscentos e outenta réis. | foi erecta pellos moradores desta villa de Buarcos. | Vol. 7 Mem. 85 |

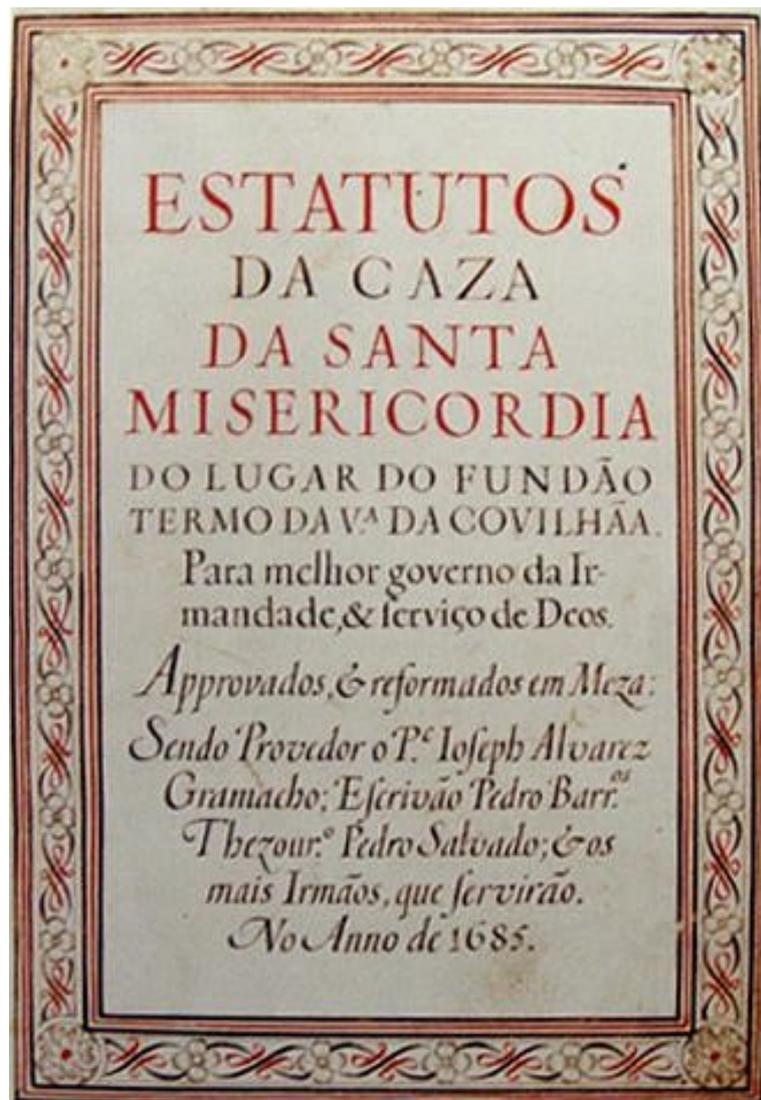
Volume VIII

| Localidade | Data Fundação | Renda | Coisa notavel | Fonte |
|----------------|--|---|--|----------------|
| Cabeção | fundada no anno de mil, quinhentos e noventa e sette | Tem de renda duzentos mil réis | fundada (...) com esmo-las, que o zello dos moradores desta villa souberam ajuntar | Vol. 8 Mem. 12 |
| Cabeço de Vide | teve a sua origem de mil e quinhentos e setenta e quatro | renda de trezentos e sincoenta mil réis | teve a sua origem de hũas cazas que comprou a Meza a hum João Rodrigues Moreyra | Vol. 8 Mem. 14 |
| Cabrela | – | – | Tem caza de mizericordia | Vol. 8 Mem. 22 |
| Cacela | fizeram a irmandade em dezes[s]ete de Novembro de mil e seiscentos e setenta e sinco | Tem douz mil e quinhentos e satenta e sinco réis de foros e paga de pensão de missas quatro mil seiscentos e quarenta. E a tumba renderá seis mil réis. | Tem huma caza da mizericordia, a qual não tem erecção régia | Vol. 8 Mem. 27 |
| Caminha | não há noticia de sua origem | não se pode aviriguar a renda que tem por rezão de que os seus rendimentos os mais delles são de legados de missas a que esta se obrigou | – | Vol. 8 Mem. 61 |
| Samora Correia | Não consta de sua origem | Tem de renda cem mil réis. | – | Vol. 8 Mem. 62 |

| | | | | |
|-------------|---|--|---|---------------|
| Campo Maior | não se sabe quem o [fundador] fosse da mizericórdia | A sua renda, mais ou menos conforme o preço do trigo, que tem foros, dinheiro e esmola da tumba, cada anno, são 570 000 réis | há caza de mizericórdia com seis irmaons nobres e seis macanicos, hum provedor, hum capelam, tizoureiro da sancrestia, hum coveiro e hũa hospitaleira que cura dos enfermos assim homens como mulheres. | Vol. 8 Mem.80 |
|-------------|---|--|---|---------------|

Volume IX

| Localidade | Data Fundação | Renda | Coisa notavel | Fonte |
|---|---|--|---|-----------------|
| Canha | Fundada pelos moradores da villa | quinhentos mil réis | herecta em hũa ermida de S. Sebastiam | Vol. 9 Mem. 106 |
| Cantanhede | - | noventa e sinco alqueires de trigo e mays meyo alqueire de trigo; e de milho trinta e três alqueires; e em dinheiro liquido outo mil e des réis. | origem se dis foy por provisam regia que obtiveram os donatarios desta villa | Vol. 9 Mem. 110 |
| Cardigos | no anno de 1620 | ténue rendimento que não tem mais que cento e dous alqueires de pam | teve origem por piedade de Francisco Moreno | Vol. 9 Mem. 130 |
| Carviçais | - | a renda que tem não excede a quantia de oyto mil réis em cada hum anno. | consta somente de doze irmaons, hum dos quaes serve de provedor que à sua custa faz todos os gastos no dia dos Santos Passos | Vol. 9 Mem. 181 |
| Carvoeiro (S. João do) | a qual fundou em tempo antigo hum sacerdote do habito de S. Pedro chamado o padre Jorge Fernandes [em 1590] | - | a qual tem tem sua irmandade e provedor, eleyto anualmente na forma de compromisso que tem filial da Mizericórdia de Lisboa. E tem obrigação de mandar levar em cavalgaduras os pobres enfermos que passam com as suas cartas de guia | Vol. 9 Mem. 184 |
| Cascais (N ^a Sr ^a da Ressureição) | a qual instituiram as cameras de Cintra e Cascais há trezentos e tantos annos | hoje tem de renda sette para outo mil cruzados. | irmandade mui numerosa e hospital para os enfermos. | Vol. 9 Mem. 186 |
| Cacém (Santiago do) | de sua origem não consta | Soma cento e dezasseis mil seiscentos e dous réis, foros de trigo cobra sinco moyos e quinze alqueires e meyo, dous porcos e duas marrans | se acha em hũa inscripção em hũa pedra que dis no ano de 1591 lhe deixou Estevam Lourenço de Avelar hum Padram de cem mil réis de juro, setenta para sustento dos pobres e trinta para dotes de três órfãs. | Vol. 9 Mem. 187 |
| Castanheira do Ribatejo | não sei tivesse mais origem que a piedade e devoção do povo | nem tem rendas (...), pois somente tem hum foro de sinco tostois imposto em hũa vinha. | a mesma caza do hospital servia de mizericórdia e a mesma irmida. | Vol. 9 Mem. 191 |



Exemplar de 1685

Fonte: os Autores do artigo, Pedro Miguel Salvado e Joana Bizarro.

O culto a S. Brás e a Misericórdia do Fundão. Devoção, memória e patrimonialização: nota de estudo

*The cult of S. Brás and the Mercy of Fundão.
Devotion, memory and patrimonialization:
study note*

PEDRO MIGUEL SALVADO

Investigador do Instituto Universitário de Iberoamerica –
Universidade de Salamanca

*Researcher at the University Institute of Iberoamerica –
University of Salamanca*

Diretor do Museu Arqueológico Municipal do Fundão

Director of the Municipal Archaeological Museum of Fundão

JOANA BIZARRO

Arqueóloga, Museu Arqueológico Municipal do Fundão

Archaeologist, Municipal Archaeological Museum of Fundão

RESUMO

O hagiotopónimo S. Brás constitui uma referência histórica da paisagem que delimita os horizontes do Fundão e indica a designação do relevo cuja encosta norte se debruça para cidade. Remontando à Proto-história, a modelação antrópica do sítio, materializada nos vestígios de um primitivo povoado amuralhado, durante a Idade Média o monte foi parte do Souto da Merce ou de Alcambar. Datará desse período a edificação de uma capela sob a evocação ao orago, elemento e devoção da paisagem religiosa durante séculos controlada e ativada pela Misericórdia do Fundão. A breve leitura que apresentamos propõe a reinserção deste esquecido monumento no património histórico do Fundão.

PALAVRAS-CHAVE

Devoção, Iconoclastia, Misericórdia, Patrimonialização, S. Brás.

ABSTRACT

The hagio-toponym S. Brás constitutes a historical reference of the landscape that delimits the horizons of Fundão and indicates the designation of the relief whose north slope faces the city. Going back to Proto-history, the anthropic modeling of the site, materialized in the vestiges of a primitive walled town, during the Middle Ages the mountain was part of Souto da Merce or Alcambar. From that period, the construction of a chapel under the evocation of the oracle, element and devotion of the religious landscape for centuries controlled and activated by the Mercy of Fundão. The brief reading that we present proposes the reinsertion of this forgotten monument in the historical heritage of Fundão.

KEYWORDS

Devotion, Iconoclasm, Mercy, Patrimonialization, S. Brás.

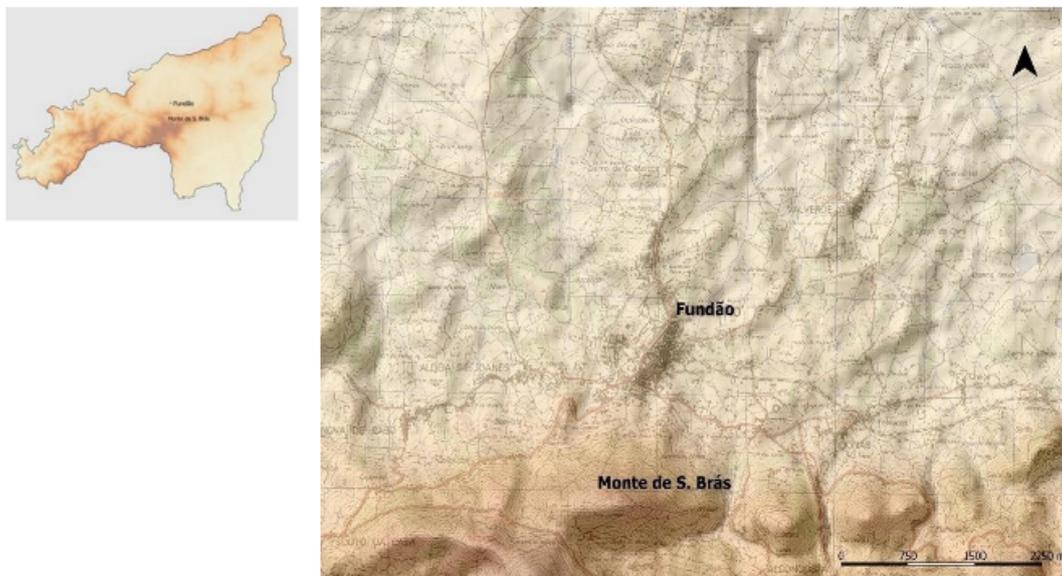


Fig. 1

O monte de São Brás está localizado na vertente Norte da Serra da Gardunha, acerca de 800m de altitude, elevando-se, isolado e destacado, sobre a cidade do Fundão. Podemos recuar o seu povoamento há 3000 anos, na transição do II para o I milénio a.C., datação atribuída às ruínas que foram localizadas nesta orografia do proto-urbanismo fundanense. A população fixou-se neste povoado de média altitude com ampla dominação da paisagem. Os quotidianos entrecorriam numa sazonalidade marcada pela exploração dos recursos agro-pastoris existentes na sua zona de influência e pelos contatos com as rotas de mineração que por aqui passavam. A especificidade visual de cada povoado afirmava-se tanto para quem aí vivia, como para aqueles que percorriam os caminhos da transumância, por exemplo, que atravessavam estas geografias, através da afirmação na paisagem de fortes e altas muralhas das quais se identificam hoje bastantes vestígios.



Fig. 2 – Monte de S. Brás



Fig. 3 – Derrube de muralha do povoado

Ocupando uma área de cerca de 4,5 ha, o arqueossítio de S. Brás integra um conjunto de dez povoados proto-históricos reconhecidos na área do atual concelho do Fundão e que constituiriam uma rede de complementaridades marcando uma fronteira porosa nas dinâmicas económicas e culturais cujos ritmos ainda nos escapam. Num afloramento xistoso, na encosta leste do monte, identificou-se “uma composição gravada com fosse-tes”, com motivos antropomórficos e “escalariformes”, representações que poderão estar articuladas a uma inicial atitude-momento sacralizador enlaçando outras emoções e significados ao espaço vivido incluído na área do povoado.



Fig. 4 – Afloramento com gravuras esquemático-simbólicas

Data de 1395 a primeira referência conhecida ao hagiotopónimo S. Brás, presente no Tombo da Comarca da Beira (Inquirições de D. João I). Quando se traçaram os limites do Souto do Alcambar, que se desenvolvia nas encostas das orografias a norte da Serra da Gardunha, aludiu-se a existência do “*carualhal de sam bras*”, revelando a pluralidade

de espécies arbóreas que cobriam as vertentes (Vicente, 2015: 189). O souto régio da Mercê ocupou uma extensíssima área do sopé até ao cimo das encostas das orografias incluídas na designação Gardunha, viradas para o vale do Zêzere, assumindo-se como um eixo vital comum a várias povoações desde Alcongosta até aos limites da povoação do Castelejo, passando pelo do Souto da Casa, de Aldeia Nova e Aldeia de Joanes, até às povoações de Donas e do Alcaide. A serra do Ocaia (Gardunha) como então se designava era uma paisagem vivida, dividida, explorada, utilizada e enunciada onde cada fração tinha o seu nome e a sua memória numa complementaridade entre os domínios longos da natureza e as prementes necessidades das comunidades.

A capela surge, também, mencionada no Tombo dos bens, foros e propriedades que pertenceram ao concelho da Covilhã, documento datado de 1615, que revelou a sincronia devocional que envolvia, então, as entradas e os cimos da «mais honrada aldeia que no reino há», como se arrogou num documento de 1569: «Tem êste lugar uma ermida de S. Marcos, que está a caminho da Covilhã e uma Igreja da Misericórdia com sua irmandade. E outra ermida de invocação do Espírito Santo no caminho que vai para Alcongosta. E outra de S. Sebastião na mesma entrada. E outra ermida de Sam Bras no cimo da serra. Outra ermida da invocação de Santo António no (?) do lugar. E outra de Nossa Senhora da Conceição que está no cimo do lugar. Há mais no limite dêste lugar um mosteiro de invocação de Nossa Senhora do serviço da ordem de S. António.» (CUNHA, A., 1944: 358).

Em 1758, a edificação de possível fundação medieval, compunha uma memória remota. O padre local referenciou nas *Memórias Paroquiais* : «cham (am) à serra S. Brás por no cume do mesmo estar antigamente situada huma capela do mesmo Santo)» (Silva, 1993: 211).

Em 2003, prospeções de natureza arqueológica (SALVADO, P. M; ROSA, J., 2004) efetuadas no local permitiram a descoberta do povoado e a identificação de uma estrutura, de contornos retangulares, formada por pedraria regular e irregular, numa pequena área pejada de fragmentos de telhas de meia-cana, no cimo o monte, sinais que pensamos poderem corresponder à pequena ermida. Possivelmente uma edificação medieval, a capela foi elemento integrante do primeiro horizonte paisagístico cristão do Fundão, juntamente com a capela de S. Gregório (inquirições de D. Dinis -1314), a ermida de Nossa Senhora do Seixo (1395 Inquirição de D. João I) e a capela de S. Pedro-o-Velho, que segundo a hipótese avançada por Candeias da Silva, seria a mesma que está mencionada como S. João de Monte Esfolado no *Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e dos Algarves nos annos de 1320 1321*, havendo aí referência a sepulturas escavadas na rocha (Monteiro, J. 1912), realidade arqueológica já confirmada.

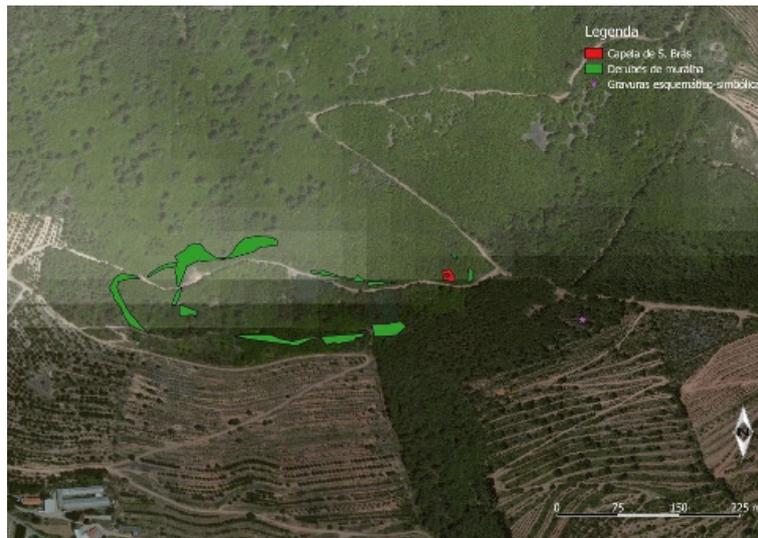


Fig. 5 – Monte de S. Brás (serra da Gardunha)



Fig. 6 – S. Brás, bispo de Sebaste da Capadócia (séc. III e IV d. C.)

A veneração a S. Brás, bispo de Sebaste da Capadócia, que viveu entre o século III e o IV d. C., é celebrada a 3 de fevereiro. O culto aos santos foi dirigido e promovido pela Igreja; contudo certas devoções de expressão e de apropriação mais popular não cumpriram, algumas vezes, as rígidas normas emitidas pela hierarquia religiosa. A cada santo associaram-se atributos específicos cujas ritualidades resultaram de delicados sincretismos e nem sempre construídos dentro de uma ortodoxia plena: tal foi o caso dos santos sanadores. Rogava-se a S. Brás para pedir saúde e a cura de doenças da garganta. A ermida de S. Brás, como parte integrante do conjunto religioso local, terá refletido, durante um período, um equilíbrio entre práticas interpretadas e vividas numa envolvência e fundo religioso popular e aquelas que traduziam a comparência das normas emitidas pela religiosidade formal. A ermida situava-se fora do aglomerado, uma presença solitária-

ria quebrada no dia dedicado ao culto quando, vencendo a pendente das íngremes encostas do monte, os devotos aí se dirigiam para cumprir as suas promessas a este intermediário entre os homens e Deus e a quem se rogava a cura para as maleitas revitalizando-se a presença da capela no calendário nas práticas de sociabilidade de índole religiosa da comunidade. S. Brás pertencia a um agregado de santos terapeutas como S. Sebastião ou S. Roque, também constantes no grupo de devoções locais e cujas capelas alvejavam os cumes dos montes ou a entrada dos aglomerados protegendo os horizontes e as gentes da Cova da Beira.

A relevância, cuja intensidade desconhecemos ainda, e a antiguidade do culto e devoção local a S. Brás acabariam por confluír e de ser introduzidas na estruturação das práticas religiosas da Misericórdia do Fundão, presença manifestada nos privilégios especiais concedidos pela bula de Paulo V, na menção ao dia de S. Brás nos estatutos da Santa Casa e na existência de relíquias atribuídas ao santo no património simbólico da instituição pia. Com efeito, na bula de 5 de junho de 1619, o Papa Paulo V concede indulgências e remissão dos pecados aos irmãos da Misericórdia «(...) como prémio pelo comportamento em especiais deveres de caridade e piedade, e tendentemente ao louvor a Deus, à salvação das almas, ao aperfeiçoamento do exercício de boas obras, ao estímulo de outros fiéis para participação dos benefícios da irmandade e à veneração da Igreja-sede» (Monteiro, 1990:227). O documento pontifício consolidava a importância e a ligação a Roma da nova casa de origem não eclesiástica da cristandade do Fundão. A bula papal era, de facto, um enorme privilégio individual e constituía um prestígio não despreciando para a cativação de novos membros para a Santa Casa. O Fundão revigorou a sua identificação ao catolicismo vínculo, durante muitas décadas, não completamente percebido por parte de muitos.



Fig. 7 – Bula de Paulo V

Na releitura que José Alves Monteiro faz, em colaboração com padre António Brásio, da reprodução do padre Dr. Virgílio Oliveira, mencionam-se os seguintes privilégios: «Concede-se e liberaliza-se para sempre, indulgência e remissão plenária de pecados: a) aos fiéis admitidos na irmandade, se no dia da sua primeira entrada receberem o sacramento da Eucaristia; b) aos ditos fiéis e aos irmãos já então existentes, se no momento da morte, prevenidos, quando possível, com o mesmo sacramento, invocarem o nome de Jesus com o coração, se de outro modo o não puderem fazer; c) aos irmãos que, verdadeiramente contritos e confortados com a sagrada comunhão, visitarem a igreja da Misericórdia no segundo dia de Julho de qualquer ano e rogarem a Deus pela exaltação da

Santa Madre Igreja, pela extirpação das heresias e pela conversão dos infiéis, bem como pela paz entre os príncipes cristãos e pela saúde do Papa. A todos os mesmos confrades que, em semelhante estado de graça, devotamente visitarem a igreja da Misericórdia nas festividades dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, de Todos-os-Santos, de S. Brás e da Natividade da Virgem, e nela orarem como na cláusula supra, outorga-se seguidamente a indulgência de sete anos e de outras tantas quadragenas (...)».



Figs. 8 e 9

Por sua vez, os estatutos da Santa Casa, aprovados em 1687, no seu ponto 6, referiam que apenas se podiam assentar ou receber irmãos no dia de todos os Santos, no dia de S. Brás e na quinta-feira Santa. A veneração das relíquias de S. Brás, cuja data de incorporação no repositório simbólico-religioso da Misericórdia desconhecemos, seria também uma prática comum. Ainda na segunda década do séc. XX, se davam a beijar aos fiéis na missa de 3 de fevereiro, na Igreja da Misericórdia. As relíquias constam do tomo dos bens da Misericórdia de 1834: «Uma custódia de prata com as Relíquias de São Braz». O Fundão era, no contexto regional, uma comunidade recetora de uma relíquia, signo visível e afetivo, realidade material que a individualizava enfatizando a ligação da instituição com as atitudes gizadas pela Contra Reforma, dentro dos indicadores tridentinos. A posse das relíquias declarava, ainda, para os crentes do Fundão o domínio por parte da sua Misericórdia da possibilidade de serem postos em contacto com uma força de raiz taumatúrgica, facto que estabelecia um poder atrativo e distintivo. O culto regional ao mártir arménio teve alguma expressão em Castelo Novo e no Alcaide, aldeias imbricadas na diversidade cultural e de povoamento da serra da Gardunha. Entre 1694 e 1703, a pequena capela foi mandada demolir pelo bispo da Guarda D. Rodrigo de Moura Teles «pela indecência com que estava e menos veneração, com que era respeitada» (Santiago, 1762). Ignora-se a data em que se terá efectuado tal demolição mas é provável que tal tivesse acontecido ou nos finais do século XVII ou nos princípios dos seguintes. A destruição da capela expressou uma medida de controlo e de extinção de quaisquer práticas religiosas enraizadas a essa geografia. Os muros espirituais das comunidades estavam cada vez mais próximos dos cenários do quotidiano urbano.

O Monte de S. Brás, braço da serra da Gardunha, foi transformado, ao longo de muitos séculos, por uma continuada intervenção humana. É na sua zona de influência que se ergue um dos principais polos religiosos da história do cristianismo local, o Convento de

N. Sra. do Seixo e núcleos de povoamento romano como é o caso da Quinta do Ouro, foco do peculiar surgimento lendário. O monte afirma a paisagem fundacional do Fundão enquanto materialidade proto-urbana. Na Convenção Europeia da Paisagem de 2002 considera-se que tudo é paisagem numa polifonia de significados e significados, materiais e imateriais associados à palavra. O monte de São Brás é um elemento idiossincrático da paisagem fundanense, da sua história, da sua vida e do quotidiano da cidade.



Fig. 10

Uma paisagem traduz sempre uma realidade complexa que combina natureza e cultura, conjugando componentes objetivas subjetivadas e componente subjetivas objetivadas. Revelam o efeito de processos milenares de ligação e as mudanças lentas ou rápidas das relações das comunidades com o seu meio, acumulando mensagens e matérias numa totalidade histórica plena de significações, visíveis e invisíveis, sobre o nosso passado e sobre a nossa própria identidade. Uma paisagem é o resultado de uma transformação que pode ser observada na linha daquilo que Alan Roger classificou de “processo de artealização” isto é como um olhar paisagístico é sempre uma construção cultural explicável e o resultado de um dado tempo. Em 1758, o pároco fundanense contemplou a sua paisagem diária deste modo: «O ditto Monte chamado Serra de S. Brás se compõe e veste enteyramente de castinheiros que a mesma terra produz, que no tempo da Primavera athe o Outono faz, com a gala que no tempo da natureza, huma admirável prospetiva com que se lezongea vista; e estes castinheiros são continuados do Norte a Sul em distancia de duas legoas. (...) Nas raízes do dito monte há varias fazendas de pomares e ortas, que se regão com as agoas que extrahem em vários e contínuos nascentes.» Mas São Brás tinha também sido o local de antigas práticas sociais e de expressões simbólicas. O pequeno recinto religioso situava-se numa fronteira visual e parece-nos ser a partir deste sentimento de estrema e de limite, de espaço não totalmente controlado, aquilo que poderá ter determinado a sua destruição. A Convenção Europeia da Paisagem de 2002 também afirmou o valor democrático da paisagem como um processo de desenvolvimento contemporâneo de uma comunidade ao ligar estética com política que também suporta um valor de património: um “património – paisagem”, pontes e campos entre objectos e sujeitos, pertencentes a todos a em contínuo diálogo. A cromaticamente cam-

biante encosta de S. Brás circunscreve o sul visual do dia-a-dia fundanense. Bastará um outro olhar para se retomarem todos os elos ascensionais entre a encosta planura urbana e o monte genético. A força da paisagem de S. Brás é mais do que uma emoção, é um campo de comunicação, um texto-documento de interrogação continuada do tempo das origens, das perguntas e das respostas de todos os tempos.

BIBLIOGRAFIA

CUNHA, Alfredo da Cunha (1944). Achegas para a história da vila do Fundão. In Subsídios para a História Regional da Beira Baixa, vol I. Castelo Branco.

Inquirições da Beira e Além-Douro, fl.34, Inquirições de D. Denis. in Arquivo Histórico de Portugal, I, 1933.

MONTEIRO, José (1912). Terras da Beira. Coimbra. In Versos da Beira – Poemas do Cativeiro, Lisboa, 1990, p. 57.

ROGER, A. (1997). Court traité du paysage. Paris: Gallimard, Bibliothèque de Sciences Humaines.

ROSA, João M.; Bizarro, Joana (2006). Aspectos da Romanização na área urbana da cidade do Fundão. Salamanca: Editorial Delfrio.

ROSA, João M.; Salvado, Pedro M. (2003). Um olhar sobre a capela de S. Pedro-o-Velho. *Fundão Município*. Fundão: Câmara Municipal do Fundão. 73-75.

ROSA, João M.; Salvado, Pedro M., (2005). O Fundão das Ermidas desaparecidas. In A Cidade.

SALVADO, Pedro M. (2004). Fundão: Tempos e sentires da religiosidade. Cadernos do Gabinete Técnico Local. Fundão.

SALVADO, Pedro; Rosa, João (2004). História milenar do Fundão: os elos perdidos. *Ebu-robriga*, 1, Museu arqueológico Municipal José Monteiro. C.M. Fundão.

SANTIAGO, Frei Manuel de (1762). *Chronica da Santa Provincia de Nossa Senhora da Soledade*, Lisboa.

SILVA, A. C. F; Rosa J. M.; Salvado, P.; (2003). Monte de S. Brás – A persistência do passado na identidade Fundão. *Cadernos do Museu arqueológico José Monteiro*, 1. Fundão: Câmara Municipal do Fundão.

SILVA, Joaquim Candeias (1993). O Concelho do Fundão através das Memórias Paroquiais de 1758. Fundão.

SILVA, Ricardo, (2006). Génese e transformação da estrutura de povoamento do I milénio a. C. na Beira Interior. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VICENTE, Maria G. (2015). Povoamento e propriedade. Entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII – XIV). Lisboa: Edições Colibri. Academia Portuguesa de História.



Cortejo de Oferendas de 16 de Outubro de 1955
Fonte: o Autor do artigo, Pedro Miguel Salvado.

Os “Cortejos de Oferendas” da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, território, identidade, poderes e caridade: uma leitura

*The “Offering Courts” of Santa Casa da
Misericórdia of Fundão, territory, identity,
powers and charity: a reading*

PEDRO MIGUEL SALVADO

Investigador do Instituto Universitário de Iberoamerica –
Universidade de Salamanca

*Researcher at the University Institute of Iberoamerica –
University of Salamanca*

Diretor do Museu Arqueológico Municipal do Fundão

Director of the Municipal Archaeological Museum of Fundão

RESUMO

Os Cortejos de Oferendas, que tiveram lugar no Fundão na década de sessenta do século XX em benefício da sua Misericórdia, foram dos acontecimentos que mais contribuíram para a afirmação da ligação entre a Instituição, a cidade e as comunidades rurais do município. A preparação do evento, surgido como resposta às dificuldades financeiras características desta época, implicava, entre outros aspetos, uma notável organização, de divulgação da iniciativa, de sensibilização, de motivação e de controlo dos discursos transmitidos e das representações cenográficas envolvidas. Para além do seu significado económico, os Cortejos, pela sua grande capacidade mobilizadora e representatividade social, assumiram-se como «símbolo de caridade» e de homogeneidade e harmonia cultural e social do concelho. Uma análise mais detalhada das fontes associadas a estas manifestações cívicas permite-nos apreender o peculiar quadro relacional entre o centro político e a província, com as suas pequenas tensões e palcos que ilustram e vincam a forma subserviente como os poderes se exerciam na sociedade portuguesa durante o salazarismo.

PALAVRAS-CHAVE

Assistencialismo, Cortejo de Oferendas, Folclore, Fundão, Santa Casa da Misericórdia.

ABSTRACT

The Offering Courts, which took place in Fundão in the sixties of the twentieth century for the benefit of its Mercy, were the events that most contributed to the affirmation of the connection between the Institution, the city and the rural communities of the municipality. The preparation of the event, which emerged as a response to the financial difficulties characteristic of this time, implied, among other aspects, a remarkable organization, to publicize the initiative, to raise awareness, motivation and control of the speeches transmitted and the scenographic representations involved. In addition to their economic significance, the Courts, because of their great capacity for mobilization and social representation, have become the "symbol of charity" and homogeneity as well as cultural and social harmony of the county. A more detailed analysis of the sources associated with these civic manifestations allows us to apprehend the peculiar relationship between the political centre and the province, with its small tensions and grounds that illustrate and reinforce the subservient form as the powers were exercised in the Portuguese society during Salazarism.

KEYWORDS

Assistencialism, Courtship of Offerings, Folklore, Fundão, Santa Casa da Misericórdia.

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO E A CRIAÇÃO DO NOVO HOSPITAL

De fundação quinhentista, a Misericórdia do Fundão foi uma das organizações que mais marcaram as dinâmicas sociais e religiosas da respetiva comunidade exercendo, desde sempre, uma saliente presença arquitetónica na malha urbana e um papel decisivo nos domínios da direção das espiritualidades e das práticas de assistência. Sirva de exemplo a organização de algumas das solenidades públicas que cumpriam o calendário religioso, sobretudo as ligadas ao tempo da Quaresma, traduzidas na fixação de uma geografia de arquiteturas e de itinerários no espaço coletivo que expressavam um essencial equilíbrio entre sentidas vivências religiosas e afirmações sociais e políticas. Os artigos 2, 3 e 4 do Capítulo 1 do *Compromisso da Santa Casa*, estabelecido na década de cinquenta do século XX, continuaram a evocar essa articulação dos elementos do modelado urbano gerido pela Misericórdia com a prestação de encargos nas áreas da saúde, da educação, sempre com uma atenção muito particular aos socialmente excluídos, ligando as suas minguas durante a vida com o valor do conforto espiritual na circunstância da morte. Neles se lê:

«Art.º 2

Na prossecução dos seus fins de culto e de assistência religiosa, moral e material aos pobres e indigentes do concelho, concorrentemente com as Misericórdias de Alpedrinha e da Soalheira e outros institutos de beneficência, e sem prejuízo de subordinação à autoridade eclesiástica na esfera das respetivas atribuições, cabe-lhe presentemente a administração dos seguintes templos, edículas e organismos: a) Capela da Misericórdia; b) Capela do Calvário; c) Passos da Capela de Santo António, da cerca do Hospital (lado Norte) e das ruas de José de Cunha Taborda, João Franco e Dr. Teodoro Mesquita; d) Hospital da Misericórdia, com seus postos de radiologia e de transfusão de sangue; e) Albergue dos Inválidos do Trabalho de Júlio da Cunha Navarro de Paiva; f) Patronato de D. Ermelinda de Azevedo, com o Colégio de Sagrada Família (curso infantil e primário elementar); g) Centro de Assistência Social (Lactário e Creche-jardim), com as delegações de Alpedrinha, Capinha e Silveiras.»

Art.º 3

«Nos termos da lei vigente e em cumprimento de legados ou doações, compete-lhe obrigatoriamente: 1) A manutenção do hospital e anexos e dos organismos de assistência asilar e materno-infantil referidos no artº 2º; 2) A prestação de socorros domiciliários; 3) O cumprimento de legados pios e de outras disposições de benfeitores; 4) A celebração, por alma dos irmãos falecidos, de ofício solene com sermão na terça-feira seguinte ao Domingo de Passos, sem prejuízo do encargo anual de sessenta missas por alma dos instituidores e pelos irmãos vivos e defuntos, nos termos do rescrito pontifício de 1 de Maio de 1935; 5) O enterramento dos indigentes e pobres que não tenham família ou meios para o funeral.

§ 1º Como órgão primário da assistência municipal, poderá a Santa Casa da Misericórdia criar novas modalidades de assistência, ou congregar sob a sua égide outras instituições de beneficência do respetivo concelho. § 2º De acordo com a câmara municipal, poderá também encarregar-se da assistência aos expostos e desamparados. § 3º Os serviços clínicos do hospital e anexos e de assistência materno-infantil poderão ser prestados a pessoas não indigentes nem pobres, mediante pagamento das taxas fixadas nas respetivas tabelas.»

O Art.º 2 identificava todos os imóveis e valores que, à data, constituíam o seu património, admitindo a incorporação e o surgimento de outros que lhe adviessem por «justo título». Tal foi o caso da edificação do “Hospital sub-regional” do Fundão.

O LENTO PERCURSO DA CONCRETIZAÇÃO DO HOSPITAL

A capacidade de adaptação das Misericórdias «aos sinais dos tempos» constitui, para muitos estudiosos, a chave fundamental da sua sobrevivência aos ventos por vezes desenfreados que, por tantas ocasiões, agitaram a sociedade portuguesa. No caso em análise, a tomada de consciência das deficientes condições, quer ao nível dos equipamentos técnicos, quer do estado de salubridade do velho hospital local para a prestação de cuidados de saúde eficientes e de acordo com a evolução da prática da medicina, fez surgir a necessidade, advogada pela Misericórdia, da construção de um novo edifício. Para o despertar dessa consciência junto da comunidade muito contribuíram as vozes dos médicos locais que, por estas décadas, formavam uma pequena elite profissional e que se demonstrou ser essencial na definição de estratégias e na identificação das valências e dos equipamentos que o moderno edifício deveria contemplar.

Em Fevereiro de 1944, a Mesa assumia as «miseráveis condições» em que se encontrava o antigo hospital, concluindo ser: «(...) urgente a construção de um novo Hospital, visto que o atual edifício não satisfaz à necessidade de todo o concelho não é digno do bom nome desta terra» (ASCMF, Atas, 1944: 102). E, no sentido de alterar esta realidade, o Provedor José Alves Monteiro comprometia-se a procurar um engenheiro competente que se encarregasse de dar forma ao projeto do novo empreendimento de arquitetura hospitalar. A posição e o interesse da Misericórdia fundanense em matéria de saúde pública inseriam-se numa prática e intenção que atravessava o país. Na verdade, o período compreendido entre 1926 até aos alvares de Abril de 1974 foi para as Misericórdias um tempo de estabilidade e de afirmação do seu múnus assistencial junto dos mais desfavorecidos, repartido por áreas tão diversas como o ensino, a prestação de cuidados de saúde, a criação de lactários e de creches ou, nos cinzentos anos das décadas de 20 e 30 do século XX, da organização de cozinhas e sopas dos pobres, práticas de caridade que desempenharam uma ação determinante na sobrevivência de grupos sociais pauperizados e desfavorecidos.

Esta multiplicidade de prestações diligenciadas pelas Misericórdias, fruto da firmeza de intenções então vivida, solidificou a política seguida pelo Estado em matéria assistencial aos mais desprotegidos, durante este período temporal. Orientada pela articulação entre as iniciativas da sociedade civil e as responsabilidades do Estado, esta política conduziu a uma progressiva alienação das responsabilidades estatais em matéria assistencial, deixando às Misericórdias campo livre para a plena e efetiva aplicação e desenvolvimento das regras propostas nos seus *Compromissos*. A iniciativa da Misericórdia do Fundão de chamar a si a construção de um outro edifício hospitalar, de acordo com as exigências do tempo, insere-se nesta circulação de responsabilidades. Assim o traduz a ata de 1 de fevereiro de 1944, onde se apela à participação e ao envolvimento no projeto por parte da população:

«Vai por este Portugal fora, um movimento lindo de caridade e interesse, em volta destas instituições benditas, que são as Misericórdias. Os Cortejos de Oferendas e outras iniciativas impressionantes de generosidade, vêm dizer-nos que a gente de Portugal é sempre a mesma *generosa e boa, dedicada e cristianíssima*. Com a gente da nossa terra ousamos contar absolutamente para a rápida efetivação deste plano de bem-fazer. Pobres e ricos, todos têm o seu lugar nesta bendita cruzada – os pobres dando como pobres, os ricos dando como ricos. E Deus saberá recompensar largamente, todas as generosidades que surgirem e que nós confiadamente esperamos» (ASCMF, Atas, 1944: 125 v).

Entretanto, a 4 de março de 1945, o Ministro do Interior deslocar-se-ia ao Fundão para inaugurar o Centro de Assistência Social, outra importante obra do complexo de equipa-

mentos que se encontravam sob a gestão da instituição fundanense. A visita revelou-se um acontecimento decisivo nos ritmos, na negociação e nas dinâmicas da construção. No discurso que o Provedor José Alves Monteiro dirigirá ao Ministro, o desejado projeto da Misericórdia ressalta como podemos ler no Boletim desta e deixamos em súmula (MF. Boletim, 1945). Com efeito, depois de apresentar as carências prementes em matéria de saúde das populações «deste grande concelho rural (que ultrapassava as 50 mil almas)», o Provedor chamou a atenção para o facto de o Fundão ser «(...) uma das primeiras zonas agrícolas do país e centro vital da Cova da Beira», colocando a construção da nova obra como uma das mais ansiadas aspirações deste território: «por ela vimos lutando em perseverante campanha que data mais de um ano, e com a consecução de tão imperioso objetivo teremos vencido o último passo do nosso programa em prol da assistência local». Chamando a atenção para o importante papel desenvolvido pelas Misericórdias no cuidado aos mais desfavorecidos da população, concluiu: «vivemos felizmente na Pátria Casa Lusitana, núcleo tradicional de obras modeladas de proteção aos indígenas e desamparados, e a tantos de vida ameaçada ou diminuída que não poderiam prover, por si próprios, a um mínimo de necessidades essenciais».

Momentos de esperança e de desânimo, motivações continuadas e persistentes, complexas ligações entre a Misericórdia e o Estado, perpassam pelas atas da Misericórdia, aproximando-nos do que foi um trabalho moroso, persistente e empenhado em prol deste equipamento imprescindível para os cuidados de saúde das populações. A 7 de Abril de 1946, a Mesa examinou o anteprojecto do «Hospital sub-regional», da autoria do arquiteto Fernando Silva (1914-1983), que deveria ser enviado para a Secretaria de Estado da Assistência Social, para a sua aprovação. Entretanto, um facto marcaria a relação entre a Instituição fundanense e as diretrizes procedentes dos órgãos decisórios e de afirmação regional do Estado. A 20 de Maio desse ano, o diretor dos Serviços Clínicos do Hospital fundanense, José Carvalho, seria nomeado Governador Civil do Distrito de Castelo Branco. A 8 de Setembro de 1946, a Mesa afirmaria a sua participação nas comemorações do centenário da autonomia municipal, «assumindo desde já a responsabilidade do encargo da cerimónia do lançamento da primeira pedra do edifício do Novo Hospital e da organização do 2º Cortejo de Oferendas», como se lê na acta.

O “CORTEJO DE OFERENDAS” DE 1947

O fenómeno dos Cortejos de Oferendas foi uma das formas de angariação de meios, principalmente de natureza monetária, desenvolvida pelas Misericórdias no período após a 2ª Guerra Mundial. Em certas localidades, a realização continuada de Cortejos manteve-se até aos finais dos anos 60, coincidindo a sua desvitalização com o início do grande surto emigratório que despovoou a paisagem rural portuguesa. O primeiro Cortejo de Oferendas do Fundão teve lugar em Setembro de 1945, abraçado a várias ideias e percecionado como uma «afirmação coletiva de solidariedade regional», «um sinal de compreensiva caridade de pequenos e grandes», «como uma festa regional». No boletim da Santa Casa de Misericórdia de Junho de 1945, indicava-se que a organização do evento passaria pela criação de uma comissão central sediada no Fundão e em ligação com comissões locais existentes nas diversas freguesias. Antevendo-se que a manifestação fosse cercada por uma espetacularidade de grande impacto visual, propunha-se no programa a presença de «carros de bois recamados de grinaldas e carregados de géneros e em luzido cortejo folclórico de ranchos regionais». O Fundão seria percorrido por uma demonstração de «alegria popular e de caridade viva».

A 30 de Setembro, «entre agravos da guerra e de maus anos agrícolas», pungente realidade que se expressava no cartaz de propaganda, o certame convocou milhares de pessoas que se distribuíram ao longo do seu percurso. O local de concentração foi no antigo Largo dos Magistrados que se situava próximo da estação de caminhos-de-ferro. Nessa época, ainda não tinha sido aberto o grande eixo de reordenação urbana e de afirmação da pujança económica da década de cinquenta e sessenta que foi a Avenida Salazar. Com início às 14 horas, o desfile percorreu o largo e a rua de Santo António, as ruas de José Germano da Cunha, João Pinto, Duarte Pacheco, Aurélio Pinto e da Misericórdia. O Governador Civil, o Presidente da Câmara e o Provedor e Vice-Provedor da Santa Casa, o Diretor do hospital e outras entidades assistiram na varanda da Misericórdia à chegada do cortejo e só então se incorporaram no mesmo. Várias componentes estruturaram e figuraram no cortejo: 22 grupos ou ranchos folclóricos, com os seus trajes e os seus repositórios musicais locais, as 4 filarmónicas então existentes no concelho (Fundão, Alcaide, Orca e Silvares), uma charanga oriunda do Telhado e, nesta polifonia musical, salientavam-se o ‘bombo’ de Lavacolhos e os zabumbas de Silvares e Souto da Casa. A pequena indústria e comércio do Fundão conviveram com as atividades tradicionais numa cenografia móvel em que se recompôs na vila o quotidiano de trabalho que distinguia algumas localidades, como a elaboração de objetos em verga e esparto, a tecelagem do linho e das mantas de ourelos ou a olaria. Participaram 116 carros de bois, carroças e vários animais de carga. O Fundão, com 31 carros, salientou-se do conjunto, seguido da representação do Alcaide com 12, das Donas com 8, da Fatela e do Telhado com 7, de Alcaria e da Aldeia de Joanes com 6, de Alcongosta, do Castelejo e da Enxarbarda com 4 carros. Alguns dos carros e representações presentes distinguiram-se. Tal foi o caso de um veículo do Fundão, decorado com colchas decerto bordadas a ponto de Castelo Branco, cuja elaboração tinha grande tradição na terra, e o carro da Aldeia de Joanes repleto de centenas de notas de vinte, de cinquenta, de cem, de quinhentos e de mil escudos, que, em tempos de carestia e de crise económica, impactaria junto do público a devoção da freguesia e o seu empenho no evento. Distingamos, também, as mulheres de Bogas de Cima, comunidade periférica do município, que transportaram a pé, desde a sua aldeia até ao Fundão, percurso de mais de 30 quilómetros, «tabuleiros com bolos da região e cestas com galinhas, coelhos e frutas», vencendo serranias, cumprindo uma vontade coletiva de caridade. O rendimento do Cortejo de 1945 totalizou 121.946\$35, sendo 48.304\$00 em dinheiro e 73.642\$35 em géneros.

Em 1947 e numa continuidade da estratégia de angariação de fundos que viabilizasse a edificação do novo hospital, assumindo a preocupação então expressa pelos Mesários conscientes da conjuntura ser deficitária, facto que poderia pôr em causa a construção, a Misericórdia integrava as festas comemorativas do segundo centenário da autonomia municipal dirigidas pela Câmara Municipal. A caridade convivía com a política.

Entretanto, anos antes, as celebrações locais dos centenários nacionais de 1940 contribuíram e geraram um momento ímpar de afirmação e de definição das elites culturais que eram o resultado de um peculiar caldeamento de ideias nacionalistas, tradicionalistas e, principalmente, as filiadas no Integralismo Lusitano, movimento que teve uma significativa presença e ação no Fundão. Foram conjugações plurais de um certo pensar o município, a sua história, a região, o passado e o futuro que o Estado Novo haveria de desvitalizar, centralizar e de reconduzir a uma normalização e uniformização de atitudes e de pensares. Dessa plêiade intelectual e política local apontemos, entre outros, o nome do Comendador José Alves Monteiro, personalidade de interesses multifacetados e de influência determinante nas dinâmicas sociais e culturais do Fundão do seu tempo. José Alves Monteiro proporcionou o surgimento de uma história local firmada em documentos, revelando um passado esquecido ou muito diluído na memória, convocando para a narrativa atores até então excluídos, como os cristãos-novos, ou alçando

a necessidade do conhecimento, por parte do coletivo, da existência e «devoção» a um herói fundacional municipal. Esta historiografia identitária foi uma proposição tecida a várias vozes e materializada em vários momentos através de iniciativas e de eventos que modelaram a paisagem urbana e que apelaram a discursos diferenciados unidos, no entanto, pelo afã de contribuir para uma textualidade que, ao mesmo tempo, reproduzisse e afirmasse a especificidade fundanense no contexto dos novos figurinos administrativos estado-novistas, como a Província da Beira Baixa, circunscrição surgida da reforma de 1936.



Fig. 1 – Dr. José Alves Monteiro (poeta, historiador, publicista, magistrado, juiz, etnógrafo e arqueólogo, nascido a 25 de Fevereiro de 1890)

Apontemos, como exemplo, a validação da data do feriado municipal, a reconstrução do Pelourinho, inaugurado a 9 de julho de 1935, ou a identificação plena das realidades históricas locais com as evocações e as linhagens históricas estruturadas pela nebulosa ideológica nacional que envolveram as Comemorações Nacionais do Triplo Centenário. A periferia era, pois, com o centro, parte construtiva da identidade nacional.

Para a formatação da cenografia do Cortejo, nomeadamente a sua pretendida expressão folclorizada, muito terá contribuído a ação desenvolvida por José Alves Monteiro que, dentro dos seus interesses polifacetados, foi também o ativador dos estudos etnográficos no concelho, iniciando uma linha de trabalho perfilhada com José Leite de Vasconcelos de quem se considerava discípulo. Ao etnógrafo fundanense se deveu a construção da presença folclorizada do município no Cortejo da Exposição do Mundo Português, nas cerimónias regionais associadas ao triplo Centenário, que tiveram lugar em Castelo Branco, em 1940 e, anos antes, no cortejo folclórico organizado pela Emissora Nacional em Lisboa, a 30 de Maio de 1937. A 30 de Maio de 1940, a vila fez-se, representar no Cortejo Folclórico de Lisboa, integrado nas festas comemorativas da Revolução Nacional. Os

participantes iam trajados a rigor de fins do século XIX, os catorze pares do rancho do Fundão, acompanhavam o carro da romaria, de volta da festa, e cantavam alternados com o “estilo” Santa Luzia, de impressionante acento religioso popular, a modinha amorosa “Diga adonde vai”, e o coral surpreendente d’ “As sachas”. Participavam também os bombos de Lavacolhos e os de Silvares.

No Cortejo fundanense de 1947, a efabulação camponesa e a participação das freguesias assumem regras bem definidas «mantendo a fisionomia de cada uma delas tanto no traje dos componentes dos ranchos como nas canções e danças de uso tradicional». A folclorização patente no evento apresentaria o Município dividido em territórios diferenciados: «Campo, Rio e Cova da Beira» restringindo um limite cronológico para os trajes a serem utilizados: «indumentária domingueira utilizada até à I Guerra Mundial» (*Jornal do Fundão*, 24 de abril de 1947, nº83). Na performatividade de 1947, evidenciou-se um culto às origens históricas da comunidade, numa atitude “neorromântica paroquial” que, afirmando o peso da tradição, despertou sentimentos e valores que evocavam o chão coletivo num grande projeto de enraizamento identitário. Afirmou-se uma geografia de relacionamento entre o centro administrativo e as freguesias, fixando a centralidade municipal como uma fonte simbólica da gestão dos quotidianos. A vila do Fundão detinha uma vocação congregadora contribuindo, deste modo, para a afirmação e o reforço do poder da elite local. A convocatória envolveu a presença de todas as freguesias e as comunidades revelavam-se e desfilavam com orgulho no centro administrativo: «Aproxima-se a hora alta da comemoração da autonomia municipal. A 9 de Junho, faz duzentos anos o nosso Concelho. Para que as ruas das terras que constituem o agregado municipal traduzam o íntimo contentamento de todos nós, embandeirai as vossas casas! Se puderes, junto da bandeira nacional colocai a de D. Manuel I e a do Concelho!» apelava-se nas páginas do *Jornal do Fundão*. Em várias peças deste periódico, o incitamento feito às populações para a sua participação nas Comemorações da autonomia concelhia foi constante, transmitindo imagens de engrandecimento político:

«Fundanenses! Povos de todo o Concelho- daquém e dalém Serra! Decorrem neste momento as festas comemorativas do 2º. Centenário da fundação do nosso Município. Seis Séculos dependentes da vila da Covilhã, os homens que nos justificaram a maioria, no desfavor dos tempos e em duras batalhas de exaltação patriótica, escreveram na história deste Concelho, com a ardente proclamação dos nossos direitos, a página mais alta e a mais bela da nossa personalidade e do nosso orgulho de fundanenses! Cumprem-se amanhã, 9 de Junho, duzentos anos sobre a posse da primeira câmara do Fundão – dois séculos de independência que soubemos merecer nas virtudes da Terra e no sacrifício dos Maiores. Congreguemo-nos, todos, no mesmo pensamento de sagrada coesão municipalista. Acorramos com o nosso entusiasmo e voz de presença ao preito desta hora magnífica, por honra da terra a que souberam fazer grande, prestigiada e livre. Glória aos paladinos da emancipação municipal! Honra e Glória ao novo concelho de D. João VI!»

Uma das principais iniciativas das Comemorações do Centenário do Concelho assentou na realização do *I Congresso Municipal* tendente a um conhecimento das realidades concelhias e alcançando aspetos da vida cultural, económica e social, para além de um aumento da composição de uma nova historiografia do concelho a partir de esquecidas fontes e de renovadas biografias. Repartido por quatro sessões ocorridas nas principais freguesias do concelho (Fundão, Alpedrinha, Capinha e Silvares), o Congresso juntou algumas das personalidades intelectuais da região e tratou duma pluralidade de conteúdos e de temáticas. Intensificou-se, por exemplo, o surgimento de particulares narrativas etnogenéticas do território cujas origens do povoamento remontariam a um passado mais longínquo do que a data fundacional que se encontrava a ser comemorada. E, foi nesta linha de construção da memória coletiva, que também foi inaugurado o Museu Municipal, anos antes

idealizado por José Alves Monteiro, o seu primeiro diretor. As Festas do Centenário da autonomia do Concelho desenvolveram-se em dois ciclos: o primeiro ocorreu entre os dias 5 e 9 do mês de junho; o segundo, em setembro, no qual se integraria o *Cortejo de Oferendas*. As atas das sessões da Mesa revelam-nos as razões inerentes à realização do Cortejo: insuficiência das receitas em relação às despesas do movimento hospitalar e, por exemplo, a comprovação do alto nível de pauperização dos doentes. Apelava-se, de novo, à generosidade. Solicitava-se o patrocínio do Governador Civil que, por sua vez, tentaria pedir apoio ao governo central, nomeadamente aos ministros da saúde e da assistência, convocaram-se todas as instituições locais públicas e privadas, as escolas e as grandes casas agrícolas para o esforço coletivo. Mas, também, se pretendia que o novo cortejo transcendesse o pretexto para secundar auxílios e contribuísse para a «consagração da obra magnífica da Santa Casa». Reconhecendo-se a carência de receitas face às necessidades, exemplificava-se:

«Mais do dobro gasta em farinhas, anualmente, o Patronato. Meditemos um pouco na grandeza do esforço realizado e façamos nossas as humaníssimas aspirações da Mesa da Misericórdia. Ajudemos, com trabalho com dinheiro ou com géneros, segundo as posses de cada um, a manter uma obra de assistência que é já hoje um dos motivos de orgulho do nosso concelho e será amanhã a perfeita realização dos nossos deveres de solidariedade para com o próximo».

Também abrangida nas Comemorações estava em organização uma exposição agrícola da responsabilidade do Grémio da Lavoura. A Comissão propôs aos lavradores que guardassem alguns exemplares dos seus melhores produtos a fim de serem leiloados na Feira de 21 de Setembro a favor do Hospital. Reconhecia o Grémio que:

«São de crise os tempos que correm. Mas ninguém esqueça que a Lavoura está sofrendo tais efeitos como nenhuma outra atividade e cumpre briosamente o sagrado dever de ajudar os que precisam em termos compreender toda a extensão do seu sacrifício. Ao entusiasmo dos que generosamente acorreram à chamada juntar-se-á o auxílio de todos os habitantes do Concelho».

Em Julho, definia-se a 2ª quinzena de Setembro desse ano, como a esperada data para a desenhada realização do Cortejo de Oferendas: « (...) com a representação folclórica das freguesias do concelho em entendimento com as autoridades superiores do Distrito e do Município» (ASCMF, Atas, 1947: 24). Numa construção gráfica muito objetiva, e afastando-se da linguagem metafórica e exaltante, o *Jornal do Fundão* começa a publicar quadros sob o título «números que falam». Sirva de exemplo o quadro, saído a 7 de Setembro, onde se aponta a disparidade entre as receitas e as despesas da instituição nomeadamente as do hospital e as do albergue.

O 2º Cortejo partiu do Largo de Santo António e das ruas adjacentes e percorreu a Avenida Salazar, um recente eixo estruturante das vivências urbanas da vila, um autêntico cenário urbano onde se materializaram alguns equipamentos associados a um ideário de progresso tão cara ao regime vigente. A «Magnífica lição de solidariedade, de beleza e de entusiasmo popular» abriu com a Banda de Peroviseu caracterizada na imprensa como um «simpático agrupamento musical de gente humilde, quase todos trabalhadores rurais que, como todos os demais que vieram nesta hora de consagração, quis trazer à Misericórdia o testemunho da sua simpatia». Seguiu-se a Corporação dos Bombeiros e um grupo de crianças, umas internadas no Lactário, outras das escolas do Alcaide, que traziam bolsitas com fruta. O Cortejo organizou-se pela ordem alfabética das freguesias que se apresentavam no desfile de uma forma ordenada, hierarquizada, expressando as

suas realidades folclóricas, as aptidões produtivas das casas suas agrícolas. A ocasião foi também utilizada para promover, no grande texto comunicacional que foi concurso, algumas justas reivindicações por parte das comunidades. Tal foi o caso do cartaz, rodeado de lâmpadas, empunhado por uma rapariga do Pesinho, povoação anexa da freguesia de Alcária: «Pesinho, às escuras, pede luz!», reivindicação reforçada pelo rancho da localidade que fazia ecoar no público assistente: «Queremos luz para ver / Pois estamos na escuridão / E a Câmara não esquecer / Que pertencemos ao Fundão». Apontemos ainda a referência que Alcongosta fez à sua esquecida e ansiada estrada: «Alcongosta nunca pára / A caminho do Fundão / Quando não houver estrada / Cá viremos de avião».

| Localidades | Carros de tração animal | Ranchos | Veículos | Representação | Outros |
|-----------------------------------|-------------------------|---------|----------|---|--------|
| Alcaide | 11 | 1 | | | |
| Alcária | 6 | 1 | 1 | Operários a trabalhar cerâmica | |
| Pesinho | | 1 | | | |
| Alcongosta | 2 | 1 | 1 | Operários a trabalhar produtos de verga | |
| Aldeia de Joanes | 7 | | | | |
| Alpedrinha | 9 | 1 | | | |
| Capinha | 4 | 1 | | | |
| Castelejo | 7 | 1 | 1 | | |
| Fatela | 2 | | | | |
| Orca | 4 | | | | |
| Peroviseu | | 1 | | | |
| Donas | | 1 | | | |
| Três Povos / Salgueiro / Escarigo | 3 | 2 | | | |
| Castelo Novo | 5 | 1 | | O velho castelo | |
| Souto da Casa | 4 | 1 | | Ferreiro e forja | |
| Soalheira | 6 | 1 | | | |
| Bogas | | | | | 1 |
| Silvares | 19 | 1 | 2 | Roda a retirar água do rio | |
| Telhado | 7 | 1 | | Transporte de olaria | |
| Aldeia Nova | 2 | 2 | | | |
| Valverde | 6 | 1 | | | |

Quadro 1

Diversa foi a representação do Fundão onde se evidenciavam algumas ausências como a imprensa aludiu. O desfile demonstraria a importância dos serviços, do comércio e da indústria, mas cujos donativos teriam ficado aquém do expectável. Os temas ostentados surpreenderam. Por exemplo, os caixeiros desfilaram vestidos de pastor, levando um rebanho de onze carneiros; o moleiro, no seu burro, carregava dois sacos de cereais, lembrança da moagem tradicional e contrastava com uma galera carregada de farinha e sêmeas da então emergente Empresa de Moagem do Fundão. A apresentação das inovações tecnológicas esteve a cargo da empresa Electro-Gardunha, representante no Fundão da marca Philips, que se apresentou com carro que exibia um aparelho de rádio. O itinerário foi percorrido por carros alegóricos como o do Grémio dos Comerciantes, armado em madeira com cobertura a gesso encimado por um rapaz que retratava Mercúrio, ladeado por uma rapariga, sentada num trono, que figurava a Indústria. O carro

dos estudantes também se notava pela sua mensagem simbólica: Minerva ouvindo uma serenata. Três raparigas ajudavam a transportar o estandarte da Associação dos Empregados, outras vendiam emblemas. Vários carros cheios de ofertas de artigos comerciais completavam a representação do Fundão. Os idosos utentes do Albergue, seguidos da Banda de Silvares, fechavam o segundo Cortejo de Oferendas. Jovens da Mocidade Portuguesa efetuaram um peditério ao longo do percurso. Em jeito de balanço, relatava-se no boletim da Instituição:

«Com brilhantes representações de todo o concelho, realizou-se em 28 de Setembro, dia do encerramento das festas da Autonomia Municipal, o 2º Cortejo de Oferendas da Misericórdia do Fundão. Cerca de 120 carros, vistosamente engalanados, conduziam pelas ruas da vila a subscrição dos povos do Município, em valiosas oferendas cujos produtos totalizou 124543\$50. Ranchos folclóricos de típica expressão regional, com os famosos zabumbas do Rio e as velhas filarmónicas de Bogas de Baixo, Peroviseu e Silvares, deram ao burgo a vibração e o entusiasmo dos grandes dias festivos. O Rio, Campo, a Cova da Beira, com a Capinha e Três-Povos cumpriram galhardamente o seu dever de participantes do Cortejo, tanto em contribuição material, apesar da rudeza do tempo, como na rumorosa embaixada dos seus ranchos. Na Praça do Município, findo o Cortejo e durante o banquete oferecido pela Câmara aos representantes da família Vaz de Carvalho, autoridades e comissão organizadora das festas – houve exibição de danças populares, que se prolongaram no Parque das Tílias até depois da Récita de gala, com adjudicação de prémios aos ranchos classificados.»

| Freguesias | Donativos |
|---|------------------|
| Alcaide | 240\$00 |
| Alcaria | 125\$00 |
| Aldeia de Joanes | 2.675\$00 |
| Aldeia Nova do Cabo | 845\$00 |
| Atalaia do Campo | 462\$50 |
| Barroca | 2.059\$80 |
| Bogas de Baixo | 1.000\$00 |
| Bogas de Cima | 407\$50 |
| Capinha | 3.300\$00 |
| Donas | 7.244\$50 |
| Donas (Chãos) | 50\$00 |
| Fatela | 20\$00 |
| Fundão do Grémio do Comércio | 2.000\$00 |
| De Comerciantes | 2.000\$00 |
| Do Carro dos Estudantes | 2.076\$50 |
| Donativos recolhidos com a colcha da Mocidade | 952\$75 |
| Donativos recolhidos com a colcha dos Bombeiros | 2.704\$20 |
| Janeiro de Cima | 730\$00 |
| Lavacolhos | 82\$50 |
| Orca | 1.100\$00 |
| Peroviseu | 650\$00 |
| Silvares | 1.200\$00 |
| Soalheira | 1.778\$10 |
| Souto da Casa | 550\$00 |
| Telhado | 250\$00 |

Quadro 2 – Valor dos donativos em dinheiro angariados pelas comissões das freguesias para o 2.º Cortejo de Oferendas

Em Outubro de 1946, a Mesa tinha estabelecido contactos com o autor do anteprojecto do Hospital para se proceder a alterações exigidas e, no verão de 1947, iniciaram-se as expropriações dos terrenos para a instalação do edifício. Mas, nestes tempos de pós-guerra a situação era desfavorável. A conjuntura económica implicou um significativo atraso no começo das obras. O Hospital sub-regional tardava. A 2 de Abril de 1948, a Comissão de Construções Hospitalares comunicava que, perante a elevada estimativa do 2º anteprojecto, entretanto gizado, no valor de 15.600 contos, remetia para o ano de 1949 o possível envio da verba para a sua concretização. O *Boletim da Misericórdia* traduz esse clima de apreensão quanto aos encargos financeiros necessários para a continuação da obra, reforçando, todavia, a importância dos legados de beneficência, já conseguidos e a contribuição das gentes do concelho nos cortejos de 1943 e 1945. A hora era de «Meditação», afirmava-se no editorial do Boletim: «Justiça social, eis a palavra de ordem», apelando-se a uma união de esforços, e reafirmando a intenção firme da Misericórdia fundanense em concretizar o seu projecto: «Não se ganha o céu com as folhas caídas da intenção, mas com os renovos da acção empenhada, abnegada e fecunda.»

A INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL E O CORTEJO DE 1955

Em finais de 1950, organizou-se a Comissão Central que será responsável pela gestão dos trabalhos e pela concretização arquitetónica do novo hospital que reunia todas as forças vivas, políticas e religiosas, da localidade. Comparavam-se os vultosos custos do empreendimento com as sérias realidades e capacidades financeiras em que se encontrava o concelho. A Comissão apelava, pois, à convergência de todos nesta «cruzada de solidariedade humana», desígnio confirmado numa reunião ocorrida na Câmara Municipal, a 31 de dezembro de 1950, onde se analisou e expressou qual o verdadeiro empenho das autoridades locais e regionais na execução da obra. Finalmente, em 1955, o sonho do novo Hospital da Misericórdia do Fundão tornou-se realidade. Na sessão ordinária da Mesa da Misericórdia de 25 de outubro de 1955, a Mesa expressava um sentimento de grande regozijo pela materialização do seu novo Hospital. Era como «(...) o despertar de um sono longo. Bastante se lutou para que o novo Hospital fosse hoje uma realidade (...)», lê-se na ata. Um sentimento de orgulho pela obra perpassa nas atas dessas datas. As dificuldades e os obstáculos haviam sido, com muito esforço, definitivamente ultrapassados. E, realcemos, assim aconteceu. Foi pela dedicação e tenacidade da sua vetusta Misericórdia, que agregava um notável conjunto de cidadãos exemplares, que a vila viu surgir na sua malha urbana uma unidade de saúde que tão relevantes serviços haveria de prestar, anos mais tarde, a toda a população do distrito.

Na liderança do projecto, continuava a destacar-se Monsenhor Santos Carreto (1885-1961) que, à data, ocupava o cargo de Presidente do Concelho Municipal de Assistência. Esta personalidade, primordial na conceção, fundação e gestão das instituições assistencialistas e educacionais do Fundão, como o *Dispensário Antituberculoso*, o *Abrigo de S. José* ou o *Seminário* na primeira metade do século XX, abraçaria a concretização do novo hospital com grande determinação e perseverança. Com efeito, havia sido durante o seu mandato como Vice-Presidente da Santa Casa que, conjuntamente com José Alves Monteiro, lançara, anos antes, a ideia do surgimento do novo equipamento. Prosseguia-se a necessidade de uma angariação objetiva de fundos locais e nacionais e de uma capitalização continuada do projecto. Para isso, impunha-se uma premente necessidade de remotivação de toda a comunidade e do envolvimento das distintas hierarquias sociais, juntando vontades e diluindo diferenças. As vozes da Igreja e a da Misericórdia estavam unidas. Relembrando esta incontornável e ímpar figura da história da Diocese da Guarda, escreveu, em 1995, António Paulouro que, enquanto fundador e exímio jornalista do *Jornal do*

Fundão, acompanhou e apoiou o projeto desde a primeira hora, nas comemorações do 40º aniversário do Hospital:

«Mas é indeclinável dever lembrar hoje e aqui que sem a criteriosa perseverança, a abnegação clarividente de Monsenhor António dos Santos Carreto talvez não houvesse, hospital, este. (...) O que se sabe é que este hospital de 1955 ainda hoje honra o Fundão e o seu conselho – e que se deve, principalmente, a Monsenhor Carreto, falecido em 1961 cuja memória esta terra por vezes ingrata e leviana parece ter esquecido».

O discurso de Monsenhor Alves Carreto, aquando da inauguração do novo Hospital e da orientação e rumo que deveriam pautar a ação das Misericórdias, dá-nos uma imagem da dimensão e da grandeza do seu pensamento. Através dessas palavras ecoavam no Fundão alguns dos princípios da doutrina social da Igreja contidos nas Encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII e *Quadragesimo anno*, de Pio XI:

«Acudir à pobreza e à desventura em anseios vivíssimos de caridade cristã, eis a grande razão de ser destas instituições benditas. Nada deve pois, no desenrolar da sua benemérita atividade sobrepor-se aos interesses da pobreza desventurada, para os quais elas surgiram e que são verdadeiramente sagrados entre os que mais o são.»

E, referindo-se ao facto de os serviços das Misericórdias estarem, na época, a ser procurados «pelas classes mais afortunadas», Monsenhor Alves Carreto alerta para o perigo das Misericórdias puderem vir a estar ao serviço dessas classes, esquecendo a primordial missão para que haviam sido criadas. E considera que: «Fazê-lo, seria lastimável e pecaminoso desvio. A ordenação da vida nestas casas benditas nunca pode ser senão esta – os ricos servindo, por todas as formas os interesses das Misericórdias, e as Misericórdias sempre e só dos pobres e desventurados». No final da sua alocução, são dirigidas contundentes palavras aos desvios da missão e às relações das Misericórdias com a sociedade, lançando um apelo ao subsecretário de estado no sentido de que, sob o seu governo, se assistisse a um retorno aos princípios verdadeiramente cristãos que haviam norteado estas Instituições na sua génese. E interroga:

«Não são hoje, felizmente as nossas misericórdias instrumentos lastimosos da baixa e condenável política?» E, dirigindo-se ao representante do Governo, acrescentou: «A virtude da misericórdia deixou de ser vivida com paixão verdadeira e dali fugiu envergonhada e desoladamente pesarosa? Que fica então, Senhores? Qualquer coisa que queiram mas nunca Casa da Misericórdia e, muito menos, a dizer-se Santa!»

Mas a cerimónia de inauguração de 9 de Junho de 1955, por todo o simbolismo e convergência de poderes que possibilitou, foi também palco e momento para a constatação da verdadeira e frágil realidade social e económica em que se encontrava o Concelho. As dificuldades inerentes ao período do pós-guerra, com um gravoso aumento de custo dos bens essenciais, aliada às frágeis estruturas do sector primário da Beira, onde ao trabalho sazonal, se aliou uma crise de desemprego do sector mineiro, delinearam, pelas terras da Beira, um quotidiano de desânimo e de miséria. Esta dolorosa realidade havia tido eco na Assembleia Nacional pela inconformada e determinada voz de Monsenhor Alves Carreto enquanto deputado da Nação. Mas os seus rogos nunca foram ouvidos... Na cerimónia e na esteira de Monsenhor Carreto, embora afirmando «a fé que todos os fundanenses depositam no futuro e na ação de Salazar», o presidente da Câmara Municipal do Fundão, Fernando Carneiro, denunciaria a gravosa situação vivida pelas populações do concelho:

«Vivendo aqui entre este bom povo não podemos deixar de sentir as suas dores e necessidades e aperta-se-nos o coração nos períodos cíclicos em que se passa fome. Entre as vindimas e a colheita da azeitona, entre as sementeiras e as ceifas, há fome no nosso Concelho e por isso a Revolução tem de continuar!»

O discurso do sub-secretário da assistência confirmava a ideia da edificação do equipamento ser o resultado da política assistencial do regime: «Sem o ideal que Salazar nos trouxe, nada disto seria possível», diria. Confirmava que vinha:

«assinalar com a representação do Governo mais esta pedra branca posta no edifício grandioso da Assistência Social do País, um passo a mais na senda que o governo de Salazar há já muitos anos abriu e em quer caminhar cada vez mais convictamente, cada vez com maiores possibilidades, em defesa da saúde e do bem-estar do povo português».

Todos os discursos da cerimónia revelam uma dependência política por parte das elites locais relativamente às diretrizes oriundas do poder central. A reivindicação é contida e imediatamente louva-se e agradece-se a benesse e a bondade dos representantes do governo. Estes vinham em visita oficial e tinham sido esperados pelas autoridades locais e regionais na fronteira do Município num clima protocolar de exaltação e júbilo. Carros e filas de povo saudavam a passagem da comitiva pelas aldeias no percurso até à sede do concelho, num cerimonial de gratidão e de agradecimento pela benesse material. A transcrição das elocuições, que ocupam várias colunas do *Jornal do Fundão*, permite-nos uma aproximação à receção dos mesmos e uma análise dos seus conteúdos dominados por uma forte presença de arquiteturas discursivas religiosas, tecidas por um sentido providencialista, por uma atitude de dependência face a princípios que, em sùmula, revelavam a presença invisível, mas norteadora, ditando a ideia da concretização do projeto ser obra de António de Oliveira Salazar.

O Cortejo de 1955 encontrou-se articulado a uma obra física, a um projeto que advinha de uma necessidade premente e sentida pelas populações e pelos poderes locais: a construção do novo Hospital da Misericórdia. E foi compreendido como um agradecimento. Outra das coordenadas de reflexão que devemos ter presente é o nível organizacional deste cortejo. A mobilização e representatividade das comunidades foram devidamente formatadas, adivinhando-se os momentos de entusiasmo que a sua preparação poderá ter despertado em muitas aldeias como um tempo de negociação e de construção identitária controlada pelos ilustres de cada comunidade. O cortejo era o símbolo de uma caridade onde todos teriam lugar, ligando-se a vontade das gentes ao devir dos poderes numa osmose aparentemente equilibrada na gestão do património simbólico dos eventos. Conviviam várias generosidades... A organização do cortejo de 1955 ocupou o início do outono, finais de setembro, convocando-se, segundo o Provedor, em carta enviada em 16 de Outubro ao presidente da Associação dos Empregados do Comércio do Fundão, o concurso de «todas as pessoas de boa vontade» para a realização de um cortejo de oferendas, «destinado a minorar os graves encargos que pesam sobre esta instituição» expressando-se que:

«Tudo indica que a inauguração do hospital Sub-Regional constituirá acontecimento marcante na vida do Fundão e do concelho. Em 9 de Outubro far-se-á a sua abertura e é de esperar que o acto se revista da solenidade e grandeza que a importância da obra amplamente justificar. Nessa data haverá um cortejo de oferendas que servirá para o concelho manifestar a sua gratidão por tão útil melhoramento. Em todas as freguesias, com uma única excepção, o acolhimento dispensado à Comissão tem sido o melhor, podendo dar-se como certa larga e significativa representação das terras concelhias, que com os cantares da

sua gente e trajes coloridos darão nota alacre ao desfile. O dia 9 será de verdadeira festa. À Misericórdia, que há cerca de quatrocentos anos tem desenvolvido actividade ímpar, será dada a certeza, no começo de nova fase da sua vida, que em todas as horas, nas boas também como nas mais difíceis, pode contar com a compreensão e o carinho dos bons filhos deste concelho. Todos – e até os que longe, onde labutam, não esquecem este pedaço de terra da Cova da Beira – colaborarão, temos a certeza, para que o cortejo seja aquilo que é preciso. Vão ser convidados a assistir os senhores Ministros do Interior e das Obras Públicas e Subsecretário da Assistência, que após a cerimónia inaugural assistirão ao desfile do Cortejo de Oferendas».

Pensava-se convidar os ministros do Interior e da Assistência, que após a cerimónia inaugural assistiriam ao desfile do referido cortejo de oferendas (Jornal do Fundão de 25 de Setembro de 1955, nº 450, p. 1). Mas a inauguração, prevista para 16 de Outubro, teve de ser adiada por mais uma semana, devido a não poderem, naquele dia, deslocar-se à então vila os membros do Governo convidados. Assim, a grande festa inaugural do hospital e o Cortejo de Oferendas «a sua útil e alegre expressão popular» apenas se corporizou no dia 16 de Outubro (Jornal do Fundão de 2 de Outubro de 1955, Nº 481, p. 1).

«Magnífico», «vibrante», «grande dia», e «colorida mensagem de gratidão» foram as palavras dos títulos do *Jornal do Fundão* para descrever as atmosferas de júbilo colectivo pela concretização:

«Foram três horas de regalo para os olhos e íntima alegria para o coração. Se a graça exuberante da gente moça foi o grito álcere que a hora tribunal pedia, casos de tocante generosidade fizeram, por vezes, aflorar lágrimas de ternura a quem presenciava o majestoso desfile. Deram alguns ricos como ricos e muitos pobres deram como ricos.»



Fig. 2 – Cortejo de Oferendas de 16 de Outubro de 1955

O cortejo partiu do Largo de Santo António em direção à zona do novo Hospital. Abriam o desfile, a cavalo, três filiados da Mocidade Portuguesa, que empunhavam bandeiras: a da Mocidade; a da Santa Casa e a Nacional. A pé, dois filiados incutiam um som de marcha militar às crianças do Preventório e do abrigo infantil que caminhavam atrás. Seguiam as representações das freguesias ordenados por ordem alfabética, com a ausência

de Alpedrinha e da Orca que, contudo, fizeram a entrega do sua contribuição. Na notícia do *Jornal do Fundão*, cada localidade mereceu a atenção do articulista, apontando-se as diferenças entre as dâdivas individuais com a indicação do ofertante, as dâdivas do coletivo e as resultantes dos peditórios efetuados nas localidades. Destacaram-se alguns casos como a reivindicação do Pesinho, que empunha um cartaz «Quem ajudar a pobreza / A Deus vai emprestar / Devemos dar com nobreza / Que não nos há-de faltar». Valverde implorava água e luz e Janeiro de Cima apresentou-se apenas com um habitante que segurava um dístico que dizia: «Para vir ao Fundão temos que sair às 3 horas, andar 15 quilómetros a pé, para tomar camioneta que sai da Barroca às 6, motivo por que vim só trazer as ofertas de todos: 1000\$00». Ou ainda o letreiro do único habitante da representação de Bogas de Baixo, com a oferta de 1500\$00 mas que empunhava o dizer «Devido à grande distância e difícil meio de transporte venho eu apenas representar a minha freguesia (pequena e pobre) (...)».

| Localidades | Carros de Tração Animal | Ranchos | Veículos | Representação | Doação Monetária | Outros |
|---------------------|-------------------------|---------|----------|--|------------------|--------|
| Alcaide | 7 | | | | 665\$50 | |
| Alcaria | | 1 | 1 | Esfolhada | 2051\$50 | |
| Alcongosta | | 1 | 1 | | 6417\$70 | |
| Aldeia de Joanes | | | 6 | | 1907\$50 | |
| Barroca / Alqueidão | | | | | 572\$00 | |
| Bogas de Baixo | | | | | 1500\$00 | |
| Bogas de Cima | | 1 | 2 | | 2582\$50 | |
| Castelejo | | 1 | 7 | Cantares de Santa Luzia | 780\$00 | 1 |
| Castelo Novo | | | 5 | | 1521\$10 | |
| Capinha | | | 3 | | 561\$00 | |
| Donas e Chãos | | 2 | 6 | Sachas do milho; colheita de azeitona; indústria da tanoaria | 7300\$00 | |
| Enxabarda | | 1 | 2 | Cena de fiandeiras de linho | 250\$00 | |
| Escarigo | | | 1 | | 55\$00 | |
| Fatela | | 1 | 4 | | 1555\$00 | |
| Freixial | | | 4 | | 220\$00 | |
| Pero Viseu | | 1 | 7 | | | 1 |
| Póvoa da Atalaia | | 1 | | | 307\$70 | |
| Lavacolhos | | 1 | 1 | | | 1 |
| Pesinho | | 1 | 3 | | 565\$00 | |
| Quintãs | | | | | 3500\$00 | |
| Salgueiro | | 1 | | | 600\$00 | |
| São Martinho | | | 1 | | 397\$50 | |
| Silvares | | 1 | 9 | Santa Luzia | | 2 |
| Janeiro de Cima | | | | | 1000\$00 | |
| Souto da Casa | | 1 | 6 | | 5027\$00 | |
| Vale Prazeres | | | | 1 | 1602\$,50 | |

| | | | | | | |
|-----------|--|---|---|---------------------|----------|--|
| Soalheira | | 1 | 2 | Alegoria das ceifas | 8000\$00 | |
| Valverde | | 1 | 6 | Fiandeiras | 420\$00 | |
| Telhado | | 1 | | | 566\$00 | |

Quadro 3

O Fundão incorporou nos desfiles as principais empresas da vila: a Empresa de Moagem do Fundão Lda, a Garagem Barrocas, a Courel, a Electro-Gardunha, a par de carros alegóricos com cenas religiosas com representações de Jesus no meio das crianças ou Santa Zita. O Cortejo de Oferendas mereceria a seguinte vibrante e colorida mensagem de gratidão assim resumida:

«Foram três horas de regalo para os olhos e íntima alegria para o coração. Se a graça exuberante da gente moça foi o grito alacre que a hora triunfal pedia, casos de tocante generosidade fizeram, por vezes, florir lágrimas de ternura a quem presenciava o majestoso desfile. Deram alguns ricos como ricos. Pode dizer-se que esta mensagem de gratidão à Misericórdia, a assinalar a inauguração do Novo Hospital, foi digna do grande dia que o Fundão viveu. Dignou-se assistir o ilustre subsecretário da Assistência, sr. Dr. Melo e Castro, que na tribuna armada em frente do quartel dos Bombeiros, manifestou o seu agrado e felicitou os organizadores das várias representações. Rendeu 255.639\$50 o 3º Cortejo de oferendas realizado em 16 de Outubro a favor da Misericórdia do Fundão. A contribuição do Estado saldou-se nos 2.473.206\$21. O sonho acalentado de José Alves Monteiro e de Monsenhor Santos Carreto tinha sido, ao fim, cumprido. Durante toda a década de cinquenta o modelado edificado e estruturado pelo eixo da nova avenida, orgulhosamente denominada de Salazar, materializou as mutações sociais e económicas que renovavam e afastavam a tradicional envolvência rural do cenário da vila. Foram anos de grande atividade construtiva. Contudo a dinâmica e o empenho da comunidade nas manifestações de solidariedade alteraram-se. Em Outubro de 1962, aconteceria, por exemplo, o V Cortejo de Oferendas de «auxílio à Santa Casa da Misericórdia», como se indicava no cartaz de divulgação. Comparando com os eventos anteriores, caracterizaram-se por uma participação mais contida. Nos nossos dias, estas extraordinárias demonstrações de solidariedade permaneceram vivas na memória de alguns, avivadas pelos conjuntos de fotografias, verdadeiras reportagens imagéticas, captadas por Fernando Henriques Duarte Rosel (como era conhecido e assinava as suas obras). Durante décadas, este fotógrafo construiu uma singular herança visual, de relevante valor documental, para a descodificação da história contemporânea do concelho do Fundão, das suas freguesias, ruas, cerimónias, instituições, empresas, ciclos festivos, e das gentes, captando as atmosferas das suas alegrias e, também, das suas tristezas. A propósito deste referencial da história da fotografia regional da Beira, escreveu Fernando Paulouro: « (...)quando a nossa mão toca essas fotos antigas e afasta a patine do tempo, parece que recuperamos alguma coisa perdida no labirinto dos dias para lhe acrescentarmos uma efémera ligação à atualidade, como se o simples gesto de as olhar lhe prolongasse a ilusão da realidade».

REMATE

Os Cortejos realizados no Fundão assumiram-se como autêntico e circunstancial inventário das ténues estruturas comerciais, industriais e agrícolas de cada localidade, apresentando na capital do Concelho, as suas marcas distintivas, principalmente de uma forma folclorizada. Algumas freguesias reproduziam ao longo dos cortejos atividades do ciclo agrícola; outras, com ranchos que trajavam indumentárias tradicionais. Detetámos uma pluralidade de mensagens musicais, onde cada freguesia ou reproduz registos vocais folclóricos ou gestos associados ao trabalho da terra, ou ainda cenas representadas, reforçadas com cartazes onde se liam louvores à iniciativa ou ténues reivindicações de uma ansiada melhoria das condições materiais para as suas terras. Tratou-se de autênticos ritos cívicos que puseram em cena processos constitutivos de uma memória coletiva através da seleção e da fragmentação da sequência das comunidades representadas e da introdução da sua individualidade num horizonte prospetivo comum: o bem do concelho. Desempenhavam, ao mesmo tempo, e ao expandir mensagens normalizadas e controladas, uma função pedagógico-cívica através duma envolvência ideológica, comemoracionista e celebratória e rogatória numa idealizada comunhão da coletividade, numa dimensão votiva, afirmadora de uma intenção que unifica o todo e continuista de um tempo, um tempo presente, tecido de vontades. Os Cortejos eram, em suma, uma representação em direção ao sonhado porvir. O Cortejo de 1945 foi uma experiência que assumiu um sentido de inventariação e um primeiro momento em que se mediu a intensidade do interesse neste tipo de iniciativas por parte da comunidade. Em 1947, o realce foi canalizado para o Fundão como o centro do território municipal, emissor dos seus valores identitários e históricos. Propagou a afirmação de um projeto de futuro para a comunidade fundanense apresentada como equilibrada, estratificada e unida pela vontade de afirmação no contexto regional. O 3º Cortejo cumpriu a capacidade empreendedora e concretizadora da Misericórdia e a expressão dos equilíbrios e das ligações entre as instituições locais e o poder central. Em suma, os Cortejos foram ainda criações performativas, desenvolvidas em espaço público, e materializaram um aparentemente invisível equilíbrio e um controlo entre interesses nacionais centrais e as expectativas das elites locais e regionais, revelando lógicas e idealizações identitárias, ao mesmo tempo revelam uma artificialidade do quotidiano a partir de um estrato cultural popular folclorizado, que se funde numa plácida e exaltante conversão aos ideários políticos e propagandísticas do poder. Cortejo, dizem os dicionários, tanto significa «a comitiva que segue uma pessoa ou grupo de pessoas», «uma reunião em razão de algum acontecimento formal», como se refere a «um gesto atencioso para com outrem». Nos inícios da década de sessenta do século XX, os ares de além Pirenéus começaram a «cortejar» o Fundão rural e o rumo da circulação das gentes, tantas vezes clandestina, foi outro em direção a longínquas fronteiras que possibilitassem uma significativa melhoria económica que diluísse as atávicas amarras tradicionais de um penoso quotidiano rural. De 49.941 habitantes na década de cinquenta, em 1970, eram 34.958 os habitantes que continuavam a ser abrangidos pelos serviços de saúde oferecidos pelo hospital da Misericórdia. Afinal, foi a grande obra coletiva e o principal porto de esperança em prol da vida e do reforço dos elos e dos laços que cumprem o sentir e a vontade de servir o próximo que algum dia surgiu na capital da Cova da Beira.

FONTES

ASCMF (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Fundão). Atas (1944-1959)

BIBLIOGRAFIA

- BENTO, José, Fundão (1990). Património Histórico e Cultural. Lisboa.
- CAPUCHA, Luís Antunes (1999). Misericórdias. in BARRETO, António Barreto e MÓNICA, Maria Filomena, (coord.). Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas.
- DUARTE, Fernando Henriques (2000). Fundão, Século XX...Um olhar. Fundão: Junta de Freguesia do Fundão.
- GARCIA, Maria Antonieta (2015). Apontamentos para a história do ensino no Fundão. Fundão: Câmara Municipal do Fundão.
- GOMES, J. Pinharanda (1981), História da Diocese da Guarda.
- PEREIRA Adelino e MARQUES, António Lourenço Marques (Sel. e org.). Hospital do Fundão 40 anos. Fundão: Execução gráfica Tipografia “Jornal do Fundão”. Jornal do Fundão.
- LOPES, Maria Antónia (2002). As Misericórdias portuguesas de D. José I ao final do século XX. in PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: fazer a História das Misericórdias*. Lisboa: Universidade Católica [etc.], vol. 1, p. 105.
- MF (Misericórdia do Fundão) (1945). Boletim VIII, Janeiro/ Fevereiro/ Março.
- MF (Misericórdia do Fundão)(1948). Boletim XV, Janeiro/ Dezembro.
- MONTEIRO, Celestino Tavares (1998). Fundão do Meu Tempo. Fundão, 1998.
- MONTEIRO, José (1940). O lugar do Fundão nas origens e na restauração de Portugal. In O Município nas Comemorações Centenárias, Porto, 1940.
- MONTEIRO, José (1999). Etnografia do Fundão. Costumes, Cantares e Tradições. Lisboa.
- NUNES, António Lopes Pires (2013). Cortejos de Oferendas. Castelo Branco 1947 – 1950. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- SILVA, Ana Isabel Coelho Pires (2011). O Cortejo de Oferendas em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor (Década de 1950 a 1960)”. In Revista de Historia da Sociedade e da Cultura. Vol, 10, 543-567.



Antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Fundão
Fonte: Santa Casa da Misericórdia do Fundão.

A Casa da Misericórdia do Fundão: análise e contextualização arquitetónico-artística

The Santa Casa da Misericórdia of Fundão: analysis and architectural-artistic contextualization

JOANA Balsa de Pinho

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Centre for Literature and Lusophone and European Cultures (CLEPUL), Faculty of Arts, University of Lisbon

ARTIS – Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

ARTIS – Institute of Art History, Faculty of Arts, University of Lisbon

joanabalsapinho@gmail.com

RESUMO

As confrarias da Misericórdias, instituídas para cumprir as Obras de Misericórdia, constituíram-se, no domínio da sua atividade, como importantes promotoras de diferentes manifestações patrimoniais; neste contexto, destaca-se a Casa da Misericórdia. A Casa da Misericórdia designa os edifícios promovidos pelas confrarias da Misericórdia no contexto da sua atividade caritativa e consubstanciam a arquitetura construída com uma finalidade assistencial mais relevante durante a Idade Moderna em Portugal. O presente texto procurará identificar e analisar as características arquitetónico-artísticas da Casa da Misericórdia do Fundão, contextualizando-a no âmbito da arquitetura promovida pelas Misericórdias durante a época Moderna e das grandes problemáticas inerentes ao fenómeno arquitetónico nos contextos destas confrarias.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura, Assistência, Confrarias da Misericórdia, Idade Moderna.

ABSTRACT

The confraternities of the Mercies instituted to fulfill the Works of Mercy, were, in the field of their activity, important promoters of different patrimonial manifestations. In this context, the Santa Casa da Misericórdia appears paramount. The Santa Casa da Misericórdia designates the buildings promoted by the confraternities of the Misericórdia in the context of their charitable activity and consubstantiate the architecture built with a more relevant assistance purpose during the Modern Age, in Portugal. This text will seek to identify and analyze the architectural and artistic characteristics of the Casa da Misericórdia of Fundão, contextualizing it within the framework of the architecture promoted by the Mercies during the Modern era and the great problems inherent to the architectural phenomenon in the contexts of these confraternities.

KEYWORDS

Architecture, Assistance, Confraternities of the Mercies, Modern Age.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto pretende identificar e analisar as características arquitetônicas e artísticas da Casa da Misericórdia do Fundão, contextualizando-a no âmbito da arquitetura promovida pelas confrarias das Misericórdias durante o século XVI; decorre das pesquisas que realizámos no nosso projeto de doutoramento em que analisámos cerca de duas centenas de edifícios promovidos pelas Misericórdias; alia as consultas bibliográficas e documentais a um exaustivo levantamento arquitetónico *in situ*; e originou um conjunto de conhecimento sólidos que nos permitem, atualmente, realizar uma reflexão geograficamente localizada, tendo por base o conhecimento global e disperso por Portugal continental relativo às grandes problemáticas inerentes ao fenómeno arquitetónico no contextos das Confrarias da Misericórdia portuguesas nomeadamente a caracterização e contextualização dos edifícios promovidos por estas confrarias para servir como base edificada da sua atividade primordial – a assistência.

As Confrarias da Misericórdia, cuja primeira fundação ocorreu no ano de 1498, na cidade de Lisboa, resultaram da iniciativa laica, com finalidade assistencial, mais relevante em Portugal durante a Idade Moderna, difundiram-se por todo o país, sendo instituídas cerca de duzentas e cinquenta Misericórdias em apenas cem anos (SOUSA, I. C., 1998; SÁ, I. G., 2001; PAIVA, J. P. (coord.), 2003-2005: vols. 2-4). Aquelas assumem uma relevância histórica fundamental pois são transversais temporalmente a um conjunto de acontecimentos e problemáticas, só compreensíveis tendo em conta a existência destas instituições. Para além da sua função assistencial, concretizada no cumprimento das catorze obras de Misericórdia, mas em particular na cura dos doentes e visita aos presos, como já foi assinalado (SOUSA, I. C., 1998: 71-74, 77, 81-86), estas confrarias constituíram-se, no domínio da sua atividade, como importantes promotoras de diferentes manifestações patrimoniais, com características próprias relacionadas diretamente com a sua natureza assistencial, com as suas devoções e com as dinâmicas do quotidiano fraternal. Esta atividade de promoção artística já nos mereceu uma abordagem (PINHO, J. B., 2012: 109-144)

Os espólios artísticos das Misericórdias, vistos no seu conjunto e tentando uma síntese global, possuem uma identidade própria. Esta especificidade na promoção artística confirma a necessidade de construção, individualização e afirmação de uma identidade institucional por parte das Misericórdias e que se queria diferente das outras instituições religiosas e seculares. As obras de arte, pelas suas características, possibilitavam o acesso generalizado ao conteúdo do programa caritativo e devocional das Misericórdias; constituíam-se como a expressão material e simbólica desse mesmo programa, ao serem exibidas ou utilizadas em locais e atos públicos. De modo semelhante, também a arquitetura encomendada pelas Misericórdias é reflexo da função para que estas confrarias foram instituídas e deve ser entendida no contexto mais alargado da produção e encomenda artísticas destas confrarias, em que outras manifestações, temas e morfologias são também particulares, procurando difundir a individualidade e autonomia da instituição.

1. AS MISERICÓRDIAS E A ARQUITETURA

Neste âmbito, queremos destacar a «Casa da Misericórdia»: a tipologia de arquitetura assistencial, construída de raiz ou adaptada, mais relevante durante a Idade Moderna em Portugal (PINHO, J. B., 2012). Com efeito, logo após a fundação, as Confrarias da Misericórdia tiveram a preocupação de dispor de um espaço construído que lhes garantisse a implementação da sua proposta caritativa e devocional; e esta foi uma das suas primeiras preocupações. No entanto, a instituição de uma Misericórdia raramente coincidiu com a construção de um edifício. No período correspondente à sua fundação e à

consolidação da sua atividade, as confrarias da Misericórdia instalaram-se inicialmente em espaços preexistentes e que não foram construídos para albergar a confraria (PINHO, J. B., 2012: 147-186 e 258-268). Esta realidade está seguramente relacionada com a celeridade com que as confrarias desejavam iniciar a sua atividade, assim como a falta de meios financeiros e do tempo necessário para que uma construção de raiz pudesse acontecer. De igual modo, realça-se a importância do espaço construído para o desempenho da atividade assistencial e para a gestão da confraria e, também, a forte dinâmica local, institucional e particular, religiosa e civil, verificada em torno da confraria. Dadas as suas características institucionais e funcionais, as confrarias da Misericórdia tinham necessidade de um edifício que associasse vários espaços que já identificámos nas suas características e funções (PINHO, J. B., 2012: 186-224): a igreja, espaço religioso, onde se realizam as celebrações litúrgicas inerentes ao quotidiano confraternal; a casa do despacho para a reunião dos oficiais que governavam a confraria; a sacristia e outras dependências de apoio à igreja; o cemitério ou espaço de enterramento dos doentes falecido; a enfermaria para assistir doentes e peregrinos; e ainda outros espaços designadamente onde guardar a documentação, onde armazenar as tumbas ou outros equipamentos e até um local onde armazenar cereais. Ou seja, um espaço onde se pudessem desenvolver todas estas atividades: com uma arquitetura adaptada a uma utilização específica, com múltiplas dimensões; por isso, um edifício composto por diferentes espaços, geralmente interligados entre si, criando planimetria, espacialidade e volumetria próprias. A expressão coeva “Casa da Misericórdia” está generalizada na documentação de inúmeras instituições espalhadas pelo país e é a terminologia que melhor define a realidade arquitetónica promovida por estas confrarias, adaptando-se perfeitamente ao conjunto coerente de vestígios que podemos atualmente visualizar e analisar, respeitando a identidade patrimonial das Misericórdias. Neste sentido, o conceito “Casa da Misericórdia” deverá ser adotado para designar os edifícios das Misericórdias, pois os edifícios eram concebidos como um todo, abandonando expressões como “igreja da Misericórdia”, “igreja e hospital da Misericórdia”, “igreja e casa do despacho”, quando está em causa um edifício comum. A Casa da Misericórdia é, assim, um edifício composto por diferentes espaços que serviam de cenário às mais importantes e diversificadas celebrações assistenciais, culturais e simbólicas protagonizadas por estas confrarias, por onde passava toda a dinâmica e vida das mesmas, evidenciando alguns elementos característicos dessa vivência confraternal; embora podendo não corresponder a um projeto unitário e a uma mesma sequência cronológica. Será importante destacar a questão da escala. Na maioria das Misericórdias, todos estes espaços no interior dos edifícios eram de pequena dimensão, incluindo as próprias enfermarias e neste sentido, os edifícios, apesar de compostos por vários espaços, não eram construções monumentais.

Convém esclarecer que as Casas da Misericórdia podiam ser mais ou menos complexas, dependendo de vários fatores relacionados com a forma como cada confraria solucionou o problema da necessidade de um espaço edificado. O facto de muitas Misericórdias anexarem hospitais já existentes e com instalações próprias foi um dos fatores que concorreu para que esta realidade fosse tão díspar. Em muitos casos, estes edifícios hospitalares preexistentes encontravam-se distantes do local onde a confraria se instalou e, por isso, nestas situações o hospital não integrava o conjunto arquitetónico da Casa da Misericórdia.

2. A CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO

A notícia documental mais antiga que refere a Misericórdia do Fundão refere-se a um alvará, datado de 30 de julho de 1582, da chancelaria de D. Filipe I, relativo ao conflito entre a Santa Casa da Misericórdia e Jerónima de Sousa por causa de um terreno (CUNHA, A., 1925: 35). Posteriormente, em 1595, a Misericórdia faz uma petição ao rei, pedindo autorização para usar o compromisso de Lisboa, em que diz: «elles usarão hate agora na dita misericórdia de hum compromisso velho que tinham o qual estava confirmado pelos Reis passados e por ser muito velho e antigo e gastado», o que, segundo Alfredo Cunha, remeterá para uma data anterior a 1580, pois, segundo o autor, a referência «reis passados» indicará, pelos menos, os reinados do Cardeal D. Henrique ou Filipe I (CUNHA, A., 1925: 17-18). Já Costa Goodolphim aponta uma data mais tardia para a constituição da confraria, indicando como fundadores o Dr. Domingos da Cunha († 1663) e a sua mulher D. Brites († 1683) (GOODOLPHIM, C., 1998: 142). Na mesma linha, Carlos Dinis da Fonseca indica 1646 para ano da fundação da Misericórdia do Fundão (FONSECA, C. D., s/d: 384).

Tal como outras Misericórdias, a do Fundão vai ocupar inicialmente uma pequena casa com portal oval no lugar conhecido por “Misericórdia Velha”, na Rua da Fonte Grande (GOODOLPHIM, C., 1998: 142), com existência documentada pelo menos desde 1615 e que, em data posterior, terá transitado para o atual edifício como se depreende do Tombo dos bens do concelho da Covilhã então elaborado (CONCEIÇÃO 1994). Este edifício constitui uma Casa da Misericórdia composta por igreja, sacristia, casa do despacho, quintal, hospital e outras dependências. Relativamente à organização espacial do conjunto edificado, o mesmo é definido perpendicularmente, um dos três modos de organização espacial das Casas da Misericórdia que já definimos (PINHO 2012: 277-278), com as dependências adossadas a um dos alçados laterais, mas organizadas num eixo de desenvolvimento perpendicular à igreja. É de registar que existem diferentes cronologias nos espaços que compõem o conjunto edificado; todavia, este facto não retira a unicidade que caracteriza esta tipologia arquitetónica, comprovada pelas diferentes ligações funcionais existentes entre os distintos espaços, por exemplo, entre a enfermaria e o coro, ou a casa do despacho e a igreja e ainda entre as dependências do piso térreo do edifício contíguo à igreja, onde se localiza a nova casa do despacho.

A localização urbana da Casa da Misericórdia do Fundão é privilegiada, tal como era prerrogativa das Misericórdias: integrada na malha urbana, no centro histórico e monumental; com fachada para o arruamento lateral à igreja matriz, junto dos locais de maior prestígio religioso; no Fundão, tal como na maioria das Misericórdias portuguesas, a opção foi claramente por uma elevada centralidade urbana (PINHO, J. B., 2012: 248-258).

Na sua maioria, embora caracterizadas por uma extrema simplicidade, compositiva e decorativa, própria dos valores chãos e vernáculos desta tipologia construtiva, as fachadas das Casas da Misericórdia, nomeadamente principais, serviam como veículos para a afirmação pública da individualidade da confraria. A Misericórdia do Fundão comprova esta realidade, designadamente pela inscrição que ostenta no portal principal: «Misericórdia». Este tipo de estratégia de afirmação de posse e de construção e afirmação de uma identidade institucional é utilizado de forma sistemática pelas confrarias da Misericórdia como podemos verificar em diferentes casos. As palavras ou textos inscritos, de diferentes naturezas, nas fachadas exteriores das Casas da Misericórdia, podiam variar entre a pequena e a grande dimensão, substituir ou associar composições figurativas relacionadas com as principais devoções confraternais, nomeadamente “N. Sra. Misericórdia” e “Visitação”; definiam inequivocamente os seus princípios assistenciais e devocionais; e plasmavam a identidade na sua face mais visível, a fachada exterior do edifício. Ia-

se da palavra «Misericórdia» a frases bíblicas relacionadas com a prática da caridade, sendo uma das mais comuns: «Beati misericordes quia ipsi misericordiam consequentur» (Bem-aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia) e já fizemos o seu levantamento exaustivo destas (PINHO, J. B., 2012: 319-327). No interior do edifício, destaca-se, pelo cuidado estético, o espaço da igreja devido à sua natureza sacral. No contexto das Misericórdias, as opções planimétricas das igrejas foram múltiplas. No Fundão, escolheu-se a planta retangular, com nave única, sem capela-mor enquanto espaço individualizado arquitetonicamente, apenas com um retábulo-mor no topo do alçado fundeiro. Neste sentido, assume-se como uma variante do modelo planimétrico mais popularizado entre as Misericórdias quinhentistas que já abordamos (PINHO, J. B., 2012: 330-334): planta retangular, com nave única, cruzeiro e retábulo no topo do alçado fundeiro. Este modelo foi também utilizado nas Misericórdias de Aljubarrota, Arouca, Azinhoso, Castro Vicente, Penas Roias e Pinhel.

O interior da igreja da Casa da Misericórdia do Fundão é marcado pelas campanhas de obras setecentistas, como foi habitual noutros edifícios de origens quinhentistas e seiscentistas, que conferem grande decoratividade ao espaço. Além disso, exhibe alguns elementos individualizadores e caracterizadores dos espaços religiosos no interior da Casa da Misericórdias. No caso do Fundão, ganham relevância dois aspetos no espaço da Casa da Misericórdia: a tribuna dos oficiais e a iconografia usada.

a) A tribuna dos oficiais

Trata-se de um dos equipamentos mais paradigmáticos destes espaços e tinha como função permitir que os oficiais, anualmente eleitos para a gestão da atividade da confraria, assistissem às celebrações realizadas na igreja de forma diferenciada relativamente aos restantes indivíduos. Este equipamento podia assumir diferentes morfologias: o vão, mais ou menos complexo, e o cadeiral ou a estrutura elevada, adossada a um dos alçados da igreja. Já observamos a tribuna dos oficiais, a sua função e a caracterização morfológica (PINHO, J. B., 2012: 410-437). No Fundão, a tribuna consiste num vão de perfil quadrangular definido por uma moldura em cantaria. Esta morfologia, bastante simplificada, surge, também, nas Misericórdias de Álvaro, Arouca, Batalha, Borba, Colares, Elvas, Évora de Alcobaça, Faro, Fundão, Golegã, Idanha-a-Nova, Proença-a-Velha, Viana do Castelo, Vila Nova da Baronia e Vila Ruiva. Um outro aspeto particular da igreja da Casa da Misericórdia do Fundão é o facto de a tribuna se abrir no mesmo alçado onde se encontra o púlpito, situação também verificável, apenas, nas Misericórdias de Aljubarrota, Batalha, Terena e Vouzela. Esta partilha do alçado e também do espaço de acesso está relacionada com a localização da primitiva casa do despacho que seria sobre a sacristia e que, no século XIX, se transferiu para o novo edifício, que integrava os outros espaços, incluindo as enfermarias.

b) A iconografia usada

A iconografia usada assume grande importância no contexto das Misericórdias e dos edifícios por elas promovidos e associa-se de forma indelével às devoções privilegiadas por estas confrarias, que se repercutem nas festas anuais públicas que aquelas promovem e na forma como estas devoções marcam e definem o espaço arquitetónico dos edifícios. No âmbito destas devoções e festas, destacam-se a Visitação, a Nossa Senhora da Misericórdia e a Paixão de Cristo que, no caso do Fundão, surgem sob a forma de estatuária de vulto e pintura: «Nossa Senhora da Misericórdia», no altar-mor; uma tela da «Visitação» colocada num dos alçados da nave; e várias esculturas relacionadas com as temáticas da Paixão. Nossa Senhora e São João Evangelista integrariam um Calvário. O «Senhor Ecce

Homo», o «Senhor dos Passos» e o «Senhor Morto», vêm-se em altares laterais. Nestes dois últimos casos, existe uma implicação e um impacto espacial, com a abertura de um altar sepulcro e de uma capela, com tribuna, no alçado lateral da igreja. Situação semelhante ocorre nas Misericórdias de Castro Verde, Penamacor, Vila Ruiva e Buarcos.

3. CAMPANHAS DE OBRAS

Na documentação conservada no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Fundão, estão registadas várias campanhas de obras no atual edifício da Casa da Misericórdia, não sendo possível indicá-las todas exaustivamente, destacaremos as mais relevantes. Muitas das referências documentais, dado a tipologia da quase totalidade, livros de receita e despesa, são bastante genéricas e lacónicas. Os anos indicados nas nossas referências não correspondem a dois anos civis sequenciais, mas a um ano confraternal. O ano confraternal iniciava-se em julho de um determinado ano civil e concluía em junho do ano civil seguinte. Os livros de receita e despesa seguem esta lógica, por isso as referências incluem geralmente dois anos civis, embora se refiram apenas a um ano confraternal. Referimos, no entanto, os gastos em obras de manutenção (a); com mais detalhe, as intervenções de maior vulto, um conjunto de campanhas de obras entre os finais do século XVII e os finais do século XIX (b); e a aquisição de arte móvel (c).

a) Obras de manutenção

A maioria destas campanhas de obras remetem para intervenções que consideraríamos hoje de manutenção do edifícios designadamente concerto dos telhados (1713/1714, liv. 9, fls. 116v e 118v; 1717/1718, liv. 9, fl. 146v; 1725/1727, liv. 9, fls. 190v. e 216; 1749/1759, liv. 14, fl. 41; 1757/1758, liv. 14, fl. 57; 1866, liv. 45, fl. 8; 1876, liv. 45, fl. 145 e 1877 (liv. 45, fl. 167), esta incluiu também o concerto de uma parede da casa que ameaçava ruína e a caiação da sacristia (liv. 45, fl. 145); madeiramentos (1715/1717, liv. 9, fls. 134v. e 142v) e caiações (1715/1716, liv. 9, fl. 134v.; 1725/1726, liv. 9, fls. 191-191v; 1756/1757, liv. 14, fl. 53).

b) Intervenções de maior vulto

Uma das mais antigas intervenções data de 1671 e refere-se à construção do campanário e ao concerto dos telhados. Foram pagos os carreteiros que trouxeram a pedra (liv. 5, fl. 99), telha e cal (liv. 5, fls. 100-100v) e os pedreiros que fizeram a obra (liv. 5, fl. 100 v). Em 1674, registam-se obras de carpintaria na Casa da Misericórdia. São feitos pagamentos: a Manuel Oliveira por fazer o púlpito e as portadas da sacristia; ao imaginário Francisco Proença pelas grades do púlpito; a Ascenso Morais por rebocar a «casa do cabido» (ou casa do despacho); são ainda pagos o carpinteiro Domingos Rodrigues e outros carpinteiros (liv. 5, fl. 133). As despesas desta intervenção incluíam, igualmente, a aquisição de madeira, caibros e ripa para as obras (liv. 5, fl. 132 v). No ano de 1707/1708, foi intervencionado o pátio, com a colocação de calçada; as despesas incluíram a compra de vários carros de pedra (liv. 9, fl. 78v., 79v-80); e em 1711/1712, concertou-se a escada do púlpito (liv. 9, fl. 103). O forro da igreja foi renovado no ano de 1719/1720 (liv. 9, fls. 159v.-160). A sacristia foi sobradada em 1724/1725 (liv. 9, fl. 183) e, no mesmo período, concertada a varanda (ou tribuna dos oficiais) (liv. 9, fl. 185v). No ano seguinte, 1726/1727, o coro foi reforçado, pagando-se madeira e o trabalho dos carpinteiros (liv. 9, fl. 202). Já na década de trinta, 1735/1736, a igreja recebe um soalho novo, para o qual contribuiu uma esmola do provedor (liv. 14, fl. 4v). Em 1738/1739, realizam-se diferentes intervenções no espaço da Casa da Misericórdia, incluindo na enfermaria (liv. 14,

fl. 10v); comprovadas pelo pagamento a oficiais de pedraria e carpintaria e compra de materiais, tais como telha e o respetivo carreto e madeira para portas do pátio e escadas do coro (liv. 14, fl. 9). No início dos anos 50 do século XVIII, em 1749/1750, é composta a escada do coro (liv. 14, fl. 41) e, em 1752/1753, realizaram-se trabalhos de carpintaria na sacristia e enfermaria, tendo-se pago os salários aos carpinteiros e a madeira gasta (liv. 14, fl. 46v). Finalmente, no ano de 1759/1760, realizam-se pagamentos a um carpinteiro pela tarefa de compor a varanda (liv. 14, fl. 62v). No hospital, estão documentadas obras desde as primeiras décadas do século XVIII. No ano de 1719/1720, foram gastas verbas em madeira e carpinteiros para a realização de um concerto no hospital (liv. 9, fl. 159); e foi intervencionada, em 1724/1725, a casa da hospitaleira, com obra de carpintaria (liv. 9, fl. 183). Em 1735/1736, registam-se intervenções no hospital sob a designação genérica de «concertos» (liv. 14, fls. 3v e 7) e é colocada uma porta nova e ferragem na casa dos hospitaleiros (liv. 14, fl. 3v). Já em meados da centúria, no ano de 1756/1757, alguns pedreiros trabalharam na esquina e parede da enfermaria (liv. 14, fl. 53) e, em 1759/1760, compuseram a chaminé na casa da hospitaleira (liv. 14, fl. 62v). A par das obras na Casa da Misericórdia, a documentação do arquivo da confraria refere também várias intervenções na Capela do Calvário, relativas à renovação das coberturas no ano de 1735/1736 (liv. 14, fls. 3v. e 7) e, no mesmo período, à construção do alpendre, realizada por pedreiros de Monsanto e para a qual contribuiu uma esmola do provedor (liv. 14, fl. 4v). Já no século XIX são registadas substanciais campanhas de obras, designadamente na remodelação do edifício do hospital. Todavia, estas que elencamos, não foram as únicas:

- 1845-1846: lajeamento no hospital, concerto dos telhados, obras de pedraria; são despendidas verbas com os carretos de pedra, barro e madeiras, compra de madeiras, ferragens e pregagem, vidro, cal, telhas, gesso, óleos e tintas; procede-se aos pagamentos de carpinteiros, rebocadores, telhadores e pintores (liv. 30, fls. 7-10).
- 1846-1847: realizam-se pagamentos a rebocadores pelo concerto do telhado e rebocos da casa da arrecadação, ao pintor, pela pintura do coro dos homens e das grades do coro das mulheres, do púlpito e por retocar a pintura da casa do despacho; adquirem-se tintas, cal e barro para o embuço da casa da arrecadação (liv. 30, fl. 19).
- 1847-1848: nesta campanha, foram intervencionados a sacristia, a casa do púlpito, o púlpito, a fachada principal, o pavimento e o forro da igreja; foram realizados pagamento pela compra de materiais, designadamente madeiras, ferragens, vidros, telhas, cal, tintas e óleos, e pelo trabalho dos diferentes oficiais, como carpinteiros, rebocadores, pedreiros e pintores (liv. 28, fls. 199-206 e liv. 30, fls. 30-31).
- 1867 (fev.-mai.): realiza-se obra de carpintaria do hospital (liv. 45, fls. 15-16); compram-se ferragens e madeiras para as escadas (liv. 45, fl. 16), vidros (liv. 45, fl. 17); é realizado o nivelamento do terreno em frente ao hospital para que as águas não entreguem para dentro da casa (liv. 45, fl. 18); em maio, é arrematada a obra de pedraria da escadaria da entrada do hospital (fl. 18); adquire-se a madeira para a escada e pátio do hospital e pagam-se os jornais do carpinteiro (liv. 45, fl. 17), os balaústres para a escada (liv. 45, fl. 19). Em junho, decorre a obra do pátio do hospital, com pagamento a carpinteiros e compra de madeiras (liv. 45, fl. 20). Nos meses de agosto a novembro, as despesas recaem sobre caiadores (liv. 45, fl. 21); carpinteiros, para a conclusão da obra da entrada do hospital, e telhador que telhou a casa do hospital (liv. 45, fl. 22). Esta obra foi complementada em 1868 com a colocação da calçada em frente da casa do hospital (liv. 45, fl. 32), no mês de agosto, e das portas para o corredor da capela, em dezembro (liv. 45, fl. 36).
- 1869: intervenção na cozinha do hospital, com caiação, reboco e telhamento (liv. 45, fl. 42).
- 1878: foi colocada uma escada para a casa do despacho pelo carpinteiro Agostinho Alves, considerada uma obra «indispensável» e «urgente» (liv. 45, fl. 190).
- 1891: parte do edifício ameaçava ruína e os irmãos reunidos em mesa, no dia 29 de maio, consideraram a necessidade urgente de se fazerem indispensáveis concertos na capela da Misericórdia que, pelo seu estado, já não podia servir para as cerimónias religiosas (liv. 72,

fl. 58). Neste sentido, dão cumprimento a uma deliberação tomada na reunião dos oficiais de 11 de janeiro do mesmo ano, destinada a mandar chamar peritos para avaliarem o estado do retábulo, que se encontrava muito arruinado ao ponto de não se poder celebrar missa, e orçamentar a obra necessária (liv. 72, fl. 28). Após a organização e análise em mesa dos orçamentos necessários, apercebem-se da necessidade de fazer aprovar um orçamento suplementar (liv. 72, fl. 58). No mês de junho, os oficiais deliberam pedir ao governo do rei autorização para fazer um empréstimo para a concretização da obra ou fazer o levantamento dos fundos necessários para a mesma (liv. 72, fl. 61). No fim do referido mês, decide-se que 14 de agosto seria a data da arrematação das obras e como tal, solicitam a afixação dos respetivos editais (liv. 72, fl. 63v.). A ata da reunião da mesa de 14 de agosto relata a arrematação das diferentes componentes da obra: a obra pedraria, no valor de 190 mil reis é arrematada pelo pedreiro Joaquim da Costa (liv. 72, fl. 64v.); a obra de carpintaria, monta 92 mil reis e fica à responsabilidade do carpinteiro Francisco Correia (liv. 72, fl. 65); a obra de entalhador, atribuída ao artista Pedro José Ferreira, alcançou a importância de 160 mil reis (liv. 72, fl. 65); por fim, a obra de telhador, não foi arrematada por não haver concorrentes, indo novamente à praça a 28 do mesmo mês (liv. 72, fl. 65), nesse dia, foi arrematada por António Antonino pela quantia de 22.700 reis (liv. 72, fl. 65v.). Esta campanha de obras ficou registada com a inscrição da data de 1892 no portal principal.

c) Aquisição de arte móvel

Em termos artísticos eram igualmente realizados gastos com diferentes peças de arte móvel. Ainda no século XVII, em 1674, compra-se uma capa para o Senhor Ecce Homo (liv. 5, fl. 132 v). Já no século XVIII, em 1739/1740, foi adquirido um sudário (liv. 14, fl. 12v), uma vara para o provedor e uma tumba nova e o respetivo pano (liv. 14, fl. 13); em 1742/1743, e nos anos seguintes, realizam-se vários gastos com a bandeira nova, incluindo a pintura (liv. 14, fl. 18) e o trabalho do carpinteiro e torneiro para o caixilho, armas e cruz (liv. 14, fl. 27v). No ano de 1743/1744, a tribuna foi «remendada» por um imaginário (liv. 14, fl. 23v); em 1744/1745, procedeu-se à estofagem e encarnação das imagens de Santa Isabel e São João (liv. 14, fl. 28). Ainda relativamente à arte móvel, em 1745/1746, paga-se ao entalhador que fez o altar-mor, assim como o seu douramento (liv. 14, fl. 30), o carroto da madeira para o a obra (liv. 14, fl. 30v.) e ao correio que trouxe a licença para o altar de Castelo Branco (liv. 14, fl. 30v.) Uma ata datada de maio de 1772, no livro da distribuição dos capelães (1686-1784), previa uma alteração a este retábulo com a realização de nichos, com vão suficiente e portas de vidraça, para acolher as imagens de Nossa Senhora e São João nas laterais do altar, de forma a que estas duas imagens e a do Ecce Home, atualmente num altar lateral, ficassem com a «decencia devida em público no altar da igreja»; esta obra deveria ser realizada com os sobejos da Casa (fl. 25). No ano de 1757/1758, o carpinteiro João Dias faz o armário da sacristia (liv. 14, fl. 57v.) e despende-se uma verba com os Santos Passos onde colaboraram pedreiros, carpinteiros e pintor, obra que vinha do ano anterior (liv. 14, fls. 60-60v) e que obteria licença apenas no ano 1759/1769 (liv. 14, fl. 62v).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto patrimonial da Misericórdia do Fundão é representativo das grandes problemáticas inerentes à produção arquitetónica promovida pelas Misericórdias e da sua especificidade artística. Designadamente, pela constituição de um conjunto edificado composto por igreja, sacristia, casa do despacho, enfermarias, quintal e outras dependências que serviam de base à atividade caritativa desenvolvida pela confraria e ao seu quotidiano confraternal. Com origens no século XVII, mas profundamente alterada nos séculos XVIII e XIX, a Casa da Misericórdia do Fundão regista, todavia, as tendências definidas no século XVI. O facto das campanhas setecentista e oitocentista, terem alterado a configuração do edifício, não comprometeram a unicidade que caracteriza esta tipologia arquitetónica, comprovada pela organização espacial do edifício e pelas diferentes ligações funcionais existentes entre os distintos espaços que compõem a Casa da Misericórdia. Destacamos ainda a complementaridade entre a arquitetura e a arte móvel e integrada, ao nível do programa artístico, que privilegia temáticas relacionadas com o desígnio assistencial e devocional das Misericórdias, funcionando simultaneamente como fator de diferenciação e afirmação da individualidade institucional das Misericórdias face a outras instituições religiosas e civis.

FONTES

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Fundão

- Livro 1: [assentos de várias escrituras 1607-1655]
- Livro 2: [testamentos e empenhamentos de 1661-1670]
- Livro 5: Receita e despesa (1662-1680)
- Livro 8: [obrigações de dívidas]
- Livro 9: Receita e despesa (1707-1735)
- Livro 10: [Condenações] (1703-1797)
- Livro 14: Despesa (1735 - 1762)
- Livro 15: [Inventários] (1739-1802)
- Livro 18: [Eleições da mesa] (1730-1890)
- Livro 20: [Foros e juros (século XVIII) e doentes]
- Livro 21: Receita (1797-1806)
- Livro 23: Despesa (1807-1844)
- Livro 24: Receita (1807-1837)
- Livro 28: Receita e despesa (1838-1850)
- Livro 30: Receita e despesa (1845-1854)
- Livro 35: Receita e despesa (século XVIII)
- Livro 37: Receita e despesa (1857-1858)

- Livro 47: Atas das sessões (1869-1889)
- Livro 45: Receita e despesa (1866-1879)
- Livro 66: Receita (1888-1898)
- Livro 72: Atas das sessões (1890-1901)

BIBLIOGRAFIA

CONCEIÇÃO, Margarida (1994). Edifício e Igreja da Misericórdia do Fundão. SIPA n.º PT020504170009. [S. l.]: Instituto de Reabilitação Urbana. [Acedido em fevereiro de 2018]. Disponível na internet: www.monumentos.pt.

CORREIA, Manuel Antunes (1971). Subsídios para a história da Misericórdia do Fundão: séculos XVI, XVII e XVIII. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Tese de licenciatura.

CUNHA, Alfredo (1925). A Santa Casa da Misericórdia do Fundão. Porto: Oficinas de O Commercio do Porto.

FONSECA, Carlos Dinis (1996). História e Actualidade das Misericórdias. Mem Martins: Editorial Inquérito, D. L.

GOODOLPHIM, Costa (1998). Misericórdias. Lisboa: Livros Horizontes.

PAIVA, José Pedro (coord.) (2002-2011). Portugaliae Monumenta Misericordiarum, 9 vols. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas.

PINHO, Joana Balsa de (2012). As Casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a Arquitetura quinhentista portuguesa, 3 vols. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

SÁ, Isabel Guimarães (2001). As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal. Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, Joaquim Candeias (2002). Concelho do Fundão: História e Arte, vol. 1. Fundão: Câmara Municipal do Fundão, 2002.

SOUSA, Ivo Carneiro de (1998). V Centenário das Misericórdias Portuguesas. s.l.: CTT-Correios de Portugal.

NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

Doutora em Arte, Património e Restauro pela Universidade de Lisboa (2013), com tese sobre as Misericórdias Portuguesas e na Arquitetura quinhentista portuguesa. Licenciou-se em História, variante História da Arte (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995) e obteve o grau de mestre em Museus e Museologia (Universidade de Alcalá de Henares, 2011). Tem desenvolvido atividade profissional nas áreas de estudo, dinamização e valorização do património cultural e também como bolseira de investigação científica em diversos projetos. Desde 2012, integra, como investigadora e coordenadora, projetos desenvolvidos pelo CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias

(FLUL), onde coordena os gabinetes de investigação «Misericórdias e Instituições Similares: Assistência, Património e Cultura» e «IMAGINARES: Estudos de Arte e Património em Portugal na Época Moderna». É igualmente investigadora integrada do ARTIS – Instituto de História da Arte (FLUL). É autora de vários artigos e de comunicações em congressos publicados no âmbito da sua atividade profissional e de investigação, sendo as suas áreas de especialização: arquitetura quinhentista, estudos confraternais, história e arquitetura assistencial e história da construção. É membro da direção da Associação Portuguesa de Historiadores da Arte, desde 2013, e da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, desde 2014.



Apresentação da comunicação “Cruzando memórias: arquivos e museus”, por Clara Vaz Pinto
Fonte: Santa Casa da Misericórdia do Fundão.

Cruzando Memórias: arquivos e museus

A experiência na Santa Casa da Misericórdia do Fundão

Crossing Memories: archives and museums

*The experience in Santa Casa da Misericórdia
of Fundão*

CLARA VAZ PINTO

Museu Nacional do Traje

National Museum of the Costume

mntraje@mntraje.dgpc.pt

RESUMO

Faz-se a revisitação do projeto de musealização da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (SCMF), levada a cabo há três décadas. Percorrem-se os diversos temas que então foram contemplados: as Obras de Misericórdia, a fundação, as instalações, os compromissos e os estatutos, as procissões e os funerais. Acrescentam-se agora as festas e perspetiva-se a atualização daquele projeto tendo em conta as novas valências que, entretanto, a instituição assumiu em resposta às necessidades sociais dos nossos dias: centro de dia e lar, creche, jardim infantil, atividades de tempos livres e exploração agropecuária. Neste trabalho, fica também demonstrada a importância do tratamento do arquivo desta instituição para o melhor conhecimento das dinâmicas da História da Cova da Beira.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivo, História local, Misericórdia, Museu, Valências.

ABSTRACT

The museum project of the Santa Casa da Misericórdia of Fundão (SCMF), carried out three decades ago, is here revisited. We go through the various themes that were then dealt with: the Works of Mercy, the foundation, the facilities, the commitments and the statutes, the processions and the funerals. The festivities are now being added and the updating of this project is planned taking into account the new values that the institution has assumed in response to the social needs of our day: day care centre and home, kindergarten, nursery, leisure activities and agricultural exploitation. In this work, it is also demonstrated the importance of the treatment of the archive of this institution for the better knowledge of the dynamics of the History of Cova da Beira.

KEYWORDS

Archives, Facets, Local history, Mercy, Museum.

PREÂMBULO

Gostaria de começar por agradecer o convite para participar neste congresso, que assinala os 500 anos da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (SCMF). Foi um convite que me surpreendeu e, confesso, hesitei em aceitar porquanto me parecia que nada tinha a acrescentar, do ponto de vista da investigação histórica, 31 anos depois do início do processo que levou à inauguração do pequeno museu desta instituição, a 8 de julho de 1989. Foi um projeto que nunca se proporcionou ser objeto de apresentação, mas, na verdade e à época, foi uma experiência profissional de um tipo novo e absolutamente fascinante. E, apesar da hesitação inicial, a possibilidade de visitar este projeto três décadas depois do seu início é um privilégio único, por este intervalo de tempo e pelo próprio distanciamento que as circunstâncias da vida trouxeram consigo.

É por isso que venho aqui partilhar a leitura que hoje faço daquele projeto, dos seus fatores críticos e do potencial identificado, contando para isso muito pouco com a memória pessoal e muito mais com muitos “papéis”, cópias do processo de trabalho de que já nem me recordava e que datam do tempo pré-computador – é um pouco estranho ver esse trabalho nas finíssimas “folhas de cópia”, dactilografada, ou ainda as versões manuscritas, as muitas emendas e aquela coisa magnífica que o papel nos proporciona – o apontamento breve, a anotação ... E o programa destas Comemorações ainda mais reforçou essa vontade de vir, sobretudo por uma dupla expectativa: por um lado conhecer o desenvolvimento de várias pistas de investigação, bastante tentadoras à altura e ver também a evolução do próprio museu: como foi utilizado e transformado e como serviu a comunidade a que se destinava.

1. A HISTÓRIA DE UM PROJETO E PROGRAMA MUSEOLÓGICO

Em 1986, a Santa Casa da Misericórdia do Fundão solicitou ao então Instituto Português do Património Cultural (IPPC) apoio para a organização e montagem de um museu. Nessa altura, prestava serviço como conservadora no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior (MFTPJ) e coube-me a mim esse projeto.

Havia local, havia peças, havia vontade e capacidade de decisão: disto tudo me dei conta na altura da minha primeira visita, com o então Provedor Manuel Antunes Correia. À altura, o acervo então existente obedecia a duas grandes características: por um lado, um grupo de peças essencialmente utilitárias, usualmente adquiridas ou para responder a necessidades funcionais ou provenientes de ofertas, legados e doações, ou seja peças com um valor essencialmente utilitário documentavam, de forma indireta, a atividade da SCMF. O outro grupo, se bem que reunido para responder a necessidades de culto, era constituído por peças com uma tipologia diversificada, mas com um valor cultural e religioso e, nalguns casos, com valor estético: falamos de arte sacra, escultura, pintura, incluindo as bandeiras da Santa Casa, vestuário dos irmãos (capas e varas), alguma cerâmica e ourivesaria.

A somar-se a isto tudo, um conjunto significativo de espécies bibliográficas e um núcleo documental bastante vasto, mas nesse projeto, bem servido por tantas vontades, a localização prevista inicialmente era o grande constrangimento, identificado de imediato. E era-o sobretudo por questões de acessibilidade. Todavia, era o espaço possível e, por parte da SCMF, houve sempre disponibilidade para a sua qualificação. Se este era um constrangimento de ordem prática, um outro surgiu desde o início. Este poderia condicionar a programação e os conteúdos e a solução exigia alguma flexibilidade e capacidade de adaptação: parte significativa das peças, associadas à vida religiosa da SCMF, estavam

ao culto e não podiam ser deslocalizadas em permanência ou nem mesmo temporariamente.

Além da boa vontade e cooperação de todos, tanto pessoais como institucionais – da SCMF e do MFTPJ, o recurso absolutamente fundamental e que foi identificado desde o princípio, como a leitura das cópias dos relatórios que fui fazendo me ajudaram a recordar, foi o vasto núcleo documental que a Santa Casa da Misericórdia detinha e ao qual me foi facultado o acesso.

A metodologia obrigava a estudar a “pouca” bibliografia existente e, sobretudo, a explorar o arquivo para se conseguir estabelecer um programa museológico que tratasse a história da Santa Casa da Misericórdia do Fundão e tratasse também da sua ação social, intimamente ligada á componente religiosa e inserida na comunidade que servia. A criação de conteúdos deveria resolver a impossibilidade de utilização dos edifícios anexos á Igreja da Misericórdia, tentando criar uma ligação e um percurso complementar.

O programa de trabalho, anexo ao relatório de 5 agosto de 1987, elaborado e apresentado, ainda nesse mês, era bastante óbvio – pelo menos, visto 30 anos depois – e, além do tratamento básico do espaço, centrava-se na inventariação e descrição do acervo, tratando-o, em paralelo com o trabalho de estudo e investigação e, inclusive, verificação das fontes orais.

Daqui resultaria um programa museológico e, aprovado este pela SCMF, iniciar-se-ia o projeto museográfico que permitiria concretizar a proposta no espaço preparado e que deveria garantir, em simultâneo, as condições de conservação e as condições de exposição das peças, nomeadamente das mais sensíveis.

O programa museológico apresentado propunha dois núcleos. O primeiro, sedado no espaço disponibilizado, estaria vocacionado para contar a história e o trabalho desenvolvido pela SCMF, desde que há registo da sua atividade até ao momento presente (de então) e incorporaria peças da coleção, espécies bibliográficas e documentais e ainda painéis informativos, organizados por temas. O segundo núcleo seria constituído pela Igreja da Misericórdia e o espaço visitável das dependências anexas, sendo a visita apoiada por um folheto explicativo. Os temas eram em número de oito, na sequência que a seguir se descreve.

1.1. TEMA DE “APRESENTAÇÃO”

Este tema pretendia apresentar a Misericórdia e o seu serviço à comunidade em que se inseria. Abria com o lema da Misericórdia: ALTER ALTERIUS ONERA PORTATE – “Ajudai-vos uns aos outros | levai a carga do outro”, que é a razão de ser destas instituições. Identificavam-se a seguir as Obras de Misericórdia, Sete obras corporais | Sete obras espirituais: ensinar os simples; dar bons conselhos; castigar os que erram; consolar os tristes; perdoar as ofensas; sofrer com paciência; orar pelos vivos e pelos mortos; visitar os enfermos e os presos; remir os cativos; vestir os nus, dar de comer aos famintos e de beber aos sedentos, abrigar os viajantes; e enterrar os mortos, porque, como diz um dos documentos conservados no arquivo histórico da SCMF, «... o fundamento (...) é cumprir as obras de misericórdia, é necessário de saber as ditas obras». O último componente deste tema era o juramento dos Irmãos, recordando aqui o seu texto e também o cerimonial envolvido, porquanto significa a assunção de um compromisso, perante si próprio e também perante a comunidade – a “santa confraria”, a irmandade – a que se escolheu pertencer.

1.2. TEMA “FUNDAÇÃO”

Era importante, até face às versões disseminadas oralmente, contextualizar a problemática da fundação da SCMF de uma forma objetiva. A pesquisa no arquivo forneceu bastantes indicações que, no futuro, careciam de ser pesquisadas e confrontadas com outras fontes. Do ponto de vista museográfico, para este tema recorreu-se a textos e a documentos existentes no arquivo, fosse utilizando os originais ou fosse utilizando reproduções.

1.3. TEMA “AS INSTALAÇÕES OU O ESPAÇO FÍSICO”

A primeira casa, a sua localização, etc., são uma componente desta história que é motivadora e suscita interesse e curiosidade por parte do público. A abordagem seguida neste tema explorava a informação transmitida pela tradição e a informação entretanto recolhida no arquivo documental. A grande questão que se colocava prendia-se com a função desse espaço inicial: religioso ou de assistência ao outro? A proximidade entre a Igreja e o Hospital era grande, muito provavelmente quase um espaço contínuo em que a diferenciação se foi fazendo lentamente. Propunha-se também que este tema fosse desenvolvido no núcleo que se advogava para a Igreja da Misericórdia, através da visita a esse núcleo, embora a ação da componente Hospital ao longo do tempo fosse explorada no núcleo museológico.

1.4. TEMA “COMPROMISSOS E ESTATUTOS”

Documentos iniciais ou réplicas e texto explicativo: – o que é o Compromisso? – o que são os Estatutos? Quer o Compromisso quer os Estatutos são documentos fundamentais pela sua natureza – vínculo e normativo – para o irmão e para a irmandade, pela legitimidade que lhes conferem, quer perante a sociedade quer perante o grupo. Estruturam a vida da instituição e estruturam a vida do Irmão. Em termos museográficos, estes documentos não podiam, pois, faltar, fosse na versão original ou réplicas, apoiados por um texto explicativo e associados a peças mais relacionadas com os Irmãos.

1.5. TEMA “PROCISSÕES E ENTERROS” (E “FESTIVIDADES”, ACRESCENTO AGORA)

As procissões são uma componente forte da relação da instituição com a comunidade e tanto podiam ter sido instituídas pela Santa Casa, como a Santa Casa poderia ser apenas um participante. A partir do trabalho de pesquisa no arquivo, identificaram-se, descreveram-se e mapearam-se as várias procissões instituídas pela Santa Casa. Os enterros, uma componente fundamental do trabalho assistencial dos Irmãos, são uma presença recorrente e significativa na documentação arquivada. A leitura e estudo do fundo documental permitiu perceber como era gerida a diferenciação na morte, que inclusive teve vários regulamentos (1640, 1750, 1763 ...). Do ponto de vista museográfico, documentação e imagens antigas eram imprescindíveis para dar voz a este tema.

1.6. TEMA “ESTRUTURA PATRIMONIAL”

A riqueza da Santa Casa foi-se constituindo ao longo do tempo e sobretudo através de doações e heranças, sem prejuízo de momentos em que parece detetar-se uma estratégia de aquisição de propriedades. Com uma componente forte de capital, proveniente sobretudo de foros e rendas, não é de desprezar todo o património imobiliário, em que se nota alguma atividade a nível de mercado (compra e venda) mas em que também não é de desprezar o ónus provocado pelos encargos associados às heranças. A gestão dos

bens móveis, com responsabilidade e transparência é uma preocupação constantemente registada, tendo havido um grande desenvolvimento dos instrumentos de controlo e responsabilização, nomeadamente através de tombos e inventários.

1.7. TEMA “VALÊNCIAS ATUAIS”

Com este último tema pretendia-se fazer a ligação entre a obra assistencial de então com a de agora: hospital; creche; jardim infantil; atividades de tempos livres; Terceira Idade, apoio domiciliário, centro de dia, lar; exploração agropecuária; e outras. Fechava-se o percurso identificando e destacando a ação da Santa Casa nestas componentes sociais, o seu envolvimento com a comunidade que serve e a capacidade de assumir e responder por essa responsabilidade.

2. O ARQUIVO HISTÓRICO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO

Esta estrutura resultou inequivocamente do trabalho realizado no arquivo histórico da SCMF. Se a minha primeira abordagem foi na perspetiva muito imediata de obter informações sobre as peças – recorrendo aos inventários e aos tombos -, bem depressa me apercebi da riqueza dos conteúdos e como era importante trabalhá-los. Mas também foi preciso resistir a seguir linhas de pesquisa que não eram fundamentais para este trabalho.

Aqui vemos uma instituição preocupada com os seus normativos – os compromissos e os estatutos, nas suas várias versões, estão presentes ao longo do tempo -, uma instituição que trata da sua vida interna, inclusive penalizando os irmãos que se revelam não cumpridores e resolvendo conflitos internos – lemos isso nos livros de atas e eleições, mas também em anotações intercaladas com outras coisas, como é o caso dos irmãos faltosos aos atos ou mesmo do capelão que não quer ir para a Boidobra e que se explica muito claramente, na singeleza das suas razões.

Apercebemo-nos da intervenção régia no caso dos expostos, por exemplo, ou quando se trata da gestão do seu património imobiliário e a SCMF precisa de reforçar o seu peso. Os contratos de trabalho lá estão especificados e as contas refletem o seu cumprimento, até ao pormenor do traje.

O profundo envolvimento – dos irmãos e da “sociedade civil” – na SCMF também se traduz nas doações testamentárias – e quanto não se descobre aí: a preocupação de beneficiar terceiros, ao doar um conjunto de traje, as casas de tinte de alguém e que confrontavam, em 1662, com um terreno doado, informação que foi uma novidade quando partilhada! Os tombos e os inventários são uma preocupação constante – a responsabilização e a transparência, como diríamos hoje, são uma norma que se infere por vezes de situações que adivinhamos tensas. E, num caso único, espelham a vida fora de muros: não se continuou o inventário porque os franceses chegaram ...

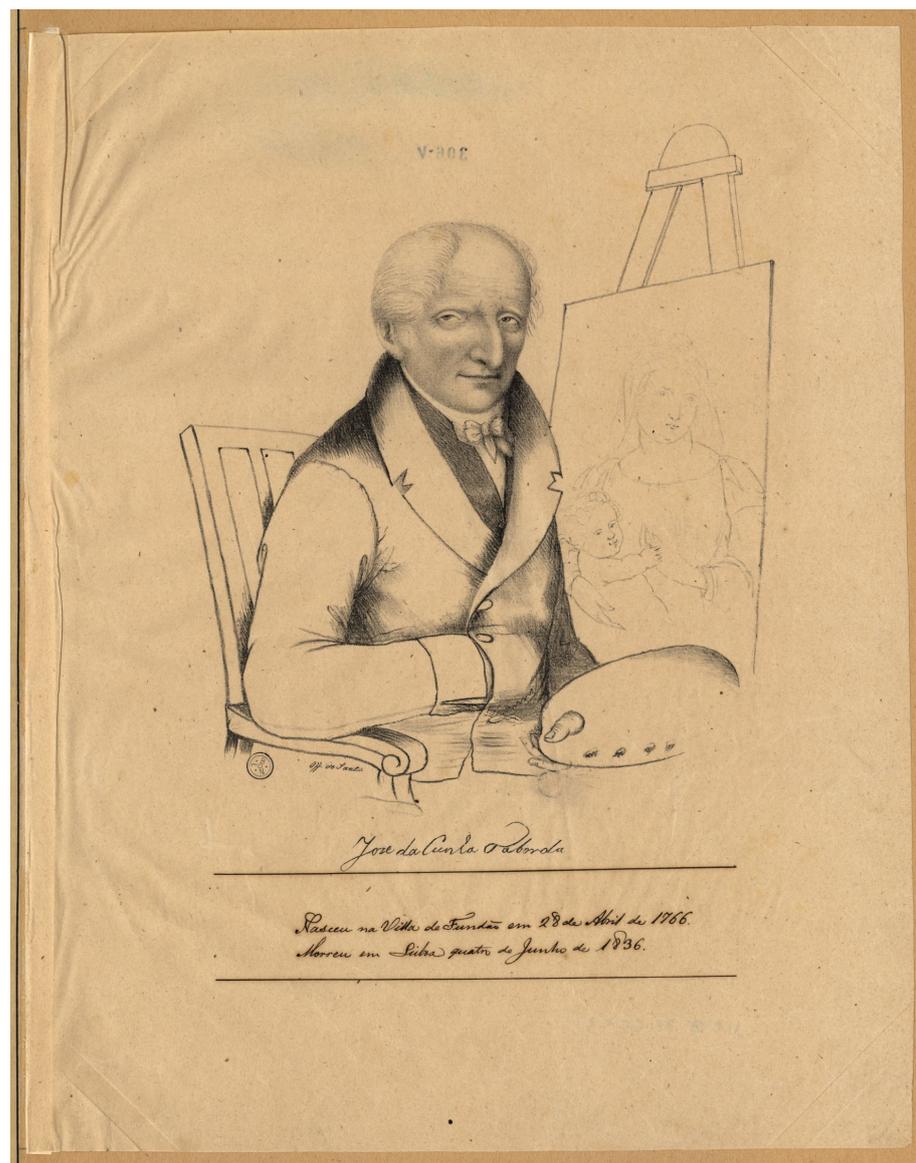
De todo este volume de documentação, pode-se inferir outras informações: dos termos de abertura e encerramento, tiramos nomes de irmãos e dos períodos em que foram oficiais da SCMF, tiramos listas de capelães, sabemos como vestia o hospitaleiro (embora não exatamente ao pormenor), conhecemos os alimentos que integravam a dieta dos que procuravam o hospital. Sabemos que, a determinada altura, o hospital era obrigado a tratar os militares – e quase apetece não resistir e explorar essa linha: que regimentos andaram por aqui? Sabemos de algumas obras na igreja, sabemos da necessidade de reunir dinheiro para dourar o retábulo oferecido pelos Frades do Convento do Seixo e sabemos que o dourador, finalmente contratado, veio em burro do Porto e gastou uns milheiros

de ouro nessa obra. E esse foi, de facto, um privilégio: de uma mera pesquisa de informação factual, reconhecer afinal uma instituição que serve inserida na sua comunidade, com vida própria e que comunga/partilha da vida da sua comunidade, ler sobre gente com valores e que reflete esses valores ao servir nesta instituição. Neste processo de musealização, o arquivo transformou-se de fonte de informação em objeto museológico – e o programa museológico melhorou. Proteger a memória, foi esse o objetivo. Tentámos desenvolver a nossa capacidade de a recolher, conservar, de a inventariar, estudar, dando acesso, e divulgar, partilhar para que a própria memória se enriqueça com a vida que decorre.

Concluindo, certamente, o Museu da SCMF melhorou muito mais nestas três décadas e espero que se transforme novamente, como resultado deste congresso e de todos os estudos que têm sido consagrados à SCMF.

NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

Maria Clara Mendes Vaz Pinto concluiu a licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1978. Realizou o Curso de Conservador de Museus, entre 1982 e 1984, promovido pelo Instituto Português do Património Cultural. Completou a pós-graduação em Gestão e Empreendedorismo Cultural e Criativo no INDEG-ISCTE (Lisboa), 2009-2010 e ainda a formação em Gestão Pública em curso organizado pelo INA-Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas e pela Direção Geral do Património Cultural em 2014. Iniciou a sua carreira profissional como docente do ensino secundário, em 1976, percorrendo várias escolas do país até 1987, ainda que sempre com algumas paixões: a arqueologia, a museologia, a história do traje e dos têxteis. Tem participado em conferência, colóquios, congressos e edições sobre estes e outros temas. Entre 1989 e 1988, foi diretora do Museu Francisco Tavares Proença Júnior de Castelo Branco e é diretora do Museu Nacional do Traje e do parque botânico do Monteiro-Mor (Lisboa) desde 2008 e até à presente data. É membro da Associação Portuguesa dos Jardins Históricos e faz parte da Comissão Nacional Portuguesa do International Council of Museums (ICOM), onde desempenha várias funções.



José da Cunha Taborda (1829)

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt/4485#dcId=1573125361243&p=1>).

José da Cunha Taborda: vida e obra de um fundanense dentro do panorama artístico nacional

*José da Cunha Taborda
life and work of a 'fundanense'
within the national artistic panorama*

MÓNICA GONÇALVES

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, bolsreira da FCT
University of Lisbon, Faculty of Letters, Fellow of FCT

RESUMO

Na presente comunicação, pretendemos divulgar a vida e obra do reputado pintor fundanense, José da Cunha Taborda, revalorizando, através de um novo olhar, as suas obras que caíram na desmemória coletiva. Cunha Taborda, no seu tempo, foi considerado um dos melhores pintores da corte de D. João VI. Estudou em Roma, voltou formado num novo gosto, o Neoclássico. Foi Segundo Pintor de Câmara e Corte, professor, tradutor e escritor. O seu maior contributo para a nossa História da Arte foi ter acrescentado o primeiro “*dicionário*” de pintores nacionais e um glossário ao final da obra que traduziu de Michael Angelo Prunetti.

PALAVRAS-CHAVE

Fundão, *Mater Omnium*, Neoclássico, Pintura, Santa Casa da Misericórdia.

ABSTRACT

In this work we intend to divulge the life and work of the renowned painter from Fundão, José da Cunha Taborda, reassessing, through a new look, his works that have fallen into collective oblivion. In his time, Cunha Taborda was considered one of the best painters of the court of D. João VI. After studying in Rome, he returned with a new taste, the Neoclassical. He was Second Painter of Chamber and Court, teacher, translator and writer. His greatest contribution to our History of Art was to have added the first “*dictionary*” of national painters and a glossary at the end of Michael Angelo Prunetti’s work, which he translated.

KEYWORDS

Fundão, *Mater Omnium*, Neoclassical, Painting, Santa Casa da Misericórdia.

INTRODUÇÃO

O nosso trabalho centra-se na vida e obra artística do pintor fundanense José da Cunha Taborda (1766-1836), todavia achamos por bem acrescer ao mesmo os escassos elementos biográficos sobre algumas das figuras que apareceram ao longo da nossa investigação a fim de uma mais ampla integração prosopográfica ou geracional daquele. São eles André Gonçalves (1685–1762), Bartolomeu António Calisto (1768-1821), Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823), Domingos António de Sequeira (1768-1837), Eleutério Manoel de Barros, Francisco de Matos Vieira (1699–1793), Francisco Vieira (1765-1805), João Gerardo De Rossi (1754-1827) e Michael Angelo Prunetti (1770-1823?), que deixamos em ordem alfabética antes da indicação de fontes e bibliografia final para comodidade da consulta. Faremos ainda um amplo contexto de formação de ideários artísticos depois do terramoto de 1755 e da ação decisiva do Marquês de Pombal em todos os aspetos da vida do Reino designadamente os que aqui nos interessam, os artísticos para melhor entendimento da vida e obra daquele. Antecipadamente, cumprem-nos alguns agradecimentos: à Santa Casa da Misericórdia do Fundão, por esta oportunidade; à minha instituição de acolhimento Artis – Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e ao meu Orientador Professor Doutor Vítor Serrão pelo seu apoio e acompanhamento constante, e por me ter disponibilizado informação respeitante ao tema da *Mater Omnium*, matéria indispensável para conclusão e estudo do tema apresentado. Ao Duarte Loureiro, ficamos gratos pela transcrição de documentos.

1. O IMPULSO ARTÍSTICO NO REINADO DE D. MARIA I

Após o fatídico terramoto de 1755, onde se perdeu um número incalculável de peças de património cultural e artístico, Lisboa reergueu-se em pouco tempo, dentro do Espírito das Luzes, através do esforço empreendido pela «equipa dos três obreiros da reconstrução da cidade, que no quadro das reformas de Pombal, se tornou, para a história, a “Lisboa Pombalina”» (FRANÇA, J. A, 1978:21) a saber: o engenheiro militar Manuel da Maia, o capitão Eugénio dos Santos, e o tenente-coronel húngaro Carlos Mardel. A velha cidade fora-se com o cataclismo, surgia agora uma capital moderna, de traçado simétrico, prédios arejados, uma praça do comércio coroada por um arco do triunfo, e, o mais importante de tudo, uma nova arquitetura, urbanismo atual e o uso da *gaiola* (França 1978:21) cuja conceção tinha por base a resistência dos edifícios face a uma eventual atividade sísmica.

O reinado de D. José I (1714-1777) ficaria assim ligado a esta nova Lisboa. Sebastião de Carvalho e Melo (1699-1782), o futuro Marquês de Pombal, que a partir de Maio de 1756 tomou conta da pasta do Reino, ativou mecanismos de recuperação da economia, entre os quais o incremento de fábricas e o respectivo recrutamento no estrangeiro de pessoal especializado, no entanto, não se deu uma real valorização das artes e, na opinião de José-Augusto França, a grande obra de reedificação de Lisboa não foi acompanhada de um movimento artístico condigno, e continuava a faltar a *Academia* tão desejada por D. João V (1689-1750) que visava garantir o estatuto social do artista. As artes, no período pombalino, estavam diretamente associadas à produção industrial não constituindo em si um ensino individualizado, como exemplo podemos referir a aula de desenho na Fábrica de Estuques, junto à Fabrica das Sedas, e a escola de desenho e gravura de metais na Fundação do Arsenal do Exército, entre outras. A preocupação estética existia em prol e consonância com as ações de necessidade prática que se impunham em época de crise.

Foi com D. Maria I (1734-1816) e o Intendente Pina Manique (1733-1805), que o mundo artístico teve um novo impulso. No governo de D. Maria I, de 1777 a 1815, o reino portu-

guês entrou numa fase produtiva que acompanhou a nova corrente neoclássica, em 1781 foram instituídas duas escolas de desenho: a “Aula de desenho da Casa Pia” e a “Aula Régia de Desenho de Figura e de Architectura”. No ano de 1785, foi possível também na capital uma Academia do Nu, que havia fechado portas por duas vezes sempre que tinha sido intentada esta iniciativa; a primeira, por parte dos pintores Vieira Lusitano (Francisco de Matos Vieira) e André Gonçalves, e a segunda com o pintor Cyrillo Volkmar Machado, cujas portas se fecharam ao fim de um ano apesar dos apoios da corte. Ambas as iniciativas perecerão às mãos da população indignada e enfurecida pela falta de pudor por haver modelos nus. A *Academia do Nu*, quando se conseguiu estabelecer definitivamente, foi sob a proteção de Pina Manique e nos primeiros tempos a sede foi na sua casa, mais tarde na Casa Pia, e em 1799 foi dirigida por Taborda, após o seu regresso de Itália (RODRIGUES, A.M., 1999: 95).

Acerca da abertura das Aulas Régias, o *Jornal de Bellas Artes* ou *Mnemoise Lusitana* publicou em 1816, no seu número V, um artigo bastante interessante e elucidativo do funcionamento das mesmas. O redator inicia o artigo com uma introdução um tanto provocatória, começando por dizer que se desenganassem os estrangeiros e aqueles nacionais que nos supunham muito atrasados nas belas artes, e que era necessário que se lhes explicasse que existiam duas aulas régias públicas, uma de “Desenho Histórico” e outra de “Desenho de Architectura Civil”:

Não direi, que estas aulas disputão preferência com as Academias de S. Fernando de Madrid, de Pariz, Londres e Roma; mas não se devem considerar em tal estado de nulidade, que não mereção lugar distincto entre as de Napoles, Amsterdão, e outras Capitães de Reinos, e Estados preconizados florentes em Bellas Artes. Estas duas aulas creadas pelo Alvará da Rainha Nossa Senhora D. Maria I., datado de 23 de Agosto de 1781, se abrirão no 1º de Dezembro do mesmo anno, fazendo-se nesse dia a 1ª sessão publica; e dellas tem sahido aproveitados 385 Discipulos (...) . Os actuaes Pintores Portugueses de Camara de S.A.R. empregados nos Quadros Historicos, e Tectos do novo Real Palacio d’Ajuda; os Gravadores da Typografia Regia, e a maior parte dos outros Pintores , e Artistas em diversos ramos mais acreditados aprenderão nestas aulas (RP, 1816: 80).

Segue-se a explicação do método de ensino da aula de “Desenho Histórico” e de “Desenho de Architectura Civil”. O forte apoio às artes ultrapassou as fronteiras de Portugal, sendo criada a Academia de Portugal em Roma, oficialmente fundada em 1791, mas a funcionar desde 1788, cuja finalidade era a formação de uma nova elite de artistas, como no tempo de D. João V. Esta Academia foi não só acarinhada pelo Intendente Pina Manique, como pelo ministro D. Alexandre de Sousa Holstein. Os alunos que voltaram formados, passados dez anos de aprendizagem, entre eles José da Cunha Taborda, ocuparam, como veremos, lugares de mérito no âmbito das artes em Portugal.

2. A FORMAÇÃO ACADÉMICA: LISBOA E ROMA

José da Cunha Taborda nasceu no Fundão em 1766, foi enviado para a capital com o propósito de aperfeiçoar o seu estudo em Desenho, pois demonstrava talento na área das artes. Teve como protector em Lisboa o Desembargador Bartolomeu José Geraldês, amigo da família. Ingressou na *Aula do Rocha* como era conhecida a *Aula Régia de Desenho de Figura e de Architectura*, já que era seu docente Manuel da Rocha, no ano de 1783 conforme surge na folha de inscrição:

José da Cunha Taborda, pintor, architecto e escritor, nasceu na Vila do Fundão a 28 de Abril de 1766, segundo Volkmar Machado; era filho de José da Cunha Elvas, (ou de Elvas?), então

residente nos Arciprestes. Matriculou-se na aula de desenho como discípulo ordinário a 11 de Março de 1783. Como é conhecido, êste artista frequentou a Aula de Architectura sendo a matricula simultânea à que acima deixamos apontada. Cunha Taborda em Architectura, obteve os seguintes prémios em concursos anuais: Dois 3ºs prémios um no ano de 1786, outro no de 1787 e um 2º prémio em 1784. O termo de matricula nesta cadeira, acrescenta: Tem frequentado até ao presente, mostrado habilidade para a Architectura. Partiu para Roma a (22?) de Janeiro de 1788 (JESUS, J., 1932: 87).

Frequentou a “Aula de Desenho e Figura”, com Joaquim Manuel da Rocha, e a “Aula de Architectura”, com José da Costa e Silva. Não podemos afirmar que Manuel da Rocha tenha tido uma grande influência na formação artística de Taborda, pois o tempo em que lecionou nesta aula não terá sido suficiente para influenciar os alunos; o historiador Júlio Jesus ao elaborar a lista dos discípulos do mestre acabou por referir que “alguns há, que se matricularam tão próximo á data do falecimento do pintor, que sem-duvida, nada ou quasi nada aproveitaram dos seus ensinamentos, se os chegaram a ouvir” (JESUS, J., 1932: 79) ; com efeito, Manuel da Rocha faleceu em 1786, cinco anos após a abertura da Aula de Desenho. Taborda terá tido lições com o mestre apenas por três anos, pois os estudos prosseguiram com Eleutério Manuel de Barros, que ficou em sua substituição até 1811(MACHADO, C.V., 1823:284). O destaque, porém, manteve-se sempre em relação a Manuel da Rocha, pois como pintor teve a particularidade de ser um excelente copista, sobretudo de Vieira Lusitano (1699-1783): não se ficou, no entanto, pelas temáticas tradicionais, procurou sempre alargar os seus horizontes, atento às novidades, copiando de tudo um pouco; a este respeito esclarece Júlio Jesus:

Joaquim Manuel da Rocha teve a qualidade apreciável, o ser modernista; enquanto os seus colegas pintavam sistematicamente cenas religiosas, (sempre as mesmas, quási), o Rocha imitava todos, desde o animalista Jean-Baptiste Desportes (1661-1741) ao pintor de ruínas e marinhas Claude Joseph Vernet (1711-1789) (JESUS, J., 1932:27)

Percebemos que Manuel da Rocha procurava manter-se atualizado não só nos temas como nas técnicas, pois, por exemplo, para obter o efeito difuso do ambiente das pinturas de Vernet, a técnica era visivelmente diferente daquela que teria de usar para conseguir um outro estilo plástico. A cópia de cartões era o método tradicional de aprendizagem, consistindo na prática da apreensão tanto do desenho como da pintura, não deixando de ser o apoio constante dos artistas, que ao “inventarem”, não faziam mais do que compor e adaptar imagens pré-existentes a novas soluções pictórico-dinâmicas, retirando ou acrescentando determinado elemento de acordo com o sentido que pretendiam atribuir à obra final:

Assim, por exemplo, o professor de desenho histórico, depois de ensinar os primeiros elementos do desenho, devia passar a mostrar-lhes as proporções de varias figuras, tendo o cuidado, na correcção dos desenhos, de indicar tudo o que no original houvesse de sublime, de medíocre e defeituoso. Não devia o professor limitar-se a ensinar a desenhar figuras humanas, mas também figuras irracionais, paisagens, plantas, flores, etc.; cumprindo-lhe ir espreitando o para que propendia mais o génio dos discípulos (RIBEIRO, J. S., 1781:78).

Era esta a grande diferença em relação ao estudo em Itália, uma vez que a Academia de Portugal em Roma proporcionava aos alunos um novo método de ensino que incluía a possibilidade de ver as obras de arte dos melhores mestres, *in situ*, os estudantes podiam observá-las e estudá-las atentamente, tirando notas pessoais acerca dos detalhes que mais lhes interessavam. O contraste com Lisboa era evidente; a grande maioria da pintura

de qualidade ruiu juntamente com a cidade, os alunos tinham muito pouco contacto com pinturas para além das que se faziam de novo, repetindo velhas receitas, sempre confinadas à cópia de estampas e gravuras.

Ao chegar a Roma, José da Cunha Taborda e os restantes estudantes ficaram sob a responsabilidade de Carlos Marruchi, que tinha como obrigação o envio de relatórios para Portugal de modo a informar o Intendente acerca do aproveitamento dos pupilos, e de José Pereira Santiago, o encarregado dos negócios de Portugal em Roma na época. Um ano mais tarde, quando D. João de Almeida Melo e Castro chegou a Itália, sabemos que teve o desgosto de encontrar os pupilos numa completa desorganização disciplinar e técnica. Face a essa falta de orientação, reformulou algumas regras internas: passou a fazer visitas semanais aos *ateliers* dos mestres de modo a averiguar a evolução dos alunos e instalou-os na sua própria habitação, privilégio que tinha sido dado apenas a Domingos Sequeira (1768-1837) por José Pereira Santiago. Marruchi foi substituído por D. Gregório Pedro Pereira, um religioso da Ordem dos Teatinos, que representava o cargo de arquivista da legação em Roma, e também foi contratado um vigilante, o padre David Peres.

D. João de Melo e Castro, no envio de correspondência para Portugal, ia noticiando os avanços dos estudantes; este sistema continuou a vigorar quando D. Alexandre Holstein, conde de Sanfré, ocupou o cargo em outubro de 1790, e foi a partir do correio trocado entre Sousa Holstein e Pina Manique, publicado por Francisco de Assis Oliveira Martins, em 1942 e em 1948, que se obteve o conhecimento de alguns aspetos da vivência dos alunos enviados para Roma. São no total cinco cartas, entre janeiro de 1791 e Abril do ano seguinte, que relatam minuciosamente as melhorias dos “Academistas”, como o conde os designa, e menciona os alunos um a um, referindo-se mais do que uma vez ao talento do jovem Taborda. Logo na primeira carta, de 13 de abril de 1791, relata entusiasticamente a evolução dos protegidos do Intendente. Elogiando Cunha Taborda, previa-lhe um futuro auspicioso:

(...) 2º O Cunha, o Fosquino, e o Bartholomeu q se applicão/á pintura, tem feito notáveis progressos, e principal.te os dous/primeiros espero que adquirirão hum grau superior de merecimento/todos eles se applicão m.to, amam a profissão, e não me consta/q percão tempo, mas he percizo como acabo de o ordenar que/deste ponto por diante se não prendão a trabalhar somte em casa / de hum Mestre, pois não hé possível q fação progressos relevantes/na escola de hum Pintor medíocre como he justam-te o Labruzzi/q ensina os dous últimos(...). (MARTINS, F. A. O., 1948:354).

É de salientar que nesse ano de 1791 José da Cunha Taborda alcançou o Segundo prémio na categoria de *Pregas de Roupa*, no concurso do Capitólio. A *Academia* estabelecida em edifício autónomo e com sede própria foi instituída por iniciativa de D. Alexandre de Sousa Holstein; também se deve ao ministro, que empreendeu o melhor da sua diplomacia junto ao Papa e junto à corte de Nápoles, a possibilidade dos alunos portugueses frequentarem o Museu do Vaticano e o Palácio Farnese de modo a observarem *in loco* e poderem copiar as obras primas que estes edifícios acolhiam, já que numa das cartas a Pina Manique manifestava o seu desacordo com o ensino adotado:

(...) isto he confiar os rapazes a alguns Mestres q os tem de dia em/suas Casas fazendo-os moer tintas, e desgrossar as obras q elles/acabão depoés, de sorte q o mayor provim.to dos mestres he q/os rapazes se adiantem pouco pois tanto mais tempo trabalham/p.^a a Logea, e tantos mais na.s lhes pagarão a pensão: alem de q/ estudando debaixo de hum só Mestre, tão som.te não há esperan-ças de sahirem Superiores a Elle; e como presentem.te não há/aqui nenhum q se possa chamar grande Pintor, nem hum/nos nossos o será tão pouco em q.to seguirem este methodo.” (MARTINS, F. A. O., 1948:358).

Assim que os estudantes se mudaram para a nova residência foi nomeado para diretor da *Academia*, João Gerardo de Rossi (1754-1827), poeta e comerciante de obras de arte, com elevado reconhecimento dentro do meio artístico romano. Sousa Holstein justifica a sua escolha ao Intendente numa das cartas onde afirma que havia algumas vantagens em contratar Rossi como diretor da Academia, entre elas a possibilidade de os alunos verem de perto a sua coleção de pintura de excelentes mestres, e de consultarem a vasta coleção de livros sobre Belas Artes, Mitologia, História e outros temas que integravam a sua biblioteca particular. Perguntava-se D. Alexandre numa das cartas ao Intendente da Policia quem se poderia naqueles tempos considerar pintor sem estudar a história e a mitologia e sem ler ou meditar sobre as obras de Winckelmann (1717-1768), e de Mengs (1728-1779), entre outros pensadores modernos?

O conde refletia o pensamento de um homem de cultura, inserindo-se nos grupos daqueles que animavam as artes em núcleos privados, quer em Portugal, quer no estrangeiro, reunindo-se em casas particulares onde variadas áreas de cultura eram discutidas e incentivadas. Por esta altura, surgiram na Europa a par de exposições públicas, a crítica de arte, e igualmente o gosto pelo colecionismo com os famosos gabinetes de curiosidades. Tudo se relacionava com as descobertas arqueológicas das cidades romanas, o que acabou por ter repercussões no gosto surgindo novamente a admiração pelas linhas retas e harmoniosas, discordando e votando ao ostracismo o ondulado, o dramático e o revoltado que caracterizava o estilo predominante da época, que acabou por derivar num estilo de excessos a que se chamou Rococó. Perante curvas e contracurvas, as descobertas das ruínas de Pompeia e Herculano vieram avivar o conceito de que a beleza e harmonia das ordens clássicas eram incontestáveis; partindo à redescoberta das mesmas iniciou-se o movimento Neoclássico, teorizado pelo historiador de arte e arqueólogo Winckelmann e o pintor Anton Raphael Mengs, ambos alemães. Este movimento alcançou o seu expoente estético na pintura com Jean Louis David (1748-1825) e na escultura com Antonio Canova (1757-1822).

A temática recorrente dos artistas deixou de ser apenas baseada no catolicismo, as fontes iconográficas, na Pintura, voltaram a encontrar-se na literatura dos clássicos e nos modelos do Renascimento. Uma crescente importância foi dada ao desenho, sendo-lhe concedida prioridade em relação ao tratamento da cor, preferindo acentuar a nitidez dos delineamentos, afastando-se das soluções do claro-escuro tão utilizadas desde o maneirismo e ainda da diluição dos contornos tão presente nas pinturas vaporosas do rococó, apresentando composições que se podem considerar um pouco frias ou rígidas. No entanto, por toda a Europa, o Neoclássico traduziu-se por ser bastante eclético, em que diferentes correntes estão por vezes presentes em simultâneo em certos artistas e por vezes em certas obras; o historiador de arte Paulo Varela Gomes (GOMES, P.V., 2001:22) delimitou no campo da pintura, na segunda metade do século XVIII em Portugal e na Europa, três correntes relativas à escolha do estilo e motivo, que expomos muito resumidamente: o Neo-seiscentismo que recorre à lição da pintura classicista, o Neobarroco com temas que versam sobre a história medieval ou moderna e por fim o Neogótico que inclui nas suas composições as novas descobertas arquitetónicas, as ruínas e a reavaliação da arte greco-romana e que correm a Europa em gravuras e desenhos. Todas estas linhas se interligam, num determinado momento, em dado país e certa conjuntura e como também se conjugam em determinado autor e obra, não se podendo considerar, portanto, o Neoclássico como um estilo, pois não apresenta uma baliza temporal rígida que o limite, poderá então ser classificado como um período.

Era este novo gosto e espírito que se pretendia que fosse apreendido pelos estudantes enviados para Roma, e, para confirmar os progressos dos mesmos era mantida periodicamente uma interação com a Corte em Lisboa; não só o ministro redigia as cartas que

punham o Intendente ao corrente do que se ia passando na instituição, como se encarregava do envio dos seus trabalhos de forma a comprovarem o seu merecimento e avanço nos estudos. Os trabalhos eram enviados por navio, para Portugal, em caixotes, sabemos que antes de seguirem viagem ficavam alguns dias expostos ao público. Uma dessas exposições foi alvo de uma crítica construtiva por parte de um cidadão anónimo, redigida a 26 de março de 1796 a Francesco Aglietti (1757-1836) director do *Giornale de'Letterati*, onde foi publicada. O texto, bastante elogioso, descrevia quatro pinturas, dos quatro estudantes da Academia. Giuseppe de Cunha Taborda, como lhe chama o autor, pintou o tema *Cincinatus* e na análise que faz elogia não só o tratamento dos panejamentos, a expressividade e sobretudo o colorido:

Lo stile de' panneggiamenti è sodo ed è bene imitato dalla natura, e dall'antico in quasi tutte le figure. (...) Buona ho trovato la divisione dei lumi, e delle ombre, e senza masse grandi oscure l'opera ha molto rilievo. IL colorido poi è la parte migliore, giacchè è molto vero, molto vivace, ed in ottimo acordo. La maniera di condurre il pennello l'ho rilevata libera, e senza stento, ed il gusto del tingere puro, e senza quell'abuso di false tinte, che seducono colla vaghezza, ma si allontanano dalla verità (Pittura. XII., 1796: 58).

Acrescenta que gostaria de ter conhecido o pintor, mas disseram-lhe que já havia partido para Lisboa, depois de ter estudado oito anos em Roma, sob os ensinamentos de “*quel celebre Antonio Cavallucci*”, informaram também que, ao embarcar, Cunha Taborda levava consigo um quadro pronto: «un tondo con la Virgine, il Bambino, e S. Giuseppe in mazze figure di grandezza naturale, ch'era opera molto lodevole»(Pittura. XII., 1796: 58). Hoje, não sabemos onde poderão estar estas duas grandes telas. O autor anónimo refere ainda outros três pintores da Academia de Portugal em Roma: Arcangelo Fuschini, Bartolomeu Calisto e Emanuel Dias. Deste período académico, julgamos serem três pinturas que se encontram no Porto, todas elas cópias de grandes mestres italianos: S. Sebastião, Santa Maria Madalena e um S. Jerónimo, talvez ainda, um belíssimo S. João Baptista hoje no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, gentilmente oferecido por Maria de Lourdes Brázio. João José Ferreira Trigueiros Leitão levou a cabo trabalho em 2002, em tese de Mestrado pela Universidade Nova de Lisboa em que é possível consultar as obras pictóricas, murais e de cavelete, desenhos e gravuras de Taborda, todavia não disponível na Biblioteca Nacional pelo que não a indicamos aqui.

Para além de Antonio Cavallucci (1752-1795), Taborda teve inicialmente, como professor, o pintor Pietro Labruzzi (1739-1805) que, apesar de não ser muito estudado, sabemos ser um conceituado retratista e que recebeu encomendas para a Igreja do Loreto em Lisboa. Cavallucci, pelo contrário, era um pintor de renome e, em 1790, foi convidado por Gerardo Rossi para dar aulas da *Academia* portuguesa (ROSSI, G. G. R, 1796). O seu curriculum era vasto; iniciou os estudos com Stefano Pozzi (1699 -1768) e, após a morte deste, com Gaetano Lapis (1706-c.1773/6), mas dedicou-se ao estudo do desenho na Academia de S. Lucas. De acordo com algumas fontes, mas sem certezas, consta que frequentou os ateliers de Pompeo Batoni (1708-1787) e Mengs. Notabilizou-se após as decorações do Palácio Caetani onde recorreu ao reportório da pintura do Cinquecento. As fontes descrevem-no como uma pessoa reservada e sincera, muito devoto e com gosto pela pintura sacra. Pelas poucas informações que nos chegaram, concluímos que os trabalhos executados pelos alunos de pintura remetidos para a corte em 1796 deverão ter sido os últimos, pois nesse ano as tropas francesas deram entrada na Itália Central e Cunha Taborda embarcou no navio veneziano “*Maria e José*”, ao passo que, os restantes alunos se transferiram para Florença no dia em que os franceses entraram em Roma.” (MARTINS, F. A. O., 1942:393). Foi, pois, breve a existência da Academia de Portugal em Roma, no ano de 1802, D. Alexandre de Sousa Holstein voltou a Roma como embaixador e dissolveu oficialmente a Escola já encerrada desde 1799, e assim teve o seu fim “em Roma

uma escola chamada Collegio de bellas-artes, onde se formaram os mais hábeis artistas pintores, gravadores e esculptores que tivemos n'essa época" (SILVA, C., 1896:20).

3. O REGRESSO A LISBOA E O RECONHECIMENTO COMO PINTOR DE NOMEADA

Quando José da Cunha Taborda regressou a Portugal em 1796, mais uma fatalidade ocorrera na capital, o incêndio da "Real Barraca" dois anos antes, que mais uma vez deixara a família real sem teto, salvando-se apenas a torre da velha Capela Real da Ajuda (CARVALHO, A, 1988-1991). O infortúnio propiciou um desejo crescente de se construir um palácio de pedra e cal, e o projeto do Paço Novo d'Ajuda foi iniciado pelo arquiteto da casa real, Manuel Caetano de Sousa (1738-1802), a pedido de D. João, então instalado em Queluz (PINHEIRO, S.M.D., 1989). No entanto, em 21 de Janeiro de 1802, o Príncipe Regente mudou de ideias quanto ao traço inicial e suspendeu as obras iniciadas em 1795, retirando a Caetano de Sousa a direção da obra, a favor de dois jovens arquitetos, o português Costa e Silva (1747-1819) e o genovês Francesco Saverio Fabri (1761-1817), ambos com formação atualizada em Itália, onde se manifestavam as tendências neoclássicas. A história da construção do edifício não foi feliz; sofreu inúmeras interrupções no andamento dos trabalhos e acabou por ser encerrado no ano de 1835 sem estar concluído. E foi precisamente neste edifício que Cunha Taborda fez carreira por quase 30 anos e onde nos deixou testemunho do seu talento e destreza como Segundo Pintor de Câmara e Corte, cargo obtido em 1803 mediante concurso público. Ainda hoje as salas do palácio exibem sobreportas da sua autoria, bem como tetos e paredes pintadas por ele. Na parede Poente da Sala D. João IV, deixou uma magnífica composição assinalando o momento histórico do "Acto do Juramento Solene de D. João IV a 15 de Dezembro de 1640"; a temática escolhida segue dentro do programa pré estabelecido de elogio das virtudes da velha monarquia absoluta. Na opinião de Fernando de Pamplona, que intitula a decoração mural de "Beija-mão de D. João IV", trata-se de uma "(...) obra vistosa, embora de composição fria e de pormenores pouco cuidados" (PAMPLONA, F., 1943:38). Na mesma obra, este autor declara que o pintor deixara muitas decorações no Palácio da Ajuda, mas todas "pobres de imaginação e frouxas de colorido". Discordamos desta crítica, sobretudo perante o magnífico teto da Sala dos Jantares Grandes, onde uma Alegoria assinala o aniversário rei D. João VI. Deste painel existe uma memória descritiva na Torre do Tombo, que foi recentemente reinterpretada por João Vaz (2015). Na nossa opinião, trata-se de uma das melhores obras existentes na decoração do Palácio da Ajuda, aqui, sobressaindo o seu traço tão peculiar que se denota num certo alongamento amaneirado dos corpos, característica esta também presente no teto da Sala de D. João IV e em determinadas obras de cavalete. Destaca-se igualmente o colorido equilibrado, harmonioso e sereno, tal como toda a representação, atendendo à perspetiva, à escala e ao elegante alinhamento e disposição das personagens no espaço etéreo.

Os anos de construção do Palácio da Ajuda manifestam períodos de contenção, de suspensão e finalmente de encerramento, face às vicissitudes políticas que o país sofreu: em 1807 foi invadido pelas tropas francesas pela primeira vez, o que obrigou à partida da família real e grande parte da corte para o Brasil, essa permanência estendeu-se por quase quinze anos, até ao seu regresso em 1821. Em consequência, o país entrou num ciclo de lutas, quer com franceses e ingleses, quer entre cidadãos portugueses que se dividiam em absolutistas e liberais. O Palácio da Ajuda deixou-nos um importante testemunho de alguns episódios das reviravoltas políticas que ocorreram, sempre a favor da monarquia absoluta, até à vitória da facção liberal que ficou consagrada na Convenção de Évoramonte em 1834.

José da Cunha Taborda antes de se tornar definitivamente pintor da corte no Novo Paço da Ajuda, lecionou cerca de 1799, ano em que se casou pela primeira vez (ANTT: (RP-SOV), na nova escola de Pintura do Castelo estabelecida pelo Intendente com a remuneração anual de duzentos mil réis (MACHADO, C.V, 1823:147) e ainda esteve empregado na Oficina Calcográfica Tipoplástica e Literária do Arco do Cego como:

(...) mestre desenhador como vem referido no Livro de Caixa....conservam-se provas de gravuras executadas a partir de originais da sua autoria (t.da Cunha delin ou T.da Cunha inven.), destinadas a uma edição bilingue (grego/português) das poesias de Anacreonte com tradução a cargo de Manuel Maria Barbosa do Bocage e, que, embora anunciada nos catálogos das edições do Arco do Cego não encontramos notícia segura da sua impressão (FARIA, M.F., 2001).

O nosso pintor participou ainda nas decorações finais do Convento de Mafra para onde seguiu com a restante equipa da Ajuda, a pedido de Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823) (MACHADO, C.V., 1815:125). Com Taborda foram Francisco Vieira Portuense (1765-1805), Arcangelo Fuschini (1771-1834), Bartolomeu Calisto (1768-1821) e Domingos Sequeira. Entre outros trabalhos, a equipa da Ajuda executou os quadros para as paredes da Sala das Descobertas. A Cunha Taborda foi entregue o tema da evocação do “Primeiro cerco de Diu” de acordo a descrição de Faria e Sousa, na obra *Ásia Portuguesa* (SOUSA, M. F., 1666/1675: 354-365). As restantes cinco telas tinham os seguintes conteúdos: “Vasco da Gama desembarca em Calecut”, por Fuschini; “D. João de Castro”, por Bartolomeu Calisto; “Duarte Pacheco vence o Samorim em Calecut e Os Almeidas derrotam Cutival em Panasse”, dois quadros da mão de Domingos Sequeira, o primeiro deveria ter sido pintado por Vieira Portuense que entretanto falecera; e por fim o próprio Cyrillo pintou “Afonso de Albuquerque edifica a fortaleza de Cochim”.

Nenhuma das telas acima mencionadas permaneceu no local de origem, o que sobreviveu até aos nossos dias foram as legendas escritas, na parede, no lugar correspondente a cada obra. Foram levadas para o Brasil pela família real juntamente com outras peças de mobiliário, tapeçarias, etc. Grande parte deste recheio perdeu-se. No entanto numa publicação de 1940 de Carlos Silva Lopes, surge uma pista do paradeiro das pinturas da Sala das Descobertas: por volta de 1877, encontravam-se no Rio de Janeiro no Palácio de São Cristóvão, que abrigou a família real portuguesa, depois a imperial, e é atualmente Museu Nacional do Brasil, vinculado à UFRJ: «em 1877 o Visconde de Rio Branco (pai) em visita ao monumento e acompanhado de Monsenhor Pinto de Campos, ao deparar com estas inscrições, exclamou: Os quadros que aqui faltam estão em S. Cristóvão (Rio de Janeiro), e aqui é que deviam estar ...é que estavam bem»(LOPES, C. S., 1940:63). No entanto, de momento, é desconhecido o paradeiro destas obras.

Após a conclusão dos trabalhos em Mafra, iniciou a sua carreira de Pintor de História e professor no estaleiro da Ajuda por três décadas. Teve como discípulos dedicados Máximo Paulino dos Reis e Norberto José Ribeiro, entre outros, que também deixaram nobres composições decorativas nos tetos da Ajuda. Da sua vida familiar pouco sabemos para além do que recolhemos dos registos paroquiais. Um ponto de viragem dentro do núcleo artístico da época, foi a sua tradução da obra de Michael Angelo Prunetti (1770-1823/?), *Saggio Pittorico ed analisi delle pitture piú famose esistenti in Roma con il compendio delle vite de'piú eccellenti pittore ec.* editada em 1786, que José da Cunha Taborda intitulou: *Regras da Arte da Pintura* e à qual acrescentou a vida de alguns dos mais notáveis pintores portugueses: no final da obra, colocou um pequeno glossário de termos artísticos. Esta tradução foi uma das influências mais marcantes de Cunha Taborda no contexto do estudo da arte em Portugal, além de valorizar os nossos artistas, o seu papel didático mostrou-se essencial para a evolução de uma crítica positiva dentro das belas artes.

Todo o seu percurso profissional lhe granjeou justa notoriedade, por essa razão, acrescida da qualidade e seriedade do seu trabalho. Em 1834, foi um dos elementos da equipa que ficou responsável pela classificação e avaliação dos quadros provenientes dos antigos conventos extintos, e no ano seguinte foi convidado a participar na Comissão organizadora dos estatutos da futura Academia de Belas Artes de Lisboa e ainda para integrar o quadro docente da mesma como Pintor de História. Não chegou a ocupar o cargo, pois faleceu a 4 de Junho de 1836, ano da inauguração da Academia.

4. A BANDEIRA REAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO

Ao regressar de Itália, antes de se estabelecer definitivamente em Lisboa, José da Cunha Taborda passou cerca de um ano no Fundão, a sua terra natal. Durante essa estadia executou, pelo menos duas obras de cariz religioso, ambas pertencentes atualmente à Santa Misericórdia do Fundão: um Pendão ou Bandeira Real com o tema da *Mater Omnium* e a grande tela da *Visitação* presente na Capela anexa à instituição.

A primeira Misericórdia em Portugal foi a de Lisboa, fundada pela rainha D. Leonor de Lencastre aquando a sua regência em 1498, no seguimento dos Hospitais portugueses que dinamizou a partir do da Nossa Senhora do Pópulo nas Caldas da Rainha. Da leitura das cartas régias que emitiu nessa altura, verifica-se a constante preocupação em relação aos presos desamparados e condenados, sendo manifesto que a confraria tinha como último propósito praticar as catorze obras de misericórdia do catecismo cristão, as sete obras de caridade do foro espiritual e do foro corporal, aplicadas através dos bons conselhos, do consolo, do perdão, da oração por todos, mortos e vivos, da cura dos doentes, vestir os nus, matar a fome e a sede, etc. Houve no território português uma aceitação quase imediata destes princípios caritativos de modo que as confrarias se multiplicaram não só pelas principais cidades do reino, como a sua difusão se alastrou a pequenas vilas e aldeias e ainda se alargou a vários espaços ultramarinos. Na linha deste pensamento, marcado por uma permanente presença assistencial e confraternal, foi aprovado o primeiro *Compromisso* da Misericórdia de Lisboa pelo Rei D. Manuel I e confirmado pelo Papa Alexandre VI. Como símbolo identificador, portador de fervoroso carácter sacrosanto/ propagandístico, a Misericórdia adotou a imagem da Virgem que acolhe e protege todas as classes sociais. Sob o seu manto azul aberto, e por vezes suspenso por anjos, encontramos representados papas, cardeais, bispos, frades, soldados, todos os necessitados, incluindo idosos, órfãos, pobres, doentes, presos e condenados. Ao afirmar este espírito difusor de uma enorme espiritualidade igualitária, esta Virgem que acolhe tanto os desgraçados como os afortunados multiplicou-se nas mais variadas representações artísticas e nos mais diversos suportes, ganhando terreno perante outras iconografias. E face aos ataques dos protestantes, saiu da investida Contra-reformista um modelo fixo que reunia em si três temas das litánias imaculistas: a Virgem do Manto, Imaculada Conceição e Descida do Espírito Santo, tornando-se cada vez mais num tema quase exclusivo da arte portuguesa, com características nacionais e, como refere Vítor Serrão: «genuíno na sua formulação mariana e sem paralelos directos com outros contextos artísticos católicos» (SERRÃO, V., 2011). A *Mater Omnium* passou a constar nos painéis principais dos altares-mores nas mais antigas igrejas das Santas Casa de Misericórdia em Portugal. Mais tarde acrescentou-se a esta representação a evocação de D. Leonor, a fundadora da misericórdia, e à figuração de um frade da Ordem da Santíssima Trindade, ajoelhado e de mãos erguidas, numa alusão ao seu confessor frei Miguel Contreiras, norma oficialmente imposta por volta de 1575-1576 por D. Dinis de Lencastre e Rui Lourenço de Távora, provedores da Confraria de Lisboa em dois mandatos sucessivos. Esta nova iconografia, foi depois, por ordem do rei Filipe III de Espanha, II de Portugal, adotada por todas

as Misericórdias. A mesma temática surgiu nas Bandeiras Reais da Misericórdia, no anverso, tendo no reverso *Nossa Senhora da Piedade*, por este motivo existem duas versões da bandeira da Misericórdia. As Bandeiras Reais eram usualmente compostas pelas duas pinturas evocativas encaixilhadas e sustentadas por haste comum, geralmente, encimadas por uma cruz, os caixilhos, a haste e a cruz poderiam ser ou de madeira polida, ou de madeira dourada a folha de ouro (GUEDES, N. C., coord., 2002).

Por deterem uma funcionalidade específica nos rituais e vivências da confraria, iniciavam ou integravam os cortejos processionais que constituíam uma das principais actividades devocionais e penitenciais das Misericórdias, nomeadamente as procissões de Quinta-feira de Endoenças, do dia de Todos-os-Santos, do dia da Visitação, e de S. Martinho. Integravam também as procissões de acompanhamento dos padecentes, as cerimónias de enterramentos e as reuniões regulares dos oficiais responsáveis pela gestão da confraria. A Bandeira Real tinha ainda uma outra funcionalidade relacionada com o salvamento dos condenados à forca: quando a corda se partia, tocava-se com a bandeira no condenado e este era socorrido e a sua vida era preservada. Apresentando muitas vezes forte desgaste, por estarem expostas às intempéries, necessitavam de ser repintadas ou substituídas ciclicamente. José da Cunha Taborda optou por seguir a versão mais recente da iconografia imposta pela confraria, mas em moldes muito simples: a *Nossa Senhora da Misericórdia* surge sobre um fundo neutro de tonalidade escura, vestida de branco e coroada, baixa os olhos e estende docemente os braços abrindo o seu manto azul, sob o qual acolhe seis personagens, três de cada lado, à direita o Papa que ostenta a tiara papal tendo atrás de si dois clérigos, à esquerda, o rei ajoelhado mas sem coroa – ou talvez o encomendador da bandeira, a rainha e um frade Trino em evocação, atrás referida a frei Miguel Contreiras. No reverso, de acordo com as normas instituídas, há uma representação de *Nossa Senhora da Piedade*; o tema tinha o propósito de recordar que a Misericórdia de Lisboa tinha sido fundada na Capela de N^a. Senhora da Piedade da Terra Solta, na Sé de Lisboa. Sobre um fundo ainda mais escuro e difuso, com certo carácter tenebroso condizente com a triste morte do Salvador, a Virgem, desgostosa, de braços abertos, olha para o corpo inanimado de Cristo, encostado, ao que poderá ser o suporte da cruz. Esta representação inclui num primeiro plano dois símbolos da paixão de Cristo, a coroa de espinhos e três cravos, curiosamente estes símbolos ilustravam um outro tipo de bandeiras, intituladas as bandeiras da Paixão, especificamente destinadas a incorporar os cortejos processionais da Semana Santa, a procissão das Endoenças e a procissão do Enterro do Senhor.

Do ponto de vista estético, embora de boa execução, as pinturas não trazem grande novidade, a sua mensagem passa por um discurso alumiador em que, o contraste das cores fortes e claras das roupas que a Nossa Senhora enverga, com o fundo escuro, se torna um meio de comunicação com o observador. Na *Virgem da Piedade*, a cena é toda ela envolta em trevas, destacando-se subtilmente a luz artificial direccionada da direita, junto ao chão, que ilumina os símbolos da Paixão, o manto branco, o corpo de Cristo e a Virgem, a cena é iluminada debaixo para cima, dirigindo a leitura da obra e acentuando o sofrimento da mãe que tem aos seus pés o filho morto.

Por sua vez na representação da *Mater Omnium*, a Virgem, que se apresenta no mesmo ambiente umbrático surge, porém, diante de uma dourada e diáfana claridade divina, adivinhando-se que sobre Ela e sobre aqueles que Ela abriga recai o poder do Espírito Santo. Do ponto de vista iconográfico, as bandeiras têm estreitas afinidades com outros motivos ligados "(...) à iconografia cristã de expressão caritativa-assistencial e à revelação do Espírito Santo, como sejam a Visitação da Virgem, a Santa Isabel...(...)" (Serrão 1998:134-144). Também aqui se verifica este vínculo perpetuado por Cunha Taborda que executou a *Visitação da Virgem* exposta na Capela da Santa Casa da Misericórdia. Não sabemos qual

a razão para a encomenda desta obra, mas por vezes é colocada uma representação da Visitação, ao invés da *Mater Omnium*, parecendo significar na opinião de Vítor Serrão que os temas se equivaliam.

CONCLUSÃO

O tema da pintura do período Neoclássico em Portugal tem-se mostrado inesgotável, nesse sentido impõe-se uma investigação mais aprofundada e uma recolha alargada das obras produzidas, de Taborda e outros autores para uma melhor compreensão do que foi realizado no campo artístico e cultural de Oitocentos. Em específico, relativamente às obras existentes na Santa Casa da Misericórdia do Fundão, temos presente expectativa de encontrar documentação relacionada com encomenda, encomendador e aos requisitos da mesma de modo a poder enriquecer esta nossa pesquisa, e quem sabe, abrir a possibilidade de conhecimento de outras possíveis obras, ainda hoje desconhecidas pelo grande público. Acalentamos a esperança de contribuir para sistemática investigação e estudo de conjunto que possibilite abrir novas linhas de estudo nas periferias, cujas recolhas de informação poderão ser fundamentais para o entrecruzamento de dados que nos apon-tem para uma leitura mais clarificada desta época, que foi uma das mais conturbadas da história de Portugal.

NOTAS BIOGRÁFICAS

André Gonçalves (1685–1762), pintor que exerceu uma grande atividade, destacam-se inúmeros trabalhos para Igrejas, foi aluno de António Oliveira Bernardes, ingressou na Irmandade de São Lucas. De estilo rápido e estereotipado, mas seguro e de bom colorido. Criou escola.

Bartolomeu António Calisto (1768-1821). De Lisboa, foi para Roma completar os estudos. Ao regressar a Portugal, foi preso pelos franceses em Nantes por três meses. Em Lisboa, foi nomeado por concurso para Pintor de História da Real obra da Ajuda, juntamente com Arcangelo Fuschini e José da Cunha Taborda.

Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823). Foi pintor régio e autor da obra *Collecção de Memórias, relativas ás vidas dos Pintores, e Escultores, Architectos e Gravadores Portuguezes, e dos Estrangeiros que estiverão em Portugal*, compilação elaborada com um sentido científico de investigação e crítica positiva, com uma análise construtiva das belas artes em Portugal, no seu tempo, e notas biográficas. Pintou os tetos do Palácio Nacional de Mafra, colaborou nas obras do Paço Novo da Ajuda entre outros numerosos trabalhos em palácios na zona de Lisboa.

Domingos António de Sequeira (1768-1837), um dos melhores pintores portugueses de sempre, com estilo solto e franca modernidade. Estudou em Roma juntamente com Vieira Portuense, Arcangelo Fuschini, José da Cunha Taborda e Bartolomeu Calisto, onde escolheu como mestre Antonio Cavallucci. Foi nomeado para Primeiro Pintor de Câmara e Corte em 1802 para dirigir juntamente com Vieira Portuense as decorações das obras do Palácio da Ajuda. Aquando das invasões francesas, foi simpatizante dos franceses, o que lhe valeu mais tarde um processo por Jacobinismo. Foi Director da Aula de Desenho na Academia do Porto. Depois da Contra-revolução da Vilafrancada, exilou-se em França. Mais tarde mudou-se para Roma, onde faleceu e está sepultado na Igreja de Santo Antonio dos Portuguezes. Considerado como pintor de transição entre o neoclássico e o romantismo.

Eleuterio Manoel de Barros. “Nascido também nesta Cidade, frequentou a Aula de gravura de Joaquim Carneiro da Silva, e abriu muito bem algumas estampas para os Missaes. Passou a Roma, aonde teve por Mestre o mesmo Ludovico Esterni, que o fora do dito Silva. Allí esteve em casa do nosso Ministro Almada, para quem levou recomendação de Soror Maria Magdalena, Irmã do Marquez de Pombal, e Religiosa no Convento de Santa Joanna. Quando veio conduziu o painel de Batoni do Coração de Jesus para a Basilica da estrella, em cujo Convento ha hum painel seu de Elias deitando a capa a Eliseu: Obra que foi criticada por Manoel de Mattos, e defendida em parte por huma logia de Joaquim Carneiro. Fez os desenhos para os tectos da casa nobre de João Ferreira, executados por Francisco de Setúbal, Domingos de Sequeira, Joaquim José Bugre, e outros. Entrou como hum dos Directores na Academia do nú aos Camillos. Por morte de Joaquim Manoel da Rocha, succedeo-lhe no lugar de Lente da Aula do Desenho, até que sendo atacado de paralesia foi substituído por Faustino José Rodrigues, conservando-lhe Sua Magestade, todo o ordenado.” in Cyrillo Volkmar (MACHADO, C. V., 1823: 235).

Francisco de Matos Vieira (1699–1793), ficou conhecido como Vieira Lusitano. Um dos mais conceituados pintores portugueses do Barroco, ilustrador e académico de mérito da Academia de São Lucas de Roma. Foi cavaleiro professo na Ordem de Santiago da Espada, pintor histórico da Casa Real Portuguesa, e também poeta

Francisco Vieira (1765-1805), pintor nascido no Porto, escolheu o nome artístico de **Vieira Portuense**, iniciou os seus estudos em Lisboa, continuando-os em Roma, onde estudou juntamente com Domingos Sequeira, Arcangelo Fuschini, José da Cunha Taborda e Bartolomeu Calisto. Viajou por Itália, Alemanha, Áustria e Inglaterra antes de regressar a Portugal em 1800. Morreu jovem, mas deixou uma pintura inovadora na senda do Romantismo. Pelos seus méritos foi nomeado Primeiro Pintor de Câmara e Corte para as obras Palácio Nacional da Ajuda em 1802, mas veio a falecer três anos depois na Ilha da Madeira para onde viajou para se curar da tuberculose.

João Gerardo De Rossi (1754-1827) Poeta e erudito, publicou a *Memorie sulle belle arti* (Roma 1792) e um *Trattato su l'arte drammatica* (Roma 1790). Publicou ainda varias comédias. Foi director da Academia portuguesa em Roma, até à chegada dos franceses à Republica Romana (1798), foi nomeado ministro das finanças e manteve-se no cargo até 1800. Dedicou-se ao estudo de arqueologia. Em 1812 foi nomeado membro correspondente do Instituto de França, e, em 1816, diretor da Academia Real de Nápoles em Roma. A sua obra completa foi editada em Florença no ano de 1818.

Michael Angelo Prunetti, Michel Angel Prunet ou Michael Angelus Prunettius (1770-1823/?) editou ainda dentro do âmbito das belas artes: *Descrizione storico-critico-mitologica delle celebri pitture esistenti nei reali palazzi Farnese e Farnesina in Roma : sotto gli auspice di sua altezza imperiale la serenissima arciduchess Clementina d'Austria ... D. Leopoldo delle due Siclie, Viaggio Pittorico-antiquario d'Italia e Sicilia*, onde o autor faz uma reflexão acerca das características das distintas escolas de pintura. *Avvertimenti ... per distinguere i quadri originali dalle copie*, entre outros, no entanto Prunetti, era principalmente libretista de onde se destacam: *La Vergine Vestale* representada em Roma pelo Carnaval em 1803 no Teatro Alibert, *Il Disertore* ópera teatral, *I falsi galantuomini* que subiu ao palco do Scala de Milão em 1809. Redigiu ainda um compêndio e elogio histórico da vida do papa Pio VI.

FONTES

ANTT: (RP-SOV) Registos Paroquiais - SANTOS-O-VELHO - Livro 19 (Casamentos) fls 59v (2-2-1799), transcrito in apêndice

ANTT: (RP-A) Registos Paroquiais - AJUDA - Livro 14 (Casamentos) fls 199v e 200 (21-6-1817) – inédito, transcrito in apêndice

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Ayres de (1988-1991). “A Real Barraca e o Palácio da Ajuda”, in Belas-Artes, Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes, série nº 3, nº 11-13, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa.

FARIA, Miguel Figueira de (2001). *Casa Literária do Arco do Cego exemplo singular na História de edição ilustrada em Portugal. Apontamentos para uma biografia*, in Actas do colóquio “A Casa Literária do Arco do Cego”, in ANAIS Série História. Volume VII/VIII, Universidade Autónoma de Lisboa.

FRANÇA, José-Augusto (1978). *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, Amadora, Biblioteca Breve/Volume 12.

GOMES, Paulo Varela (2001). *Correntes do Neoclacissismo Europeu na Pintura do Século XVIII*. In *Catálogo Francisco Vieira, o Portuense*, Lisboa.

GUEDES, Natália Correia (coord.), (2002) – *Bandeiras das Misericórdias*. Lisboa: Comissão das. Comemorações dos 500 anos das Misericórdias Portuguesas.

JESUS, Júlio (1932). *Joaquim Manuel da Rocha e Joaquim Leonardo da Rocha, pintores dos séculos XVIII e XIX. Subsídios para as suas biografias e alguns elementos para o estudo das suas obras*, Lisboa, Typ. Gonçalves.

LEITÃO, João José Ferreira Trigueiros (2002). *O pintor régio José da Cunha Taborda (Fundão, 1766 - Lisboa, 1836): exposição temporária (investigação, guião e catálogo*. Dissertação de Mestrado em Museologia: Interpretação, Exposição e Divulgação. DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

LOPES, Carlos da Silva (1940). *As Pinturas de tema ultramarino no Palácio de Mafra in Congresso do Mundo Português - publicações, Comunicações apresentadas aos Congressos de História Moderna e Contemporânea de Portugal (V e VI Congressos), VIII volume, Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa.*

MACHADO, Cyrillo Volkmar (1815). *As Honras da Pintura, Esculptura, e Architectura: discurso de João Pedro Bellori, recitado na Academia Romana de S.Lucas, na 2ª Domingo de Novembro de 1677, dia em que se distribuíram os prémios aos Estudantes das três Artes, cujas obras foram coroadas; sendo Príncipe da mesma Academia Mr. Le Brun, traduzido do Italiano para o Portugues e ilustrado com Anotações, por hum dos Pintores de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor*. Lisboa, Na Impressão Régia.

MACHADO, Cyrillo Volkmar (1823). *Collecção de memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros que estiveram em Portugal/ recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado (...)*, Lisboa, Imp.de Victorino Rodrigues da Silva.

MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira (1942). *A Academia Portuguesa de Belas Artes em Roma*. In *Ocidente* vol. XVIII, Lisboa.

MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira (1948). *Pina Manique; o político, o amigo de Lisboa*, Lisboa, Sociedade industrial de tipografia.

PAMPLONA, Fernando de (1943). *Um Século de Pintura e Escultura em Portugal*, Ed. Tavares Martins, Porto.

PINHEIRO, Susana Marta Delgado (1989). *Manuel Caetano de Sousa*, Dissertação de mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa.

PITTURA. XII. *Sopra alcuni quadri dipinti dagli allievi della R. Accademia delle belle Arti di Portogallo in Roma, Lettera al Direttore di questo Giornale* (1796). In *Memorie per Servire alla Storia Letteraria e Civile*. Roma.

RIBEIRO, José Silvestre (1781). *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Literários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa, Academia Real das Ciências.

RODRIGUES, Ana Maria,(Coord. de) e Outros (1999). *D. João VI e o seu tempo*, ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

ROSSI, Giovanni Gherardo De (1796). *Vita di Antonio Cavallucci da Sermoneta pittore, Ars longa. Vita brevis*. Venezia.

RP (Redacção Patriótica) (1816). *Curiosidades in Jornal de Bellas Artes ou Mnemoise Lusitana*, redacção patriótica, Num V, Lisboa, Impressão Régia.

SERRÃO, Vítor (1998). *Sobre a Iconografia da Mater Omnium: a pintura de intuitos assistenciais nas Misericórdias durante o século XVI*, in *Oceanos, As Misericórdias Cinco Séculos*. Lisboa, CNCDP n° 35 Julho/Setembro.

SERRÃO, Vítor (2011). *Iconografia da Mater Omnium na arte portuguesa: do culto do Espírito Santo ao de “Nossa Senhora da Misericórdia” (Séculos XVI-XVIII)*.

SILVA, César da (1896). *Real casa Pia de Lisboa, Breve História da sua fundação, grandeza e desenvolvimento de 1780 até ao presente*. Lisboa, Typ. Brito Nogueira, Rua d’Alcantara, 62-B.

SOUSA, Manuel de Faria (1666-1675). *Asia portuguesa*. Tomo I [-III]. De Manuel de Faria y Sousa Cavallero de la Orden de Christo, y de la Casa Real. Dedicada [sic] su hijo el Capitan Pedro de Faria y Sousa. Al Rey N.S. Don Alonso VI de Portugal, &c. - Lisboa: en la Oficina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N.S- 3 t. em 3 vol.

VAZ, João (2015). *A Pintura Mural do Real Paço da Ajuda. 1796-1833 Imagens do Poder*, Scribe, Lisboa.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Primeiro Casamento de José Cunha Taborda

Registos Paroquiais - SANTOS-O-VELHO - Livro 19 (Casamentos) fls 59v (2-2-1799)

[fl. 59v.] No segundo dia do mes de Fevereiro de mil / sette centos noventa e nove nesta Paroquial / Igreja de Santos o Velho em minha presença / e das testemunhas abaixo afsignadas por com / missão q me deo o R.do Prior desta Freguezia / se receberão com palavras de presente / como manda a Santa Madre Igreja da / forma [?] Concilio de Trento e Constitui- / ções deste Patriarcado Joze da Cunha / Taborda filho de Pedro Leitaõ e de D. / Maria de S. Domingo Alegre ja defun / ta baptizado na Freguezia de Fundaõ / Bispado da Guarda morador na de S. Ni- / colao desta Cidade de Lisboa e Ma-

ria / Francisca Alegre moradora e bapti- / zada nesta de Santos filha de Fran / cisco digo Joze da Cunha Taborda filho / legitimo de Joze da Cunha e de Roza / Maria baptizado na Freguezia Ma- / triz da Villa de Fundaõ morador na d.a / Freguezia de S. [riscado] digo de S. Nico / laó e Maria Francisca Alegre fi / lha legitima de Francisco Pedro / Leitaõ e de Maria de S. Domingos / Alegre natural baptizada e mora / dora nesta de Santos. Foi [...] / o Contraente dos banhos de sua Patria / e de Roma por huma remissaõ do R.do / Dez.or Juiz dos Cazamentos. Foraõ testemunhas q comigo afsignaraõ / O R.do P.e Joaõ Pinto da Matta / morador no lugar do [...] deste / Patriarcado e Francisco de Jesus // [fl. 60] morador na rua Direita das Janellas / Verdes às Albertaõ. De q. fiz este assento q. afsignei / O Cura An.to Marq. da Cruz / O P.e Joaó Pinto da Matta / Franc.co Joze de Jesus [?].

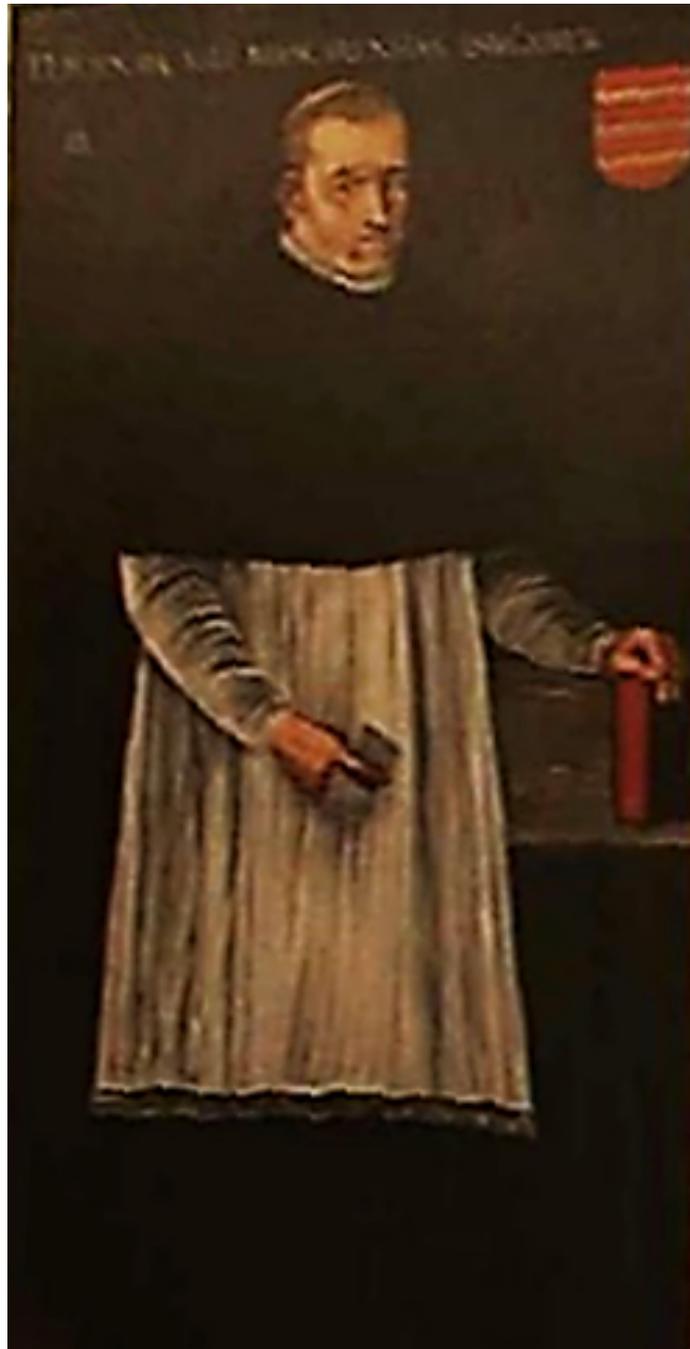
Segundo Casamento de José Cunha Taborda

Registos Paroquiais - AJUDA - Livro 14 (Casamentos) fls 199v e 200 (21-6-1817) – inédito

[fl. 199 v.] Aos vinte e hum dias do mez de Junho de mil e / oito centos e dezasete e Licença minha em °resença / do R.do P.e Francisco Mendes, e das Testemunhas abai // [fl. 200] abaixo asfignadas se receberaõ por marido e mulher, / como manda a S.ta Madre Igreja de Roma, na for / ma do Sagrado Concilio Tridentino e Constituições des- / te Patriarchado Joze da Cunha Taborda Viuvo de D. / Maria Francisca da Cunha, q. faleceo na Freg.a da Ba / zilica de S.ta Maria Maior de Lisboa, a onde a Contrahente se dezobrigou as Quaresmas dos dois annos pro / ximo pasfados, e a do prezente nesta Freg.a de N. Snr.a / da Ajuda, aonde rezide, com D. Maria Jacinta de / Carvalho Solteira filha de Antonio Joze de Carva / lho, e de D. Jacinta Thereza do Cabo natural e bapti / zada nesta Freg.a de N. Snr.a da Ajuda, aonde rezide, e se tem dezobrigado as Quaresmas do estillo, e e como asfim / se receberaõ corridos os banhos do est.o sem impedim.to lavrei / este asfento sendo Test.as Antonio J.e de Carv.o, e Joze An.to Alegre / moradores nesta Freg.a // O Reitor Antonio Sutil / Ant.o Joze de Carv.o / Joze Antonio Alegre

NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

Mónica Gonçalves é doutoranda (bolseira da FCT) em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com a proposta de estudo ENTRE ROMA E LISBOA SOB O SIGNO DO NEOCLASSICISMO: OS SEGUNDOS PINTORES DE CÂMARA DA CORTE, 1780-1836, concluiu o Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro (2016) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa com a tese Arcangelo Fuschini (1771-1834) e a pintura do Neoclassicismo em Portugal, licenciou-se na mesma instituição em História (variante Arte) em 2003. Tirou o curso de Conservação e Restauro de Pintura no Instituto de Artes e Ofícios da Universidade Autónoma de Lisboa (2000). Como Técnica Superior de Conservação e Restauro na Câmara Municipal de Cascais até 2011, desenvolveu as seguintes actividades: manutenção do acervo museológico do percurso expositivo do Museu-Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães; pesquisa e inventariação do acervo museológico e seu estado de conservação na aplicação In Patrimonium Premium; Conservação e Restauro de todo o acervo pictórico do Museu e outras colecções; acções de colaboração com o Departamento de Património da Câmara Municipal de Cascais - Conservação e Restauro de bens culturais imóveis, colaboração em Exposições Temporárias - Conservação e Restauro e respectiva montagem. É investigadora integrada no ARTIS – Instituto de História de Arte (FLUL).



D. Fernão Martins Mascarenhas (1548 – 1628)

Fonte: Wikipédia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Martins_de_Mascarenhas).

As misericórdias do reino do Algarve no tempo de D. Fernando Martins Mascarenhas, bispo da diocese do Algarve entre os reinados de D. Filipe I e D. Filipe II

The mercies of the kingdom of the Algarve in the time of D. Fernando Martins, bishop of the Algarve diocese between the reigns of D. Filipe I and D. Filipe II

JOSÉ ANTÓNIO MARTINS

Mestre em História Medieval pela Faculdade de Letras do Porto, Técnico Superior do Serviço de Património e Museologia da Câmara Municipal de Lagos

Master in Medieval History by the Faculty of Letters of Porto, Senior Official at the Heritage and Museology Department of the Lagos City Hall

jose.martins@cm-lagos.pt

RESUMO

Muitas das Misericórdias do Algarve nasceram como Irmandades do Espírito Santo. A Misericórdia de Tavira é referida em 1425 como Albergaria do Espírito Santo e mais tarde como Misericórdia, cerca de 1536. Outras foram fundadas de raiz como a de Lagos em finais do século XV e a de Silves antes de 1529, havendo ainda outras, por iniciativa popular, como a de Portimão em 1585, e a de Faro, eventualmente por iniciativa do prelado, por se considerar que a nova capital do Algarve não podia dispensar uma Misericórdia, ambas fundadas no reinado de D. Filipe I.

PALAVRAS-CHAVE

D. Fernando Martins Mascarenhas, Lagos, Misericórdias; Rei Filipe I, Rei Filipe II, Reino do Algarve.

ABSTRACT

Many of the Algarve's Mercies were born as Brotherhoods of the Holy Spirit. The Mercy of Tavira is referred to in 1425 as the Hospital of the Holy Spirit and later, about 1536, as Mercy. Others were newly founded as the one of Lagos in the late fifteenth century and the one of Silves before 1529. There were still others of popular initiative, such as that of Portimão in 1585, and that of Faro, possibly due to the initiative of the prelate, as it was considered that the new capital of the Algarve could not dispense with a Mercy, both founded in the reign of D. Filipe I.

KEYWORDS

D. Fernando Martins Mascarenhas, King Filipe I, King Filipe II, Kingdom of the Algarve, Lagos, Mercies.

Diz-nos Maria Antónia Lopes que «As principais razões da fundação e rápida expansão das Misericórdias portuguesas logo no século XVI são, em síntese, de ordem espiritual, porque os leigos aplicavam e viviam a sua doutrina, e de Estado, pois foi uma forma de afirmação do poder régio ao controlar e tornar muito mais eficaz a assistência» (www.ump.pt/misericordias, 05-02-2018). Muitas nasceram como Irmandades do Espírito Santo, posteriormente enquadradas legalmente e convertidas em Misericórdias. Damos como exemplo a Misericórdia de Tavira referida como Albergaria do Espírito Santo em 1425 e convertida em Misericórdia cerca de 1536 (SIMÕES, J. M., 2007: 7). Algumas misericórdias foram fundadas de raiz, como a de Lagos em finais do século XV e a de Silves anteriormente a 1529. Outras, por iniciativa popular, como a de Portimão, em 1585 e a de Faro, neste caso, eventualmente, por iniciativa do prelado, por se considerar que a nova capital do Algarve não pudesse dispensar uma Misericórdia, ambas fundadas no reinado de D. Filipe I. A Santa Casa da Misericórdia de Lagos teria sido fundada em 1498, segundo uma informação, datada de 8 de abril de 1758, recolhida pelo prior de S. Sebastião de Lagos, João Batista Coelho da Costa, e conhecida do padre Luís Cardoso, como já lembraram Maria Helena Mendes Pinto e Vítor Mendes Pinto. Costa Goodolphim, sem citar a sua fonte, também afirma que a Misericórdia de Lagos foi criada nesse mesmo ano. No entanto, o primeiro documento conhecido que faz referência à Irmandade é de 11 de setembro de 1501. Trata-se do testamento de Leonor Viana, viúva de João Landeiro, Assim, a existência da Confraria em 1501 é um facto comprovado e a sua possível criação, em 1498, é uma hipótese aceitável e plausível (PAIVA, J.P, coord., 2004:357). A fundação da Misericórdia de Faro é atribuída ao bispo D. Afonso Castelo Branco, no ano de 1581. No entanto, não existem documentos que comprovem esta data. Atendendo que o tempo compreendido, entre 1581 e 1585, corresponde ao período em que esteve como prelado da diocese algarvia, poder-se-á admitir que a data da fundação da Misericórdia de Faro tenha tido lugar nesse período (PAIVA, J.P, coord., 2006: 251).

Tendo tutela régia, as Misericórdias podiam escapar à supervisão dos bispos, das câmaras municipais ou ordens religiosas, que, a todo o custo, tentavam apropriar-se dos seus bens e rendimentos. Durante o período da monarquia hispânica, assistimos a um «(...) Reconhecimento público, reforço da interferência do poder central, enriquecimento patrimonial, situação de privilégio no exercício das práticas de assistência organizada institucionalmente (por exclusão das restantes confrarias), intensificação do processo de regulamentação e de organização interna, elitização são alguns dos atributos mais relevantes da trajetória das misericórdias durante o período dos Áustrias» (PAIVA, J. P., coord. 2006: 7). Os reis Filipes, assumiram a caridade e a assistência como meios privilegiados do exercício do poder. Renovando privilégios antigos, facultando apoios para edificação de casas para as Misericórdias, fortaleceram o papel destas instituições na sociedade portuguesa, etc. (PAIVA, J. P., coord. 2006: 10). Se sabemos da existência de mais de duzentas Misericórdias até 1580, para o período da monarquia hispânica, contabilizam-se mais de cem novas instituições (PAIVA, J. P., coord. 2006: 11).

Para o Reino do Algarve, são conhecidas até à penúltima década do século XVI, dez Misericórdias e durante os reinados dos reis Filipes foram criadas mais cinco ou seis, salientando a existência da de Alvor, atendendo a uma informação de D. Fernando Martins Mascarenhas, bispo do Algarve, numa carta dirigida ao Papa Clemente VIII, datada de 1598, salientando em relação a Alvor que: «(...) Tem casa e confraria da Misericórdia» (BEJA, N., 2001: 226). Contudo, o documento mais antigo existente na instituição data do ano de 1701 (<https://misericordiadealvor.wordpress.com/historia/> em 05-02-2018). Ao certo, poucas são as Misericórdias do Algarve de que se conhece a data de fundação comprovada. Em relação à Misericórdia de Faro, já anteriormente tivemos oportunidade de comentar a data da sua fundação. Em relação à de Portimão, esta foi fundada em data anterior a 1585 (PAIVA, J. P., coord., 2006: 254). Em relação à de Alcantarilha, a

Misericórdia desta localidade deve ter sido fundada nos últimos anos do século XVI. No arco da porta da igreja da instituição está gravada a data de 1586, não existindo outras informações. Na ausência, devemos aceitar este ano como o que mais cedo demonstra a sua existência (PAIVA, J. P., coord. 2006: 255). Como último exemplo, a Misericórdia de Estômbar, apontada como tendo sido fundada em 1531, atendendo ao ano da edificação da sua igreja. Contudo, um diploma, datado de 1635 e inserido numa série de escrituras de foros, constitui a prova da existência da instituição até demonstração em contrário (PAIVA, J. P., coord. 2006: 272. No apêndice documental, deste estudo inserimos um Quadro (Doc.1) sobre a fundação das Misericórdias do Algarve.

Descendente de uma das mais poderosas famílias do Reino, D. Fernando Martins Mascarenhas virá a ser uma das personalidades mais interessantes da segunda metade do século XVI, revelando-se uma figura polémica sobretudo nos anos finais da sua vida. Ao longo dos seus mais de oitenta anos de vida, assumiu vários cargos que numa espiral hierárquica, o levaram a Bispo, a Inquisidor Geral, e mesmo antes dessas nomeações, a uma das mais importantes instituições do Reino de Portugal, o Conselho de Estado. Manifestamente, foi um homem que alargou a sua influência nos âmbitos académico, eclesiástico, político e cultural, sobretudo quando da integração de Portugal na monarquia hispânica. O conteúdo desta comunicação interliga-se com o momento em que foi bispo do Algarve e a sua ação no processo de incremento da igreja da Misericórdia de Lagos.

D. Fernando Martins Mascarenhas, estava integrado numa família aristocrática, o lugar privilegiado do exercício da autoridade e a peça fundamental das estratégias de conquista do poder, assumindo-se como um elemento decisivo que irá preservar a influência da Família Mascarenhas, sobretudo na ascensão a cargos eclesiásticos dele e de alguns dos seus irmãos, como um manifesto exemplo de «fator da preservação e reprodução da casa aristocrática. Quando D. Fernando Martins Mascarenhas chegou à diocese do Algarve, encontrou uma região e um conjunto de localidades estruturadas religiosamente, tendo continuado o trabalho dos seus predecessores. A sua ação refletiu-se em vários domínios, tendo presente as prerrogativas advindas do concílio de Trento e as regras emanadas das *Constituições* de 1554 (<https://diocese-algarve.pt/nota-historica>, 05-02-2018), tendo sido seu autor, o bispo do Algarve, ainda com a sede na cidade de Silves, D. João de Melo e Castro (1549-1564). O bispo passou com o seu cabido para Faro no dia 30 de março de 1577 e estabeleceu a Sé na Igreja de Santa Maria de Faro (SABOIA, J. 2000). Com a nomeação a 3 de janeiro de 1594, tendo ao tempo 46 anos de idade, D. Fernando Martins Mascarenhas marcou a sua prelatura como Bispo da diocese do Algarve, ao longo de quase vinte e dois anos, tendo abdicado deste cargo para assumir o de Inquisidor Geral em 4 de julho de 1616, já no reinado de D. Filipe II. Sucedendo a D. Francisco Cano (1589-1593), foi o quinto bispo do Algarve com a diocese sediada em Faro e o trigésimo sétimo deste a fundação da diocese algarvia.

Durante o período referenciado como bispo do Algarve, D. Fernando Martins Mascarenhas teve um papel ativo no desenrolar de vários acontecimentos que se efetivaram no então Reino do Algarve, especificamente relacionados com a Misericórdia de Lagos. No Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lagos ao tempo sendo bispo D. Fernando Martins Mascarenhas, podemos encontrar alguma documentação que comprova a sua preocupação em regular a celebração de missas, as procissões e a administração dos sacramentos em que a colaboração das misericórdias fosse importante (ASCML, liv. 205, 1598, 1599, 1601: fls. 60-69v)

Ao analisarmos a escassa documentação existente no Arquivo Histórico a Santa Casa da Misericórdia de Lagos datada entre 1598 a 1601 e relacionada como bispo do Algarve, D. Fernando Martins Mascarenhas, verificamos que, mesmo em termos comparativos com

outros prelados, os documentos são em maior número, tanto em volume como em datação sucessiva. Praticamente uns sucedem-se aos outros, num espaço de um ano. Por outro lado, e analisados um por um, verificamos que o primeiro diz respeito ao não cumprimento e modo de atuação dos membros da igreja matriz da cidade em relação aos seus confrades da misericórdia, o que demonstra uma interferência do prelado na estrutura organizacional da sociedade local do ponto de vista religioso, em detrimento da igreja mais antiga da cidade, com consequências futuras muito graves ao nível das precedências e privilégios dos irmãos da Misericórdia de Lagos tanto aos aspetos simbólicos da estrutura hierárquica da instituição manifestada pela visualização do aparato cerimonial refletida pelas procissões, como da polémica sobre a Matriz da cidade após o cataclismo de 1755 como já demonstramos (MARTINS, J. A, 2006). A pena de excomunhão e multa revela a importância do acatar da determinação e a importância que o Prelado dava à igreja da Misericórdia. O segundo documento, relacionado com a igreja da Casa da Misericórdia, e a missa nesse templo tanto aos Domingos como nos Dias Santos de Guarda (dia do Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo, da Epifania, da Ascensão e do Santíssimo Corpo e Sangue de Cristo, de Santa Maria, Mãe de Deus, de sua Imaculada Conceição e Assunção, de São José, dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo, e, por fim, de Todos os Santos), com a particularidade da igreja poder estar aberta a qualquer hora, reforça a importância desta igreja em relação à Matriz, a única com essas prerrogativas desde a sua fundação, nos finais do século XIV, equiparando-a tanto em privilégios como em provisões. Esta interferência no *status quo* da religiosidade de Lagos, em pleno período dos reis Filipes nunca teve paralelo no passado, nem mesmo no tempo de D. Sebastião, que elevou Lagos a cidade, nem mesmo no seu antecessor, D. João III, que elevou aquela vila a *Notável*, para não mencionar D. Manuel I, que concedeu vários privilégios à Misericórdia de Lagos, quando da sua fundação. Por outro lado, esta é reforçada com privilégios por parte dos reis Filipes e agraciada com determinações dos Prelados, sendo o bispo D. Fernando Martins Mascarenhas o que maior reforçou o crescimento e a importância desta igreja ao longo dos séculos XVI e XVII. O terceiro documento, datado de 10 de abril de 1601, vem reforçar a importância da igreja e da Misericórdia de Lagos, pois havendo mais um local para confissão, a igreja da Misericórdia ganha um novo estatuto, salientando o próprio bispo que a Provisão foi dada «(...) por justos respetos que a isso nos moveram» (AHSCML, liv. 205, fl.68). Em Lagos, ao tempo já existiam dois lugares de confissão, Santa Maria da Graça, matriz, e São Sebastião, igreja fora do muralhado da cidade. No entanto a perda de importância da igreja da Misericórdia ao nível da celebração de missas notava-se já no ano de 1738. A ausência de esmolas e donativos constitui fator desse declínio. Dezassete anos mais tarde, a 1 de novembro de 1755, a decadência seria total e a igreja, como tal, desaparece, sendo o seu orago substituído pelo de Santa Maria da Graça, que por sua vez, também arruinada, perde a titularidade e estrutura efetiva (AHSCML, *Tombo Grande*, fls.74v-76v).

Concluindo, podemos afirmar que os documentos existentes em Arquivo, na Santa Casa de Misericórdia de Lagos, elucidam-nos de que a respetiva igreja da Misericórdia de Lagos, a par da sua estrutura funcional, recebeu um conjunto de documentos (de acordo com outros existentes provindos de Prelaturas anteriores) ao longo dos anos em que os reis Filipes governaram o País, constituindo a prelatura de D. Fernando Martins Mascarenhas o exemplo expoente de documentos materializados em privilégios e provisões. Como salientámos anteriormente, não se conhece, igual dos antecessores como dos que a ele se seguiram, produção provisional que desse tanto privilégio e grandeza à igreja da Misericórdia de Lagos. Não se esgotando nesta abordagem a ação do Bispo no Algarve nas Misericórdias da região (muitos dos arquivos das Misericórdias algarvias não se encontram inventariados), na verdade, os poucos documentos que se conhecem para o período em que esteve à frente da diocese algarvia, mesmo em diminuto número, indi-

ciam que houve uma tentativa de controlo no quotidiano das Misericórdias, sobretudo ao nível do normativo regulamentar das mesmas, onde as resoluções do Concílio de Trento, mesmo de forma indireta, pautaram o seu funcionamento posterior, sendo o expoente máximo dessa materialização, no Algarve, o Bispo D. Fernando Martins Mascarenhas, tendo como primado da sua ação, do seu múnus, colocar em prática as resoluções do Concílio sobretudo na organização da sua diocese, onde as Misericórdias se integravam.

FONTES

ADF (Arquivo Distrital de Faro), Série A/ 1-Livro 1-Treslados, cópias e registos dos originais de 13370 a 1710 (nº antigo 26), fls. 55-55v.

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). *Chancelaria de D. Filipe I*, Doações, liv. 32, fl.25v.

AHSCML (Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lagos), Liv. 205, fls. 55-59; Livro nº 205, fls. 55-59 e 68-69v.

A.H.S.C.M.L., *Tombo Grande*, fls.74v-76v.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fortunato de (1968). *História da Igreja em Portugal*. Nova Edição Preparada e dirigida por Damião de Peres. Volume II. Porto-Lisboa: Livraria Civilização-Editora.

BARBOSA, José (1727). *Memorias do Collegio Real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e dos seus collegiaes e porcionistas*". In: *Colleçam dos documentos, estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa: Pascoal da Sylva.

BEJA, Nuno, (2001). *Transcrição de Documentos relativos à História do Algarve, Informação que o Bispo do Algarve Dom Fernando Martins Mascarenhas envia ao Santíssimo Padre Nosso Senhor Clemente VIII do Estado da sua Igreja no Ano de 1598*. In: *Anais do Município de Faro*, Vols. XXIX / XXX, 1999/2000. Faro: Câmara Municipal de Faro, pp. 210-229.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando (2000). *Portugal no Tempo dos Filipes, Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Tradução de Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim. Lisboa: Edições Cosmos.

CORRÊA, Fernando Cecílio Calapez (1994). *A Cidade e o Temo de Lagos no Período dos Reis Filipes*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

CUNHA, João Teles e (2007). *A Memória à Luz da História ou a Biblioteca do Bispo do Algarve Revisitada*. Coimbra: Universidade do Algarve, Arte, Literatura e História.

CUNHA, Mafalda Soares, FRANCO, Juan Hernandez (Orgs.) (2010). *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica, Elementos para uma História Comparativa, Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica*. Évora: CIDEHUS-Universidade de Évora, Universidad de Murcia, Edições Colibri.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras (1992). *Nobiliário de Famílias de Portugal*, VI Volume. Tomos XVI, XVII e XVIII, 3ª edição. Braga: Edição de Carvalhos de Basto.

HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EM PORTUGAL (1997). 2 Vols. Universidade de Coimbra. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

LOPES, Maria Antónia. Misericórdias. Disponível em DOI [www.ump.pt /misericordias](http://www.ump.pt/misericordias)

LOPES, João Batista da Silva (1848). *Memórias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993). *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa.

MARTINS, José António (2011). D. Fernando Martins Mascarenhas-Um bispo na construção da identidade do Algarve dos finais do século XVI e inícios do século XVII". In Comunicação apresentada ao *I Encontro de Estudos da Identidade*, Universidade da Beira Interior, 21 de junho de 2011, Auditório da Biblioteca Central.

MARTINS, José António (2006), *Estudo Histórico-Monográfico A Freguesia de Santa Maria (Concelho de Lagos)* (2006). Lagos: Junta de Freguesia de Santa Maria.

MARTINS, José V. De Pina (1991). "Espiritualidade e Humanismo na Obra de D. Frei Bartolomeu dos Mártires". In Frei D. Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), Catálogo bibliográfico. Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 1-11, 17 e 24.

MASCARENHAS, Arsénio Augusto Torres de (1896). *Biographias e Narrativas, Notícia de Alguns Homens mais Notáveis e Episódios da História Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MORAIS, Francisco (1951). *Reitores da Universidade de Coimbra, Notas Biográficas e Retratos, Duas Palavras pelo Prof. Doutor A. da Rocha Brito*. Coimbra.

OLIVAL, Fernanda, *D. Filipe II* (2006). Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

OLIVEIRA, Pe. Miguel de (1994). *História Eclesiástica de Portugal*. Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Publicações Europa-América.

PAIVA, José Pedro, coord., (2004). *PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM* (2004), Volume 3, A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel, Coordenação Científica de José Pedro Paiva. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa.

PAIVA, José Pedro, coord., (2006). *PORTUGALIAE MONUMENTA MISERICORDIARUM*. Volume 5. Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes. Coordenação Científica de José Pedro Paiva. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa.

PAIVA, José Pedro (2006). *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

RODRIGUES, Manuel Augusto Rodrigues (1990). *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma história da instituição*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

ROLO, P. Frei Raúl de Almeida (1964). *O Bispo e a sua Missão Pastoral segundo D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Porto: Edição do Movimento Bartolomeano.

SABOIA, João (2000). Fontes Documentais para a História da Religião em Portugal: o caso do Algarve. In: GONZÁLEZ CRUZ, David, coord. *Religiosidad y costumbres populares en Iberoamérica* : [actas del Primer Encuentro Internacional celebrado en Almonte-

El Rocío (Espanha) del 19 al 21 de febrero de 1999]. Huelva: Universidade de Huelva, pp. 197-220.

SCHAUB, Jean-Frédéric (2001). *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Tradução de Isabel Cardeal. Lisboa: Livros Horizonte.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1983). *História das Universidades*. Porto: Lello & Irmão.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990). *História de Portugal*. Governo dos Reis Espanhóis, Volume IV (1580-1640), 2ª edição, revista e melhorada. Lisboa: Editorial Verbo.

SIMÕES, João Miguel (2007). *História da Mexilhoeira Grande*. Lisboa: Edições Colibri / Fábrica Igreja Paroquial da Mexilhoeira Grande.

UNIVERSIDADE de COIMBRA (1997). *HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EM PORTUGAL* (1997). 2 Vols. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

SÍTIOS WEB

<https://misericordiadealvor.wordpress.com/historia/>

<http://www.ump.pt/misericordias>

Apêndice Documental:

Doc. 1

“As Misericórdias do Reino do Algarve no Tempo de D. Fernando Martins Mascarenhas, Bispo da Diocese do Algarve entre os reinados de D. Filipe I e D. Filipe II”



Misericórdias do Algarve fundadas no reinado de D. Manuel I



Misericórdias do Algarve fundadas ou que iniciaram funções entre 1522 e 1530



Misericórdias do Algarve fundadas ou que iniciaram funções entre 1581 e 1640

A Misericórdia de Faro, por Alvará régio de 10 de Maio de 1588 é autorizada a usar o Compromisso e privilégios da Misericórdia de Lisboa.

A Misericórdia de Castro Marim, por Alvará régio de 18 de Novembro de 1594 é autorizada a fazer uso do Compromisso da Misericórdia de Lisboa.

A Misericórdia de Aljezur, por Alvará régio de 28 de Novembro de 1603 é autorizada a usar os privilégios da Misericórdia de Lagos.

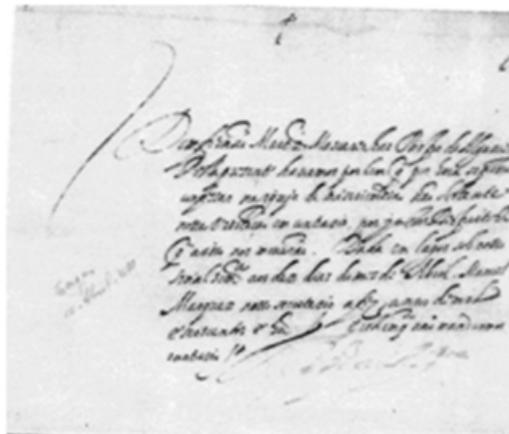
A Misericórdia de Moncarapacho, por Alvará régio de 14 de Maio de 1611 incorpora o Hospital existente nessa localidade.

Doc. 2

“As Misericórdias do Reino do Algarve no Tempo de D. Fernando Martins Mascarenhas, Bispo da Diocese do Algarve entre os reinados de D. Filipe I e D. Filipe II”

1601, Abril 10, Lagos

Provisão do Bispo D. Fernando Martins Mascarenhas para se poder confessar na Igreja da Misericórdia da cidade de Lagos.



A.H.S.C.M.Lagos, Livro nº 205, fl. 68



Misericórdia de Macau

Fonte: www.fundacaojorgealvares-bibliotecadigital.com/civil-e-cultura-china-e-macau/primeiras-instituicoes-macau/.

Caridade e Salvação no Império Português: a Misericórdia de Macau

*Charity and Salvation in the Portuguese
Empire: the Mercy of Macao*

LEONOR DIAZ DE SEABRA

Universidade de Macau, Faculdade de Letras

University of Macao, Faculty of Arts

Ldseabra@hotmail.com

MARIA DE DEUS BEITES MANSO

Universidade de Évora, Departamento de História

University of Évora, Department of History

mariadeusmanso@gmail.com / mdmanso@netcabo.pt

RESUMO

Embora as Misericórdias seguissem, ainda na Idade Moderna (sec. XV-XVIII), as atitudes para com a pobreza que caracterizaram a Idade Média, respondiam, já, às necessidades de uma monarquia em afirmação, que se estendia da Península Ibérica (Portugal) a todo o espaço ultramarino. As Misericórdias acabaram por centralizar a assistência e, para isso, tornaram-se grandes angariadoras de meios para a prática da caridade e de apoio às comunidades em que se inseriam. Tal como a colonização portuguesa conheceu muitos sentidos na sua formação e ação para com o “outro”, iremos neste trabalho analisar o papel da Misericórdia de Macau na sociedade colonial macaense. A investigação de que resultou este trabalho teve apoio da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia e foi concebido em diálogo com o Projeto *Pensando Goa uma peculiar biblioteca de língua portuguesa* (Fapesp, proc. 2014/415657-8).

PALAVRAS-CHAVE

Caridade, Escravatura, Macau, Mestiçagens, Misericórdia, Mulher.

ABSTRACT

Although the Mercies followed, even in the Modern Age (XV-XVIII), the attitudes towards poverty that characterized the Middle Ages, they already responded to the needs of a monarchy seeking affirmation, and extended from the Iberian Peninsula (Portugal) to the entire overseas space. The Mercies ended up centralizing the assistance and, as a consequence, they became great providers of means for the practice of charity and support to the communities in which they were inserted. As the Portuguese colonization knew many meanings in its formation and action vis-à-vis the "other", we will in this work analyze the role of the Macao Mercy in the Macanese colonial society. The research that resulted in this work was supported by the FCT - Foundation for Science and Technology and was designed in dialogue with the *Pensando Goa Project*, a peculiar Portuguese language library (Fapesp, proc. 2014 / 415657-8).

KEYWORDS

Charity, Macao, Mercy, Miscegenation, Slavery, Woman.

INTRODUÇÃO

Até meados do século XX, os aspetos da atividade humana pertencente a grupos marginalizados pela sociedade e os atos comuns, como era o caso da cultura popular e da prática da caridade, não eram considerados matéria histórica. Embora a valorização da matéria tenha principiado com os *Annales*, esta tardou a enraizar-se enquanto tema relevante para a História. Peter Burke, em 1991, no livro *A Escrita da História*, critica o paradigma tradicional da historiografia e valoriza a cultura popular e os novos sujeitos e temas históricos. O historiador reafirma, assim, a importância de temas já abordados por: Carlo Ginzburg (1985), o *Queijo e os Verme*; José Andrés-Gallego, *História da Gente Pouco Importante. América e Europa até 1789*; e Bronislaw Geremek, *A Piedade e a Força. História da Miséria e da Caridade na Europa* (1995, versão portuguesa), entre outros, mas sem, no entanto, terem despertado muita atenção por parte da academia. Seja como for, este vanguardismo na perspetiva histórica fez com que, gradualmente, as pesquisas sobre a mulher, as minorias, a religiosidade, a caridade, as mestiçagens e outros temas, tenham ganho realce na universidade.

A nova conceção da História estendeu-se igualmente aos estudos sobre a colonização europeia. Destacamos, aqui, a expansão portuguesa. O encontro entre culturas diferentes fez-se de forma heterogénia e multilateral. A chegada dos Portugueses a diversas paragens arrastou uma cultura e criou uma série de mecanismos que tornaram possível a comunicação/integração e dominação das populações em contacto. Serge Gruzinski atribuiu, por exemplo, à imagem uma função unificadora num mundo cada vez mais mestiço, que mistura as procissões e encenações oficiais nos divertimentos. A Virgem de Guadalupe, apresentada como «a mais prodigiosa das imagens», catalisava os sentimentos coletivos. A Virgem representava a mãe sedutora «de pele morena como aquelas amas-de-leite mestiças, indígenas e mulatas que cuidavam das crianças espanholas em toda a colônia» (GRUZINSKI, S., 2006). Este exemplo permite-nos pensar no efeito da expansão ibérica em conexão com grupos sociais tão heterogénas. Isto é, a Europa não exportava apenas modelos políticos e económicos de colonização, mas muitas das ocidentais fixaram-se em novas paragens, obviamente, na tentativa de se reproduzir um determinado tipo de sociedade, tendo por base a cultura ocidental. Portanto, haverá uma parte do projeto colonizador, a ideia fundadora, que se enraíza e, uma outra, que se adaptará às circunstâncias locais.

No que concerne às instituições de solidariedade no império português, como é o caso das misericórdias, o tema tem sido estudado. Sobre o mesmo, não vamos trazer nada de novo. Em dia de comemoração dos 500 anos da Misericórdia do Fundão, queremos lembrar como estas organizações polvilharam o espaço ultramarino e se tornaram um *ex-libris* da colonização portuguesa, ainda que o seu funcionamento possa ter sido diferente no tempo e no espaço. Com base em estudos feitos, por exemplo, por Russel Wood (1981), em *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*; Isabel dos Guimarães Sá (1997), *Quando o Rico se faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*; Timothy Coates (1998), *Degredados e Órfãos: Colonização dirigida pela coroa no império português: 1550-1755*; e, particularmente, os trabalhos que a coautora Leonor Diaz de Seabra, desenvolveu no seu projeto de doutoramento, iremos perceber como a Misericórdia se estabeleceu, atuou e ajudou a formar a sociedade colonial em Macau.

1. SOLIDARIEDADE E/OU SALVAÇÃO DAS ALMAS?

Cada vez mais, a História centra-se nos estudos sobre o quotidiano das populações, nas manifestações da expressão da sua religiosidade e na ação para com os mais desfavorecidos da sociedade. O Homem não se expressa somente na sua ação sociopolítica e militar, mas também em exteriorizações da sua individualidade face aos outros e na sua relação com o Além. A precariedade que assolava a Europa medieval fez com que as questões relacionadas com a salvação da alma se colocassem de forma premente e a crença na vida eterna instituiu uma união entre os indivíduos, que se prolongava para além da morte. Num tempo de incerteza diária, fruto das intempéries, guerras e pestes, aumentava ainda mais a indigência das populações. Pelo facto, as confrarias ou as irmandades podiam funcionar como estruturas destinadas ao auxílio mútuo, como, por exemplo, fazendo funerais, ajudando as viúvas e os órfãos dos confrades, ou mesmo administrando hospitais ou assistindo a certo tipo de necessitados tais como pobres envergonhados, crianças desamparadas, presos, enjeitados e expostos (SÁ, I. G., 1997, p. 32).

A preocupação com a salvação da alma tentava encontrar atos mais ligados ao espírito do que às questões materiais, como era o caso das obras de misericórdia. Por exemplo, as esmolas tornaram-se uma das formas mais generalizadas de assistência aos pobres, quer praticada por instituições quer de indivíduo para indivíduo (SÁ, I. G., 1997: 34). A caridade era indiscriminada, faziam-se esmolas coletivas à porta dos conventos e outras instituições e a figura do pobre confundia-se com a do peregrino (SÁ, I. G., 1997: 33).

Remonta à Idade Média a existência das confrarias ou irmandades, cuja principal finalidade era satisfazer as necessidades de culto e a salvação das almas dos indivíduos que a elas pertenciam, mortos ou vivos, homens ou mulheres, ricos ou pobres, tais como a construção de uma capela no interior de uma igreja. A atenção com estas questões aumentou ao longo dos tempos e novas estruturas surgiram, as Misericórdias. As Misericórdias irão personificar uma fé mais próxima de Cristo e de Maria, uma obra com preocupação em praticar as obras de devoção e piedade, num País que, à semelhança do resto da Europa, como já desenvolve Bronslaw Geremek (1995), via aumentar significativamente o número de pobres (SÁ, I. G., 1997: 23). O paradigma da vida social que germinou das modificações económicas do século XVI, assim como nos anos de catástrofes naturais e outras, determinou a sociedade europeia nos séculos que se seguiram. Estas foram causadoras de grande carência e incidências sociais sem precedentes na Europa (GEREMEK, B. 1995: 147). A grande extensão da pobreza toma foros de fenómeno social e, simultaneamente, reclama uma justificação face à riqueza. É neste contexto que se desenvolve a atividade das instituições caritativas e das Ordens Mendicantes. Este bem-fazer criou o meio mais seguro para obter a salvação, mas também é uma ocasião para o doador ostentar a sua riqueza e exteriorizar abertamente os seus sentimentos piedosos (GEREMEK, B. 1995: 26). Com o Concílio de Trento (1545-1563), esta questão acentua-se e associa-se cada vez mais, em oposição ao protestantismo, de que a salvação só se consegue pela fé e pelas obras.

A presença portuguesa no Mundo fez com que se tivesse edificado um conjunto diversificado de Misericórdias, que se estendia de Portugal continental aos Arquipélagos Atlânticos, África, Ásia e Brasil. Por isso, o processo de expansão das Misericórdias iria desenvolver-se, simultaneamente, nos territórios do continente, ilhas atlânticas e territórios asiáticos e americanos. A sua construção respondeu às necessidades sociais das populações, mas também às necessidades de uma monarquia em afirmação.

As diferenças entre as diversas Misericórdias eram pouco marcantes em relação ao modelo de Lisboa, pelo que as Misericórdias eram muito semelhantes entre si, apesar das

diferenças de base social e relativas à própria orgânica institucional que Timothy J. COATES (1998) já abordou. As Misericórdias acabaram por centralizar a assistência e, para isso, tornaram-se grandes angariadoras de meios para a prática da caridade. Com efeito a colonização portuguesa conheceu muitos sentidos na sua formação e ação para com o “outro”.

2. A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MACAU

Segundo reza a tradição, a iniciativa da fundação da Misericórdia terá resultado da ação conjunta da rainha D. Leonor, viúva de D. João II, e do espanhol Frei Miguel de Contreiras, seu confessor, numa ocasião em que D. Manuel se encontraria ausente em Castela (SÁ, I. G., 1997: 49). A fundação da primeira Misericórdia – a de Lisboa – surgiria no ano em que os Portugueses chegavam à Índia e D. Manuel terá aderido imediatamente à iniciativa de sua irmã, D. Leonor (SÁ, I. G., 1997: 49). As Misericórdias expandem-se pelos espaços coloniais portugueses, nos presídios e fortalezas do Norte de África, pelo Brasil e pelos enclaves do “Estado da Índia”, chegando a Macau e ao Japão, quase ao mesmo tempo que se multiplicavam pelo reino (SEABRA, L. D., 2011: 90).

Fundada logo após a conquista portuguesa da cidade indiana, em 1510, a Misericórdia de Goa tornou-se numa instituição poderosa na vida social do enclave colonial português, projetando a sua influência por muitos dos espaços de circulação comercial da Ásia. Para além de originar a criação de várias irmandades de Misericórdia em diversos portos da Índia marcados também pela presença política e económica portuguesa, deve-se igualmente à influência do exemplo maior da Misericórdia de Goa a ereção da Santa Casa da Misericórdia de Macau (SEABRA, L. D., 2011: 99).

A Câmara e a Misericórdia eram “os pilares gémeos da sociedade colonial portuguesa, desde o Maranhão até Macau”. Foram o Senado da Câmara e a Santa Casa da Misericórdia, principalmente, cujos membros constituíam verdadeiras elites coloniais, que ajudaram a manter unidas as diferentes colónias do vasto Império Marítimo Português, garantindo uma continuidade que as outras autoridades, governadores, bispos e magistrados, de passagem, não podiam assegurar (BOXER, C. R., 1981: 263).

Em Macau, o Bispo Belchior Carneiro criou a Santa Casa da Misericórdia em 1569, um ano apenas depois da sua chegada. Eram ainda poucas as habitações dos portugueses em Macau, donde se conclui que a Misericórdia se destinava mais aos naturais, «para prover a todos os pobres envergonhados e aos que precisem», no dizer do seu fundador. E, tal como em Portugal, uma das atividades maiores das Misericórdias era a fundação e manutenção de hospitais para pobres. D. Belchior Carneiro, pouco tempo depois de fundar a Misericórdia, abria um hospital, «onde se admitem tanto cristãos como pagãos», segundo afirmava ele numa carta ao Geral da Companhia de Jesus, datada de 20 de Novembro de 1575. O hospital veio a ser conhecido como Hospital dos Pobres e, cerca de três séculos mais tarde, denominado de S. Rafael. Em 1591, já se encontram referências claras e concretas ao hospital (SOUSA, I. C., 2003: 8).

No decorrer do século XVII, as Misericórdias fortaleceram-se enquanto órgãos de poder local e, em muitos aspetos, reforçaram a sua autonomia e viram aprovados os seus compromissos específicos, pois as confrarias podiam interpretar, alterar e adaptar o *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* que, multiplicado pelos prelos em 1618, servia de base à organização confraternal local. Esta emancipação, especialmente sensível nos meios ultramarinos, assentava igualmente em riquezas locais, constituídas pelas Misericórdias à medida que iam aparecendo legados pios e ao sabor dos vínculos que estes instituíam,

pois a constituição de doações piedosas obedecia à popularidade que alguns serviços assistenciais confraternais recebiam em detrimento de outros: as dotações para expostos são raras, por exemplo, enquanto os legados para dotes de casamento, órfãs e viúvas eram muito mais frequentes, incidindo mesmo sobre o controlo dos mercados nupciais locais. Havia, ainda, outras preferências dos testadores, como a beneficiação de hospitais ou os legados a favor de presos, distinguindo direções assistenciais que, nos espaços de presença colonial portuguesa, concorriam para entregar verdadeiramente às Misericórdias a totalidade da caridade que se dirigia para as populações cristianizadas (SEABRA, L. D., 2004: 1-2).

A autonomia local dos regulamentos confraternais teve como contrapartida lógica um progressivo aumento da ingerência régia nas Misericórdias, convocadas pelos poderes monárquicos, tanto enquanto formas de devoção régia como ainda como instrumentos de soberania e poder social. Os reis não tentavam interferir nos complicados processos internos das diferentes confrarias, mas frequentemente eram convidados a resolver os casos que a própria Irmandade era incapaz de solucionar. Paralelamente, nos enclaves e fortalezas do Estado da Índia, o poder régio bem como o vice-reinado da Índia lançavam mãos, repetidas vezes, do património móvel que muitas Misericórdias mantinham em custódia, pelo que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, se assiste a várias espoliações dos bens e patrimónios da Misericórdia de Goa, arregimentados para defesa militar desses pontos do Império que os Holandeses atacaram e, depois, foram apropriados sem retorno. A ingerência do poder central limitou-se, assim, na maior parte dos casos, a perpetrar empréstimos forçados, na senda, de resto, da prática habitualmente seguida pelos próprios membros superiores das Misericórdias, manipulando e apropriando-se, ainda que sob a cobertura do título provisório, dos ricos fundos das confrarias. Como resultado da apropriação dos cofres das Misericórdias, da depreciação dos seus patrimónios e legados, das transformações comerciais e financeiras, as confrarias dedicadas a Nossa Senhora da Misericórdia entraram num longo e profundo processo de declínio que se demora pelo século XVIII, prolongando-se em muitos espaços ultramarinos até bem entrado o período oitocentista. Este declínio manifestou-se por crescentes dificuldades económicas que testamentos, legados, empréstimos, juros e outras formas tradicionais de circulação da caridade já não conseguiam suportar (SEABRA, L. D., 2004: 3-4).

Durante muito tempo, entre finais do século XVI e finais do século XVIII, a Misericórdia macaense assentou a sua prosperidade, atividades e caridade nos rendimentos dos muitos legados pios que, vertidos em capitais, imóveis e outros bens, asseguravam uma munificência dirigida para os sectores menos protegidos da “cidade cristã”. As transformações económicas e sociais contemporâneas, surgidas ao longo do século XVIII, não apenas fizeram desaparecer aqueles patrimónios, como os desvalorizaram sem retorno, colocando a Misericórdia em sérios embaraços sociais, incapaz de cumprir as suas obrigações e distribuir a sua caridade.

A decadência das Misericórdias é o prenúncio de mudanças mais complexas nas atitudes políticas e sociais para com a assistência, nomeadamente na sua vertente espiritual. As leis do Marquês de Pombal começaram mesmo a pôr em causa a supremacia das almas sobre os corpos, quando se começou a observar significativamente que, afinal, “poucas terras em Portugal pertenciam aos vivos” tal o volume de testamentos, doações e legados piedosos que vinculavam os espaços metropolitanos e ultramarinos à intercessão dos mortos. Em consequência, os investimentos legislativos de Pombal alteraram as leis sucessórias, limitando a parcela disponível para *bens de alma*. As capelas vagas, ou seja, aquelas instituídas por famílias extintas à data da lei, foram incorporadas nos bens da Coroa e vendidas em hasta pública já no reinado de D. Maria I, embora tivessem sido consideradas de valor insignificante. Os rendimentos das confrarias passaram também a

ser avaliados com vista à cobrança da décima, estruturando-se esse movimento irreversível em que a «causa pública» passou a ter precedência sobre as causas pias (SEABRA, L. D., 2004: 10-11).

A seguir, com a implantação do Liberalismo em Portugal e, ainda mais sentidamente, com os programas de Costa Cabral, dá-se a afirmação dessa burguesia comercial que desejava a estabilidade política e a liberdade efetiva das especulações financeiras, mas é preciso, como se sabe, esperar demoradamente pelos últimos decénios do século XIX e inícios do século XX, para se desenvolver definitivamente uma grande burguesia ligada aos progressos da indústria, às atividades bancárias e ao comércio com as colónias, em especial as possessões africanas. Com os sucessivos Governos Liberais, a assistência passou a ser considerada um dos encargos e responsabilidades da administração do Estado. Por isso, D. Pedro IV nomeou uma comissão encarregada de “melhorar a sorte das classes populares” e D. Maria II, para proteger os indigentes, criou, por decreto de 6 de abril de 1835, o Conselho Geral de Beneficência, encarregado de aperfeiçoar a assistência. Por fim, com a República, alarga-se a reorganização da assistência, criando-se a Direcção-Geral de Assistência e a Provedoria Central de Assistência de Lisboa (SEABRA, L. D., 2004: 9).

É neste contexto geral que (re)encontramos a história da Misericórdia de Macau no século XIX. Um período em que toda a documentação disponível esclarece estarem bens e rendimentos da Santa Casa comprometidos com o “risco de mar”, sorte que se estendia mesmo à Fazenda Real. Percebem-se, assim, melhor as palavras críticas do Bispo macaense, D. Frei Manuel de S. Gualdino, declarando perentoriamente que “em Macau quem não negoceia pede esmola”. O predomínio esmagador do trato era de tal forma marcante que, até os legados pios da Misericórdia, eram deixados à fortuna mercantil desse “risco de mar” que, com obrigações contingentes, dependia da sorte dos fundos, dos negócios, das embarcações ou das venturas dos mercados. As próprias “fábricas das Igrejas” andavam, igualmente, a “risco de mar”, não havendo confraria, capela ou imagem que não navegasse da mesma maneira, “a risco” (SEABRA, L. D., 2004: 9-10).

Com a implantação do Constitucionalismo, em Portugal, em 1834, chegou também a Macau a “Nova Reforma Administrativa Colonial” que, entre outras disposições, extinguiu as Ouvidorias e deixou o Senado reduzido ao âmbito municipal. Por isso, o Governador Bernardo José Soares Andreia dissolveu a velha assembleia em 22 de fevereiro de 1835, pondo assim termo à antiga tradição de governo próprio que, durante dois séculos e meio, um pouco orgulhosamente, permitira aos seus membros intitular-se «Senhores do Mui Nobre Senado». Esta situação afetou todos os setores da vida de Macau e até os então modestos negócios e rendimentos da Misericórdia foram atingidos (SEABRA, L. D., 2004: 11). Existia, neste período, não apenas uma grave crise financeira, mas a Misericórdia de Macau vivia também uma funda crise de representação social: Provedorias e Mesas confraternais tinham deixado de atrair as novas elites locais, definhando a Santa Casa por falta de homens capazes que quisessem ser seus Irmãos. Nas décadas seguintes, apesar de sucessivas mudanças nas Comissões Administrativas, recrutadas sempre entre os notáveis locais, não abrandaram as queixas permanentes acerca da impossibilidade de se vencer a crise. Não percebendo, afinal, o fim do mundo tradicional da caridade, arrolam-se várias medidas avulsas que procuram colmatar circunstancialmente a insolvência da confraria. Assim, em 1858, a Misericórdia decide mesmo liquidar em hasta pública tudo o que fosse dispensável no seu património e tesouro, medida aprovada a muito custo e com a restrição de não se venderem as alfaias sacras utilizadas no culto. Uma medida que, ajudando a perceber a limitada expressão histórica do património museológico atual da Misericórdia, não parece ter resolvido os problemas, afinal, estruturais, que vivia a confraria macaense (SEABRA, L. D., 2004: 13). Face a esta situação difícil, uma das várias Comissões Administrativas, pela voz do seu síndico, chegou

mesmo a formular a pergunta, em minuta de agravo judicial, se a confraria não estaria extinta, alegação refutada juridicamente pelo Juiz. Em rigor, apesar das várias tentativas para a salvar da concessão de rendimentos, da lotaria aos tratos do ópio, a Misericórdia encontrava-se, cerca de 1845, praticamente dissolvida, exangue por falta de Irmãos que a administrassem, pois recusavam-se a assumir a responsabilidade de Provedor. Porém, em 1846, o Governador João Maria Ferreira do Amaral nomeou uma *Comissão Administrativa* para tomar conta da administração da instituição, sob a presidência do bispo eleito de Pequim, sucedendo-se, durante 46 anos, sucessivas Comissões Administrativas de sucessos e esforços variados. Até que, pelo Decreto n.º 67, de 15 de junho de 1891, posto em execução pela *Portaria Provincial* n.º 13, datada de 3 de fevereiro de 1892, se extinguíram as Comissões Administrativas, passando os negócios da Irmandade a serem administrados diretamente pelos próprios Irmãos. Mais tarde, o Decreto de 3 de novembro de 1905 reservou ao Governo local o direito de nomear o Provedor da Santa Casa, mas sendo eleitos mais três adjuntos pelos seus confrades. Concretizava-se, pois, uma decisiva intervenção estatal nos destinos oitocentistas da Misericórdia de Macau (SEABRA, L. D., 2004: 14-15).

Refira-se também que, na sequência do incêndio que, em 1835, devorou o Colégio de S. Paulo, ao tempo utilizado como quartel do batalhão de voluntários do Príncipe Regente, destruindo igualmente a Igreja dedicada à Madre de Deus, mas legando-nos essa frontaria monumental que nos habituamos a frequentar, decidiu a Mesa da Misericórdia requerer a concessão daquele vasto terreno devoluto, a fim de aí instalar um cemitério que pusesse termo ao então habitual, mas já reconhecido, condenável sistema de enterramentos nas Igrejas. Foi-lhe deferida a pretensão e, no plano da obra, descobrem-se duas especializações funerárias: uma, para os pobres, em sepulturas rasas; outra, para os que, mediante pagamento anual de 10 a 15 taéis, ou de uma só vez em 150 taéis, fossem ocupar os *gavetões* que, pela grande espessura do adobe, eram fáceis de abrir nas paredes e a que se chamaram as “catacumbas”. Em 1836, para começo de execução do plano, houve necessidade de se revolverem as terras do antigo pavimento da Igreja jesuíta, sendo, portanto, abertas, entre outras, a sepultura que se julgava pertencer ao Bispo D. Melchior Carneiro, descobrindo-se numa campa simples os seus restos mortais e uma pequena cruz de madeira que, segundo o Padre Montanha, teria gravados o chapéu episcopal e o seu nome. A seguir, por ordem da Mesa, foram colocadas estas relíquias na sala de sessões da Santa Casa, juntamente com um retrato do bispo Melchior Carneiro, organizando-se a importante tradição fundacional que ainda hoje apresenta o prelado jesuíta como fundador original da Santa Casa macaense. Mas não se pode olvidar a dimensão simbólica desta comunicação entre o bispo jesuíta e a história fundacional da Misericórdia: os cultos fúnebres, emblematizados pela ritualização dos ossos humanos, faziam também parte do simbolismo iconográfico das Misericórdias, vazado nas suas armas que passariam a adotar, como ocorre no caso de Macau, a representação em escudo de um crânio sobreposto a dois ossos compridos em aspa (SEABRA, L. D., 2004: 15-16).

Em termos patrimoniais, retenha-se que o atual edifício da Santa Casa foi construído ainda no século XVIII, guardando a tipologia desse espaço, apesar das sucessivas alterações e renovações posteriores. Encimando o conjunto, observa-se em bronze o busto daquele seu fundador, D. Melchior Carneiro. Em contraste, a igreja da Santa Casa foi demolida em 1886 e nunca mais se reconstruiu, restando à Misericórdia, ainda nos finais do século XIX, a capela do Hospital de S. Rafael que remete para a sua história original (SEABRA, L. D., 2004: 16).

Colocado sob um forte princípio de reorganização e reforma da Misericórdia de Macau, o *Compromisso* de 1893 constitui um elemento normativo basilar na vida histórica da Santa Casa macaense, responsabilizando-se por reestruturar uma experiência confraternal que,

depois de continuadas crises no advento da contemporaneidade, conseguiu voltar a ocupar um espaço ainda hoje importante na assistência e proteção sociais (SEABRA, L. D., 2004: 19).

3. MISERICÓRDIA DE MACAU: APOIO AOS POBRES E LEPROSOS

O prestígio cultural e o interesse social da Santa Casa macaense mergulham longe no tempo, referenciando uma história distinta cruzando vários caminhos assistenciais que continuam a poder estudar-se em muitos documentos, regulamentos e memórias. Entre a documentação histórica que continua a interessar para a reconstrução da vida e obras da Misericórdia macaense encontra-se a sua coleção de *Compromissos* que se abre, originalmente, com a redação do regulamento de 1627 (SEABRA, L. D., 2003: 1). Descobrem-se os diferentes aspetos religiosos, sociais e económicos que transformaram a confraria dedicada a Nossa Senhora da Misericórdia numa das mais ativas e poderosas formações sociais coloniais de Macau, estendendo as suas atividades da assistência ao seguro comercial, da educação à regulação social, passando ainda por uma interessante especialização de funções culturais e devotas com larga expressão processional pública (SEABRA, L. D., 2003: 2).

O *Compromisso* de 1627 que é o primeiro regulamento original da Misericórdia de Macau que, desde a sua fundação, havia organizado o seu labor e estruturas seguindo diretamente os textos compromissais da Casa-Mãe de Lisboa e, complementarmente, da Misericórdia de Goa. Esta originalidade apostada em adaptar os *Compromissos* de Lisboa e Goa às realidades sociais e aos problemas específicos da sociedade colonial macaense explica este *Compromisso* primeiro, mas absolutamente necessário para regular a vida e as funções de uma confraria que se havia tornado uma das principais polarizações da sociedade de Macau (SEABRA, L. D., 2003: 2-3).

No primeiro *compromisso* da Santa Casa aprovado em 1627, descobre-se no interior da ordem orgânica e funcional da irmandade o *Regimento do Mordomo do Hospital* esclarecendo as funções do mandato mensal do seu detentor. Apesar da sua dimensão normativa, esta parte do texto regulamentar não deixa de sublinhar a origem, sobretudo escrava, dos doentes acolhidos no hospital da irmandade. Por isso, para estes sectores em profunda inferioridade social, praticamente despidos de quaisquer direitos, o *compromisso* tece uma rede apertada de formas de seleção e, sobretudo, controlo religioso (SEABRA, L. D., 2003: 78). Este controlo, tanto da situação de pobreza quanto da condição religiosa, mandatava também o mordomo eleito por um mês para acompanhar o hospital da irmandade a ter cuidado com os doentes que estivessem na disposição de aprenderem a doutrina cristã (SEABRA, L. D., 2003: 73). Sendo a pobreza que circulava em Macau proveniente também da escravatura, criadagens e mercenários que serviam nas embarcações dos tratos do enclave, este regimento do mordomo do hospital prescreve que não se recebam doentes sem especial mandado do Provedor (SEABRA, L. D., 2003: 76).

Parte importante dos serviços hospitalares eram garantidos por escravas que, a partir de meados do século XVII, se foram resgatando continuamente nos tratos escravistas de Timor em ligação ao monopólio do comércio do sândalo, garantido pelo Leal Senado em nome da cidade (SEABRA, L. D., 2003: 76). A estas “moças” se atribuíam as tarefas mais ingratas de lavar e pensar doentes, tratar de roupas e equipamentos, garantir as refeições e mesmo preparar os enterros dos doentes pobres falecidos no hospital da irmandade (SEABRA, L. D., 2003: 126). Nestas primeiras décadas do século XVII, para além das escravas que residiam no hospital da irmandade, o pessoal sanitário permanente estava limitado a um enfermeiro. As suas obrigações aparecem regulamentada pelo *compromisso*

num autónomo “Regimento do Enfermeiro do Hospital”. Encontram-se várias obrigações em que se realça a necessidade em manter apartados os pobres doentes masculinos dos femininos (SEABRA, L. D., 2003: 127).

Para a assistência aos doentes leprosos, “cristãos” ou “pagãos”, havia o Hospital dos Lázaros. À semelhança dos outros doentes, o *Compromisso de 1627*, dava instruções muito concretas e solícitas dirigidas ao enfermeiro dos Lázaros, no respeitante ao tratamento espiritual e corporal dos doentes. Como muitos se convertiam ao Cristianismo, ergueu a Santa Casa a Ermida de Nossa Senhora da Esperança, com capelão próprio, a fim de atender às necessidades espirituais dos leprosos ou incuráveis. Este hospital só foi encerrado em 1896, depois de 326 anos de existência, tendo passado então os últimos doentes incuráveis para as novas leprosarias do Governo, em Ká-Hó e na ilha de D. João.

A assistência aos enfermos pobres e aos leprosos, através destes dois hospitais, foi a obra máxima da Misericórdia em Macau. A sociedade macaense desde cedo se debateu com elevado número de “pobres doentes” encontrados pela cidade, sublinhando a circulação de uma pobreza oriunda da muita escravatura que se acolhia nas casas das famílias cristãs pobres (SEABRA, L. D., 2003: 76). O elevado número de escravos doentes fez com que o *Compromisso de 1627*, embora elaborado com base no de Lisboa e Goa, se adaptasse à realidade de Macau, podendo considerar-se como que um modelo de prudência, exprimindo, além disso, nobres, elevados e cristianíssimos sentimentos. Nele se especificavam claramente as obrigações dos irmãos eleitos para os respetivos cargos, por escalas, de modo que a todos fosse dada oportunidade de praticar as obras de misericórdia. Havia, pois, irmãos visitantes dos bairros da cidade, dos órfãos, das viúvas, dos presos e dos doentes, sendo as visitas umas semanais e outras mensais. Nesse mesmo *Compromisso* impunha-se aos irmãos encarregados de pedir esmola a obrigação de o fazerem pessoalmente, proibindo-se-lhes, assim, o serviço de intermediários.

De facto, a assistência aos doentes escravos parece ser uma das preocupações da Misericórdia. No entanto, existe, porém, um testemunho em que se ilustra claramente a diferenciada distribuição de caridade, também hospitalar, que a Misericórdia dirigia quase exclusivamente para a “cidade cristã”. Em 1711, o governador e capitão-geral de Macau, Francisco de Melo e Castro, conseguiu reunir apoio – inclusivamente militar – suficiente para prender no “tronco” da fortaleza de Santiago o provedor da Misericórdia, o rico mercador Francisco Rangel. O provedor era acusado de ter recusado terminantemente receber no “hospital dos pobres” da irmandade um doente chinês que, também comerciante, tinha mesmo feito empréstimos em prata às autoridades locais. Violentamente, o provedor, os seus criados e assalariados da irmandade tinham impedido o internamento desse doente. O conflito gerou uma massa documental importante, em que governador e Misericórdia foram cruzando razões completamente opostas e procurando ganhar apoios políticos e sociais nas elites urbanas. Rapidamente, os mesários acabariam por ganhar como aliado o Leal Senado, explicando aos vereadores, juízes, procurador, “homens-bons”, bispo e representantes das ordens religiosas, reunidos numa dessas magnas assembleias de “cidadãos”, que a irmandade não podia aceitar esse enfermo chinês pelos “muito desgostos que poderiam resultar à cidade se o dito chino morrer no dito hospital”. O argumento incontornável foi ainda complementado com as lições da prática hospitalar que, “desde os tempos antigos”, a Misericórdia havia sempre concretizado, reservando os seus hospitais para a população pobre saída da comunidade cristã do território. Francisco Rangel acabou por ser libertado e o governador ficou completamente isolado, de nada lhe valendo cartas e apelos ao vice-rei e até, muito mais longe, para o monarca (AM, 1966: 153-154).

No fim do século XIX, devido à exploração da lotaria, as suas economias e as suas finanças equilibraram-se e a Misericórdia passou, de certo modo, a uma vida desafogada, que aproveitou para retomar encargos antigos, como, por exemplo, o de subsidiar as despesas com os leprosos de Pac-Sá-Lan, de distribuir roupa aos presos e até mesmo subsídios.

A falta de habitação para os grupos mais frágeis da sociedade era uma realidade. Por isso, a Santa Casa contruiu habitações de renda económica, a fim de ir em auxílio de tantas famílias que delas precisavam, o que serviu para urbanizar o bairro de S. Lázaro e do Tap-Seac. A sua ação de beneficência fez-se sentir, também, na organização, em 1896, de uma Cozinha Económica, para as classes menos favorecidas. Concedia, igualmente, subsídios aos alunos pobres; dava-lhes alimentação, roupa, livros e pagava-lhes a matrícula.

Já na passagem para o século XX, por volta de 1900, o Hospital de S. Rafael encontrava-se realmente congestionado, em virtude de nele se albergarem, além dos enfermos, os inválidos, crianças à ordem do Juiz, órfãos e as famílias do pessoal que nele trabalhava. Por isso, foram os órfãos instalados numa casa à parte, passando, mais tarde, para um edifício construído no Tap-Seac. Manteve o Hospital de S. Rafael; a Clínica «Lara Reis», para o tratamento de doenças cancerosas; o Asilo de Nossa Senhora da Misericórdia, para inválidas; um Albergue para senhoras; e, segundo as circunstâncias, encarregava-se também de outros socorros aos necessitados (SEABRA, L. S., 2011: 349).

4. OS EXPOSTOS

A Misericórdia tinha, quase desde os seus primórdios, a Casa dos Expostos, ou a Roda, como vulgarmente se lhe chamava, a fim de recolher os enjeitados, geralmente filhos de chinesas e escravas. A Santa Casa cuidava deles através de uma regente e de amas, para cuja escolha se punham exigências rigorosas (SEABRA, L. S., 2003: 87 e 139). A taxa de mortalidade entre estas crianças abandonadas era muito elevada e, mais do que salvar-lhes a vida, a Misericórdia procurava salvar-lhes a alma através do batismo (SEABRA, L. S., 2011: 228).

A maior parte eram crianças do sexo feminino, em geral não desejadas, que as mães abandonavam à nascença nas ruas ou entregando-as diretamente ao hospital das enjeitadas. Uma vez que não havia espaço para as abrigar a todas, as enjeitadas eram entregues a mães adotivas pobres, que recebiam um pequeno subsídio pago mensalmente para cuidarem das crianças até aos sete anos de idade. Depois desse período, a Misericórdia já não providenciava a manutenção das enjeitadas, nem se interessava mais pelo seu bem-estar. Como resultado, as amas ou mães adotivas mandavam as crianças pedir esmola, a fim de ganharem o seu sustento, acabando, quase sempre, na prostituição (SEABRA, L. D. 2011: 228).

Para além do Asilo da Misericórdia, havia o Asilo do Padre Manuel Francisco do Rosário e Almeida, para crianças, abandonadas ou vendidas, que era mantido com as esmolas que este padre pedia de porta em porta. As crianças recebiam ali cuidados e instrução, sendo depois colocadas em “casas honestas” (SEABRA, L. D., 2011: 228). A Santa Casa cedeu um terreno junto à Igreja de S. Lázaro, a 16 de novembro de 1857, para um asilo destinado a chineses pobres e que ficou a cargo do Padre Manuel Francisco do Rosário e Almeida, o Asilo de S. José (Seabra, L. D., 2011: 228, nota 559).

Na primeira infância, a par dos nados-mortos, havia o abandono de recém-nascidos e as más condições de acolhimento nas instituições de apoio à criança, pelo que as hipóteses de sobrevivência, nestas instituições, eram mínimas. Depois, problemas de maior ou menor gravidade ao nível do saneamento da cidade, bem como da higiene pessoal,

originavam epidemias que aumentavam a taxa da mortalidade infantil e para a baixa da qual os recursos eram limitados. A isto acrescentava-se, muitas vezes, a fome e a miséria (SEABRA, 2011: 228-229).

O Governador José Maria da Ponte e Horta, pela Portaria de 1867, proibiu a Roda, em Macau, mas sem grandes resultados práticos (SEABRA, L. D., 2011: 233). Finalmente, em 1876, a Santa Casa confiou os expostos às Filhas de Caridade Canossianas, que tomaram conta deles, a princípio, no próprio edifício dos expostos e, mais tarde, no Asilo da Santa Infância, em Santo António (SEABRA, L. D., 2011: 241). Existiu, também, um projeto para fazer um Asilo dos Órfãos, que foi fundado pela Santa Casa em 1898, embora tivesse recebido o primeiro órfão já em 1895. O seu regulamento data de 1900 e fixava o número de órfãos em quarenta, mas, em 1905, eram já cinquenta os órfãos aí recebidos (SEABRA, L. D., 2011: 242-243). No início, os órfãos ficaram instalados nas primeiras casas do lado direito do Hospital de S. Rafael, passando depois, em 1903, para o novo edifício do Tap-Seac, que, posteriormente, foi o Liceu Nacional de Macau (SEABRA, L. D., 2011: 243).

Em 1918, o asilo foi extinto e os órfãos foram transferidos para o colégio de S. José, mas a expensas da Misericórdia. E, em 1933, um mesário, antigo asilado, Pedro Paulo Ângelo, fundou um novo asilo com doze órfãos, na Travessa dos Santos, n.º 2, chamado “Associação de Protecção aos Jovens Pobres e Órfãos”, que era sustentado não só pela Misericórdia, como também por subscrição pública (SEABRA, L. D., 2011: 254). Em 1940, este asilo estava a cargo de uma comissão diretora, educando 30 órfãos instalados na Vila Flora. Mais tarde, foi englobado noutro asilo, agora dirigido pelos Salesianos, com ensino primário e “artes e ofícios”, tipografia, encadernação, eletricidade, etc. (SEABRA, L. D., 2011: 254).

5. “MOSTEIRO DE RECOLHIDAS” DA MISERICÓRDIA: A ASSISTÊNCIA NO FEMININO.

Algumas das filhas segundas da grande burguesia comercial de Macau recebiam dotes para entrar na estreita clausura do mosteiro de Santa Clara de Macau. As Clarissas tinham entrado no território em 1633, vindas de Manila, mas desenvolveram uma casa religiosa contemplativa e enclausurada, seguindo a dura regra coletina da segunda ordem franciscana, não conseguindo organizar uma comunidade que, em média, reunisse mais de trinta religiosas, pelo que não conseguiam atrair e acomodar muitas das órfãs de famílias suficientemente ricas para cumprir os dotes necessários à profissão das suas filhas. As Clarissas de Macau foram mesmo vivendo graças a um subsídio anual do Leal Senado, de meio por cento sobre as mercadorias entradas no enclave em embarcações portuguesas, mas a esmola nem sempre foi paga e as religiosas haveriam frequentemente de ser encaradas, pelos senadores, como uma incomodidade que pouco tinha a ver com as relações sociais especializadas pela sociedade local cristã. Tratava-se de uma experiência religiosa que não alimentava, naturalmente, a reprodução dos casamentos cristãos das famílias “portuguesas” e, muito menos, respondia à grande circulação de mulheres em situação de profunda subalternidade social, em que continuamente se arrolava grande número de órfãs e viúvas (SEABRA, L. D., 2011: 186-187).

Só muito tardiamente, em 1726, a Misericórdia tentou criar uma solução institucional permanente para controlar esta pobreza feminina que, até estes horizontes cronológicos, era apenas apoiada com esmolas circunstanciais muitas vezes distribuídas em arroz na Casa e Igreja da Irmandade (AHM/SCM/15, fl. 47v.). Neste ano, quando a Santa Casa era dirigida pelo provedor António Carneiro de Alcaçova, governador e capitão-geral de Macau, decide a Mesa começar a «fazer o novo mosteiro de recolhimento das órfãs e

viúvas pobres» (AHM/SCM/106, fl. 7). Dois anos mais tarde, em 1728, em reunião de 10 de Março, a Mesa delibera também contratar um médico a «petição da regente das recolhidas desta Santa Casa», optando por nomear o Dr. Francisco Jacob Vandelms, por duas patacas por mês de salário. Nesta altura, o recolhimento tinha sido aberto para trinta órfãs e viúvas «das mais pobres» da cidade, selecionadas com o estreito apoio e controlo dos párocos de Macau. A instituição era dirigida por uma regente e duas serviçais, permitindo o acolhimento permanente a esse número de «pobres mulheres», que recebiam mensalmente uma esmola de um taél de prata e cerca de dois quilos de arroz (AHM/SCM/106, fl. 10v.).

No entanto, oito anos decorridos sobre a abertura do recolhimento que a documentação da irmandade prefere apresentar como «o mosteiro das recolhidas», em 1734, a situação desta casa torna-se mais do que difícil. Em reunião de 24 de Outubro desse ano, provedores e mesários verificam criticamente «que não havia livro de entrada das recolhidas e que também não se podia conservar o recolhimento, porquanto esta Santa Casa não tinha nada do seu património, nem o dito recolhimento nada de certo de rendimento». Mais ainda, esclarece a reunião que o rendimento dos defuntos não se podia estender ao recolhimento porque era utilizado em dotações matrimoniais, o um por cento devido pelo Senado não chegava para cobrir estas despesas e a esmola prometida pela Companhia de Jesus não tinha sido paga. Resultado imediato, «por ordem da Mesa se tinha tirado uma lista das recolhidas sem esta tão precisa circunstância e que se tinha feito reforma avisando-se algumas para saírem por não terem as qualidades que se requerem» (AHM/SCM/106, fl. 25). Nesta reunião, a Mesa decide ainda contrair um empréstimo de mil taéis sobre penhores marítimos para cobrir as despesas e, assim, tentar salvar o seu «mosteiro de recolhidas» (AHM/SCM/106, fl. 26).

No ano seguinte, a situação continuava complicada e a Misericórdia embaraçada em dívidas preocupantes. Em reunião da Mesa de 14 de Abril de 1735, decide-se mesmo empeñar a prata da igreja da Santa Casa para ser investida em penhores da terra, procurando-se as verbas suficientes para financiar o recolhimento em que se acham as recolhidas que estão no mosteiro desta Santa Casa há mais de três meses sem lhes dar a sua porção de dinheiro e só se lhes tem dado algum arroz para de todo não perecerem e ainda este fiado por não haver dinheiro para pagar o custo dele por não quererem os Reverendos Padres da Companhia de Jesus contribuir com os 200 taéis anuais que, depois de ser ereto o dito recolhimento, costumavam dar sempre em cada um ano (AHM/SCM/106, fl. 29). Por fim, em 1737, a Mesa decide encerrar o recolhimento e mandar as restantes onze recolhidas «regressar a casa dos parentes por não ter a Misericórdia dinheiro» (AHM/SCM/106, fl. 72). A reconstrução do recolhimento da Misericórdia, quarenta anos mais tarde, é resultado, duplamente, de vários legados pios e da urgência em acudir à desesperada situação de profunda pobreza e até marginalidade de muitas órfãs e viúvas cristãs. Os mais importantes legados são recebidos pela irmandade, significativamente, a partir da fortuna reunida pelo bispo D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães. Assim, a 30 de outubro de 1777, o bispo entregou à Misericórdia 595,360 taéis acrescidos de mais 150, a 11 de novembro, os quais renderiam a *risco de mar*, até 1787, a soma impressionante de 1836,114 de lucros que, acrescidos ao capital, totalizaram 2581,474 taéis (AHM/SCM/304, fl. 19). Parte importante do dinheiro acumulado neste período pelo bispado macaense tinha vindo diretamente dos cofres dos jesuítas expulsos do território. Em 1767, o bispo de Macau informava oficialmente o Papado possuir 13000 escudos romanos (*scudi romani*) que, oriundos do tesouro financeiro do colégio, convento e procuraturas da Companhia de Jesus em Macau, não incluíam os bens imóveis e alfaias (ASV, *Relationes*, 558, fl. 3). Em 1778, ainda durante o seu governo interino do território, o bispo legou mais 200 taéis de prata para a edificação do recolhimento da Santa Casa que, até 1787, acumularam ganhos de 441,905 taéis (AHM/SCM/304, fl. 19v). Esta figura ecle-

siástica nascera na Baía a 21 de Julho de 1727, falecendo em Lisboa em 1799. Foi bispo de Macau entre 1772 e 1789 e governador interino entre 1777 e 1778. Admirador do Marquês de Pombal, foi erudito de relevo e defensor acérrimo do Padroado Português no Oriente (ESPADINHA, M.^a A. e SEABRA, L., 2005: 177-181). O exemplo do bispo foi seguido por vários comerciantes importantes, na sociedade e economia de Macau. Falecido a 3 de fevereiro de 1781, o mercador António José da Costa deixava à Mesa da Misericórdia 2000 patacas a *riscos do mar* para se verterem os seus lucros para as “recolhidas” (AHM/SCM/304, fl. 17). Desaparecido no início de 1787, Domingos Marques estipulava, no seu testamento, uma esmola de 400 patacas a *riscos do mar* «até fazer 1000», que deveriam ser investidos pela irmandade «para ajuda do sustento das recolhidas no recolhimento de novo instituído» (AHM/SCM/304, fl. 19v). Algumas destas verbas, porém, tiveram de ser imediatamente aplicadas no pagamento das amas privadas que cuidavam dos «órfãos que se acharem na roda, enquanto não se descobrirem pessoas suficientes para os criarem» (AHM/SCM/99, fl. 159v).

Em 1783, o renovado projeto de recolhimento da Misericórdia ainda não estava a funcionar. Nesta data, reunida a 27 de Dezembro, a Mesa da vereação do Leal Senado escrevia à rainha de Portugal, D. Maria I, destacando «a grande miséria e desamparo em que se acham muitas filhas de moradores desta cidade, e muitas órfãs e várias mulheres destituídas de todo o socorro por causa dos frequentes e repetidos naufrágios que sucedem nos navios em que carregam quase todos os habitantes deste domínio», exemplificando com as desastrosas perdas do navio para Timor, de 1781 para 1782, reunindo «grande parte dos habitantes, mas também muitos e avultados cabedais». Por isso, «para se evitarem infinitos pecados», pedem os senadores à rainha que autorize e apoie a fundação de «um recolhimento para as meninas órfãs desamparadas», a criar pela Misericórdia e Leal Senado, para o que pediam os antigos edifícios dos expulsos padres jesuítas (AHM/LS/39, fls. 25-25v.). A rainha haveria de conceder ao Leal Senado e à Misericórdia os espaços do antigo seminário de S. José, assim nascendo, desde 1783, uma nova experiência de recolhimento, em que a educação da orfandade feminina começou a mobilizar os primeiros casos de formação pelo trabalho (AHM/LS/39, fl. 40).

A atribulada história do “mosteiro de recolhidas” da Misericórdia tem, pelo menos, o interesse de fixar uma lição maior: sempre que a irmandade não podia movimentar quantias satisfatórias para amparar a pobreza da população cristã, sobretudo feminina, optava por continuar a preservar essa sua estratégia dominante de transformar a caridade nos dotes matrimoniais necessários para reproduzir a coesão social das famílias cristãs do território macaense. A atenção geral pela pobreza, assim como pelos doentes pobres, apresentava-se, pois, como uma das mais importantes obrigações regulamentares da Misericórdia de Macau.

6. MISERICÓRDIA, LEAL DEPOSITÁRIA

A Misericórdia de Macau constituía, igualmente, uma organização de grande confiança social, depositada pelo patriciado local, cristão, dominado por essas gerações de mercadores ativos e poderosos. Isso mesmo se reflete no acesso às provedorias da irmandade e à sua Mesa. Regularmente, a burguesia comercial ocupava as direções da irmandade e, quando não se encontra este grupo, é porque o provedor prestigiava o governador ou o bispo da cidade. A título de exemplo indicamos como provedores: Damião Pereira Pinto (1743 e 1744), governador e capitão-geral (AHM/SCM/99, fl. 4), o mercador Feliciano da Silva Monteiro, dono do barco “Nosso Senhor do Bem-Avanturado”, conseguiu ser eleito provedor em 1745 e 1746 (AHM/SCM/99, fl. 96). Em 1747 e 1748, regista-se como provedor Luís Coelho, outro mercador importante (AHM/SCM/99, fl. 51v.) e em 1779, o

rico mercador, Domingos Marques, encerra esta série de exemplos (AHM/SCM/306, fl. 156v.). Dos trinta e sete anos de série documental, no entanto, interrompida depois até 1806, mas com um balanço quase homogêneo, para quatro provedores, que são governadores de Macau, encontram-se quinze mercadores. Os governadores asseguram cinco anos de provedorias contra trinta e três anos dessa poderosa burguesia comercial que, em oito casos, reocupa as provedorias. Pode sempre argumentar-se que este balanço se pode explicar pela brevidade desses cargos de governador e capitão-geral de Macau a cumprir em três anos, a que se deviam descontar as viagens de ida e volta para Goa. No entanto, nem todos os governadores deste período estudado chegaram a provedores da Santa Casa. A razão para esta contabilidade dominada, afinal, pelo *comercial* é evidentemente de ordem social: a irmandade representava os interesses destes comerciantes, tanto dos seus tratos como das suas famílias. Na Misericórdia, estes mercadores encontravam quer um bem abonado “banco” que, quase sempre, financia os seus próprios negócios, quer essa seletiva dispersão de caridade que garantia a coesão destas famílias de mercadores, o seu poder social, os seus tratos, a sua reprodução familiar. Mesmo sem registos documentais anteriores, esta deve ter sido a regra e o balanço continuados no acesso às provedorias da Santa Casa: uma continuada dominação e representação da poderosa “classe” mercantil da “cidade cristã” (SEABRA, L. D., 2011: 205).

Um caso com valor de paradigma foi o de Manuel Vicente Rosa, o mais rico comerciante de Macau nas três primeiras décadas do século XVIII, várias vezes eleito provedor da Misericórdia: em 1712, depois em 1721, mais tarde, ainda, em 1730. Dono de, pelo menos, quatro embarcações, Rosa dominava os circuitos comerciais de Macau com Manila, Batávia e Goa. Na capital do “Estado da Índia”, tinha mesmo feitor e, pelo menos, um “filho natural” empregado nos seus negócios. Quando faltava dinheiro ao Leal Senado, este mercador emprestava. Sempre que a Misericórdia tinha problemas em cumprir as suas obras de caridade, nomeadamente para dotar as órfãs, Rosa emprestava os taéis de prata necessários para a irmandade espalhar esmolas. Subitamente, a 27 de Dezembro de 1732, a Mesa da vereação do Senado escreve uma sentida carta ao vice-rei pedindo a sua intervenção decidida para não permitir que Manuel Vicente Rosa saísse de Macau com a sua extensa família e embarcações, apesar da autorização recebida do próprio monarca. Em 1733, os vereadores voltam a escrever ao vice-rei sobre o mesmo assunto, sublinhando a proeminência do mercador, várias vezes provedor e vereador: «se desta terra saísse faria grande perda nela em razão de ser sujeito que, com seus barcos, tratos e mercancias, serve a ela de grande utilidade». Nesta altura, o Senado tinha mesmo mais de seis meses de compromissos por pagar, nomeadamente ao governador, guarnições militares e presídio, e apenas tinha conseguido encontrar o apoio de, precisamente, Manuel Vicente Rosa, que emprestou à Câmara 3000 taéis de prata (AHM/LS/37, fl. 22v.). O mercador ficou e o Senado e a Misericórdia “respiraram de alívio” (SEABRA, 2011: 205-206).

A Misericórdia de Macau representou uma rede entretecida entre Misericórdias do reino e dos espaços coloniais. Ao contrário dos representantes régios em Macau, a Misericórdia era uma instituição “da terra” que gozava do mais amplo apoio e reconhecimento sociais. Uma rápida leitura pelas dezenas de testamentos saídos das famílias cristãs da cidade testemunha esta profunda confiança na irmandade, cuja provedoria e Mesas eram disputadas pelos mais poderosos membros do patriciado local (SEABRA, 2011: 198-199). A abrir estes exemplos, em 1597, Isabel Pires pede ajuda à Misericórdia de Macau num intrincado caso de herança, declarando no seu testamento entregue à Santa Casa que «herdei eu de um filho que tive antes de casar por nome Diogo Pires que morreu em Portugal, o qual é filho de um Vasco Pires, 2000 cruzados. Este dinheiro está na Misericórdia de Cochim e tenho já mandado por um Miguel de Couto papéis e instrumentos para a arrecadação; o qual tenho por notícia que já tinha arrecadado conforme uma carta que ele, Miguel Couto, escreveu a sua mulher Isabel Pinta e dentro da dita carta vinha um dito

em que dizia que a escritura era já dada; mas o dinheiro não estava na terra e que estava na nau de António Pinto; o qual dito mandei também para a Índia por um Manuel Arnao juntamente com uma procuração e lembrança para o arrecadar do dito Miguel de Couto» (AHM/SCM/15, fl. 8). A Misericórdia, em 1600, não conseguiu reaver o dinheiro que fora reclamado pelos herdeiros de Vasco Pires, mas não deixou de cumprir os legados pios da testadora (SEABRA, L. D., 2011: 197).

Noutro caso, a 7 de junho de 1619, o rico mercador macaense, Sebastião Vaz Calheiros, depositou o seu testamento na Misericórdia de Macau pedindo-lhe que resgatasse o que estava «a dever em Portugal, três mil reais a três homens», depositando a quantia em dívida na Mesa da irmandade que cumpriu rigorosamente o pedido, utilizando a Misericórdia de Sintra para saldar as dívidas de Calheiros (AHM/SCM/302, fl. 21v.). No testamento feito em 2 de novembro de 1617, Catarina Gonçalves encarrega a Misericórdia de Macau de recuperar uma sua bolsa de pedraria que estava no «porto grande de Bengala está em poder do capitão da terra, como André Jorge casado nesta Cidade e outros muitos sabem». Apesar do valor a recuperar verter metade para o convento de S. Agostinho e a outra metade para os Franciscanos da cidade «para missas por sua alma», a Santa Casa recuperou as pedras preciosas e, depois da sua venda, cumpriu escrupulosamente o legado pio da testadora, em 1619 (AHM/SCM/302, fls.21-21v.).

Em testamento encerrado a 14 de setembro de 1625, o piloto Gaspar Serrão declarava que tinha em Alcácer do Sal «uma irmã por nome Inês Vaz, esta se ao presente é viva quero que seja minha universal herdeira, mas se é morta será minha herdeira a Santa Casa da Misericórdia de Macau». A irmandade conseguiu encontrar a herdeira em Portugal e enviou-lhe, em 1630, os bens deixados pelo falecido piloto (AHM/SCM/302, fl. 24).

O caso do mercador castelhano Francisco Telles de Estrada é ainda mais revelador da escrupulosa honestidade da Santa Casa. Estabelecido no enclave, com contactos comerciais em Manila, este mercador depositou o seu testamento na irmandade em 1624, esclarecendo, na primeira pessoa, «tenho mãe na cidade de Sicília (sic) em Castela Velha, por nome Agostinha Mendes de Estrada, à qual dita minha mãe mandei o ano passado por via da Misericórdia de Goa quinhentos e tantos taéis e sendo caso que minha mãe pelas cartas que lhe escrevi tenha gastado o dito dinheiro porque então mando se pague a quem dever». Determina que, se os seus filhos morrerem, da sua herança «se dê tudo a minha mãe visto ser ela minha herdeira por morte de meus filhos». Caso também ela falecesse «mando que se dê tudo à Misericórdia de Goa para que ela o dispenda pelos pobres, dando uma esmola boa para um ornamento à Madre de Deus da dita cidade de Goa dos padres capuchos». A Misericórdia zelou pelas vontades do testador, fazendo chegar dinheiro a sua mãe e assegurando a herança aos seus filhos (AHM/SCM/302, fls. 24v.-25).

Recorre, ainda, à Misericórdia o riquíssimo comerciante de origem italiana Nicolao Fiumes. Falecido em Macau, a 20 de Maio de 1737, Fiumes depositou na Santa Casa o seu testamento, que apresentava um imenso mar de dívidas por cobrar: «declaro que Francisco Xavier Doutel me deve mil patacas que lhe emprestei de amor em graça sem ganhos alguns»; «António Correia de Sá me deve mil duzentos e vinte taéis»; «João da Cunha me deve um resto conforme constará do seu conhecimento»; «Manuel Leite Pereira me deve o que consta do seu conhecimento»; «Feliciano da Silva Monteiro me deve quinhentos taéis»; «Elias Manuel Garcês me deve o que consta dos seus conhecimentos»; «João de Sá Magalhães de quinhentos taéis»; «outro do Nobre Senado de mil taéis»; «José Nunes me é devedor de cinco mil taéis»; «e todos os mais que em minha casa se acharem deixo à Santa Casa da Misericórdia e peço aos meus testamenteiros entreguem os tais conhecimentos ao senhor provedor e mais irmãos da Mesa» (AHM/SCM/302, fls. 76-76v.). Apesar des-

tas dívidas incluírem o Leal Senado e figuras tão poderosas como o próprio provedor da Misericórdia, Feliciano da Silva Monteiro, ou o influente “senador” Francisco Xavier Doutel, a irmandade conseguiu recuperar estas verbas e cumprir as derradeiras vontades de Nicolau Fiumes, em princípios do ano de 1740 (SEABRA, L. D., 2011: 202-203).

Estes exemplos poder-se-iam multiplicar. São, porém, suficientemente ilustrativos da confiança social depositada na Misericórdia de Macau pelo patriciado local, cristão, dominado por essas gerações de mercadores tão ativos como poderosos. Isso mesmo se reflete no acesso às provedorias da irmandade e à sua Mesa. Sistemáticamente, descobre-se essa grande burguesia comercial a ocupar as direções da irmandade e, quando não se encontra este grupo, é porque o provedor prestigiava o governador ou o bispo da cidade (SEABRA, L. D., 2011: 203).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de conclusão, poderemos apontar alguns aspetos que nos parecem relevantes, no papel que a Santa Casa da Misericórdia representou em Macau. Assim, confirmamos que a Misericórdia de Macau, fundada no século XVI, foi e é a mais importante instituição social histórica cristã de Macau, sendo a única instituição da R.A.E.M. de cariz marcadamente cristão e português. Esta teve, praticamente, o monopólio da assistência desde o século XVI até ao século XIX, quando a assistência passou a ser considerada um dos encargos e responsabilidades da administração do Estado. Inicialmente, esta seguia a estrutura geral da casa-mãe de Lisboa e, complementarmente, a Goa. Esta, em 1595, elaborara um *compromisso* próprio que, adaptado às realidades locais, iria influenciar os textos regulamentares de outras Misericórdias dos enclaves asiáticos portugueses, incluindo a de Macau, já que o *compromisso* da Misericórdia de Lisboa não se ajustava a realidades sociais específicas de territórios em que a presença política, religiosa e mercantil portuguesa se confrontava com agrupamentos, culturas e religiões de diferente expressão social, exigindo, por isso, modalidades de caridade adaptadas a estas sociedades. Mas, quando a sociedade macaense se torna mais complexa, a Misericórdia de Macau vai adaptar os *compromissos* de Lisboa e Goa às realidades sociais e aos problemas específicos dessa mesma sociedade, produzindo assim o seu próprio *compromisso*, absolutamente necessário para regular a vida e as funções de uma confraria que se havia tornado uma das principais instituições da sociedade de Macau. O *Compromisso de 1627* representa, pois, este ajustamento confraternal a uma sociedade progressivamente mais complexa e atravessada por vários fatores de mobilidade social, nos anos vinte e trinta do século XVII, precisamente quando a Misericórdia e o Leal Senado dominavam já a paisagem social e política da cidade.

A Misericórdia intervém no controlo e circulação da pobreza, dirigindo-se exclusivamente à pequena comunidade cristã, distinguindo especialmente a “pobreza envergonhada”, reunindo aqueles que se encontravam em processo de despromoção e marginalização sociais, tentando esconder a “vergonha” de uma condição social superior perdida. Este era um fenómeno existente nos meios sociais mercantis e de escassa nobreza ultramarina que, comprometida também com as oscilações de tratos e navegações, se viam frequentemente em situações de larga precariedade. Este sector da “pobreza envergonhada” alargava-se, ainda, nos territórios portugueses asiáticos, a muitos órfãos e viúvas abandonados por esses comerciantes que morriam, mudavam de local de comércio ou se arruinavam, devido ao aparecimento de novos concorrentes ou a investimentos deficientes.

A capacidade de intervir ativamente na prática da caridade era o resultado da sua intervenção e participação nos jogos das trocas comerciais. Este poder assentava, principalmente, na mobilização dos testamentos, isto é, a Misericórdia de Macau obtinha a maior parte dos seus lucros dos legados, sob a forma de dinheiro ou “bens de raiz”, que eram dados sem qualquer reserva ou com condições, tais como a obrigação de mandar dizer um certo número de missas durante um certo período de tempo na igreja da irmandade.

A grande maioria das verbas da Misericórdia de Macau eram destinadas ao comércio marítimo, o que fazia com que a irmandade se centrasse no investimento de capitais. Por isso, a Misericórdia macaense dedicava-se ao financiamento do comércio marítimo e empréstimos a juros a particulares. Aquele era designado por *risco do mar* e cedido diretamente pela Misericórdia. O seu capital era conseguido através da administração de bens e legados de viúvas e órfãos, investindo dentro das verbas limitadas dos *bens de raiz* e concedendo empréstimos de *respondência* aos comerciantes independentes a uma taxa de juro variável, dependendo do destino final do barco e do risco que envolvia a viagem em causa. A irmandade concedia também empréstimos ao Leal Senado, para pagamento das despesas da cidade, e a particulares, para serem utilizados em investimentos em terra, a taxas de juro fixas de sete (7%) e dez (10%) por cento, os chamados *ganhos de terra*. Assim, as receitas da Misericórdia de Macau provinham de uma percentagem anualmente consignada nos direitos dos cidadãos, bem como de legados e outras doações particulares, sendo raros os ricos que, ao morrerem, não legavam os seus bens, ou parte deles, à Santa Casa da Misericórdia.

As Misericórdias como que serviam, também, de “bancos”, pois através delas se efetivavam transações de dinheiro, do Ultramar para Portugal, ou vice-versa, e tudo gratuitamente, por caridade. A elas recorriam os particulares, a fim de obterem informações dos seus parentes, de quem não recebiam notícias há muito, servindo muitas vezes de intermediárias em questões de heranças.

A Misericórdia de Macau tinha uma representação elitária porque, duplamente, representava a elite cristã e contribuía para a manutenção do seu poder social. A Misericórdia representava, assim, a elite comercial e política que, frequentemente, tinha mesmo mais poder do que as instituições locais. Verifica-se, pois, que estas confrarias se dirigiam exclusivamente para as comunidades minoritárias cristãs locais, protegendo oficiais e comerciantes portugueses, a sua descendência euro-asiática e os seus escravos cristianizados, mas não procuravam interferir assistencialmente nos problemas sociais, na pobreza, na doença ou na marginalidade das populações asiáticas.

Por fim, podemos concluir que a Santa Casa da Misericórdia se tinha tornado uma instituição permanente, poderosa, essencial nas relações e devir social da comunidade dos cristãos, tornando-se fundamental no ordenamento de parte importante da circulação de pessoas e bens, no enclave português de Macau (Seabra, 2011: 347-352).

FONTES

AHM (Arquivo Histórico de Macau), LS (Leal Senado), 37: “Ofícios do Leal Senado para os Governos de Goa e Lisboa” (1711/12/26 a 1731/12/23).

AHM (Arquivo Histórico de Macau), LS (Leal Senado), 39: “Ofícios do Leal Senado para diversas autoridades” (1783/11/22 a 1809/03/11).

AHM (Arquivo Histórico de Macau), SCM (Santa Casa da Misericórdia, 15: “Livro de transacções de bens, rendimentos e despesas da Santa Casa da Misericórdia (1925/06/01 a 1934/03/09)”

AHM (Arquivo Histórico de Macau), SCM (Santa Casa da Misericórdia, 99: “Livro das Actas das sessões da Mesa Directora” (1743/08/01 a 1780/11/01).

AHM (Arquivo Histórico de Macau), SCM (Santa Casa da Misericórdia, 106: “Livro das Actas das sessões da Mesa Directora: Acórdãos e Assentos (1722/09/27 a 1735/03/17)”.

AHM (Arquivo Histórico de Macau), SCM (Santa Casa da Misericórdia, 302: “Testamentos feitos à Santa Casa da Misericórdia” (1592/08/16 a 1849/03/01).

AHM (Arquivo Histórico de Macau), SCM (Santa Casa da Misericórdia, 304: Testamentos feitos à Santa Casa da Misericórdia” (1667/10/31 a 1807/06/25).

AHM (Arquivo Histórico de Macau), SCM (Santa Casa da Misericórdia, 306: “Contratos de risco do mar da Administração da Santa Casa da Misericórdia” (1763/11/20 a 1781/02/23) ASV (Arquivo Secreto do Vaticano), *Relationes*, 558.

BIBLIOGRAFIA

AM (Arquivos de Macau), 3.^a série, vol. V, n.º. 3, Março de 1966, pp. 153-154: “Outra carta da Mesa da Misericórdia escrita à Cidade (1711, Abril, 29)”.

BOXER, Charles R. (1981). *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70.

COATES, Timothy (1998). *Degredados e Órfãs: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

GEREMEK, Bronslaw (1995). *A Piedade e a Força. História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar.

GRUZINSKI, Serge (2006). *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras.

ESPADINHA, M.^a Antónia e SEABRA, Leonor de, Coord. (2005). *Missionação e Missionários na História de Macau*. Macau: Universidade de Macau.

SÁ, Isabel dos Guimarães (2008). *História breve das misericórdias portuguesas: 1498 – 2000*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Sá, Isabel dos Guimarães (1997). *Quando o Rico se faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SEABRA, Leonor Diaz de (2003). «Apresentação». In: *O Compromisso da Misericórdia de Macau de 1627*. Macau: Universidade de Macau, 2003, pp. 1-4.

SEABRA, Leonor Diaz de (2004). «Introdução». In: *O Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau de 1893*. Macau: Universidade de Macau, pp. 1-19.

SEABRA, Leonor Diaz de (ed.) (2003). *O Compromisso da Misericórdia de Macau de 1627*. Macau: Universidade de Macau.

SEABRA, Leonor Diaz de (ed.) (2004). O Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Macau de 1893. Macau: Universidade de Macau.

SEABRA, Leonor Diaz de (2011). A Misericórdia de Macau (séculos XVI a XIX): Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio. Macau: Universidade de Macau.

SOUSA, Ivo Carneiro de (2003). «Introdução ao Estudo da Misericórdia de Macau: caridade, poder colonial e devoção régia». In: Leonor Diaz de Seabra (ed.) (2003). O Compromisso da Misericórdia de Macau de 1627. Macau: Universidade de Macau, 2003: 5-13.

WOOD, Russel (1981). Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Universidade de Brasília.

NOTAS BIOGRÁFICAS DAS AUTORAS

Leonor Diaz Seabra é doutorada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo aí defendido a tese: “A Misericórdia de Macau (séculos XVI a XIX): Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio. Tinha concluído a sua licenciada em História na mesma universidade e obtido o grau de mestre em Estudos Luso-Asiáticos, da Universidade de Macau, com uma dissertação sobre “As Relações de Macau com o Sião”. Tem exercido as funções de Professora Associada do Departamento de Português, Faculdade de Letras da Universidade de Macau e publicado diversos trabalhos de investigações em livros e revistas da especialidade.

Maria de Deus Beites Manso é Professora Auxiliar com Agregação no Departamento de História da Universidade de Évora e colabora regularmente com universidades brasileiras, tendo sido em 2015 Professora Visitante CAPES na Universidade Federal de Minas Gerais, espanholas, de Macau e do Japão. Participa regularmente com outros centros de investigação em Portugal: CHFLUL e CEI/ ISCAP, no Brasil integra diversos grupos de pesquisa certificados pelo CNPq, por exemplo, Escravidão, mestiçagem, trânsito de culturas e globalização - séculos XV a XIX, Jesuítas na América e História do Mundo Ibérico e MAPEAL (Associação de Macau para a Promoção e Intercâmbio entre a Ásia-Pacífico e a América Latina). O âmbito da lecionação recai sobre a História da Expansão e da Colonização Portuguesa, História da Cultura Portuguesa, Teorias e Problemáticas da História da Expansão Portuguesa e Culturas Políticas e Sociedades Coloniais.



Igreja da Misericórdia de Sardoal
Fonte: o Autor do artigo, Ricardo J. Nunes da Silva.

À sombra do convento de Cristo e do *debuxo feyto por mão de Castylho*: o processo de renovação da igreja da Misericórdia de Sardeal em meados do século XVI

In the shadow of the Christ convent and the debuxo feyto por mão de Castylho [design made by the hand of Castylho]: the process of renewal of the church of the Misericórdia of Sardeal in mid-16th century

RICARDO J. NUNES DA SILVA

Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto de História da Arte (ARTIS) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
School of Applied Arts of the Polytechnic Institute of Castelo Branco, Institute of History of Art (ARTIS) of the Faculty of Arts of the University of Lisbon

RESUMO

Por intermédio da investigação documental quinhentistas existente no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Sardeal, tornou-se possível clarificar um conjunto de incertezas historiográficas em torno do processo construtivo da igreja da Misericórdia, sobretudo, quanto à sua cronologia e os mestres envolvidos na respetiva empreitada. Desse modo, o elenco documental remanescente revela-nos que a reconstrução da igreja da Misericórdia sardealense partiu de uma traça elaborada por João de Castilho e a execução da empreitada ficou a cargo de Lucas Fernandes, do pedreiro natural de Coimbra, que arrematou a obra pelo valor de 120.000 reais.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura, João de Castilho, Lucas Fernandes, Misericórdia, Renascimento, Sardeal.

ABSTRACT

By means of the documental collection on the 16th century existing in the Historical Archives of the Santa Casa da Misericórdia of Sardoal, it became possible to clarify a set of historiographical uncertainties surrounding the constructive process of the Misericórdia church, above all, regarding its chronology as well as the masters involved in the respective contracting agreement. Thus, the remaining documental collection reveals that the reconstruction of the church of the Misericórdia of Sardoal proceeded from a layout elaborated by João de Castilho and the execution of the work was in charge of Lucas Fernandes, a mason born in Coimbra that finished the work by the amount of 120,000 reais.

KEYWORDS

Architecture, João de Castilho, Lucas Fernandes, Mercy, Renaissance, Sardoal.

PREÂMBULO

Um agradecimento ao diretor da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal, Sr. João Carola, pela disponibilidade demonstrada por nos acompanhar durante o trabalho de campo e pelo acesso ao arquivo para a consulta do acervo documental. Aproveite-se o ensejo para efetuar um agradecimento a Fernando Grilo, Joana Balsa de Pinho e a Vítor Serrão pelas contribuições realizadas para a concretização deste trabalho.

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA IGREJA DA MISERICÓRDIA DE SARDOAL EM MEADOS DO SÉCULO XVI

Em pleno centro histórico, a escassas ruas da igreja matriz, ergue-se a igreja da Santa Casa da Misericórdia de Sardoal.



Fig. 1 – Sardoal, Igreja da Misericórdia

No local onde hoje está instalado o edifício assistencial sardoalense terá existido uma pequena ermida que, segundo narra a historiografia local, terá sido mandada edificar pelo rei D. Fernando I e pela rainha D. Leonor, em 1370 (MOLEIRINHO, F. C., 2001: 81; VALENTE, F, 2002: 23). Contudo, desta ermida nada resta. Posteriormente, conforme refere Costa Goodolphim, no mesmo espaço, como antecedentes do espaço da Misericórdia, edificou-se uma albergaria (GOODOLPHIM, C., 1897; PAIVA, J. P., 2003: 156) e um Hospital sob a denominação de Santa Maria (GOODOLPHIM, C., 1897; MOLEIRINHO, F. C. 2001: 39; PAIVA, J. P., 2003:185-186). Com efeito, em Santarém, no dia 7 de janeiro de 1437, o rei D. Duarte dirige uma carta às justiças de Abrantes onde:

(...) informa da situação jurídica de uma albergaria que fora instituída no Sardoal, por Lourenço Eanes e Clara Peres, sua mulher, assim como da doação que dela fizera a Afonso

Peres Cotrim, escrivão da câmara, e a todos os seus herdeiros, para que a administrassem juntamente com os bens que lhe estavam anexos, com a condição de mandarem dizer todos os anos cinco missas pela alma dos defuntos (...) (ANTT, Chanc. de D. Duarte, liv. 1, fl. 132-133, in DIAS, J. J. A, coord., 1998: tomo 2: 61-63).

E, quase meio século depois, na cidade de Évora, D. João II, na véspera de Natal de 1481, dirige uma carta aos juízes da vila de Abrantes, sobre administração da Confraria e Hospital de Santa Maria do Sardeal, onde afirma:

(...) após a realização de uma inquirição e da observação dos respectivos regimentos que aquela deve ser entregue aos confrades e mordomos da dita confraria e não a Diogo Gil, morador nesse local, que a solicitara ao rei, sob pretexto de não se governar de acordo com o regimento estabelecido pelos seus instituidores (...) (ANTT, Leitura Nova, liv. 3 da Estremadura, fl. 201-201v e PAIVA, J. P., 2003:185-186).

Deste conjunto, albergaria/hospital, nada se identifica, fruto sobretudo da renovação arquitetónica a que o edifício foi sujeito, provavelmente, nos finais do século XV ou início do século seguinte. Todavia, dessa campanha de obras, conserva-se, ainda hoje, na fachada lateral do lado da epístola, um portal composto por um arco acarelado com romãs inscritas nos pequenos arcos. Contudo, o edifício que hoje se ergue corresponde a outra realidade. De sobriedade estrutural, o edifício, construído entre 1550 e 1552, é composto por uma nave única e capela-mor, todavia, apesar de toda a sua simplicidade, este espaço assistencial destaca-se pelo seu portal principal, de gosto renascentista, que, ao pautar a fachada, mostra-nos um fino talhe de pedra e revela-nos uma mão segura na modelação das formas.



Fig. 2 – Sardeal, Igreja da Misericórdia, interior

Se hoje temos certezas quanto ao processo construtivo e quais os seus respetivos intervenientes, o facto é que nem sempre estas realidades foram claras. Durante décadas, a

historiografia apontou 1511 como sendo o ano da construção do edifício, apoiando-se sobretudo na data que se encontra cronografada numa das pilastras do portal.

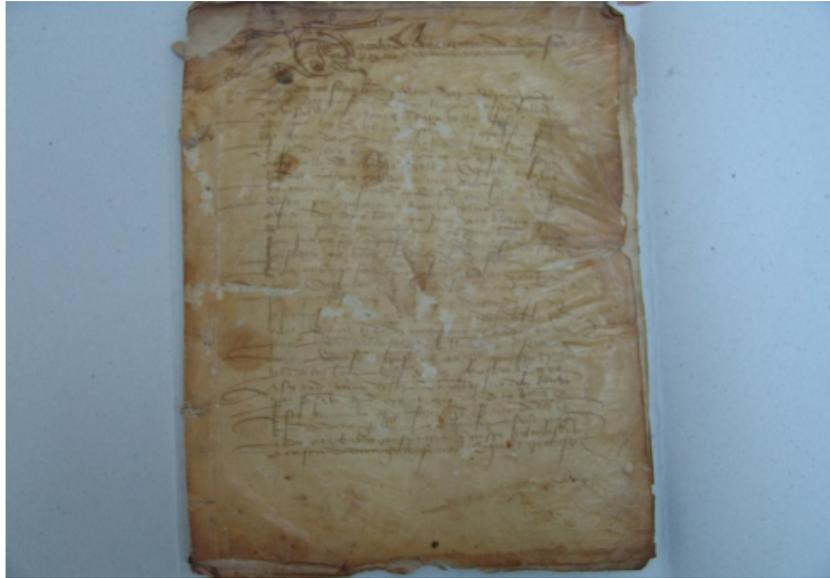


Fig. 3 – Sardoal, Igreja da Misericórdia, portal, cartela

Este facto levou que a igreja da Santa Casa da Misericórdia da vila de Sardoal se enredasse num conjunto de incertezas e equívocos historiográficos. Todavia, por intermédio da documentação remanescente, que hoje se encontra depositada no arquivo da Santa Casa da Misericórdia sardoalense, podemos afirmar que a data de 1511 não tem qualquer correspondência com a realidade histórica, aliás, como também intuiu Lurdes Craveiro (CRAVEIRO, M. L., 2004), embora tivesse apontado que a construção da igreja pudesse balizar-se entre as décadas de 1530 e 1540 (CRAVEIRO, M. L., 2009: 117). A autora refere a existência de um logro quer a propósito da capela dos Mareantes, em Caminha, quer da igreja da Misericórdia do Sardoal, ambas com datas patentes de 1511, salientando que a historiografia quis ver uma «expressão pioneira em Portugal dos labores “ao romano” aplicados à arquitetura (...)» destes espaços arquitetónicos (CRAVEIRO, M. L., 2004:70). Por acréscimo, também a autoria do portal foi alvo de considerações, tendo a historiografia atribuído a obra do portal renascentista a Nicolau de Chanterene ou a algum dos seus discípulos (VALENTE, F., 2002: 23). Ora, como referimos, o edifício, que hoje observamos, é fruto de uma renovação que ocorre entre os anos 1550 e 1552. A documentação remanescente possibilita reconstituir grande parte do processo administrativo e projetual desta obra, assim como esclarecer o envolvimento de João de Castilho, então mestre das obras do convento de Cristo e dos pedreiros Lucas Fernandes, natural de Coimbra, e Gaspar Dinis, João Fernandes e Diogo Fernandes, estes moradores na vila do Sardoal.

O início do processo para a realização das obras no edifício da Misericórdia de Sardoal ocorre no período em que na vila de Tomar, João de Castilho, então mestre das obras do convento de Cristo, se encontra envolvido na execução do “Noviciado” do complexo monástico da Ordem de Cristo e da ermida de Nossa Senhora da Conceição. Os factos de ser este a figura mais destacada do panorama construtivo do tempo e a empreitada do convento de Cristo, a mais emblemática, levaram a confraria da Misericórdia sardoalense a procurar os préstimos de João de Castilho e da sua oficina. Decorria então o ano de 1550, quando, por determinação régia, a Misericórdia de Sardoal se encontrava privada de dispor dinheiro, quer na compra de rendas quer de propriedades (MATOS, J. J. L. C., 2010:11). A documentação revela que, na primeira metade do século XVI, a Santa Casa

da Misericórdia de Sardoal detinha um património de relevo, facto que se pode observar pelas alienações que se vão realizando ao longo dos anos para fazer face às despesas correntes, mas também para aquisição de bens artísticos para a “casa” (MATOS, J. J. L. C., 2010: 11). Assim, face à ordenança régia, mas com alguma soma pecuniária, a confraria investe na renovação da sua casa da Misericórdia. A 27 de abril de 1550, o provedor, irmãos e confrades desta acordaram em realizar uma larga despesa para a aquisição de:

(...) hum pontifycall de damasquo brãoquo, haviastre de sytym avylutado cremisim e com as gornisões, hum frontall do mesmo, item duas toalhas de Frãodes, item hum calis de prata dourado com suas capaynhas, item humas galhetas de prata, item huma caixa de veludo preto de dous peles pera tumba com sua crus de sytym brãoquo com sua gornysão e seu mauto pera debaycho e todo nesaryo pera dita tumba, item huma bamdeira conforme a de Lysboa, item que se leve a crus de prata pera dourar (...) (ASCMS, L1MS, fl.81, in MATOS, J. J. L. C., 2010: 82).

Pela leitura e análise do livro das atas da confraria, sabemos que o complexo da Santa Casa tinha a necessidade de obras urgentes. Para tal, a 27 de julho, determinou-se, após reunião entre os confrades, que alguns homens da vila do Sardoal se deslocassem a Tomar para «pydyr a Joam de Castylho que quysese vyr a esta vylla por amor de Noso Senhor a ver esta casa ou mandar hum ofyçyall que elle confiase pera com seu conselho se fazer esta obra (ASCMS, L1MS, fls. 83v – 84). No seguimento do documento anterior, a ata da confraria de 17 de agosto, revela que Castilho, então já com uma idade avançada, pois as assinaturas que o mestre efetua mostram uma clara debilidade física, não se deslocou ao Sardoal. Em seu lugar, enviou dois dos seus oficiais, cujos nomes, a ata não adianta, que «vyrão ha obra e oulharão ho que lhe melhor parecyra e elles deram disso parecer a Joam de Castylho e nos mandou a traça della e sua detrymynaçã» (ASCMS, L1MS, fls. 84v – 85).

O registo da reunião dos confrades da Misericórdia sardealense fornece alguns dados que permitem perceber os contornos propostos pelo traçado elaborado por João de Castilho. Pelos dados disponíveis é possível saber que o antigo edifício teria outra orientação. O novo projeto, que é agora proposto pela oficina de João de Castilho, leva a que se proceda ao derrube da antiga capela-mor e, nesse mesmo local, para além da criação de um terreiro, deve-se erguer a fachada principal do edifício com a instituição de um novo portal, todo ele executado em pedra de Tomar: «o portall pryncipall se faça no arco da capella que agora hé e que ha capella se derube e se faça nella hum tyreyro com huns degraos pera ha rua» (ASCMS, L1MS, fl. 85). Do mesmo modo, determina-se que a nova capela-mor, a construir no lado nascente, passe a ocupar o lugar onde se encontram as casas que foram de Álvaro Casal: «que se mude a capella pera has casas que foram d’Allvaro do Casal». A par desta mudança, o projeto ainda contempla a construção de uma sacristia, enfermaria e de uma nova capela, «hasy e da maneyra que está no debuxo feyto por mão de Castylho que en mão do provedor» (ASCMS, L1MS, fl. 85). A sacristia e a enfermaria eram dispostas paralelamente à igreja, adotando assim uma das tipologias consagradas às igrejas de Misericórdia como já foi desenvolvido em tese de doutoramento (PINHO, J. B., 2013: 277-278). Apesar do traçado ter sido executado por João de Castilho, a obra não ficou a seu cargo, nem de qualquer outro dos seus colaboradores. A construção deste edifício, para ser executado em regime de empreitada, foi apregoada pelas vilas de Abrantes e Tomar, mas caso ninguém tomasse a obra de empreitada, a Misericórdia deixou em ata que o trabalho realizar-se-ia por administração direta em sistema de jorna.

No último dia de agosto de 1550, os confrades deliberaram o processo de escolha do pedreiro que iria erguer o edifício, assim como o respetivo custo da obra e as condições gerais da empreitada. Ao processo de arrematação compareceram oficiais de Tomar, o

pedreiro Lucas Fernandes, dito natural de Coimbra, e um tal Gaspar Dinis, este natural da vila do Sardoal (ASCMS, L1MS, fls. 85v, 86). Este pedreiro encontra-se documentado nas obras da igreja da Misericórdia de Abrantes (CORREIA, V, 1949: 269; SERRÃO, V., 2011: 641 e PINHO, J. B., 2012: 247), que decorrem entre 1529 e 1548. Acabando Gaspar Dinis por executar o portal lateral renascentista, onde inclui uma cartela com a inscrição «Gaspar Dinis a fez». Sobre este edifício, há um conjunto largo de referências (GOODOLPHIM, C., 1897; CÂNCIO, F., 1939; OLEIRO, D., 1952; SOUSA, A.S., 1966; SILVA, J. C., 2002; CAMPOS, E., 2002; MORATO, M. A., e MOTA, J., V. F., 2002). Em 1754, Jacinto Serrão da Mota, no seu manuscrito intitulado, *Memórias restauradas do antigo lugar e Villa do Sardoal*, dá-nos conta de algumas destas notícias, revelando ter consultado os livros de contas da Misericórdia. O pedreiro Lucas Fernandes pode ser o mesmo que se encontra documentado como imaginário num assento de batismos, de 1553, da paróquia de São Tiago de Coimbra: «Item a xxx dias do dito mes mayo da sobre dita era se bautizou (espaço em branco) de lucas ferz maginario e de Branca Nunez sua molher» (AUC. III, 1510-1569: fl. 126v). Caso se trate efetivamente da mesma personagem, podemos questionar se este pedreiro/imaginário não se encontra associado ao círculo artístico do imaginário João de Ruão (CABRAL, A. M. F. P., 1932:12). É mencionado na ata da confraria do Sardoal que os oficiais de Tomar (ata não indica os seus nomes) terão realizado um «lanço de cento e vynte mill reais com seu ho portall da pedra de Tomar posta em Tamqos e asy ho cruzeyro e degraos de pedra da terra e a misericordia ser obrygada aramqar esa e pola ao pé da obra». Também Gaspar Dinis, «pydreyro haqy morador fyzera» outro lanço com as mesmas condições, mas num valor de cem mil reais.

Antes da decisão final, Lucas Fernandes faz um lanço de 120.000 reais pela execução da obra com o seu portal de pedra de Tomar, posta em Tancos, e o cruzeiro e os degraus, em pedra do Sardoal, que deveria ser extraída à custa da Misericórdia. Por sua vez, Gaspar Dinis cobre as condições apresentadas pelo pedreiro de Coimbra, mas refere que executa a obra pelo valor de 100.000 reais. Contudo, esta acaba por ser arrematada pelo pedreiro Lucas Fernandes, após realizar um último lanço, com condições que a confraria achou serem as melhores, aliás como veremos seguidamente. Desse modo, o pedreiro, natural de Coimbra, tomou sob a sua mão a empreitada pelo valor de 120.000 reais, cabendo-lhe executar, segundo as determinações do pregão, o arco do cruzeiro e o portal, tudo em pedraria, comprometendo-se ainda fazer a obra do portal e arco em pedra de Coimbra, trazida toda à sua custa pelo rio de Codes, hoje conhecido como ribeira de Codes, um afluente do rio Zêzere, que corre a escassos quilómetros do Sardoal:

foy dito que ele fazya lanço na dita obra com as condiçoyns já ditas com tall deccaraçam [...] onde os outros fazyão ho portal da pedrerya de Tomar ela ha querya fazer ho arco do cruzeyro e o portado tudo da pedrarya de Coymbra posta a sua custa no rio de Codes (...) (ASCMS, L1MS, fl. 86).

Para além do compromisso declarado por Lucas Fernandes em cumprir o estabelecido pelos outorgantes, este mesmo pedreiro terá ainda apresentado um desenho que modificou o projeto do portal e arco triunfal traçado por João de Castilho, facto que se pode perceber pela leitura da respetiva ata: «(...) segundo amostra do portado e do cruzeyro que ele faz [Lucas Fernandes] ha quall tem mais obra que as outras hamostras [traças de João de Castilho]» (ASCMS, L1MS, fl. 86 e 86v). Desconhecemos qual a dimensão das modificações propostas ao risco inicial de Castilho.



Fig. 4 – Sardoal, Igreja da Misericórdia, portal

Composto por um arco de volta perfeita, ladeado por pilastras onde se inscreve uma clara decoração de grotescos, com cartelas, elementos fitiformes e pequenos músicos, o portal assume um risco claramente clássico com recurso à tratadística, sobressaindo o discurso gráfico das *Medidas del Romano* de Diego de Sagredo. Essa utilização é evidente, principalmente no modelo de pequenas colunas adossadas aplicadas ao portal.



Fig. 5 – Sardoal, Igreja da Misericórdia, portal, coluna

Na parte superior, o arco ostenta dois *tondi* e sobre o entablamento erguesse a edícula com a iconografia da *Mater Omnium*, tema também conhecido como Senhora do Manto ou Nossa Senhora da Misericórdia. A rematar toda a estrutura do portal, encontra-se um medalhão da irmandade ladeado por dois óculos.



Fig. 6 – Sardoal, Igreja da Misericórdia, portal, *Mater Omnium*

Como referimos, a documentação sugere que o projeto do portal e arco triunfal traçado por João de Castilho terá sido alterado por Lucas Fernandes. Observando o modelo utilizado, a tipologia escultórica que cobre as pilastras, os *tondi* e a representação típica da *Mater Omnium* (SERRÃO, V., 1998; SERRÃO, V., 2011:650), apontamos para uma linguagem que se aproxima ao discurso efetuado pelo ciclo oficial do imaginário coimbrã João de Ruão. Caso este facto se comprove, torna-se possível colocar Lucas Fernandes junto do ciclo artístico ruanesco.

Em 1551, a 5 de julho, encontramos outras informações sobre o que se devia executar no edifício. Nessa data, os mesários deliberaram o modo como devia ser construído o interior: «visto como esta hobra desta casa está começada (...) da pedrarya d'alvenarya», determinou-se que se fizessem de bordos as portas principais da igreja, se «fyzese coro e forase toda a igreja de bordos e asy portas d'henfermaria do mesmo foro de bordos». Foi ainda determinado que toda a obra, interior e exterior, «fyque branqua e bem feyta, e que se faça huma vydraça pera a capella de cores e feguras» (ASCMS, L1MS, fl. 88).

No início do ano de 1552 voltamos a encontrar notícias relativamente às intervenções no acesso ao espaço da Misericórdia e sua respetiva envolvente. Todavia, as obras que se seguem já não são da responsabilidade de Lucas Fernandes, mas sim de Gaspar Dinis. A notícia data de 2 de fevereiro de 1552 e trata do acordo que os mesários realizam com os pedreiros Gaspar Dinis, João Fernandes e Diogo Fernandes para a execução da empreitada dos «degraos da porta pryncypal desta Casa», especificando-se que «hão-de ser de três hentradas com o seu taboleiro em çima e serão quantos forem neçeçaryos». Acrescente-se a realização de um tavoleiro com a largura de oito palmos. Refere ainda o documento de Obrigação que todos os degraus «hão-de ser de pedrarya dos Cabeços das Mós e serão de pedra rija». Tendo os irmãos da Misericórdia a seu cargo todas as custas e responsabilidade de trazer a pedra dos degraus da pedreira até à obra e darão mais a

cal, areia e «saybro que lhe neçaryo for he pedra para seu talhar e tudo posto ao pé da hobra». Por seu lado, os pedreiros encontravam-se obrigados a fazer toda a obra até os degraus «serem asentados e aquabados e darão a servenya e asy d'agoa e cal», devendo ainda limpar todo o entulho e fazer a calçada necessária. Toda a obra ficou orçada em 12.000 reais. O projeto foi realizado sob provedoria de Gil Vaz, cavaleiro, e contou com as seguintes testemunhas, moradoras no Sardeal: Pedro Afonso, hospitaleiro, Álvaro Fernandes, carpinteiro, e Sebastião Dias. (ASCMS, L1MS, fls. 396v-398). A 19 de março do mesmo ano, voltamos a observar uma adenda contratual à determinação anterior, tudo por motivos de acessibilidade e mobilidade: «por acharem que são muito necessários pela maneira correnteza que tinha a rua e ficariam os degraus muito íngremes». Assim, de modo a evitar a inclinação excessiva da escadaria, os pedreiros foram obrigados a «Fazer mais tres degraus pela banda de syrna todos torniados alem dos cinco que erão obrigados», tudo sob o custo de mais 5.000 reais. (ASCMS, L1MS, fls. 398v-399). No dia 8 do mês de maio de 1552, «por ora eles hos ditos degraus serem de todo acabados», a Misericórdia, através do seu provedor Gil Vaz, procedeu-se ao pagamento integral do montante estabelecido pelos dois contratos previamente estabelecidos em total de 17.000 reais (ASCMS, L1MS, fl. 399). Ainda em maio deste mesmo ano, chega-nos uma última informação relativamente ao espaço da Misericórdia. O dado remete-nos para a doação testamental de Mateus Mendes, no valor 3.000 reais «para huns orgãos os quais se farião quando se acabasse as obras da dita Casa ou quando em essa os mandassem fazer» (ASCMS, L1MS, fl. 399v).

CONCLUSÃO

Em guisa de conclusão, as linhas que acabamos de traçar permitem dissipar por completo a questão de atribuição da obra de escultura a Nicolau de Chanterene e ao mesmo tempo a documentação remanescente clarifica outras questões inerentes a este espaço arquitetónico da vila do Sardeal, como seja: o portal e restante obra não data de 1511, mas sim dos anos cinquenta do século XVI; João de Castilho e a sua oficina são os responsáveis pela traça do edifício; o pedreiro responsável pela concretização da obra foi Lucas Fernandes, acabando este por reformular o projeto inicial do portal da igreja da Misericórdia de Sardeal.

FONTES

AMS (Arquivo Municipal do Sardeal), *Memórias restauradas do antigo lugar e villa do Sardeal*, manuscrito elaborado por Jacinto Serrão da Mota, 1754.

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Chanc. de D. Duarte, liv. 1, fl. 132-133, in DIAS, J. J. A, coord., 1998: tomo 2: 61-63.

ANTT, *Leitura Nova*, liv. 3 da Estremadura, fl. 201-201v.

ASCMS (Arquivo da Santa Casa Misericórdia de Sardeal), L1MS (Livro primeiro da Misericórdia de Sardeal), fls. 83v - 84. (Pub. MATOS, João José de Lemos da Cunha (nota introdutória) (2010). *Livro Primeiro da Misericórdia de Sardeal*, Santa Casa da Misericórdia de Sardeal, Sardeal).

AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra). III – 2ªD, Paroquia de São Tiago – Coimbra, Livro de Batismos (1510-1569).

BIBLIOGRAFIA

- CABRAL, António Machado de Faria de Pina (1932). Da instituição dos Registos Paroquiais em Portugal. In: Arqueologia e história. Lisboa, Vol. 10.
- CAMPOS, Eduardo (introd. crítica) (2002). Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes para servir de começo aos Anais do Município. 3ª Ed. Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes.
- CORREIA, Vergílio (1949). Obras: estudos da história da arte: arquitectura. Vol. II, Coimbra.
- CÂNCIO, Francisco (1939). Ribatejo Histórico e Monumental. Coimbra. vol. III.
- COSTA, Giraldo Joaquim Maria da (1882). Esboço Chorographico do Sardoal. Lisboa.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2004). Estratégias decorativas na arquitectura ao tempo de D. Manuel. In: III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época: actas. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães. vol. IV, pp. 57-70.
- CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2009). A Arquitectura “ao Romano”, Vila Nova de Gaia.
- DIAS, João José Alves, coord., (1998). Chancelarias portuguesas: D. Duarte. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova. Vol. I, tomo 2 (1435-1438).
- GOODOLPHIM, Costa (1897). As Misericórdias. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GONÇALVES, Luís Manuel (1992). Sardoal do Passado ao Presente. Sardoal.
- MARKL, Dagoberto (1986). História da Arte em Portugal - O Renascimento, vol. 6, Lisboa.
- MATOS, João José de Lemos da Cunha (2010). Nota introdutória. In: Livro Primeiro da Misericórdia de Sardoal. Sardoal: Santa Casa da Misericórdia de Sardoal.
- MOLEIRINHO, Fernando Constantino (2000). Santa Casa da Misericórdia de Sardoal: a instituição e a sua actividade. Sardoal: Câmara Municipal.
- MORATO, Manuel António; Mota, João Valentim Fonseca (2002). *Memória Histórica da Notável Vila de Abrantes*. 3ª ed. [S. l.]: Câmara Municipal de Abrantes.
- OLEIRO, Diogo (1952). Abrantes Notas Históricas. S. L.: S.E.
- PAIVA, José Pedro (coord.) (2002). Portugaliae monumenta misericordiarum. Vol. 1: Fazer a história das misericórdias. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas.
- PAIVA, José Pedro (coord.) (2003). Portugaliae monumenta misericordiarum. Vol. 2: Antes da fundação das misericórdias. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas.
- PAIVA, José Pedro (coord.) (2004). Portugaliae monumenta misericordiarum. Vol. 3: A fundação das misericórdias: o Reinado de D. Manuel I. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas.
- PAIVA, José Pedro (coord.) (2005). Portugaliae monumenta misericordiarum - vol. 4: Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, União das Misericórdias Portuguesas.

PINHO, Joana Balsa (2013). *As casas da Misericórdia: As confrarias da Misericórdia e a arquitectura portuguesa quinhentista*. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1949). *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Santarém*, vol. III, Lisboa.

SERRÃO, Vítor (1998). "Sobre a iconografia da Mater Omnium: a pintura de intuitos assistenciais nas Misericórdias durante o século XVI". In: *Oceanos*, n.º 35, Lisboa, Comissão nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Julho/Setembro, pp. 134-144.

SERRÃO, Vítor (2011). "Iconografia da Mater Omnium na arte portuguesa: do culto do Espírito Santo ao de "Nossa Senhora da Misericórdia"(séculos XVI-XVIII) ". In: *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no mundo de expressão portuguesa*. Porto: CEPESE, D.L. pp. 635-652.

SILVA, Joaquim Candeias (2000). *Abrantes – a vila e o seu termo no tempo dos Filipes*. Abrantes: Edições Colibri e Câmara Municipal de Abrantes.

SOUSA, António Soares de, *A Santa Casa da Misericórdia de Abrantes nos séculos XVI e XVII*. Coimbra: Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1966.

VALENTE, Francisco (2002). *As bandeiras e painéis da Misericórdia de Sardoal*. Sardoal: Edição Câmara Municipal de Sardoal.



Fábrica de José Mendes Veiga (1762-1817)
Fonte: Museu de Lanifícios da UBI, 2017.

José Mendes Veiga (1762-1817), o fundador da Real Fábrica Veiga (Covilhã): alguns dados de enquadramento biográfico

*José Mendes Veiga (1762-1817), the founder of
the Real Fábrica Veiga (Covilhã):
some biographical data*

ELISA CALADO PINHEIRO

Universidade da Beira Interior, Museu de Lanifícios

University of Beira Interior, Wool Museum

RESUMO

Neste ensaio, apresenta-se uma biografia sumária sobre José Mendes Veiga, o fundador da Real Fábrica Veiga da Covilhã, acentuando-se, através da abordagem genealógica, o percurso de uma família cristã-nova beirã, com raízes na cidade da Guarda e no Fundão e que se disseminou desde o Sabugal e Monsanto até Belmonte, vindo a deter uma posição de elevada preponderância na vida económica e social da Covilhã desde o terceiro quartel do séc. XVIII até inícios do séc. XX. José Mendes Veiga acompanhou o desenvolvimento proto-industrial e industrial dos lanifícios covilhanenses e a sua paulatina implantação a nível regional e nacional. Uma primeira versão deste texto foi apresentada na conferência proferida, em 23 de novembro de 2017, no Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, sob o título: "*Evocando José Mendes Veiga (1762- 1817) fundador da Real Fábrica Veiga, no bicentenário da sua morte*" no âmbito das comemorações levadas a efeito por esta instituição para assinalar aquela efeméride, uma vez que o edifício principal do complexo fabril da Real Fábrica Veiga é atualmente a sede deste Museu.

PALAVRAS-CHAVE

Baeta, Camelão, Cobertor de papa, Cristãos-novos, Droguete, Indústria de lanifícios, Mendes Veiga.

ABSTRACT

In this essay, a brief biography on José Mendes Veiga, the founder of the Real Fábrica Veiga of Covilhã, is presented, emphasizing, through the genealogical approach, the path of a New-Christian family of Beira, with roots in the cities of Guarda and Fundão, which disseminated across the territory from Sabugal and Monsanto to Belmonte, having held a position of high preponderance in the economic and social life of Covilhã since the third quarter of the 17th century until the beginning of the 20th century. José Mendes Veiga followed the proto-industrial and industrial development of the Woollen manufacture as well as its gradual implantation at regional and national level. A first version of this text was presented at a conference held on November 23, 2017, at the Woollen Museum of the University of Beira Interior, under the title: "Evocating José Mendes Veiga (1762-1817) founder of the Real Fábrica Veiga in the bicentenary of his death "within the framework of the commemorations carried out by this institution to mark that anniversary, since the main building of the manufacturing unit of the Real Fábrica Veiga is currently the headquarters of this Museum.

KEYWORDS

Camelão, Baeta, Droguete, Mendes Veiga, New-Christians, Special woolen blanket, Wool industry.



Fig. 1 – Retrato a óleo de José Mendes Veiga
(Palacete do Refúgio, Covilhã)

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

São múltiplas as dimensões que toda e qualquer vida humana assume, sendo assinalável a variabilidade que cada uma apresenta ao longo do tempo. Esta situação propicia diversos tipos de abordagem a quem queira intentar uma aproximação compreensiva ao enquadramento biográfico de determinados indivíduos, acentuando-se quando a mesma recai sobre personalidades que se distinguiram pelas competências demonstradas no transcurso da sua existência em um ou mais campos de ação. É este o caso de José Mendes Veiga (1762-1817), o fundador da Real Fábrica Veiga, edificada na segunda metade do séc. XVIII, na Covilhã, na Ribeira da Goldra, na contiguidade da pombalina Real Fábrica de Panos. Trata-se de uma unidade de produção lanifical que se encontra na origem de um vigoroso complexo industrial que chegou a agrupar 14 unidades fabris disseminadas pelos concelhos da Covilhã e Fundão e que viria a ser desenvolvido pela mulher e filhos do fundador, vindo a distinguir-se, a nível nacional, pelas inovações tecnológicas e de produto introduzidas e pelas dimensões alcançadas.

Atendendo à amplitude abarcada pela intervenção realizada em diversos domínios por José Mendes Veiga, circunscreve-se a presente análise à apresentação de um conjunto de dados de natureza biográfica que nos permitirão clarificar-lhe as origens familiares, circunscrevendo-nos aos antepassados próximos. A partir de uma extensa e sistemática pesquisa documental efetuada no âmbito dos Registos Paroquiais incorporados nos Arquivo Nacional da Torre do Tombo, reportados a diversas localidades da Beira Interior, nomeadamente de Belmonte, Fundão, Guarda, Monsanto, Melo, Sabugal e Covilhã, com base nos assentos de batismo, casamento e óbito constantes dos respetivos livros de registo paroquial foi possível estabelecer a genealogia da família Mendes Veiga, a qual, a partir da atividade industrial na Covilhã, viria a alargar o seu campo de ação à exploração

agrícola e criação de gado nomeadamente taurino e equestre nas planícies ribatejanas, a partir da Quinta da Broa.

Importa salientar que os dados relativos às realizações de natureza pessoal e profissional de José Mendes Veiga e seus descendentes ficarão a aguardar por uma próxima publicação, uma vez que, com o presente estudo, se pretendeu exclusivamente contextualizar, numa perspetiva genealógica, as origens e evolução desta família cristã-nova beirã, atendendo à importância social que a mesma viria a alcançar.

2. ENQUADRAMENTO ESPÁCIO-TEMPORAL

Foi no amplo espaço da Beira Interior que os ancestrais diretos e indiretos de José Mendes Veiga encontraram o seu berço natural, num percurso que pudemos acompanhar a partir dos começos do séc. XVII, até aos inícios do séc. XX, quando a Real Fábrica Veiga deixou de ser gerida pelos descendentes daquele. José Mendes Veiga viria a nascer em 12 de março de 1762 na freguesia de Santiago da vila de Belmonte, sendo batizado, a 6 de abril do mesmo ano, na igreja paroquial desta. Desde cedo, terá vindo viver para a Covilhã, onde casou e faleceu em 15 de novembro de 1817. Os avós, bisavós e trisavós paternos de José Mendes Veiga cumpriram a vida na Guarda, e os ascendentes maternos, no Fundão, sendo que uma bisavó é natural de Monsanto. O pai de José Mendes Veiga nasceu na Guarda e a mãe, no Fundão. Estes, após o casamento, viveram por algum tempo em Melo, tendo-se fixado, seguidamente, em Belmonte, onde ambos foram sepultados (Apêndice, Documentos 1, 2 e 3).

3. OS ANCESTRAIS BEIRÕES

No casal constituído em 18 de junho de 1709 através da celebração do matrimónio entre Jacinto Mendes e Jacinta Maria Veiga, realizado na freguesia de S. Vicente da Guarda, podemos mais facilmente entroncar os diversos ramos familiares da genealogia dos Mendes Veiga, identificando os respetivos ascendentes, recuando com segurança documental aos inícios do séc. XVII, bem como os seus descendentes até à atualidade.

3.1. O RAMO EGITANIENSE

Em 30 de abril de 1656, na freguesia de S. Vicente da cidade da Guarda, Francisco Mendes Veiga, filho de Jorge Mendes, já falecido, e de Ana Mendes, ambos naturais do Sabugal, casou em primeiras núpcias com Leonor Mendes, filha do segundo casamento de Heitor Mendes Sarzedas, falecido em 15 de abril de 1662, que residiu na Guarda, na Rua Nova, e de Clara Rodrigues. Leonor Mendes viria a falecer pouco tempo depois e Francisco Mendes Veiga casa, pela segunda vez, no último dia do ano de 1664, na mesma cidade, com Beatriz Mendes, filha de Manuel Mendes e Isabel Rodrigues, naturais e moradores na freguesia de S. Vicente da Guarda. Deste segundo casamento nasceram pelo menos dois filhos: Francisco Mendes Veiga, em 2 de fevereiro de 1671, natural da mesma cidade e freguesia, e Jacinta Maria Veiga, em 6 de agosto de 1682. Esta viria a celebrar os seus esponsais na mesma igreja, em 18 de junho de 1709, portanto, antes de completar os seus dezassete anos com Jacinto Mendes, ali morador.

Foi também na Guarda que, do casamento de Jacinto Mendes, filho de Jacinto e Domingas Mendes, com Isabel de Barros, em 14 de fevereiro de 1667, nasceu Álvaro Mendes.

Este havia de tomar por esposa Brites Nunes de quem teve Jacinto Mendes que casou com Jacinta Maria em 18 de junho de 1709, portanto, ambos muito jovens. Este casamento realizou-se no âmbito de estreitas relações familiares entre os noivos, como se pode conferir pela similitude dos nomes próprios dos noivos e do apelido Mendes nos ascendentes, situação que implicou uma licença eclesiástica especial visando ser dispensados da consanguinidade em 2º grau, que não era rara à época. De tal consórcio marital, nasceu na Guarda, na mesma freguesia, Francisco Mendes Veiga. Este celebrou o seu matrimónio, em 27 de maio de 1726, na Igreja de S. Martinho, no Fundão, com Mécia Henriques, natural desta última vila, onde nascera, em 2 de fevereiro de 1701 (Apêndice, Documento 1). Importa salientar que a judiaria da Guarda, a que pertenciam os diversos membros do ramo egitanense desta família, estava integrada na freguesia de S. Vicente.

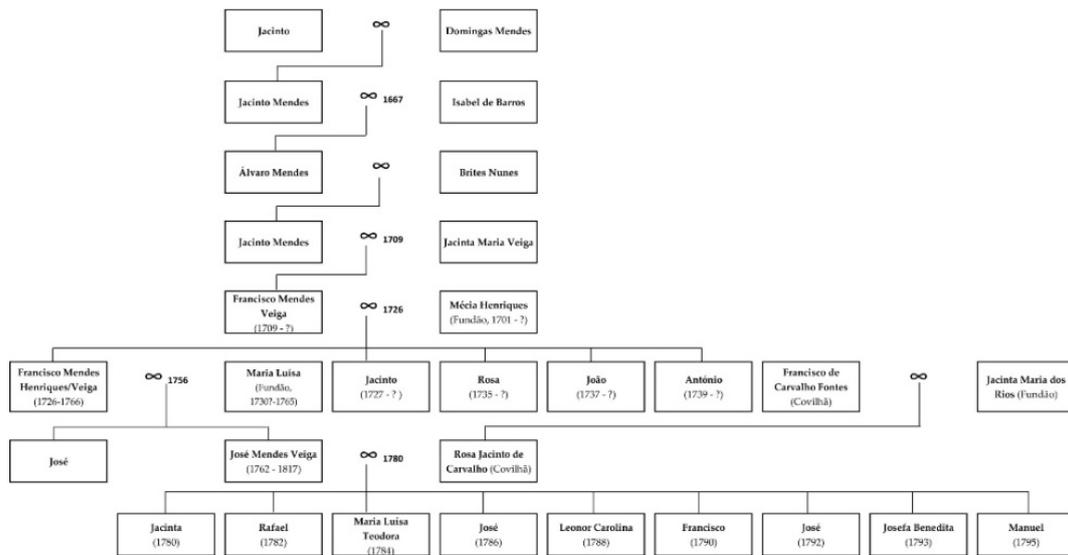


Fig. 2 – Genealogia de José Mendes Veiga: linha paterna do ramo Egitanense

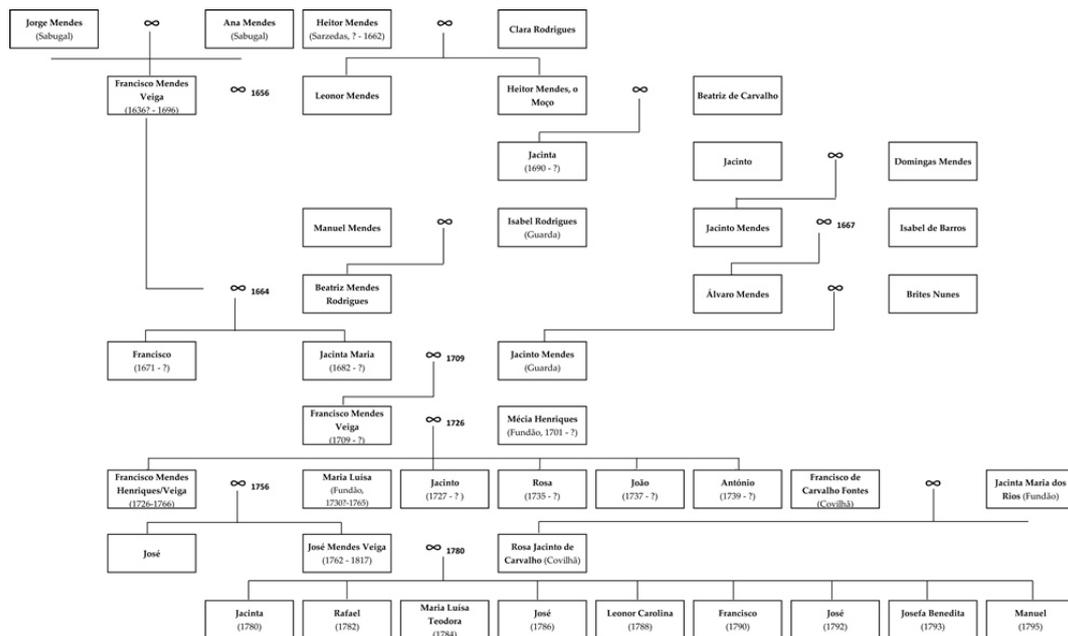


Fig. 3 – Genealogia de José Mendes Veiga: linha materna do ramo Egitanense

3.2. O RAMO FUNDANENSE

Mécia Henriques, avó de José Mendes Veiga, era filha de António José Rodrigues Casado, natural de Monsanto, e de Isabel Rodrigues, do Fundão. Este casal teve um outro filho, Francisco Lopes Casado, que viria a contrair matrimónio por três vezes: a primeira, em 7 de março de 1725, com Maria Jacinta da Silva; a segunda, em 1727, com Guiomar Henriques, de quem teve o filho José em 1728; e a terceira, em 3 de setembro de 1732, com Ana Maria/Amália Rosa Henriques, natural da Covilhã e filha de António Lopes Dias e Ana Nunes Dias, de quem teve pelo menos oito filhos.

Em meados do séc. XVII, André Nunes, filho de Fernando Rodrigues e de Isabel Nunes Henriques, casou com Teodora Mendes, filha de Manuel Rodrigues Preto e de Leonor Mendes, todos naturais do Fundão. Deste matrimónio, viriam a nascer sete filhos, entre os quais Luísa Maria. Esta consorciou-se com Francisco Mendes Veiga, também designado por Francisco Mendes Henriques (?/?/1726 - 4/12/1766), vindo a ser os progenitores de José Mendes Veiga.



Fig. 4 – Genealogia de José Mendes Veiga: linha paterna do ramo Fundanense

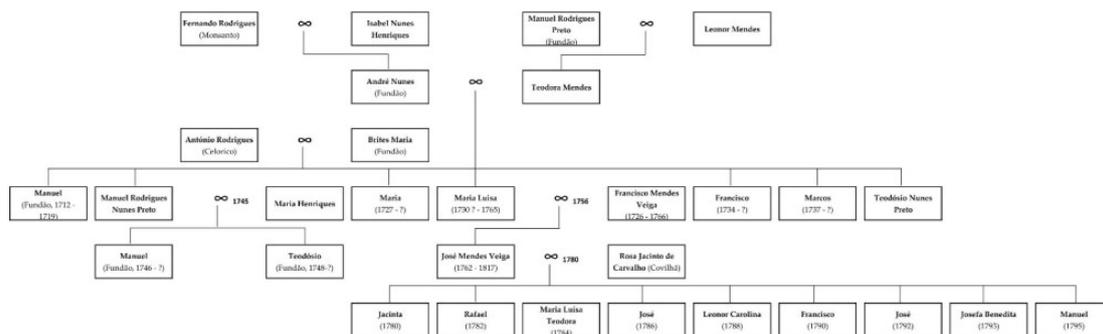


Fig. 5 – Genealogia de José Mendes Veiga: linha materna do ramo Fundanense

4. OS ASCENDENTES

Os avós paternos de José Mendes Veiga, Francisco Mendes Veiga e Mécia Henriques, tiveram, pelo menos, nove filhos: duas meninas com o nome próprio Maria; Francisco Mendes Veiga, também conhecido por Francisco Mendes Henriques, que terá nascido em Melo, cerca de 1726; Jacinto, que nasceu no Fundão, em 26 de junho de 1727; José, natural de Melo, onde nasceu em 17 de abril de 1729; Francisco Mendes Veiga, também conhecido

por Francisco Mendes Henriques, natural de Melo, onde nasceu em 10 de junho de 1731; Rosa, igualmente, natural do Fundão, onde nasceu em 8 de março de 1735; João, natural do Fundão, onde nasceu em 4 de Maio de 1737; António, igualmente, do Fundão, nascido em 21 de Novembro de 1739; e Jacinta Inácia da Veiga, natural de Melo, que viria a casar com Teodósio Nunes Preto, filho de André Nunes e Teodora Mendes, tendo tido, pelo menos, dois filhos.

Os avós maternos de José Mendes Veiga foram André Nunes e Teodora Mendes, naturais do Fundão. Deste casamento, nasceram os seguintes filhos: Manuel, que faleceu com cinco anos em 1719; Manuel Rodrigues Preto, que viria a casar com Maria Henriques em 7 de julho de 1745, também do Fundão, sendo esta filha de António Rodrigues, natural de Monsanto, e de Brites Maria, do Fundão; Luísa que nasceu em 4 de março de 1727, contraiu matrimónio entre 1747-1748, com Francisco Mendes Veiga e foi mãe de José Mendes Veiga; Francisco, nascido a 25 de março de 1734; Marcos, a 25 de abril de 1737; e Teodósio Nunes Preto, que viria a casar com Jacinta Inácia da Veiga, natural de Melo e filha de Francisco Mendes Veiga e Mécia Henriques, do ramo egitanense dos ascendentes de José Mendes Veiga. Do casamento de Teodósio e Jacinta Inácia, nasceram, no Fundão, pelo menos, António, em 23 de setembro de 1757, e Rosa em 14 de abril de 1759. (Apêndice, Documento 2).

5. OS PAIS

José Mendes Veiga era filho de Francisco Mendes Veiga, também designado por Francisco Mendes Henriques (10/06/1731 - 4/12/1766), natural de Melo, filho de Jacinto Mendes e de Jacinta Maria, ambos naturais da Guarda, e de Maria Luísa Mendes (4/03/1727 - 28/11/1765), natural do Fundão, filha de André Nunes e Teodora Mendes. À data do nascimento de José Mendes Veiga, os pais moravam em Belmonte, onde integravam a comunidade cristã-nova local. Estes faleceram cedo: a mãe com 38 anos e o pai com 47 de idade, conforme consta do registo de óbito, apesar de este ter efetivamente falecido com 35 anos, atendendo aos dados constantes de registo de batismo, situação comum à época. José ficou órfão de mãe aos três anos de idade e de pai aos quatro. Neste contexto, a sua criação terá sido entregue a um dos tios maternos. Destes, salientamos Manuel Rodrigues Preto e Teodósio Nunes Preto. Mais tarde veio viver para a Covilhã. Os pais de José Mendes Veiga deixaram testamentos que constituem duas fontes fundamentais para enquadramento socioeconómico desta família beirã (Apêndice, Documentos 3 e 4). Através da sua análise, deduzimos tratar-se de uma típica família de negociantes de panos da região serrana. Em ambos, são diversas as citações referentes a tecidos, mencionando-se por diversas vezes que se destinavam à confeção de roupas. A mãe Luísa deixou a familiares, amigos e conhecidos, diversos cortes de tecidos, para além das roupas usadas ou já confeccionadas que destina aos mais próximos e/ou dependentes. Assim, a uma Clara, que se presume ser a mais próxima destes dependentes, para além de muitas outras lembranças de vária ordem, lega, «por esmola», umas arrecadas que usava. Deixa-lhe também «hum vara de pano de linho». A Leonor, filha da «viuva de Francisco Castelhana», atribui, igualmente, «covado e meyo de camelão azul». À «ama do minino», o filho, José Mendes Veiga, deixa «um covado e um terço de droguete» e «hum vara» de um outro tipo de pano; à afilhada Aurora, filha de uma sua comadre, reserva «covado e meyo de camelão azul, retroz para cozer e para casear e hum atacador vermelho». Destina «a Maria de José Antonio tesselão covado e meio de camelão azul». Brinda o primo Rodrigo Mendes com «hum covado de pano fino, de pano de linho vara e meya»; (...) «mais a Maria Dourada» a quem deixa «covado e meyo de bayeta azul grosseira, meya oitava de retros, duas varas de fitta vermelha». À comadre Gracia de Mattos, deixa «covado e 3ª

de bayeta azul». Não esquece as vizinhas, deixando a uma tal Bárbara «covado e meyo de dorguete (sic) panno preto e retroz para cozer e para casear o colette» e a uma tal Rita «um covado de bayeta azul e retros para o fazer». Ao afilhado, que era rebento do compadre Sebastião Mendes, reserva «covado e meio de bayeta azul para um xambre e retros».

No testamento do pai Francisco, salienta-se uma maior variedade e quantidade do mesmo tipo de produtos citados no testamento de Maria Luísa, como se poderá facilmente constatar através dos seguintes excertos: «a Gracia de Mattos, dois covados de bayeta azul grosseira e dois alqueires de senteio - a Clara Carolla, dois covados de bayeta grossa 1^a e quatro alqueires de senteio - a Francisca do Castellano, quatro alqueires de senteio e tres covados de bayeta azul grosseira (...) A minha tia Domingas, da Idanha, dois covados de bayeta verde ou azul fina - e a sua filha Maria, outros dois da mesma sorte - A seu filho Francisco, 300 reis e hum cov[ad]o de seragossa»; «(...) a Theresa do Antonio Palanelo, dois covados de bayeta fina de cor».

Como poderemos facilmente concluir, o casal negociava em produtos têxteis, de que se salientam os diferentes tipos de tecidos citados, bem como em acessórios destinados à confeção de roupas, como linhas para cozer ou retrós e fitas para enfeitar, referidas por diversas vezes no testamento de Maria Luísa. Dedicar-se-iam ainda ao cultivo ou ao comércio de produtos agrícolas, nomeadamente cereais, de que se distinguem o milho e o centeio. No testamento de Maria Luísa, faz-se uma breve referência a este tipo de produtos: «Deixo a Joam de Campos dois alqueires de milho». Todavia, no testamento de Francisco acentua-se o facto, como se pode facilmente constatar através do seguinte excerto: «(...) A Mauriela, hum alqueire de senteio. A Barbara, hum alqueire de pam - a Rita, hum alqueire de pam - a Joze da Silva de Penamacor tres alqueires de senteio (...). A Pedro Casado, dois alqueires de senteio - A Antonio Casado, dois alqueires de senteio (...)»

À morte de Maria Luísa, o casal dispunha de um razoável desafogo económico, reforçado ainda através das referências a alguns artigos de adereço e enfeite, citados no testamento de Luísa, nomeadamente umas arrecadas e um rosicler de ouro, que seria uma espécie de gargantilha, uma «peça de pedraria, que cinge o pescoço. Outros dizem que era de cabeça, e composta de pingentes» (SILVA, 1844: 696). Salienta-se ainda «hum lenço da moda dos que servem de pôr, por capricho», demonstrando a aplicação das economias em outros bens para além dos de primeira necessidade.

Todavia, através dos dados constantes do testamento de Francisco, poderemos constatar a existência de uma considerável fortuna em bens pecuniários, atendendo aos montantes destinados a diversos membros da família, privilegiando a família da mulher falecida. Francisco deixou, em testamento, aos cunhados Manuel e Teodósio, 1.600 reis a cada um. Este último, para além da verba já mencionada, seria ainda contemplado com uma outra, no valor de 2.000 reis, destinada às sobrinhas, «as meninas de meu irmão Teodosio (...)», conforme se refere no documento em causa. Saliente-se, a propósito que, no mencionado testamento, só uma outra pessoa seria distinguida com um valor mais elevado. Aparece identificada como “a Maria de meu Pai”, a quem foi destinado o montante de 6.400 reis, enquanto que “a outra Maria de meu Pai”, diz que passarão a caber 1.200 reis. Admite-se poder tratar-se das filhas de um primeiro casamento do pai que por terem ficado solteiras continuaram a viver na casa de família, em Belmonte, e a quem caberia cuidar de José Mendes Veiga, o filho menor órfão. No total, Francisco Mendes Veiga deixa a familiares próximos uma verba superior a 31.000 reis, uma vez que desconhecemos o número exato das filhas do tio, Francisco Lopes Casado do Fundão, destinando-se «a cada huma 480 reis». O montante em apreço constitui um valor muito significativo para a época, aten-

dendo até ao tipo dos destinatários identificados no documento em análise. De acordo com o contexto jurídico da época, as verbas em causa são deduzidas ao terço da herança que constitui a parte livre destinada ao cumprimento dos legados ou disposições do testador, situação que não afeta os dois terços da herança que constituem a porção a ser partilhada pelos herdeiros legítimos, após a dedução das eventuais dívidas (DURÃES, 1992: 129). Para se poder aquilatar do valor do montante em causa, como termo de comparação, é de referir que, em 1822, os edifícios da Real Fábrica Veiga irão ser arrendados pelo montante anual de 800.000 reis, por um período de seis anos, por Rosa Jacinta de Carvalho Veiga, viúva de José Mendes Veiga, aos filhos de ambos, José e Manuel, de acordo com a escritura do contrato de arrendamento.

Do confronto dos dados extraídos dos dois testamentos, poderemos perceber, com alguma nitidez, o quadro das relações familiares e de amizade desta família. Clara ou Clara Carrola, como aparece identificada no testamento de Francisco, surge-nos, em ambos os documentos, como primeira referência de Luísa, mantendo-se como a segunda de Francisco, apesar da presumível situação de dependência em que se encontraria, uma vez que Luísa lhe deixa as arrecadas como esmola, para além de peças de vestuário novas ou usadas e roupas de cama, os lençóis e um «cobertor de papa». Merecem, igualmente, destaque, sobretudo no testamento de Francisco, as irmãs e os cunhados, sendo estes designados por irmãos, bem como os tios, os sobrinhos e primos, todos contemplados com razoáveis quantias em dinheiro. O conceito de família alargada encontra-se bem explicitado em ambos os documentos, mas particularmente no de Francisco.

Após a morte do pai, o órfão José Mendes Veiga, terá ido viver para casa do tio Teodósio, não só por este ter uma família constituída, mas também porque o tio Manuel não disporia de capacidade para acolher o sobrinho, uma vez que, à data da morte de Francisco, de acordo com o referido documento, «se encontrava prezo na cadeya da Covilhã», circunstância que ainda não foi possível clarificar.

6. JOSÉ MENDES VEIGA, O FUNDADOR DA REAL FÁBRICA VEIGA: ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS

José Mendes Veiga é natural da freguesia de Santiago de Belmonte onde nasceu aos 12 de março de 1762. Aos dezoito anos, em 12 de janeiro de 1780, celebrou esponsais com Rosa Jacinta de Carvalho, também identificada em alguns documentos como Rosa Jacinta Narcisa de Carvalho, natural da freguesia de S. Pedro da Covilhã. A noiva pertencia, como ele, a uma família descendente de cristãos-novos, moradores nesta. Era filha de Francisco de Carvalho Fontes, natural da paróquia de S. Paulo da Covilhã, com ascendentes na cidade da Guarda, e de Jacinta Maria dos Rios, natural do Fundão.

Do casamento do nosso biografado, resultaram nove filhos, todos eles registados como naturais da freguesia de S. Pedro da Covilhã: Jacinta, que nasceu em outubro de 1780; Rafael, em 7 de maio de 1782; Maria Luísa Teodora, em 1 de maio de 1784; José, em 12 de abril de 1786 e que faleceu ainda criança; Leonor Carolina, em 9 de abril de 1788; Francisco, em 25 de Fevereiro de 1790; José, em 29 de Março de 1792; Josefa Benedita, em 29 de 1793 e Manuel, em 12 de Fevereiro de 1795 (ANTT, R. P., Cov., S. Pedº, Bat. Lº6, Fºs 33; 45 vº; 76 vº; 99; 118 vº; 147 vº; 170 vº; 188; 207).

Através de uma estratégia de valorização familiar assente numa concertada política de casamentos, José Mendes Veiga, consolidou a sua posição social na Covilhã e a garantiu a ampliação dos seus negócios e fortuna pessoal, bem como a dos seus descendentes. Faleceu na Covilhã, em 15 de novembro de 1817, com 55 anos de idade, tendo sido "se-



Fig. 6 – Real Fábrica Veiga

Vista parcial do complexo fabril. Em primeiro plano, à esquerda, o edifício das tinturarias com o engenho de cardar e fiar, fundado por José Mendes Veiga, em 1784, após a reedificação e ampliação de cerca de 1820. Acoplado a este, à direita, a ampliação edificada pelos filhos, cerca de 1840. Em segundo plano, à esquerda, o edifício dos escritórios e armazéns do complexo fabril, mandado edificar pelo filho, o Comendador José Mendes Veiga (1792-1872) e à direita, as râmolas de sol e grudadouros, com a casa da mó, estruturas de apoio às secções Tinturaria e Ultimação (Reprodução de postal ilustrado. Finais do séc. XIX. Covilhã. Ribeira da Goldra. Calçada do Biribau).

pultado nos covais da Igreja de Sam Pedro"(ANTT, R. P., Cov., S. Pedº, Ob., Lº 3, fº 8 vº). Destaca-se, igualmente, o papel da mulher, Rosa Jacinta Narcisa de Carvalho, que desempenhou um papel de relevo na manutenção e engrandecimento da Real Fábrica Veiga, após a morte do marido e durante o exílio dos filhos no âmbito das lutas liberais.

APÊNDICE

DOCUMENTO 1

Fundão, 27 de maio de 1726 - Casamento de Francisco Mendes Veiga e Mécia Henriques
ANTT, *Registos Paroquiais, Fundão, Casamentos*, Lº 1, fl. 70 vº

Aos vinte e sete de maio de setecentos e vinte e seis em presença de mim Teodozio Esteves Prior desta Igreja de S. Martinho e das testemunhas abaixo assignadas precedendo as denunciações que ordena o Concilio e Constituições receberam o Sacramento do matrimonio Francisco Mendez da Veiga natural da cidade da Guarda solteiro filho de Jacinto Mendes e de Jacinta Maria todos da dita cidade e Mecia Henriquez solteira filha de Antonio Rodrigues Cazado e de Izabel Rodrigues todos deste lugar do Fundao foram testemunhas o Padre Boaventura Gonçalves e Francisco Lopez Cazado todos deste lugar e que por estes termos vi assignei com as dittas testemunhas dia mes e ano ut supra.

O Prior Teodozio Esteves
O Padre Boaventura Gonçalves
Francisco Lopez Cazado

DOCUMENTO 2

Fundão, 7 de julho de 1745 - Casamento de Manuel Rodrigues Pretto e Maria Henriques
ANTT, *Registos Paroquiais, Fundão, Casamentos*, L^o 1, fl. 242 v^o

Em os sette de Julho deste ano de mil settecentos e quarenta e cinco contrahirão o Sacramento do matrimonio na minha presença e parte do povo solenemente, tendo precedido as denunciações constituídas por direitos e constituição deste Bispado sem impedimento conforme da Igreja, Manoel Rodrigues Pretto, solteiro, filho legitimo de Andre Nunes, e Theodora Mendes desta Freguesia; e Maria Henriques filha legitima d' António Rodrigues, e de Brites Maria, todos naturais e moradores neste lugar do Fundao; e forão testemunhas Francisco Lopez Cazado, e Francisco Mendes Veiga desta mesma freguesia que este comigo assignarão no dia, mes, e ano acima declarado.

O Prior Manuel dos Santos
Francisco Lopes Cazado
[...] (ilegível) Nunes [...] (ilegível)
Francisco Mendes Veyga

DOCUMENTO 3

Belmonte, 28 de novembro de 1765 - Óbito e testamento de Maria Luísa Mendes Veiga, mãe de José Mendes Veiga
ANTT, *Registos Paroquiais, Belmonte, Santiago, Óbitos*, L^o 1, fls. 171 v^o / 172 v^o.

Em os vinte e oito dias do mez de novembro do presente anno de mil e setecentos e secenta e cinco faleceu da vida presente com todos os sacramentos Maria Luiza de idade de trinta e cinco annos, pouco mais ou menos, cazada com Francisco Mendes Veiga, moradora nesta villa de Bellomonte, e nesta freguesia, naturaes ambos da villa do Fundam. Foi sepultada dentro desta Igreja de Sãotiago desta ditta villa de Belomonte.

Deixou um rol de Missas feito por Rodrigo Mendez na forma seguinte - Missas que mando se me digam aos Santos das minhas obrigações: Primeiramente ao Anjo da minha guarda duas Missas - Pela minha Alma tres Missas ditas no Altar mor. A Santa do meu nome duas - a Santo Ildefonso huma - A Senhora da Conceição huma - As Almas Santas duas - Pella Alma de minha may huma - Pellas penitencias mal cumpridas huma - A Senhora da Piedade huma - A Senhora da Esperanza huma - A Senhora May dos Homens huma - Ao Santissimo Sacramento duas - Pellas Almas que era obrigada a rezar huma - Neste Rol não leva mais. Fez tambem uma lembrança das esmolos pella letra de seu marido que contem o seguinte -

Lembrança do que deixa minha mulher - Deixo a Clara por esmola humas arecadias (sic) que trago, mais huma saya pretta fina, mais huma mantilha de lã fina usada. Mais huma camisa nova. Mais hum colchaozinho, dois lençois, hum cobertor de papa. Hum [...] (ilegível). Mais hum capote de pano alvadio forrado de bayetta azul. Mais huma vara de pano de linho [...] (ilegível). Mais deixo à viuva de Francisco Castelhana huma camisa nova, outra uzada. Uma saya [...] (borrão) de camelão uzada. Mais hum alqueire de milho e meio alqueire de senteyo. Mais a sua filha Leonor covado e meio de camelão azul. Deixo a minha prima Maria Nunes huma saya de chita. Deixo a minha prima Nunes digo Justa humas braguinhas de chita. Deixo a Rosa de Joam de Campos hum capote de linho com bandas mais huma camisa [...] (ilegível) com punhos granbretanha. Deixo a Violante de Joam de Campos huma camisa nova mais hum capote de linho com bandas de chita já usado. Deixo a Joam de Campos dois alqueires de milho. Deixo a Mariela huma camisa boa. Deixo à ama do minino covado e terça de dorguete (sic) pano roxinho, huma vara de [...] (ilegível). Mais a sua filha huma camisa de brim. Deixo a minha comadre hum lenço da moda dos que servem de pôr, por capricho. Deixo a sua afillhada Aurora da mesma comadre covado e meyo de camelão azul, retroz para cozer e para casear e hum atacador vermelho. Deixo a Maria de José Antonio tesselão covado e meio de camelão azul. Deixo a meu Primo Rodrigo Mendez hum covado de pano fino, de pano de linho vara e meya; humas ligas [...] (ilegível), trossal e retros para venda e calçado. E a sua mulher o meu russicler (sic) de ouro que trago com uzo. Mais a Maria Dourada assiste em sua casa covado e meyo de bayeta azul grosseira, meya oitava de retros, duas varas de fitta vermelha. Deixo a minha comadre Gracia de Mattos covado

e 3ª de bayeta azul. Deixo à vizinha Barbara covado e meyo de dorguete (sic) panno pretto e retroz para cozer e para casear o colette. Deixo à vizinha Rita um covado de bayeta azul e retros para cozer. Deixo a meu afilhado, filho do meu compadre Sebastiam Mendez, covado e meio de bayeta azul para um xambre e retros. Deixo mais ao mesmo meu Compadre Sebastiam Mendez dois alqueires de milho. E não continhão mais as dittas disposiçoens. De que fiz este termo que assignei dia mes ano ut supra.

P.e Luiz Joze Esteves de Brito

(Em cima, ao lado): Fez huas lembranças de missas e esmollas de que dera parte seu marido Francisco Mendez Veyga.

DOCUMENTO 4

Belmonte, 4 de dezembro de 1766 - Óbito e testamento de Francisco Mendes Veiga, pai de José Mendes Veiga

ANTT, *Registos Paroquiais, Belmonte, Santiago, Óbitos, Lº 1, fls. 177/177 vº.*

Em os quatro dias do mez de dezembro do presente anno de mil e setecentos e secenta e seis faleceu da vida presente com todos os Sacramentos Francisco Mendez Veiga de idade de quarenta e sete annos, viuvo que ficou de Maria Luiza naturaes da villa do Fundam e morador nesta de Belomonte. Foy sepultado nesta Igreja de Santiago desta ditta villa. Fez huma lembrança na forma seguinte - Ao Anjo da Guarda sinco Missas - ao Santo do seu nome sinco Missas - As Almas oito Missas - A Senhora da Esperança seis Missas - a Santo Anselmo quatro - A Santo Ignocencio quatro - a S. Sebastiam sinco - a Santo António sinco - A meus filhos deixo tudo o que tenho, excepto o meu 3º, que deixo reservado para que tudo se dé em esmollas a pobres e se possam sufragar por minha Alma - Deixo a meu irmão Marcos o meu gabão de tripe fino encarnado - A meu primo Rodrigo Mendez hua vestia de chita - A meu primo Manuel da Idanha hua cazaqua de pano fino alvadio - A meu compadre Sebastião Mendez hua casaqua de seragossa preta e hua fanega de senteio - A Joam de Campos hua casaqua de bayeta pretta e seis alqueires de senteio, e huns [...] (borrão) sapatos uzados - A Gracia de Mattos dois covados de bayeta azul grosseira e dois alqueires de senteio - A Clara Carolla dois covados de bayeta grossa 1ª e quatro alqueires de senteio - A Francisca do Castellano quatro alqueires de senteio e tres covados de bayeta azul grosseira - A Mauriela hum alqueire de senteio. A Barbara hum alqueire de pam - a Rita hum alqueire de pam - a Joze da Silva de Penamacor tres alqueires de senteio - A Manuel Roiz Pretto prezo na cadeya da Covilhã, hua camisa nova, hua vestia e calçado tudo de uzo, meyas e sapatos chapeo e hum capote de seragossa uzado - A Pedro Casado dois alqueires de senteio - A Antonio Casado dois alqueires de senteio - A minha tia Domingas da Idanha dois covados de bayeta verde ou azul fina - e a sua filha Maria outros dois da mesma sorte - A seu filho Francisco 300 reis e hum covado de seragossa - A seu filho Manuel 600 reis - a May de Domingos e para Domingos 900 reis - e aos filhos 1600 reis - a Maria Dourada 800 reis - A António cazado com Theresa seiscentos reis - a Guiomar de Monsanto 600 reis - a seu Irmão Domingos - hua vestia de uzo - a Theresa do Antonio Palanelo dois covados de bayeta fina de cor - a minha prima Francisca de [...] (ilegível) 1200 reis - a Manuel Vaz do Fundão casado com a Ignez 600 reis - as cachopas de meu tio Francisco Lopez do Fundão a cada huma 480 reis - a Rosa de Joao de Campos 480 - a Violante 480 - a Maria de meus pais 6400 reis - a outra Maria de meu pai 1200 reis - a meu irmão Manuel Roiz Pretto 1600 - a meu irmão Teodosio 1600 - as meninas de meu Irmão Teodosio 2000 - a minha tia Leonor Mendez do Fundão 3200 - a Justa 800 reis e mais hum cruzado - a Maria Vaz 1000 - a minha prima Luiza 2000 - a João Moram da Idanha morador no Fundão 1 600 - ao irmão deste chamado Manuel 1000 - a minha prima Maria Henriquez da Covilha 1800 - e não continha mais de que/ fiz este termo que assignei.

P.e Luiz Joze Esteves de Brito

DOCUMENTO 5

Belmonte, 12 de março de 1762 - Nascimento de José Mendes Veiga
ANTT, *Registos Paroquiais, Belmonte, Santiago*, Bat. L^o3, F 82 v^o/83]

Em os doze dias do mes de março do prezente anno de mil setecentos e secenta e doiz nasceo José filho do primeiro Matrimonio de Francisco Mendez Veyga e de sua mulher Maria Luiza moradores nesta villa e naturaes da do Fundam netto pela parte paterna de Francisco Mendez Veyga natural da cidade da Guarda e de sua mulher Messia Henriques natural da ditta villa do Fundam, e pella materna de Andre Nunes e de sua mulher Theodora Mendes naturaes da ditta villa do Fundam. Foi bautizado foi bautizado solemnemente nesta Igreja de Santiago de Belomonte em os seis dias do dito e digo em os seis dias do mes de abril do ditto anno por mim Luiz Joze Esteves de Brito prior della. Foram padrinhos Joze Pereyra e sua Irmaã Maria Engracia. As testemunhas João Marques Giraldes e Domingos Fernandes todos desta ditta villa de que fiz este termo que assignei com as testemunhas dia, mez e anno ut supra.

Luiz Joze Esteves de Brito
João Marques Giraldes
Domingos Fernandes

DOCUMENTO 6

Covilhã, 12 de janeiro de 1780 - Casamento de José Mendes Veiga e Rosa Jacinta de Carvalho
ANTT, *Registos Paroquiais, Covilhã, S. Pedro, Casamentos*, L^o2, fl. 84 v^o/85

Aos doze dias do mes de janeiro de mil setecentos e setenta digo centos e oitenta annos em esta parochial igreja de São Pedro desta villa de Covilhã e na minha presença, Prior della João Paulo Baptista e das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas contrahiram o Sacramento do Matrimonio por palavras e presentes na forma do Sagrado Concilio Tridentino e Ritual Romano Jozé Mendes Veiga solteiro natural da villa de Belmonte deste bispado da Guarda filho legitimo de Francisco Mendes Veiga e de sua molher Maria Luiza naturaes da villa do Fundão do mesmo bispado e Rosa Jacinta de Carvalho solteira natural desta villa de Covilhã filha legitima de Francisco de Carvalho Fontes natural desta mesma villa e de sua molher Jacinta Maria dos Rios natural de Fundão e não lhe resoltou impedimento algum como me constou das certidoes dos reverendos parochos das dittas dittas villas de Belmonte e Fundão que reconheço serem verdadeiras e nem eu vi ter de que fiz este termo que assignei com as testemunhas fieis da Igreja Manuel Nunes Mosa e José da Costa da mesma villa, em Covilha, dia, mes e ano ut supra.

Pe. João Paulo Baptista
Joze (+) da Costa
Manuel Nunes Mosa

FONTES

ANTT, *Registos Paroquiais, Belmonte, Santiago, Batismos*, L^o3

ANTT, *Registos Paroquiais, Belmonte, Santiago, Óbitos*, L^o 1

ANTT, *Registos Paroquiais, Covilhã, S. Pedro, Batismos*, L^o4, L^o 6

ANTT, *Registos Paroquiais, Covilhã, S. Pedro, Casamentos*, L^o2

ANTT, *Registos Paroquiais, Fundão, Batismos*, L^o2, L^o 3, L^o 4, L^o 5

ANTT, *Registos Paroquiais, Fundão, Casamentos*, L^o 1

ANTT, *Registos Paroquiais, Fundão, Óbitos*, L^o 4, L^o 5

ANNT, *Registos Paroquiais, Guarda, S. Vicente, Casamentos, L°5*

ANNT, *Registos Paroquiais, Guarda, S. Vicente, Mistos, L° 4, L° 5*

ANNT, *Registos Paroquiais, Melo, Batismos, L°1, L°6*

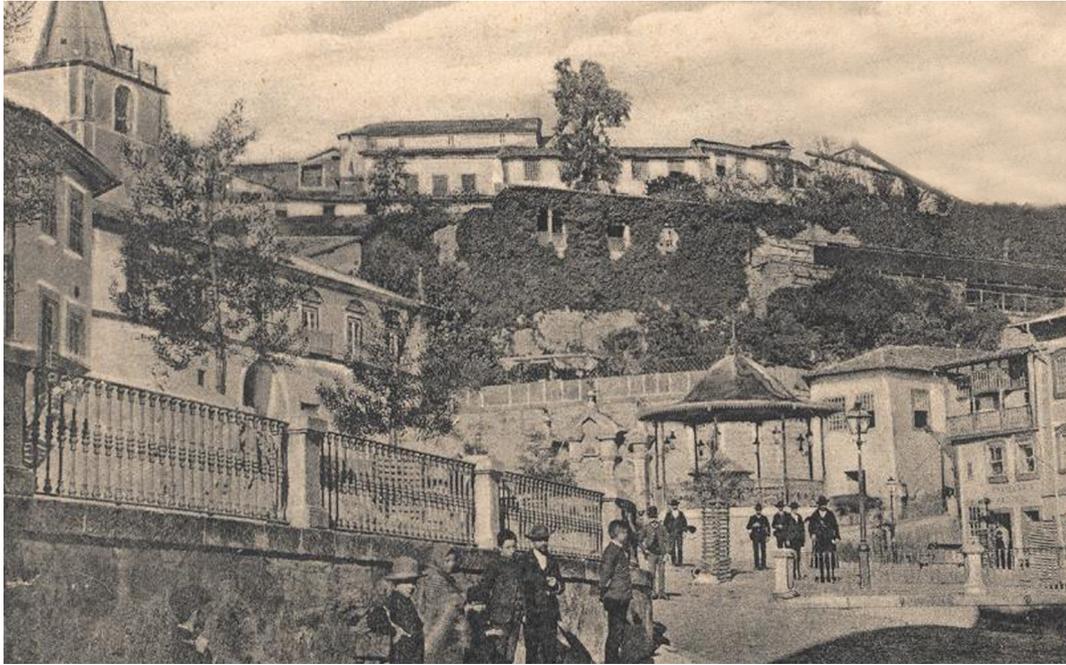
BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Alberto Tavares (1999). *Cavalos Veiga, tradição e actualidade*. Lisboa: Ed. Inapa, 1999.

DURÃES, Margarida (1992). *No fim não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social*. "Boletín de la Asociación de Demografía Histórica", X, 3: pp. 125-141.

PINHEIRO, Elisa Calado (2008-2009). *Rota da Lã TRANSLANA: Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. [Vol.1- Reconhecimento e valorização patrimonial. Vol. 2 - Inventários das vias agro-pecuárias e do património edificado associado à indústria de lanifícios].

SILVA, António de Moraes (1844). *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 5ª ed., Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha.



Pelourinho e largo da Câmara (atual praça do Município)
Fonte: Imagem gentilmente cedida por António Garcia Borges
ao Museu de Lanifícios da UBI (2001).

A morte em 1883: na rota da lã e dos expostos da Covilhã, entre o tifo, a varíola e outras epidemias

Death in 1883: on the route of wool and of the Covilhã underprivileged, between typhus, smallpox and other epidemics

ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA

Universidade da Beira Interior

University of Beira Interior

asp@ubi.pt

RESUMO

Não tem sido suficientemente notada a crise epidémica de 1883 que assolou o concelho da Covilhã, em particular, e algumas freguesias contíguas dos concelhos de Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Seia e Manteigas. Deixamos aqui os números trágicos que elevaram naquele ano em cerca de um milhar o número de mortes habituais no concelho da Covilhã e em mais de uma centena os da vizinha Manteigas. Em simultâneo, foi-nos possível perceber a estrutura produtiva das diferentes freguesias daquele concelho serrano que nos casos da atual vila do Tortosendo e de Santa Maria da Covilhã já apresentavam um setor industrial considerável no âmbito dos lanifícios.

PALAVRAS-CHAVE

Covilhã, Economia, Epidemias, Lanifícios, Manteigas, Sociedade.

ABSTRACT

The epidemic crisis of 1883 that devastated the municipality of Covilhã in particular, and some contiguous parishes of the municipalities of Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Seia and Manteigas, has not been sufficiently noticed. We leave here the tragic figures that in that year raised to about a thousand the number of habitual deaths in the county of Covilhã, and to more than a hundred the ones of the neighbouring borough of Manteigas. At the same time, it was possible to perceive the productive structure of the different parishes of that county, which in the cases of the today's town of Tortosendo and of Santa Maria da Covilhã already possessed a considerable industrial sector in the scope of the wool manufacture.

KEYWORDS

Covilhã, Economy, Epidemics, Manteigas, Society, Wool.

Na cronologia da Covilhã, a indicação da existência de um “Plano de Melhoramentos” para a cidade, datado de janeiro de 1883, no seu arquivo municipal, e o estabelecimento, na Rua Primeiro de Dezembro, da freguesia de Santa Maria, do ainda recente Banco da Covilhã (1874-1934), deviam fazer-nos supor um ano de prosperidade, mas não foi assim, antes, de tragédia. De facto, aquele plano é anterior à intensificação desta que acontece, de forma absolutamente arrasadora nos últimos quatro meses daquele ano. Não é de bom tom fazer retórica com a morte, pela tristeza infinda que deixa nos lares onde ocorre e pelo sentimento geral de incapacidade em sociedades desprovidas dos meios para lhe fazer face em idades precoces mormente em períodos de epidemia. As fontes consultadas são sucintas a propósito, diremos em demasia, mesmo para um historiador experimentado. No entanto, sempre podemos supor o pensamento dos clérigos que cuidadosamente assentam o acontecido nas fórmulas tradicionais e vigiadas pelos superiores eclesiásticos. Em pouco tempo, cabe-lhes lançar os registos de uma, duas, e três mortes, por vezes no mesmo dia e hora (ADCB, OSMC1883, r.os 188 e 189), na mesma casa e rua ou nas imediatas, uma fatalidade que parecia não ter fim durante o outono de 1883. Não podemos deixar de pensar na sua angústia, nem esconder a nossa, tanto ao ler as fontes como ao interpretá-las para levar a cabo a necessária síntese histórica pois conhecemos desde menino aqueles espaços. Com efeito, a morte entre crianças serpenteou nos vales serranos durante três longos anos, entre 1882 e 1884, porém, muito veloz, de setembro a dezembro de 1883, e na forma tão avassaladora como acontecera na Degoldra em setembro de 1598 em particular na respetiva Casa de Saúde. Os números altos que outras fontes apresentam para os anos de 1918 e 1919 ficam muito aquém daqueles de 1883 (MORAIS, J. A. D., 2012). Aquela tragédia começou no vale glaciado de Manteigas com uma tremenda crise de tifo que impôs ali a instalação de um Hospital Provisório, que atacou sobretudo os adultos e continuou pelo mais populoso concelho da Covilhã com uma violenta epidemia de “bexigas”, que progrediu rápida em particular, agora, nas idades mais tenras de um extremo ao outro dos respetivos limites e aumentou o número dos óbitos de forma inaudita. A epidemia de varíola foi anunciada em Manteigas com a morte de um militar como repetiremos adiante, ainda que o vigário de Santa Maria daquela vila não nos informe mais sobre as causas das outras mortes registadas (ADG, OSMM1883, r.º 12). Cremos que as verificadas no dito Hospital Provisório ali instalado se devam ao tifo e que a maioria das três dezenas de crianças falecidas tenham falecido de varíola ou também de tifo, nos lugares mais isolados. Curiosamente, em 11 de setembro de 1882, falecia no “casão” do Observatório Meteorológico, instalado nesse ano, ao Poio Negro nas Penhas Douradas, José Branco Massano, de 39 anos (ADG, OSMM1882, r.º 25), de tifo ou varíola ou outra fatalidade, ficamos sem saber. No entanto, quando a crise deflagrou no concelho da Covilhã, houve sacerdotes que a partir de determinada data tiveram o cuidado de registar o óbito como provocado pelas bexigas, a forma de então designar popularmente a varíola e nós deixamos a encarnado nos quadros adiante. Pelo evoluir da doença, podemos supor que teria havido no concelho um processo de vacinação para os adultos pois estes raramente foram atingidos, neste ano, sobretudo trágico para os mais jovens. Em todo o concelho, contabilizamos cerca de mil mortes acima do que era normal, devidas à varíola, uma espécie de rei Herodes que, nos meses próximos do Natal desse ano, espalhou o terror na maioria das freguesias daquele município e matou quantas crianças pôde, em algumas casas, só parando depois de todas mortas.

Tínhamos começado a nossa investigação apenas sobre o eixo ocidental a sudoeste do concelho, tentando perceber o caminho dos expostos da Covilhã até às suas amas na atual vila da Vide, mas descobrimos que também houve um eixo a nordeste, que incluímos na nossa investigação, depois fomos ver às fontes o que tinha acontecido nas povoações fronteiras dos concelhos vizinhos e felizmente não encontramos nada parecido. Com efeito, na documentação que temos vindo a consultar a propósito dos diferentes

territórios da Beira, percebemos uma rota que desce os vales do Ceira e do Alva, sobe as serranias do Açor e corre na falda sudoeste da Estrela até à Covilhã. Na longa duração, trata-se de um troço da via antiga, que ligou a primeira capital do Reino, Coimbra à rica Cova da Beira, jamais concretizada em via moderna, depois que os transportes por tração animal foram substituídos pelo comboio e pelo automóvel. Noutra perspetiva, a partir da sua precoce industrialização, a Covilhã exerceu um considerável poder de atração sobre os povoados que lhe ficam a ocidente até meio caminho da viagem tanto para Coimbra, como Viseu, ou seja aos vales fundos dos rios Ceira e do Alva, afluentes da margem esquerda do Mondego ou mais longe ainda até Midões (ADCB, OSMC1883, r.º 191). As gentes destes povoados cruzavam-se com alguma frequência criando entre elas destinos familiares e expressões coletivas, de que a romaria é uma delas. Nas serranias a ocidente da Covilhã, nenhuma era mais concorrida do que a Nossa Senhora das Preces, na Aldeia das Dez. De menos alegria e mais dor, encontramos os recém-nascidos, expostos na roda do Hospício da Covilhã, a serem amamentados nos lugares mais distantes, designadamente na atual vila da Vide. Tudo se explica. E estas amas eram contratadas, embora não tenhamos informação sobre os quantitativos salariais para o distrito de Castelo Branco ou o da Guarda, sabemos que em Aveiro, as amas de leite recebiam 1500 rs. mensais e as “de secco” apenas 1200 rs. (RCDA, 1882: 17). Com efeito, os diferentes normativos sobre a criação de expostos entregues nas misericórdias a amas seguiam o disposto no alvará régio de 31 de janeiro de 1775 com adendas em 12 de fevereiro de 1783 e 18 de outubro de 1806 para o Hospital dos Expostos de Lisboa tutelado pela respetiva Misericórdia. Os expostos eram entregues a amas com apoios financeiros em dois períodos, até ao ano e meio e de imediato até aos sete anos (SILVA, A.D., 1828: 4-6). Posteriormente a responsabilidade destes quantitativos foi assumida ao nível distrital. Não conhecemos as taxas de ilegitimidade. Todavia acreditamos que as mesmas atingiam os níveis ditos do Antigo Regime demográfico. À ilegitimidade escondida, correspondia uma outra, a manifesta de que conhecemos alguns exemplos. O sapateiro José do Amaral deixou a mulher em Alvoco das Várzeas e vivia separado dela na Rua da Porta do Sol, na Covilhã, com uma nova companheira, Joaquina de Jesus, natural de Mangualde, tendo dela um filho que, entretanto, faleceu (ADCB, OSMC, 1883, r.º 43). Por razões similares, fugir à miséria ou a situações de desavença conjugal, a freguesia de Santa Maria da Covilhã atraía gente de todas as regiões de Portugal. Aqui, encontramos os ofícios tradicionais, mas também já a designação que no país assumiram os operários têxteis, ditos empregados fabris (ADCB, OSMC1883, r.os 15, 130, 178, 180. E 182).

Com efeito, se a dita industrialização atraiu gente de toda a parte, como veremos, confirmamos um fluxo permanente desde as freguesias deste eixo que cruzava tanto as cumeadas das Águas Ceiras, de Sobral de S. Miguel, como as das Pedras Lavradas, entre Trigais e Teixeira de Cima e para aqui se dirigia à procura de trabalho ou, pelos Piornos, descia à Covilhã, vinda de Manteigas. Aquele era um eixo pleno de vida, em particular nas ribeiras de Sobral de S. Miguel, de Casegas e do Caia, ou Cortes e Paul, até ao mais fértil vale do Zêzere, fronteiro à Covilhã. A serra foi sempre mais um desafio do que um espaço repulsivo como querem alguns. No que concerne à indústria em que se especializou esta cidade, aqui viveram tintureiros, tecelões e um sem número de fiandeiras. Conhecemos a realidade local e dela demos eco a primeira vez em 1996 (PEREIRA, A.S., 1997). Todavia, na longa duração, percebemos um Estado ausente no referido espaço até há bem pouco tempo em particular para além do Paúl até às cumieiras onde chega o termo concelhio da Covilhã. Nos primórdios, grande parte deste território foi incluído na comenda de Nossa Senhora da Silva do Castelejo por falta de capacidade das figuras que preenchiam o paradigma cavaleiro-vilão ou cidadão da Covilhã em povoá-lo de acordo ao seu foral. Ainda assim, percebemos um conflito de longa duração entre a alçada do Juíz de Fora da Covilhã e os lavradores da Ordem de Cristo, aqui estabelecidos, coagidos por aquele

a participar no lançamento das calçadas da sede concelhia em finais de Seiscentos: sem benefícios, mas sempre com obrigações (ANTT, C. O. Cristo, 226, fl. 238 e sgs.). Entre as maiores necessidades que este espaço tem apresentado até aos nossos dias, conta-se a da presença de profissionais de saúde capazes. E tal aconteceu, paradoxalmente, também na Covilhã, como vamos ver. Com efeito, há momentos de grande avanço na História da Humanidade. A descoberta dos princípios da vacinação em 1798 deve ser considerada um deles, tão importante como a dos antibióticos. Ora Portugal esteve muito próximo da descoberta feita por Edward Jenner em 1796. Com efeito, um dos primeiros a estudar a matéria foi o beirão albicastrense Manuel Joaquim Henriques de Paiva. Coube-lhe a edição em Lisboa em 1801 da obra *Preservativo das bexigas e de seus terríveis estragos ou historia da origem e descobrimento da vaccina, dos seus efeitos ou symptomas, e do methodo de fazer a vaccinação*. Mais ainda a prática vacínica para precaver a epidemia parece ter sido precoce nos territórios portugueses como decorre da análise da correspondência que, nos anos imediatos àquela descoberta, D. Rodrigo de Sousa Coutinho enviava ao Brasil para prevenção da mesma (CAMARGO, L.S, 2007). Seguramente, a experiência vacínica cumpria-se em 1803 em São Paulo com sucesso. Nos anos seguintes, a mesma estende-se a mais de uma dezena de milhares de indivíduos. Entretanto, a Academia Real das Ciências de Lisboa aprofundou o estudo da matéria como podemos constatar numa das suas Memórias a cargo de Bernardino António Gomes (1768-1823) que tinha estado no Brasil nos anos de viragem do século XVIII para o século XIX, tendo sido um dos promotores da fundação da Instituição Vacínica em 1812. As alterações institucionais na transição do regime absolutista para o liberal não favoreceram de imediato a implementação de um programa vacínico por todo o Reino nas décadas de 20 e 30 do século XIX. Apenas em 1845, pelo decreto de 26 de novembro, foi delineado um plano de vacinação da varíola para o Interior do Reino que, todavia, ficou no papel, regredindo-se no imediato ao que fora estabelecido em 3 de janeiro de 1837.

Durante décadas, mais do que em programas efetivos de vacinas, debateu-se sobre a eterna questão do contágio e as sucessivas medidas de defesa e chegamos à grande crise no concelho da Covilhã sem capacidade de defesa para arrostar a tamanha violência da epidemia em alguns dos seus espaços. Com efeito, apesar da vacinação, as epidemias continuaram recorrentes até bem entrado o século XX dando-se apenas como extinto o vírus fora de laboratório em 1980 e considerando-se como última crise a que aconteceu na então Jugoslávia em 1972. Não devemos, porém, ignorar fenómenos de preservação face à epidemia durante os períodos mais críticos, decerto, garantidos por profissionais de saúde mais cuidadosos como podemos supor em algumas freguesias do concelho da Covilhã durante aquela grande crise de 1883. O período de incubação do vírus da varíola era de cerca de 10 a 14 dias e o falecimento acontecia entre o quinto e o sexto dia nas formas mais graves. Apesar dos avanços ditos na vacinação, aquela ainda grassava em termos planetários naquele fatídico ano. Temos notícia de a mesma ter assolado a ilha do Ibo, no distrito de Cabo Delgado, em Moçambique no mês de abril, falecendo o mesmo delegado de saúde, vítima daquela em julho desse ano, e registando-se um elevado número de óbitos em setembro apesar das medidas sanitárias tomadas pelo governador, José Raimundo da Palma Velho (BENTO, C.L, 2010). A epidemia também era então notada no Brasil designadamente nas áreas portuárias do Rio de Janeiro (PIMENTA, T.S., 2015; BARBOSA, K; KODAMA, K., 2015). Na resenha noticiosa do periódico lisboeta, *O Ocidente*, de 1º de novembro desse ano, como se fosse despicienda tal doença, o cronista deixava a notícia que a varíola era «endémica em toda a parte».

Não deixa de nos parecer um paradoxo a conferência de um espaço de dominação portuguesa de Além-mar, o guineense, dito detestável em termos de salubridade quando as crianças morriam às centenas junto às tradicionalmente saudáveis ribeiras da Estrela no centro de Portugal continental (COSTA, A. J. S., 1883: 98). Com efeito, o ano de 1883 foi

um ano de gravíssima crise demográfica no concelho da Covilhã, atingindo as freguesias urbanas de forma muito violenta e também as freguesias contíguas, Tortosendo e a atual vila do Carvalho de forma arrasadora, e os espaços rurais de Boidobra, Unhais, Erada, Sobral de S. Miguel e Casegas entre outras.

Nesta investigação que levamos a cabo, um dos objetivos foi o de identificar o primeiro foco de contágio e parece-nos tê-lo conseguido. Com efeito, tudo indica que este vírus atingiu o espaço serrano a partir do quartel do destacamento militar estacionado, junto à Praça, na freguesia de Santa Maria, em Manteigas. O primeiro indivíduo cuja causa da morte foi atribuída às bexigas era Francisco Luís, soldado da terceira companhia, n.º 43 de Infantaria, natural de Aldeia do Carvalho, que faleceu pelas dezanove horas e trinta minutos do dia 31 de janeiro de 1883, como regista o vigário da freguesia de Santa Maria daquela vila, (ADG, OSMM1883, r.º 12). Supomos que o vírus se manteve ativo no espaço serrano de forma latente para deflagrar no final do verão e atingir como um turbilhão de morte o concelho da Covilhã. Sendo aquele natural da atual Vila do Carvalho, conferimos também o respetivo livro de registo de óbitos, mas não somos informados das causas de morte que ali aconteceram e o período de maior incidência da crise coincide curiosamente com o ocorrido no Tortosendo.

Pela análise do acumular de óbitos, parece-nos que a crise mais grave começou tanto em Vide, do concelho de Seia, em Trás-de-Serra, como na vertente para a Cova da Beira, em Santa Maria da Covilhã, em finais de julho, propagando-se, ainda antes de meados de agosto, a Casegas e ao Tortosendo, em finais de setembro, a Unhais da Serra e a Sobral de S. Miguel e, em novembro, de forma arrasadora, à Erada. Neste processo, parece-nos que os contágios podem ter sido provocados na rota dos expostos, que da Covilhã iam até à extensa freguesia da Vide, para serem entregues na forma tradicional às amas que ali os criavam. Notamos que em 1883, ali faleceram, onze lactentes provenientes da roda/hospício da Covilhã, seis provenientes de Seia e dois, de Coimbra. A epidemia prolongou-se em 1884 a nordeste do concelho da Covilhã, em Aldeia do Souto, como decorre dos números que apresentamos no Quadro 1 em termos globais e nominais adiante:

| Freguesia/anos | A1881 | A1882 | A1883 | A1884 | A1885 |
|-------------------------------|------------|------------|-------------|------------|------------|
| A.de S. Francisco | 6 | 4 | 5 | 5 | 3 |
| Aldeia do Souto | 10 | 15 | 16 | 21 | 20 |
| Barco | 37 | 32 | 30 | 22 | 26 |
| Boidobra | 25 | 24 | 43 | 21 | 21 |
| Casegas | 21 | 19 | 68 | 16 | 37 |
| Cortes do Meio | 24 | 44 | 36 | 26 | 25 |
| Covilhã, Conceição | 54 | 41 | 172 | 57 | 63 |
| Covilhã, S. Pedro | 63 | 67 | 163 | 52 | 50 |
| Covilhã, S. Martinho | 50 | 66 | 166 | 59 | 47 |
| Covilhã, S ^a Maria | 56 | 85 | 203 | 51 | 62 |
| Dominguio | 18 | 21 | 16 | 16 | 6 |
| Erada | 23 | 22 | 52 | 8 | 13 |
| Ferro | 36 | 37 | 60 | 53 | 38 |
| Orjais | 22 | 5 | 53 | 34 | 36 |
| Ourondo | 8 | 20 | 17 | 14 | 15 |
| Paul | 24 | 47 | 33 | 51 | 31 |
| Peraboa | 30 | 32 | 54 | 41 | 21 |
| Peso | 24 | 30 | 43 | 23 | 18 |
| S. Jorge da Beira | 11 | 9 | 23 | 20 | 10 |
| Sobral de S. Miguel | 6 | 12 | 59 | 13 | 4 |
| Teixoso | 67 | 61 | 67 | 91 | 87 |
| Tortosendo | 81 | 75 | 217 | 78 | 62 |
| Unhais | 25 | 28 | 68 | 37 | 17 |
| Vale Formoso | 29 | 29 | 55 | 48 | 31 |
| Verdelhos | 11 | 12 | 12 | 12 | 12 |
| Vila de Carvalho | 46 | 35 | 150 | 32 | 42 |
| Total | 807 | 872 | 1881 | 901 | 797 |

Quadro 1 – Óbitos: antes durante e depois da varíola de 1883 no concelho da Covilhã

Curiosamente as freguesias contíguas do concelho do Fundão não sofreram esta epidemia de 1883, notando-se apenas algum aumento da mortalidade, no Telhado, nesse ano, e em Pêro Viseu, no seguinte, particularmente nos meses de setembro, outubro e novembro, como decorre do quadro 2. Obviamente, no Telhado, a profissão mais referenciada é a de oleiro, citamos, no entanto, a morte de sete expostos, com nomes pouco habituais, não nos sendo dita qual a roda de proveniência: Ubaldo dos Anjos, de quatro meses (ADCB, OTI1883, r^o 3); Maria Pulquéria, de quinze dias (ADCB, OTI1883, r^o 10); Paulo Eremita, de dezassete meses (ADCB, OTI1883, r^o 18); Perpétua, de um mês (ADCB, OTI1883, r^o 23); Maria da Soledade, de cinco meses (ADCB, OTI1883, r^o 29); Acúrcio, de um ano (ADCB, OTI1883, r^o 35)) e Hilário, de dois meses (ADCB, OTI1883, r^o 47).

| Freguesia/anos | A1881 | A1882 | A1883 | A1884 | A1885 |
|----------------|------------|------------|------------|------------|-----------|
| Alcaria | 19 | 25 | 27 | 21 | 15 |
| Pêro Viseu | 37 | 35 | 37 | 50 | 22 |
| Silvares | 17 | 29 | 21 | 20 | 22 |
| Telhado | 32 | 35 | 47 | 34 | 21 |
| Total | 105 | 124 | 132 | 125 | 80 |

Quadro 2 – Óbitos em freguesias do concelho do Fundão contíguas do concelho da Covilhã

Porque nos pareceu curioso o facto de um número considerável de expostos do Hospício da Covilhã serem entregues a amas da freguesia da Vide do concelho de Seia, também fornecemos os números de mortes aí verificados neste ano trágico, bem como os da freguesia do Piódão, do concelho de Arganil e nas duas freguesias da vila de Manteigas, neste caso, em crise que se arrasta desde o ano de 1882, demonstrando a dimensão serana da crise (Quadro 3). Neste espaço, a exceção é Alvoco da Serra em que as mortes acontecem com uma certa normalidade. Não sabemos do paradeiro do livro de óbitos de 1883 da freguesia da Teixeira do concelho de Seia por isso não constam aqui os números, como era suposto, por ser contígua do concelho da Covilhã. Notoriamente, o número de mortes foi elevado a ocidente na freguesia da Pampilhosa (Quadro 4) e a nordeste nas freguesias de Valhelhas, Belmonte, Caria e Inguias e Maçainhas, particularmente em 1884 (Quadro 5).

| Freguesia/anos | A1881 | A1882 | A1883 | A1884 | A1885 |
|----------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Alvoco da Serra | 20 | 14 | 16 | 22 | 17 |
| Piódão | 11 | 17 | 20 | 7 | 13 |
| Vide | 28 | 37 | 80 | 47 | 36 |
| Manteigas (S ^a Maria) | 23 | 42 | 81 | 32 | 21 |
| Manteigas (S. Pedro) | 35 | 92 | 91 | 36 | 36 |
| Total | 117 | 202 | 288 | 144 | 123 |

Quadro 3 – Óbitos em freguesias de Trás-de-Serra contíguas do concelho da Covilhã

| Freguesia/anos | A1881 | A1882 | A1883 | A1884 | A1885 |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|
| Pampilhosa | 62 | 51 | 62 | 91 | 84 |
| Unhais-o-Velho | 1 | 7 | 9 | 12 | 8 |
| Dornelas do Zêzere | 12 | 13 | 21 | 14 | 10 |
| Total | 75 | 71 | 92 | 117 | 102 |

Quadro 4 – Óbitos em freguesias a sudoeste contíguas do concelho da Covilhã

| Freguesia/anos | A1881 | A1882 | A1883 | A1884 | A1885 |
|----------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Belmonte | 60 | 47 | 66 | 90 | 50 |
| Caria | 55 | 51 | 66 | 59 | 51 |
| Inguias | 34 | 32 | 56 | 68 | 23 |
| Maçainhas | 33 | 11 | 19 | 30 | 25 |
| Valhelhas | 26 | 13 | 33 | 34 | 22 |
| Total | 208 | 154 | 240 | 281 | 171 |

Quadro 5 – Óbitos em freguesias a nordeste contíguas do concelho da Covilhã

Apesar do primeiro óbito devido a bexigas ter sido registada em Manteigas, devemos notar que o número de mortes aí se deveu mais à epidemia de tifo que fora declarada no ano anterior do que ao vírus da varíola tendo sido instalado na freguesia de Santa Maria daquela vila um “Hospital Provisório” de que damos informações das mortes aí registadas em 1883, ao todo vinte e cinco (ADG, OSMM1883) (Quadro 6). A epidemia de tifo foi aqui combatida pelo Dr. Francisco Maria de Barros e Vasconcelos da Cruz Sobral que mereceu uma homenagem da Câmara Municipal ainda em 1883.

| R.º | Data | Nome | Idade | Profissão |
|-----|-------|-------------------------------------|-------|---------------------------|
| 11 | 30-01 | Tomás Lopes Carvalhinho | 44 | Jornaleiro |
| 14 | 01-02 | Maria Ramos Martins | 70 | s/i |
| 18 | 08-02 | Rosária de Almeida | 35 | s/i |
| 19 | 10-02 | Gertrudes Lopes | 64 | s/i |
| 24 | 22-02 | Francisco Saraiva Freire Corte-Real | 66 | s/i |
| 25 | 26-02 | Maria | 19 | s/i |
| 26 | 04-03 | Ana Ramos da Cruz | 53 | s/i |
| 30 | 17-03 | Manuel Lopes da Rosa | 24 | Pedreiro |
| 31 | 18-03 | Manuel Leitão Isento | 63 | Jornaleiro |
| 32 | 19-03 | Maria Ribeira | 65 | s/i |
| 34 | 29-03 | Maria José Abrantes | 59 | s/i |
| 36 | 30-03 | João Ramos da Cruz | 23 | Jornaleiro |
| 37 | 02-04 | Maria Luísa Morais | 23 | s/i |
| 39 | 10-04 | Maria Paiva | 48 | s/i |
| 40 | 13-04 | Maria Paula | 40 | s/i |
| 41 | 13-04 | João Rodrigues Direito | 49 | Pastor |
| 42 | 17-04 | João Correia Abrantes | 39 | Jornaleiro |
| 43 | 25-04 | Josefa Ramos | 49 | s/i |
| 45 | 26-04 | José Augusto Gomes do Rego Feio | 48 | Administrador do Concelho |
| 52 | 30-05 | João Loução | 23 | Jornaleiro |
| 54 | 15-06 | Fernando Rodrigues Direito | 64 | Proprietário |
| 56 | 05-07 | Maria Craveiro | 62 | Fiandeira |
| 57 | 09-07 | Gertrudes Lopes | 43 | Fiandeira |
| 60 | 27-07 | Maria Ramos Caparitas | 60 | Doméstica |
| 72 | 28-08 | António Lopes da Rosa | 29 | Sapateiro |

Quadro 6 – Óbitos no Hospital Provisório em Santa Maria de Manteigas, em 1883

Durante a crise, faleceram sobretudo crianças, mas houve exceções de adultos atingidos pela epidemia que podem ter sido os transmissores iniciais. Lembramos que a primeira morte assinalada por bexigas aconteceu em Manteigas junto do respetivo aquartelamento militar. Uma outra, concernente a um adulto, foi registada em Unhais da Serra. Tratou-se de Manuel de Campos, natural de Penalva, da diocese Coimbra. Tinha 22 anos e era criado de servir (ADCB, OU1883, r.º 47). No Tortosendo, é registada a morte do adolescente João Apolinário da Cruz, a caminho dos treze anos, devida a Bexigas (ADCB, OT1883, r.º 94). Aqui, também faleceu outro adolescente, João Lopes, com onze anos, órfão de pai, natural de Anceriz, do concelho de Arganil, a quem o sacerdote não deu a extrema-unção nos termos habituais para que não houvesse contágios (ADCB, OT1883, r.º 104). Ainda no Tortosendo, é registado como tendo falecido de bexigas, em 3 de dezembro de 1893, o jornaleiro José Maria de Figueiredo com 38 anos de idade, a quem a epidemia já levava os filhos e viera de Pêro Viseu, onde fora criado por ser exposto (ADCB, OT1883, r.º 210).

Em Unhais, soçobraram neste ano 37 crianças com menos de dez anos, mas maioritariamente abaixo dos três anos. Todavia o responsável eclesiástico apenas assinalou vinte atingidos pelas bexigas, para além do dito Manuel de Campos. No Tortosendo, o respetivo prior, extraordinariamente rigoroso na indicação da idade dos falecidos, assinala apenas a partir de 30 de setembro as mortes por bexigas. Com os registos de batismo ao lado, ele pormenoriza os dias que passam ou faltam para completar os anos dos falecidos ou, em alguns casos, os pais exprimiriam a dor por um filho que ficou a dias de completar um aniversário (ADCB, OT1883, r.º 124). Houve dias trágicos de morte repetida neste processo. Em 30 de agosto, faleceram cinco crianças em Santa Maria da Covilhã. Na

então Aldeia de Carvalho, a crise epidémica coincide com a do Tortosendo no tempo e acentua-se também nos últimos dias de setembro pela festa/feira de S. Miguel. Aqui falecem seis menores no dia 30 de setembro e (ADCB, OVC1883, r.os 60, 61, 62, 63, 64 e 65) e três no dia seguinte (ADCB, OVC1883, r.os 66, 67 e 68), ainda que o prior não indique a causa de tal mortandade. Por nos aparecerem designados como operários alguns dos pais destes infelizes, juntamos quadro adiante (Quadro 18). Um destes ditos operários, Joaquim José Batista, era filho do mestre cardador Manuel Seleiro, que depois de ver falecer o filho de quatro anos também ele havia de falecer no mês seguinte (ADCB, OVC, r.os 117 e 131)

De um e do outro lado do segmento da cordilheira central que une a Estrela à Lousã, composto pelo Cabeços da Nave/Gondufo, do Açor e Águas-Ceiras e Picoto de Cebola, o povoamento foi sempre escasso, mas muito complexo. Do lado de lá, nos espaços ditos de Trás-de-Serra para quem vai do concelho da Covilhã, encontramos pequenas aldeias, dispersas pela serra, aproveitando a riqueza aquícola, que esta proporciona nos seus recantos, dependendo umas das outras nas respostas a algumas das necessidades de serviços, barbeiro, ferreiro, capador, carpinteiro etc. Na Vide, naquele ano trágico de 1883, o livro de registo de óbitos, além da sede da freguesia, nomeia dezena e meia de pequenos povoados ou lugares: Abitureira, Balocas, Barreira, Barriosa, Casal do Rei, Cernadinha, Cide, Coucedeira, Foz da Rigueira, Gondufo, Lamigueiras, Levadas, Pavão, Rodeado e Silvadal. Em todos estes, o aumento da morte de crianças é trágico, mas particularmente na sede de freguesia, onde foram registados vinte óbitos entre elas, a maioria das quais a cargo de amas de leite e idas de lugares tão distantes como Covilhã e Seia e já tinham ido de Coimbra. A morte nos diversos lugares da freguesia da Vide era tão vulgar que o vigário não se dá conta que uma das causas do aumento era a varíola, como também o não notaram os responsáveis da freguesia de Santa Maria da Covilhã onde aquela provocou uma centena de vítimas na referida crise acima das habituais. Porém, fizeram-no os párocos de Sobral de S. Miguel, de Erada e do Tortosendo, como dissemos. Em relação ao ano anterior e ao posterior, o aumento é de cerca de 100% de mortes. Na vide, em 1882, tinham falecido trinta e sete pessoas e em 1884, falecerão quarenta e sete contra as oitenta em 1883. daquelas oito dezenas de óbitos, mais de cinquenta e cinco são de crianças. Já no distrito de Coimbra e concelho de Arganil, o responsável eclesiástico percorria os lugares da freguesia de Piódão e registava então a morte de treze crianças, todas abaixo dos três anos, a maioria das quais em Chãs de Égua. Do lado de cá do Gondufo, Sobral de S. Miguel sepultou as quarenta e cinco crianças atingidas pela devastadora varíola, de setembro a novembro em 1883. Não percebemos como o vigário da Vide, Joaquim António dos Santos, sentia a morte dos bebés de meses que chegavam dos hospícios da Covilhã, de Seia e de Coimbra. Tamanha violência! Obviamente, alguns faleciam durante o terrível transporte por veredas e carreiros através destas inóspitas serranias. Custa-nos perceber por que eram entregues estes infelizes a não menos infelizes amas de lugares onde quase tudo faltava na encosta ocidental das serranias do Gondufo e do Açor. Nós já tínhamos dado conta do elevado número de mortes destas crianças na primeira metade do século em outras partes. Dissemos que, em 1883, faleceram oitenta seres humanos nos diferentes lugares de Vide. Todavia, em nenhuma outra freguesia se morreu tanto, nesse ano, como na de Nossa Senhora da Oliveira do Tortosendo. Ao todo, duzentos e dezassete óbitos, cerca do triplo das mortes registadas no ano anterior, ainda que em outras freguesias as percentagens sejam mais elevadas, como em Sobral de S. Miguel, ou em Nossa Senhora da Conceição, esta, no espaço urbano da Covilhã, onde o número de mortes é considerável, e na atual Vila do Carvalho. O ambiente era de tomada de precaução no Tortosendo já no mês de março, quando o pároco não administra a Extrema-Unção na forma habitual ao António Afonso dos Santos, à Rosa Maria Esteves e ao Gabriel, de dez anos, para «não dar lugar a moléstia» (ADCB, OT1883, r.os 12 e 33, 42).

Perante a tristeza geral desta mortandade, há a assinalar o espaço das freguesias de Cortes do Meio, Paul, Ourondo, Aldeia de S. Francisco, Barco, Dominguiso e Verdelhos. Fomos á procura de eventuais fatores que tivessem protegido as suas populações. Sabemos que, em Cortes do Meio, eram barbeiros José Antunes da Silva, já viúvo (ADCB, CCM1883, r.º 1), e José Nunes dos Santos das Neves, solteiro (ADCB, CCM1883, r.º 5 et passim), bem relacionado na Covilhã e era professor de instrução primária António José dos Santos (ADCB, BCM1883, r.º 19). Na área, pode ter intervindo o médico e proprietário Manuel José Gonçalves dos Santos Gascão (1840-1916), proprietário e residente na Covilhã, que notamos a servir de padrinho, no Paúl, através de procuração (ADCB, BP1882, r.º 9), e encontraremos na manifestação levada a cabo na Covilhã de repúdio contra o assassinato de D. Carlos e do Príncipe Herdeiro e a favor do regime monárquico, sendo então subdelegado de saúde no concelho (*Diário Ilustrado* de 3 de maio de 1908). A Covilhã tinha visto falecer a 3 de maio deste ano o médico cirurgião Francisco Manuel Pais com sessenta e três anos de idade (ADCB, OSMC, 1883, 24). Teria havido uma vacinação generalizada nestas povoações?

Descendo à análise das estruturas socio-produtivas destes territórios, ainda que percebamos em maior profundidade a de Sobral de S. Miguel, intuímos, a partir dos dados levantados, uma assinalável esfera industrial no Tortosendo e, em particular, pela complexidade, em Santa Maria da Covilhã. Aqui, encontramos os profissionais de todo o ciclo produtivo dos lanifícios, homens e mulheres, mas também alguns oficiais administrativos. Além de domésticas, as mulheres cumprem as profissões de escolhedeiros e fiandeiras; entre os profissionais masculinos, predominam os tecelões. De forma pleonástica, diríamos que a freguesia de Santa Maria da cidade da Covilhã nos apresenta uma sociedade tipicamente urbana onde podemos encontrar gente de vária origem, índole, e competência profissional e os mais diferentes tipos de lares. Ali, notamos também a presença de mendigos, de deficientes, de profissionais diversos, enfermeiros, todo o leque de mestres ligados ao ciclo produtivo dos tecidos, escolhedeiros, cardadores, fiandeiros, urdidores e urdisseiros, tecelões, pisoeiros e tosadores, percheiros, fogueiros, tintureiros, mestre de tecidos de lã, fabricantes e empregados fabris, negociantes, oficiais de diligências do município e do Ministério da Fazenda, professores e doutores. Na sua circunscrição, havia três fabricantes, João da Costa Rato, José António Silva Ranito e José Maria Baptista e também cinco pisoeiros: Firmino Pereira; Henrique Caetano; Manuel de Figueiredo Espinho; Jerónimo Borrallinho e Luís Pereira Nina. Curiosamente, neste espaço encontramos uma mestra de meninos que faleceu solteira relativamente jovem e chegara de longe. Tratava-se de Dona Felisbela da Conceição e Silva que contava então 55 anos e era natural da cidade de Coimbra, ainda que seu pai fosse originário de Guimarães (ADCB, OSMC1883, 195). Dias depois do falecimento desta, com apenas mais dois anos, faleceu também uma figura muito conhecida nas ruas da freguesia de Santa Maria: Rosa de Jesus Maria, de alcunha “Meio-Tostôa” como o coadjutor faz questão em informar, “solteira, cega e mendiga” (ADCB, OSMC1883, 200). A morte atacou de forma violenta a freguesia matriz da cidade como atacara Santa Maria da Oliveira do Tortosendo. Em Santa Maria da Covilhã, um tecelão vê falecer no mesmo dia o filho Manuel de cinco anos e a filha Rita de dez meses e, dez dias depois, a filha Felismina, de 3 anos. O profissional do mesmo ofício, Luís Lopes David, que tinha vindo de Castelo Branco vê os filhos a falecerem em dias seguidos e Bernardo Ramalho sepultou o filho António de cinco anos e o Severiano de dois e meio com o intervalo de uma semana. Por seu turno, Joaquim José Caetano Esteves, oficial de diligências, perdeu as duas filhas em menos de uma semana entre 30 de agosto e 4 de setembro, uma de quatro anos e outra de dezassete meses.

Neste fatídico ano, a morte de filhos de tecelões é trágica. Entre os cinquenta e um, de que temos notícia no Tortosendo, quarenta viram falecer-lhes um filho; nove, dois

filhos; e dois sepultaram três filhos, ao todo sessenta e uma crianças (Quadro 15). Dos quarenta e quatro tecelões que registamos em Santa Maria da Covilhã da Covilhã: trinta e seis sepultaram um filho; sete, dois filhos; e um, três filhos, ao todo cinquenta e três crianças falecidas nesta conjuntura trágica, nas casas destes profissionais, (Quadro 16). No Tortosendo, curiosamente, onze deles estavam estabelecidos na Rua dos Escabelados, mas não devia haver rua onde não houvesse pelo menos um tecelão. O que também acontecia em Santa Maria da Covilhã.

Parece-nos ainda que o Tortosendo trazia uma novidade em relação às aldeias a caminho do Açor. Enquanto além encontrávamos os tradicionais e lendários carvoeiros, por vezes almocreves, aqui, aparecem-nos os ditos chamiceiros, residentes no Casal, que abastecem de carqueja e de giesta e outros materiais os fornos e as cozinhas do Tortosendo. No entanto, encontramos também esta profissão no espaço da antiga Aldeia de Carvalho (ADCB, OVC1883, n.º 31, n.º 55) e na Covilhã. Elo de ligação entre estas freguesias periurbanas da Covilhã, encontramos os pastores tal como do outro lado da serra em Manteigas.

Não temos dúvida quanto à progressiva especialização produtiva no Tortosendo como também acontecera na Covilhã, embora ainda se note a presença de quinteiros em uma e outra freguesias, capazes de responder a um conjunto mais largo de necessidades e que chegaram aos nossos dias abastecendo o mercado municipal. A então Aldeia de Carvalho encontrava-se em um meio termo entre estas freguesias com uma estrutura industrial e as rurais. Decerto, contabilizamos aqui já alguns operários e algumas operárias, assim ditos e ditas, para além das escolhedeiros, dos fiandeiros e de seis tecelões que nomeamos adiante (Quadro 18).

Nas restantes aldeias deste território, predomina uma economia rural em que a agricultura vai preenchendo todos as áreas possíveis de cultivar e arrotear e confirmamos uma estrutura produtiva assente em proprietários, em simultâneo, lavradores, ditos também “fazendeiros” e “agrícolas”, na vertente norte da serra de Sobral de S. Miguel, e uma multidão de jornaleiros também ditos trabalhadores. Em 1883, já não laborava no Sobral o tecelão Pedro de Paiva que ali casara em 1847 ido da Covilhã, mas tinha aumentado o número das tecedeiras de linho. Notamos as suas contemporâneas Maria e Joaquina da Cruz Fernandes. Neste mester, em 1863 desempenhava o ofício Maria Rita, moradora nas Rua das Vinhas e que era casada com o proprietário João Gonçalves Domingues. Em 1864, eram também tecedeiras Maria João e Maria Pinto, ambas solteiras, e em 1866, Ana Fernandes da Cruz casada com o proprietário José Simão Branco. Em 1883, além da Maria Rita, Maria Ferreira também era tecedeira. Na data, em Casegas, teciam Delfina Gaspar e Margarida Araújo.

Os subscritores do registo de óbito dão-nos conta discretamente dos casos mais estranhos, em Santa Maria da Covilhã, que não notamos com tanta recorrência em freguesias rurais: uma leva de mendigos, a Maria Luísa (ADCB, OSMC1883, r.º 60) e as profissões dos mais pobres, chamiceiros e forneiros (ADCB, OSMC1883, r.º 60). Aqui encontramos: a doida que falece e deixa três filhos (ADCB, OSMC1883, 56); aqueles que deixaram a mulher nos lugares de origem e não escondem a paternidade ilegítima com outras companheiras, todavia solteiras (ADCB, OSMC1883, r.º 58). Aqui, também há quem lute contra a viuvez e volte a casar (ADCB, OSMC1883, r.os 79 e 188), em alguns casos, três vezes (ADCB, OSMC1883, r.º 79). Nesta histórica freguesia, uma das mais vetustas da Beira, havia gente originária de toda a região e mais além até Trás-os-Montes. De Almeida, tinham vindo os Pedroso (ADCB, OSMC1883, r.º 59); o enfermeiro Campos era proveniente de Castelo Branco (ADCB, OSMC1883, r.º 61), como também os Lopes David: um deles, ferreiro e outro, tecelão. Daquela cidade, também tinha vindo o sapateiro Manuel Figueira. O Tor-

tosendo era já um espaço que podemos considerar de grande mobilidade. Encontramos oficiais tecelões e outros de vária origem, de Chaves, S. Vicente da Beira e da Covilhã; jornalheiros de toda a parte e até um tal António da Costa, mendigo ambulante, que viera de S. Sebastião da Feira e aqui faleceu com sessenta anos (ADCB, OT1883, r.º 212). Em sùmula, em todas as freguesias havia gente que viera de fora. Há uma estrutura produtiva capaz de responder às necessidades essenciais da comunidade nas freguesias rurais geralmente assente em proprietários residentes. Aqui, cumpriam-se as principais tarefas da produção da alimentação, da confeção do calçado e do vestuário, da construção da habitação e dos transportes, com profissionais locais, moleiros, forneiros, sapateiros, fiandeiras, tecelões e tecedeiras, alfaiates e costureiras, serradores, carpinteiros e pedreiros, ferreiros e ferradores, garantes da sobrevivência das comunidades. Mais complicadas, no entanto, se notam as respostas às questões de saúde. Nestas freguesias serranas, ainda era o barbeiro o principal interveniente nas mesmas e geralmente vinha de longe. Em Casegas, António Paulo de Oliveira tinha vindo do Barracão e aqui viu falecer a sua filha Maria, de oito anos. No Sobral, tinha exercido Francisco António Coelho dos Santos, originário da Pampilhosa, mas ao tempo lançava raízes na aldeia a família Xavier vinda de Coimbra. Um dos seus membros fora enfermeiro no Hospital de S. José, em Lisboa, Alfredo Pinto Xavier das Neves, e tinha casado na capital com Dona Cristina Bregante das Neves, antes de exercer a profissão no Sobral o que já acontecia em 1885.

| R.º | Data | Nome | Rua | Filiação | Idade |
|-----|-------|-------------|---------------|--|-------|
| 2 | 12-05 | Tertuliano | Santo António | Pais incógnitos (exposto) | 1 |
| 6 | 14-07 | Antónia | Escorregueira | Maria Gaspar, mãe solteira, sem profissão | 7/12 |
| 7 | 26-07 | Casimiro | Fundo | Maria Joaquina, mãe solteira, jornalreira | 6/12 |
| 8 | 11-08 | Agostinho | Escorregueira | José Agostinho Geraldês, Maria da Conceição, proprietários | 7/12 |
| 9 | 11-08 | Leopoldina | Direita | José Cipriano, Delfina Gaspar, proprietários | 3 |
| 10 | 12-08 | Alberto | Adro | António Carvalho Branco, Antónia Craveiro, proprietários | 2 |
| 11 | 16-08 | Abílio | Escorregueira | António João de Almeida, Ana Pereira, forneiros | 11/12 |
| 12 | 16-08 | José | Fundo | Joaquim Filipe, serrador, Delfina Gaspar tecedeira | 1 |
| 13 | 18-08 | Maria | Fundo | Agostinho Pereira, Felismina de Jesus, forneiros | 6 |
| 14 | 18-08 | Ermelinda | Fundo | José Lopes, Ana Nunes, proprietários | 3 |
| 15 | 20-08 | Maria | Escorregueira | Maria, viúva | 11 |
| 16 | 22-08 | António | Rossio | António de Almeida, sapateiro, e M.ª Geraldês, proprietários | 3 |
| 17 | 23-08 | Alfredo | Adro | José Duarte Branco, Delfina Madeira | 1 |
| 18 | 25-08 | Maria José | Caramoço | Agostinho Duarte Branco Nabo, M.ª Gaspar, proprietários | 5 |
| 19 | 26-08 | Maria | Santo António | Ant.º Duarte Branco Nabo, M.ª Clara Branco, proprietários | 4 |
| 22 | 28-08 | Leopoldina | Boqueirão | António Martins da Trindade, proprietário, Ana Pires | 6 |
| 23 | 28-08 | Maria | Santo António | Joaquim, sapateiro, Delfina, costureira | 2 |
| 24 | 29-08 | Delfina | Rossio | João Antão Balocas, Helena Gaspar, forneiros | 2 |
| 26 | 30-08 | Maria José | Adro | José dos Santos Geraldês, Maria Emília | 2 |
| 27 | 01-09 | António | S.to António | Joaquim Duarte, Ana Joaquina, jornalheiros | 7 |
| 28 | 02-09 | Alfredo | S.to António | António Duarte Branco, Maria Clara Branco, proprietários | 1 |
| 29 | 02-09 | Maria da P. | Fundo | José Lopes, Ana Neves, proprietários | 6/12 |
| 30 | 02-09 | José | S.to António | António Duarte Branco, Maria Clara Branco, proprietários | 8 |

| | | | | | |
|----|-------|----------|-------------------|---|------|
| 31 | 02-09 | Delfina | Escorregueira | Agostinho Lopes e Brígida Madeira, proprietários | 3 |
| 32 | 03-09 | Delfina | Direita | Agostinho Antunes Duarte e Maria, proprietários | 3 |
| 33 | 03-09 | José | Beco/Quelhinha | Joaquim Simão, forneiro, e Maria João | 2 |
| 34 | 04-09 | Maria | Boqueirão | João Bento Geraldês, Teresa Silva, de Silveiras | 6 |
| 35 | 05-09 | Ana | Direita | Luís Dias Campos, Maria Pires, proprietários | 6/12 |
| 36 | 08-09 | Joaquim | Além Ribeira | Manuel Diogo, Ana Peixinha, jornaleiros | 10 |
| 38 | 09-09 | Cândida | Direita | Agostinho Duarte Branco Nabo e M. ^a Gaspar, proprietários | 4 |
| 39 | 09-09 | Maria | Quelhinha | Alípio Antunes, forneiro, Delfina Dias | 2 |
| 40 | 10-09 | Maria | Direita | Luís Dias Campos, Maria Pires, proprietários | 7 |
| 41 | 10-09 | António | S.to Antónjo | Joaquim Soares Dias, proprietário, Maria de Jesus | 2 |
| 42 | 11-09 | António | Beco | João Martins Soares, serrador, Margarida Araújo, tecedeira | 1 |
| 43 | 11-09 | António | Caramoço | Joaquim Carvalheira, serrador, Ana, costureira | 2/12 |
| 45 | 13-09 | Maria | Adro | António Pinto, proprietário, Maria Henriques | 5 |
| 46 | 13-09 | Joaquim | Escorregueira | José Maria Tavares, ferrador, Maria Marques, falecida | 3 |
| 47 | 13-09 | João | Beco dos Quintais | José Faustino, jornaleiro, Maria dos Santos | 2 |
| 48 | 14-09 | Ana | Boqueirão | António Martins da Trindade, proprietário, Ana Pires | 10 |
| 49 | 15-09 | Maria | Santo António | José Filipe, serrador, Maria Antunes | 7/12 |
| 50 | 16-09 | Maria | Santo António | João Geraldês, Delfina Salgueiro, proprietários | 3 |
| 51 | 18-09 | Amélia | Boqueirão | João Bento Geraldês, Silveiras, proprietário, Teresa Silva | 2 |
| 52 | 18-09 | Maria | Boqueirão | Manuel Rodrigues, Maria Branco, proprietários | 3 |
| 53 | 19-09 | Joaquim | Adro | João Geraldês, Delfina Geraldês, proprietários, do Piódão | 2 |
| 54 | 22-09 | José | Caramoço | Francisco Pedro Batista, de Cebola, proprietário, Maria José | 8/12 |
| 55 | 22-09 | Ilídia | Direita | Joaquim Antunes Marcelino, jornaleiro, Maria Dias | 5/12 |
| 56 | 22-09 | José | Adro | João Pires, proprietário, Ana dos Santos, costureira | 2 |
| 57 | 23-09 | Maria | Caramoço | Ant. ^o Paulo de Oliveira, do Barracão, barbeiro, M. ^a Delfina | 8 |
| 58 | 23-09 | Bibiana | Rossio | Rita Maria, viúva de Manuel Marques Fontão | 3 |
| 59 | 24-09 | Anacleto | Caramoço | Maria Nunes, solteira | 1 |
| 60 | 24-09 | Delfina | Caramoço | João Cardoso, jornaleiro, Barbara Maria | 1 |
| 61 | 25-09 | José | Adro | José Dias Campos Pacheco, proprietário, Ana Maria | 2/12 |
| 62 | 28-09 | António | Caramoço | José Marcelino, proprietário, Ana Claro, costureira | 3 |
| 64 | 02-10 | Maria | Caramoço | Agostinho Duarte Branco Nabo, negociante e M. ^a Gaspar | 5/12 |
| 65 | 02-10 | Luís | Fundo | Manuel da Paula, jornaleiro, Maria Luísa costureira | 3/12 |
| 67 | 20-10 | José | Charamagueira | José Salgueiro, proprietário, Ana Gonçalves | 1/12 |
| 68 | 24-10 | José | Direita | Manuel Reis, do Ourondo, moleiro, Maria Gaspar | 1 |

Quadro 7 – Óbitos de crianças em Casegas em 1883.

| R.º | Data | Nome | Rua (nº) | Filiação/ama | Idade |
|-----|-------|----------------------------|---------------|---|--------|
| 1 | 12-02 | João | Trigais | José Gregório e Maria Delfina, jornaleiros | 8/12 |
| 4 | 08-04 | Ludovina | Nova, 40 | João Bernardo, ferrador, Maria Carolina | 1 |
| 5 | 12-04 | Bartolomeu | Valado, s.n. | Criado pela ama Maria de Jeus | ? |
| 7 | 03-06 | Francisco | Fundo, 48 | José Xisto e Maria dos Santos | 2/12 |
| 8 | 18-07 | Rosa | Carreira | Criado pela ama Maria Dias | ? |
| 9 | 12-08 | Maria Carolina | Olival | António de Carvalho e Carolina Helena | 1 |
| 10 | 12-08 | Celeste | Olivais | João António da Conceição e Delfina Dias (Ourondo) | 2/12 |
| 12 | 09-10 | Maria | Jogo da Bola | Joaquim Antunes Henriques (Paul), Maria de Jesus, prop. | 15/365 |
| 14 | 17-10 | Delfina | Nova, s.n. | Joaquim José e Delfina Antunes, jornaleiros | ? |
| 16 | 29-10 | José | Praça, s.n. | António Xisto e Maria Duarte, jornaleiros | 4/12 |
| 17 | 08-11 | José | Olival | Joaquim Duarte Pereira e Delfina Antunes, proprietários | 1 |
| 19 | 12-11 | Maria | Olival | José dos Santos e Delfina Guilhermina, proprietários | 7/12 |
| 20 | 13-11 | Alberto | Adro | António Alexandre e Maria Emília | 2 |
| 21 | 13-11 | Bárbara | Nova | Joaquim João e Maria do Rosário, jornaleiros | 1 |
| 22 | 14-11 | Maria Delfina | Nova | João Fevereiro e Delfina Antunes | 5 |
| 23 | 14-11 | António | Olival | Joaquim António e Maria Delfina | 5 |
| 24 | 15-11 | Elvira | Canto Redondo | António Ribeiro e Emília da Ascensão | 7/12 |
| 25 | 17-11 | Alberto | Carreira | José Lourenço de Carvalho e Maria da Piedade, propriet. | 1 |
| 26 | 19-11 | Maria da Conc. | Nova | José da Silva Júnior e Maria Duarte, jornaleiros | 1 |
| 27 | 21-11 | António | Praça | José Gouveia Barriosa e Bárbara Alexandre, jornaleiros | 1 |
| 28 | 23-11 | Maria Bárbara | Olival | Luís Fernandes e Maria Duarte | 4 |
| 29 | 25-11 | Efigénia | Vinha | Joaquim Duarte e Maria José, proprietários | 3 |
| 30 | 27-11 | Maria Carolina | Corga | Joaquim Luís dos Santos e Antónia da Silva | 5/12 |
| 31 | 28-11 | Bárbara | Olival | Joaquim António e Maria Delfina | 1 |
| 32 | 29-11 | Maria | Galvão | António Barriosa e Maria de Jesus, jornaleiros | 2 |
| 33 | 29-11 | Maria | Praça | Joaquim João e Maria do Rosário | 3 |
| 34 | 30-11 | Francisco | Carreira | Joaquim da Silva e Maria das Neves, proprietários | 3 |
| 35 | 03-12 | António | Carreira | Joaquim de Gouveia Barriosa e Maria Alexandra, jornaleiro | 5 |
| 36 | 03-12 | Beatriz (exp.) | Vinha | Ama Maria do Carmo | 1 |
| 37 | 05-12 | Luís | Carreira | Joaquim da Silva Laço e Maria Neves, proprietários | 2 |
| 38 | 06-12 | Maria José | Galvão | José Bartolomeu Correia e Piedade Maria, vendeiros | 10/12 |
| 39 | 08-12 | Justina | Nova | José António e Maria Duarte | 4 |
| 40 | 10-12 | António | Adro | José António e Maria Duarte | 1 |
| 41 | 11-12 | Lucinda | Corga | José António Duarte, sapateiro e Rosa Silva, costureira | 5 |
| 42 | 12-12 | Delfina | Adro | António Alexandre, negociante, e Maria Emília costureira | 3 |
| 43 | 12-12 | João Duarte P ^a | Praça | Francisco Duarte Dias e Maria Bárbara | 12 |
| 44 | 14-12 | Maria Delfina | Olival | Francisco Carvalho e Delfina Duarte, jornaleiros | 10 |
| 45 | 16-12 | José João | Olival | António Carvalho e Carolina Helena | 6 |
| 46 | 16-12 | José | Adro | Joaquim Antunes Batista e Maria Bárbara | 2 |
| 47 | 16-12 | Joaquim | Praça | António Gaspar e Leopoldina de Jesus, jornaleiros | 3 |
| 48 | 17-12 | José | Vinha | Francisco Mendes, tecelão, Barbara Antunes da Silva, cost. ^a | 2 |

| | | | | | |
|----|-------|---------------|----------|--|-------|
| 49 | 19-12 | Maria Delfina | Praça | António Gaspar e Leopoldina de Jesus | 10/12 |
| 50 | 21-12 | José | Carreira | José Luís Galvão e Delfina Carvalho, jornaleiros | 1 |
| 51 | 23-12 | Antónia | Carreira | Joaquim Ramos e Maria Delfina, proprietários | 7/12 |
| 52 | 23-12 | Maria Rosa | Fundo | José Fernandes e Delfina Antunes | 2 |

Quadro 8 – Óbitos de crianças na Erada em 1883.

| R.º | Data | Nome | Lugares | Filiação/ama | Idade |
|-----|-------|----------|--------------|---|--------|
| 6 | 16-03 | Joaquina | Chãs de Égua | José Gonçalves, Maria Antunes, agrícolas | 3 |
| 8 | 18-06 | António | Malhada Chã | José Francisco (Cebola), Maria Nunes, agrícolas | 2 |
| 9 | 20-06 | António | Chãs de Égua | Manuel Galdes, Ana Maria | 1 |
| 10 | 15-08 | António | Chãs de Égua | Manuel Gonçalves, Joaquina Maria | ? |
| 11 | 5-09 | Manuel | Tojo | Manuel Filipe (Sobral Gordo), Ana Rita | 1 |
| 12 | 21-09 | Maria | Piódão | António Francisco Júnior, Rita Maria | 2 |
| 13 | 23-09 | José | Malhada Chã | José Luís (Malhada Chã), Maria Pereira (Covanca), agrícolas | 2 |
| 14 | 24-09 | Manuel | Machada Chã | José João, Antónia Maria | 3 |
| 16 | 03-10 | António | Chãs de Égua | António Maria, Maria Rita, agrícolas | 1 |
| 17 | 04-10 | Maria | Chãs de Égua | Manuel Maria, Rita Rosa | 2 |
| 18 | 25-10 | Joaquina | Chãs de Égua | Manuel Fontinha, Josefa Maria | 2 |
| 19 | 31-12 | Ana | Piódão | José de Oliveira, Maria Rosária, agrícolas | 3 |
| 20 | 31-12 | Maria | Fórnea | Ana Maria, mãe solteira | 24/365 |

Quadro 9 – Óbitos de crianças no Piódão e seus lugares em 1883.

| R.º | Data | Nome | Lugares | Filiação/ama | Idade |
|-----|-------|---------------|-----------------|--|--------|
| 8 | 22-01 | Francisco | T. Rosário | Ant. C.ª Ribeiro, tosador, de A. Carvalho, T.ª Jesus, escolhedeira, de Caria | 44/365 |
| 9 | 10-02 | Amélia | C.S. Silvestre | Manuel Gomes Ribeiro, tecelão, Rita de Jesus, doméstica | 5 |
| 15 | 18-03 | Mónica | T. Sol | José Ressurreição Paiva, empregado fabril, M.ª Piedade Paulino, doméstica | 27/12 |
| 17 | 22-03 | Maria | P. Sol | José dos Santos Barata, Erada, fiandeiro, Teresa de Jesus, doméstica | 15/12 |
| 19 | 01-04 | M.ª Cândida | Vigário | Manuel Marques, tecelão, Maria José Matos, doméstica | 6/12 |
| 23 | 29-04 | João | Cotovelo | Luís Nunes, chamiceiro, Luísa Maria, forneira | 18/12 |
| 29 | 26-05 | Rodolfo | T. Rosário | João da Cruz, caiador, Rita de Jesus Barros, doméstica | 49/365 |
| 30 | 27-05 | Filomena | L. S. Silvestre | Joaquim Martinho, cardador, Ana Amélia, doméstica | 15/12 |
| 32 | 08-06 | Delfina | Açougue | Francisco dos Santos da Felicidade, tecelão, Maria da Conceição, doméstica | 2 |
| 34 | 16-06 | Virgínia | L. Quebrada | Manuel Martins Boga, cardador, Rosa de Jesus, doméstica | 26/12 |
| 35 | 24-06 | Etelvina | T. Paciência | João Rodrigues Salgueiro, fiandeiro, Piedade Castanha, doméstica | 32/12 |
| 37 | 07-07 | F.º Álvares | T. Paciência | João Rodrigues Salgueiro, fiandeiro, Piedade Castanha, doméstica | 13/12 |
| 38 | 12-07 | M.ª Conceição | S.ª Maria | José Firmino Chanato, tecelão, Josefa Rosa, doméstica | 18/12 |
| 40 | 25-07 | José | Quinta | Eusébio de Almeida Fazendeiro, Felismina Joaquina, quinteiros | 31/12 |
| 41 | 28-07 | Angelina | C. Sol | Valério de Paiva Boléo, músico, Teresa de Jesus Rato, costureira | 15/12 |

| | | | | | |
|----|-------|-------------------------|--------------------------|--|--------|
| 42 | 29-07 | Silvério | S. Paciência | João Severiano Nicolau, serralheiro, Maria Rita, de Paços, doméstica | 10/12 |
| 43 | 01-08 | Diamantino | P. do Sol | J. Amaral, A. Várzeas, sapateiro, J ^o Jesus, solt ^o , Mangualde, ilegítimo | 26/12 |
| 44 | 01-08 | Francisca | L. Matadouro | José Henriques, pedreiro, Maria Paliteira, de Vila Real, regateira | 3/12 |
| 45 | 03-08 | Maria | C. Sol | Valério de Paiva Boléo, músico, Teresa de Jesus Rato, costureira | 16/12 |
| 46 | 04-08 | Luís | S ^o Agostinho | José Maria Baptista, fabricante, Maria do Resgate, doméstica | 17/12 |
| 47 | 04-08 | António | L. S. Silvestre | Bernardo Ramalho, tecelão, Teresa de Jesus, doméstica | 5 |
| 50 | 09-08 | Manuel | L. S. Silvestre | António da Costa Solano, tecelão, Rosa Augusta, doméstica | 20/12 |
| 51 | 09-08 | Joaquim | L. S. Silvestre | Joaquim Martinho, cardador, Ana Amélia, doméstica | 4 |
| 52 | 11-08 | Severiano | L. S. Silvestre | Bernardo Ramalho, tecelão, Teresa de Jesus, doméstica | 29/12 |
| 54 | 13-08 | Rosa | Quinta | Eusébio de Almeida Fazendeiro, Felismina Joaquina, quinteiros | 9 |
| 55 | 15-08 | Francisco | Açougue | Ant. Almeida Moreira, empregado de escritório, Maxima, doméstica | 11/12 |
| 57 | 15-08 | M ^a Rosa | P. Sol | Joaquim Mondego, cardador, Maria Carolina, doméstica | 20/12 |
| 58 | 16-08 | Joaquina | P. Sol | M. J. Andrade, alfaiate, C. da Beira, M. Emília, solteira, Moimenta da Serra | 18/12 |
| 61 | 26-08 | José | Vigário | António Campos, enfermeiro, Maria da Piedade, doméstica, solteiros | 6/12 |
| 62 | 26-08 | Ana | Sr. Paciência | António Filipe, pedreiro, Nogueira do Cravo, Maria do Carmo, Gouveia | 9 |
| 63 | 26-08 | Manuel | Jardim | Firmino Pereira, pisoeiro, Maria Rosa Rogeiro, doméstica | 4 |
| 64 | 29-08 | Manuel | Vigário | João Monteiro, tecelão, Joaquina dos Santos, padeira | 8/12 |
| 65 | 29-08 | João | Castelo | José Paulino, tosador, Maria José do Nascimento, doméstica | 1 |
| 66 | 30-08 | M. ^a Rosa | T. Paciência | Manuel da Silva Lázinha, tecelão, Maria José, de Travancinha | 20/12 |
| 67 | 30-08 | Manuel | Sr. Paciência | Manuel Bicho Almeida, tecelão, Folgoso, Ana da Ascensão, doméstica | 20/12 |
| 68 | 30-08 | António | S. Silvestre | João da Costa Terenas, tecelão, Josefina Amélia Lopes, doméstica | 8/12 |
| 69 | 30-08 | M. ^a Arminda | Vigário | Joaquim J. C. Esteves, oficial de diligências, Bárbara M. J. Poeta, doméstica | 17/12 |
| 70 | 30-08 | Delfina | 1. ^o Dezembro | João A. O. Morais, oficial de diligências, Emília C. Reis, doméstica | 15/12 |
| 71 | 31-08 | Manuel | T. Cima | Jerónimo da Costa Caldeireiro, tecelão, Maria Felismina, doméstica | 3/12 |
| 72 | 01-09 | Henriqueta | Quinta | Francisco Duarte Prior, Maria Joaquina, quinteiros | 1,5/12 |
| 73 | 01-09 | Felizarda | Vigário | Henrique Caetano, pisoeiro, Maria Teresa, doméstica | 11/12 |
| 74 | 01-09 | António | 1. ^o Dezembro | J. F. Isidro, taberneiro, Manteigas, Maxima C., taberneira, Fernão Joanes | 5 |
| 75 | 01-09 | M. ^a da Luz | Jardim | M. Figueiredo, tintureiro, Sazes da Beira, M. Conceição, domést., Castelejo | 25/12 |
| 76 | 02-09 | Palmira | Sr. Paciência | António L. Brito, tecelão, de S. Romão, Maria José dos Santos, doméstica | 4 |

| | | | | | |
|-----|-------|-------------------------|----------------------|--|-------|
| 77 | 02-09 | José | Estrela | J.A. Nunes, carpinteiro, Barroca, Fundão, M. Jesus Moraes, doméstica, Ceira | 2 |
| 78 | 02-09 | Isabel | Jardim | Rafael Carlos, fiandeiro, Maria Angélica, fazenda | 3 |
| 79 | 02-09 | Luísa | Rosas | Luís dos Santos Duarte, tecelão, Boidobra, Maria das Dores, doméstica | 3 |
| 80 | 04-09 | M. ^a Beatriz | Vigário | J. J. C. Esteves, O. diligências, Bárbara M. J. Poeta, doméstica, Tortosendo | 4 |
| 81 | 05-09 | Rita | Quinta | António Joaquim Borges, Pomares, Ana Rosa, quinteiros | 7 |
| 82 | 05-09 | Joaquina | S ^a Maria | Carlos de Paiva, tecelão, Matilde Esteves, doméstica, Aldeia de Carvalho | 6 |
| 83 | 05-09 | Francisco | Jardim | Rafael Carlos, fiandeiro, Maria Angélica Fazenda, doméstica | 21/12 |
| 84 | 05-09 | Alfredo | P. Sol | N. Silva, zelador municipal, Girabolhos, Joana do Rosário, Castelo Branco | 2 |
| 85 | 07-09 | Ana | Ramalha | Bento Rodrigues, tecelão, A. de Carvalho, Maria S. Marques, doméstica | 19/12 |
| 88 | 07-09 | M Conceição | Jardim | Manuel de Figueiredo Espinho, pisoeiro, Maria do Carmo | 22/12 |
| 89 | 08-09 | António | P. Sol | Manuel Pereira Pícaro, Tecelão e de Leonor de Jesus, doméstica | 18/12 |
| 90 | 09-09 | Felismina | P. Sol | Manuel Alves Tourais, tecelão, Maria José, doméstica | 9/12 |
| 91 | 09-09 | Maria | Vigário | José Maria Fino, tecelão, Ana de Jesus, doméstica | 1 |
| 92 | 10-09 | José | T. Estrela | António A. H. Silva, negociante, Luísa Almeida da Silva, Monsanto | 8/12 |
| 93 | 10-09 | M. ^a Carmo | Sr. Paciência | António Carrilho, lavador, Ana de Jesus, doméstica | 26/12 |
| 94 | 10-09 | Josefa | P. Sol | Manuel Pereira Pícaro, tecelão, Inês de Jesus, doméstica | 7 |
| 95 | 10-09 | M.Leopoldina | Sr. Paciência | Adelino Cristóvão Correia, latoeiro, Delfina Rosa Doméstica | 8 |
| 96 | 11-09 | Maria | S ^a Maria | João Francisco Pardal, jornalista, M. C. Alves, fiandeira, do Dominguiso | 21/12 |
| 97 | 11-09 | Rosa | Quinta | João da Fonseca, Maria de Jesus, quinteiros | 25/12 |
| 98 | 11-09 | Ana | L. Maias | João Coito, tecelão, Ana Almeida, do Peso | 23/12 |
| 99 | 12-09 | António | Ramalha | Francisco Pinto, tecelão, Francisca Cristóvão, doméstica | 21/12 |
| 100 | 13-09 | Laura | Sr. Paciência | Francisco Duarte, operário, de S. Romão, Mafalda Maria, doméstica | 5/12 |
| 101 | 13-09 | José | T. Rosário | Manuel Rodrigues Pintassilgo, tecelão, Maria José, doméstica | 13/12 |
| 103 | 13-09 | José | T. Maias | José António Raposo, tecelão, Teresa de Jesus, doméstica | 6 |
| 104 | 13-09 | Ana | Ramalha | José Maria Pinto, tecelão, Felicidade de Jesus, doméstica | 23/12 |
| 105 | 13-09 | Alexandrina | P. Sol | Jerónimo Borralhinho, pisoeiro, Boidobra, Delfina de Jesus, doméstica | 4 |
| 107 | 14-09 | Francisco | Sr. Paciência | Adelino Cristóvão Correia, latoeiro, Delfina Rosa, doméstica | 4 |
| 108 | 14-09 | Manuel | T. Cotovelo | Manuel das Neves, tecelão, Maria Joaquina, doméstica | 5 |
| 109 | 14-09 | Maximina | S. Agostinho | Francisco Romeiro, sapateiro, Carolina de Jesus, costureira | 4 |
| 110 | 14-09 | Emília | T. Rosário | Ant. Lopes David, ferreiro, de C. Branco, Maria José Eufrásia, doméstica | 20/12 |
| 111 | 14-09 | Rita | T. Cotovelo | Manuel das Neves, tecelão, Maria Joaquina, da Boidobra | 10/12 |

| | | | | | |
|-----|-------|--------------------------|--------------------------|--|-------|
| 112 | 15-09 | Jerónimo | P. Sol | Manuel Fernandes Cardoso, cardador, Carolina Maria, doméstica | 4 |
| 113 | 15-09 | Emília | S ^a Maria | Joaquim Duarte Prior, pedreiro, Isabel de Jesus Doméstica | 13/12 |
| 114 | 16-09 | Ana | P. do Sol | J. Henriques, operário, de Moimenta da Serra, M. Cristina, fonteira, de Seia | 5 |
| 115 | 16-09 | José | S. Silvestre | Ant. J. Saraiva, o. diligência da Fazenda, de Lagarinhos, M. Rosa, padeira | 26/12 |
| 116 | 16-09 | M. ^a Angélica | Açougue | Bernardo Esteves Lino, tecelão, Maria Madalena, doméstica | 23/12 |
| 117 | 16-09 | Manuel | T. S ^a Maria | António Bernardo, fiandeiro, Cândida Rosa Lomba, doméstica | 27/12 |
| 118 | 17-09 | João | T. Maias | Casimiro de Sousa Torrão, tecelão, Maria da Ascensão, doméstica | 2/12 |
| 119 | 17-09 | Rosa | Ramalha | António Marques Pinto, tecelão, Maria Augusta, doméstica | 14/12 |
| 120 | 17-09 | R. ^a Nazaré | quinta | António Joaquim Borges, Ana Rosa, quinteiros | 7/12 |
| 121 | 17-09 | António | S ^o Agostinho | José Francisco Peixinho, tecelão, Gertrudes de Jesus, doméstica | 3 |
| 122 | 18-09 | José | Jardim | António Gabriel Pais, carpinteiro, Maria da Conceição, fiandeira | 3 |
| 123 | 18-09 | Henriqueta | quinta | José Francisco Roberto, Rita de Jesus, quinteiros | 10 |
| 124 | 19-09 | Estefânia | Açougue | João da Costa Rato, fabricante, M. Margarida Alves da Silva, proprietária | 21/12 |
| 125 | 19-09 | M. ^a Jesus | P. Sol | António Francisco, tecelão, Rita de Jesus Paiva, doméstica | 9 |
| 126 | 19-09 | Ana | S ^o Agostinho | José Caetano, cardador, de Tomar, Felismina Rosa | 1 |
| 127 | 19-09 | Maria | S ^a Maria | Carlos de Paiva, tecelão, Matilde Esteves, doméstica | 2 |
| 128 | 19-09 | Maria | Açougue | Vicente Marques, tecelão, Ana de Jesus Fazenda, doméstica | 20/12 |
| 129 | 19-09 | Margarida | S ^o Agostinho | Francisco Romeiro, sapateiro, de Fernão Joanes, C. Jesus, costureira | 6/12 |
| 130 | 20-09 | Laura | Sr. Paciência | José da Ressurreição de Paiva, empregado fabril, Maria da Piedade Paulino | 15/12 |
| 131 | 20-09 | António | S ^a . Rosário | António Mingote, serralheiro, Antónia de Jesus Prior | 16/12 |
| 132 | 20-09 | Fernando | Assunção | Pais incógnitos | 4 |
| 133 | 21-09 | Mariana | Sr. Paciência | Hipólito Pires Cardoso, tosador | 9/12 |
| 134 | 22-09 | António | S ^a Maria | José Lourenço, tecelão, Umbelina Rosa, doméstica | 3 |
| 135 | 22-09 | P. ^a Jesus | Ramalha | José de Brito, de Valezim, Ana do Carmo, de Valezim, jornaleiros | 12 |
| 136 | 22-09 | Maria | Assunção | Francisco Gomes, tecelão, Ana de Jesus Barroca, escolheira | 2 |
| 137 | 22-09 | João | Vigário | Manuel de Almeida Ribeiro, fiandeiro, Maria de Jesus, costureira | 2 |
| 138 | 22-09 | António | Sr. Paciência | Bernardo Miceno Grilo, tosador, Rita de Jesus | 9 |
| 139 | 22-09 | Joaquim | S ^o Agostinho | Luís da Costa Caldeireiro, tecelão, Rita de Jesus, doméstica | 17/12 |
| 140 | 22-09 | Rita | Sr. Paciência | Custódio da Costa Sousa, sapateiro, Ana do Patrocínio, costureira | 2 |

| | | | | | |
|-----|-------|--------------|---------------|---|-------|
| 141 | 22-09 | Francisco | 1º Dezembro | João da Cruz Curto, Rita de Jesus, da Boidobra, taberneiros | 3 |
| 142 | 23-09 | Maria | quinta | Manuel Joaquim Gaspar, Ana de Jesus, quinteiros | 11/12 |
| 143 | 23-09 | Francisco | quinta | Luciano da Silva, Ana de Jesus, quinteiros | 17/12 |
| 144 | 23-09 | Joaquim | Açougue | Francisco Mendes Sutre, fiandeiro, Maria da Conceição, doméstica | 5 |
| 145 | 24-09 | Felismina | T. Cotovelo | Manuel das Neves, tecelão, Maria Joaquina, doméstica, da Boidobra | 3 |
| 146 | 24-09 | Ana | T. Cotovelo | António Antunes Barqueiro, Percheiro, Eugénia Rosa de Morais | 20/12 |
| 147 | 24-09 | António | L. Maias | Firmino Pereira, tecelão, Maria Adelaide, doméstica | 2 |
| 148 | 24-09 | Francisco | Assunção | José dos Santos, tecelão, Maria de Jesus, doméstica | 3 |
| 150 | 25-09 | Maria José | Sª Maria | José de Almeida, jornaleiro, Rosário Pereira Carinha, ambos do Paul | 5 |
| 151 | 25-09 | Maria Teresa | Sª Maria | Luís Pereira Nina, pisoeiro, Mariana de Jesus, doméstica, da Boidobra | 14/12 |
| 152 | 25-09 | Manuel | Sº Agostinho | Francisco Pinto Farias, carteiro, Maria da Conceição, doméstica | 21/12 |
| 153 | 25-09 | António | Formosura | Manuel Rodrigues Isaac, cardador, Maria de Jesus, doméstica | 23/12 |
| 154 | 25-09 | Porfírio | P. Sol | Joaquim Rodrigues, fogueiro, Rita de Jesus, doméstica, de O. de Hospital | 3 |
| 155 | 26-09 | Jacinto | T. Sª Maria | Francisco da Cruz Pombo, fiandeiro, Ana de Jesus, doméstica | 19/12 |
| 156 | 26-09 | Antónia | Açougue | Luís Lopes David, tecelão, Castelo Branco, Ana de Jesus, escolhedeira | 9/12 |
| 157 | 27-09 | Filipe | S. Agostinho | Eustáquio da Costa Caldeireiro, tecelão, Maria das Dores, escolhedeira | 10/12 |
| 158 | 27-09 | M.ª José | Açougue | Luís Lopes David, tecelão, Castelo Branco, Ana de Jesus, escolhedeira | 4 |
| 159 | 29-09 | António | P. Sol | Joaquim Rodrigues, fogueiro, R. Jesus, doméstica, de Oliveira do Hospital | 7 |
| 160 | 29-09 | António | T. Rosário | Manuel dos Santos, caiador, de Meruge, Maria Rita, operária, de Sandomil | 19/12 |
| 161 | 29-09 | Delfina | T. Rosário | José Cruz Júnior, caiador, Maria da Ascensão, doméstica de C. da Beira | 8/12 |
| 162 | 29-09 | António | T. Maias | Serafim Ribeiro, caiador, Maria do Espírito Santo, costureira | 6/12 |
| 163 | 29-09 | José | Sr. Paciência | João Baptista Fonseca, cardador, Felismina Rosa, doméstica | 4 |
| 164 | 01-10 | José | T. Cotovelo | António Antunes Couveiro, Percheiro, Eugénia Rosa de Morais, doméstica | 4 |
| 165 | 01-10 | Maria | Açougue | José de Lemos, alfaiate, S. Romão, Josefa de Jesus, costureira | 2/12 |
| 166 | 01-10 | Francisco | Sº Agostinho | José Francisco Peixinho, tecelão, Gertrudes de Jesus | 18/12 |
| 167 | 02-10 | Felismina | P. Sol | António Francisco, tecelão, Rita de Jesus de Paiva, doméstica | 6 |
| 168 | 02-10 | Amélia | Açougue | António Madeira Pinto, tecelão, Alvoco da Serra, Maria Adelina, Teixoso | 13/12 |

| | | | | | |
|-----|-------|-------------------------|---------------------------|---|--------|
| 170 | 03-10 | M ^a Rosa | Castelo | Joaquim da Cruz Fazenda, mestre de tecidos de lã, Maria Rita, doméstica | 7/12 |
| 171 | 03-10 | José | Fragas | Manuel Francisco, urdidor, Sazes da Beira, M. Rosário, doméstica, Candosa | 3 |
| 172 | 04-10 | António | 1 ^o Dezembro | J. F. Sucena, comerciante, Avelãs de Caminha, Anadia, M. A. Figueiredo | 4 |
| 173 | 04-10 | José | quinta | Clemente Pires, quinteiro, Elisa Augusta de Portalegre | 2 |
| 174 | 05-10 | Alberto | Peixe | João Luís Bicho, tecelão, Maria de Jesus, doméstica | 4 |
| 175 | 05-10 | Porfírio | quinta | José de Almeida Fazendeiro, Maria Angélica, quinteiros | 17/12 |
| 176 | 05-10 | António | Fragas | Francisco Carapito, tecelão, Carolina de Jesus, doméstica | 6/12 |
| 177 | 08-10 | M. ^a Carmo | T. Cotovelo | Joaquim Pereira, fiandeiro, Rita de Jesus, doméstica | 17/12 |
| 178 | 10-10 | Manuel | Sr. Paciência | José Costa Bichinho, empregado fabril, Ana E. Nunes Mousaco, doméstica | 20/12 |
| 180 | 12-10 | Alexandrino | T. Castelo | Clem. Nunes da Costa, empregado fabril, Elisa G. M. Moreno, doméstica | 9/12 |
| 182 | 15-10 | Rosa | Cotovelo | José Costa Solano, empregado fabril, Maria Joaquina da Cruz, doméstica | 28/12 |
| 183 | 16-10 | Francisco | P.Sol | José Fernandes Nogueira, tosador, Rita de Jesus, doméstica | 3 |
| 184 | 16-10 | Domingos | L. S ^a Rosário | José António Silva Ranito, fabricante, Maria Rosa Dias, Doméstica | 8/12 |
| 185 | 16-10 | António | S ^a Rosário | Ant. Santos de Oliveira, tecelão, de Santa Ovaia, Maria Calisto, doméstica | 5/12 |
| 188 | 19-10 | José | Vigário | Manuel Figueira, sapateiro, de Castelo Branco, Bárbara Serafim | 3 |
| 189 | 22-10 | José | Vigário | Manuel Figueira, sapateiro, de Castelo Branco, Bárbara Serafim | 8 |
| 190 | 23-10 | Ana | Formosura | J. C. P. Teles Jordão, escr ^o S ^a Municipal, Brígida A. N. Pombo, doméstica | 2/12 |
| 191 | 25-10 | Ant. ^o Maria | P. Sol | Paulino Mendes, tecelão, de Midões, Perpétua de Jesus | 18/12 |
| 192 | 30-10 | António | T. Cotovelo | José Macedo, tecelão, Maria de Jesus, doméstica | 15/12 |
| 193 | 02-11 | Adelino | Formosura | Porfírio Fernandes Nogueira, tecelão, Maria Honorata, doméstica | 26/365 |
| 194 | 11-11 | José | B. Castelo | João Ribeiro, jornalista, Ana de Jesus, doméstica | 19/12 |
| 197 | 24-11 | G. ^a Jesus | T. Paciência | Manuel Ant ^o , pedreiro, Morjais, Penalva de Alva Ana Rosa Mingote | 9 |
| 198 | 10-12 | M. ^a Rosa | Cotovelo | José Lourenço Teles, tecelão, Umbelina Rosa da Conceição, doméstica | 10/12 |

Quadro 10 – Óbitos de crianças na freguesia de Santa Maria da Covilhã em 1883.

| R.º | Data | Nome | Rua | Filiação/ama | Idade |
|-----|-------|--------------|----------------|---|--------|
| 1 | 04-01 | Ana | D. João Castro | Manuel Gomes Carragosela, jornalista, Josefa Cecília | 2 |
| 3 | 12-01 | Josefa | Praça | Joaquim Gonçalves, proprietário, Guiomar Morais | 20/12 |
| 5 | 16-01 | Mª Carmo | D. Pedro V | Fº Saraiva Freire Corte Real, escriturário da Fazenda, e Maria Adelaide | 4 |
| 7 | 17-01 | Joaquim | T. Vasconcelos | António Lopes David, pastor, Maria da Graça | 3/365 |
| 8 | 20-01 | Vasco | D. Pedro V | António Craveiro Rabaça, proprietário, Delfina da Assunção | 4/12 |
| 15 | 06-02 | Manuel | Praça | José Maria Abrantes, pastor, e de B. da Graça | 5 |
| 20 | 13-02 | Helena | T. Vasconcelos | Manuel Ramos de Almeida e Maria da Graça | 8 |
| 22 | 22-02 | M. Conceição | Serradores | Manuel Lopes, cabreiro, Maria da Conceição Garcia | 4 |
| 27 | 08-03 | Maria José | Triunfo | José Ferrão S. Pedro, Josefa Ribeiro | 8/12 |
| 29 | 16-03 | Isaac | T. Vasconcelos | Luís Caetano Abrantes, Carolina Batista | 3 |
| 33 | 20-03 | André | L. Liberdade | António Gonzaga e Maria Gomes Soares | 10/12 |
| 34 | 28-03 | Maria | Triunfo | António Lourenço, pastor, Ana Saraiva | 2 |
| 35 | 30-03 | José | Triunfo | Anastácio Pires, Maria de Paiva, jornalheiros | 5 |
| 38 | 10-04 | Mª da Cruz | Triunfo | António Martins Conde, proprietário, Gertrudes Lopes | 9/12 |
| 46 | 27-04 | Mª da Cruz | Serradores | João Leitão Saraiva, Maria Gomes, jornalheiros | 6/12 |
| 47 | 27-04 | José | T. Vasconcelos | Manuel Cleto da Cunha, fiandeiro, Rosa Ribeiro | 6/12 |
| 48 | 30-04 | Manuel | Triunfo | Fernando Mateus, Maria Moça | 5 |
| 50 | 30-04 | Manuel (r.) | Triunfo | Fernando Mateus, Maria Moça | 5 |
| 58 | 16-07 | Manuel | D. Pedro V | Manuel Biscaia, Maria da Graça | 2 |
| 59 | 27-07 | Maria | E. ao Jericó | Tomé Lopes Carvalhinho, Teodósia Lopes | 4/12 |
| 61 | 27-07 | Manuel | Triunfo | João Gonzaga, almocreve, Josefa Prata, doméstica | 2 |
| 62 | 02-08 | Ana Graça | T. Vasconcelos | António Martins Ramos, cabreiro, Guilhermina Ramos, doméstica | 6 |
| 63 | 01-08 | Joaquim | Ilha do Faial | José Lucas Coelho, jornalista, Ana Craveiro, doméstica | 1 |
| 64 | 04-08 | José | D. João Castro | António Bernardino, pastor, Conceição Martins, doméstica | 9/12 |
| 65 | 04-08 | João | Triunfo | António Trindade, pastor, Maria Leitão, doméstica | 2/12 |
| 66 | 12-08 | Maria José | Triunfo | Francisco dos Santos Neto, lavrador, Maria Prata, doméstica | 18/12 |
| 68 | 22-08 | Jaime | T. Vasconcelos | Luís Abrantes da Cunha, Teodora Ramos | 15/12 |
| 69 | 24-08 | Joaquim | Triunfo | António Massano, jornalista, Maria da Graça, doméstica | 8/12 |
| 70 | 25-08 | Joaquim | Triunfo | Joaquim Lopes Gabriel, pedreiro, Maria Gertrudes, doméstica | 9/12 |
| 71 | 25-08 | Estefânia | Triunfo | Teresa Ambrósio Abrantes e pai incógnito | 2 |
| 73 | 07-09 | António | Triunfo | António Leitão Isento, jornalista, Maria da Graça | 8/12 |
| 74 | 18-09 | José | D. João Castro | Teresa Lopes Craveiro, criada de servir, e pai incógnito | 20/12 |
| 75 | 04-09 | César | V. da Gama | António Craveiro Leitão, Ana Leitão Batista | 8/12 |
| 78 | 30-11 | Ana | T. Vasconcelos | António Gomes Serra, pedreiro, Maria da Graça, doméstica | 20/365 |

Quadro 11 – Óbitos de crianças em Santa Maria de Manteigas em 1883.

| R.º | Data | Nome | Rua (nº) | Filiação/ama | Idade |
|-----|-------|------------|-----------|--|-------|
| 4 | 21-05 | José | Igreja | Ana Pinto, solteira, fiandeira | menor |
| 8 | 14-09 | Maria | Ponte | Manuel Joaquim Marques e Maria Pinto, fiandeira | 2/12 |
| 9 | 16-09 | Ana | Ponte | José Paulo e Antónia Pinto, jornaleiros | 6 |
| 10 | 19-09 | Silvestre | Sobreiras | Manuel Antunes e Maria Pinto, jornaleiros | 5 |
| 13 | 25-09 | Bernardino | Sobreiras | Manuel Brás e Delfina de Jesus, jornaleiros | 4 |
| 15 | 02-10 | Ana | Sobreiras | Manuel Bento Gonçalves e Maria da Silva, jornaleiros | 2 |
| 16 | 03-10 | António | Vinhas | António Francisco da Cruz e Ana Rosa, proprietários | 9/12 |
| 17 | 03-10 | Joaquim | Sobreiras | Manuel Bento Gonçalves e Maria da Silva, jornaleiros | 5/12 |
| 18 | 05-10 | Maria | Ponte | João Fernandes da Cruz e Teresa Ferreira | 10/12 |
| 19 | 06-10 | José | Vale | António Luiz e Maria Fernandes da Cruz | 5 |
| 20 | 07-10 | Joaquina | Sobreiras | João Pinto Geraldês e Delfina Gonçalves, jornaleiros | 2 |
| 21 | 08-10 | Ana | Forno | Manuel Baltasar e Joaquina Marmelo | 7 |
| 22 | 08-10 | Manuel | Ponte | Manuel Marques dos Santos e Silva e Maria Ramos, proprietários | 5 |
| 23 | 11-10 | Manuel | Sobreiras | Manuel Francisco da Cruz e Ana Pinto, jornaleiros | 10 |
| 24 | 14-10 | João | Vinhas | João Ferreira e Maria Joaquina, jornaleiros | 8/12 |
| 25 | 15-10 | Ana | Ponte | José João Marques e Joaquina Pinto, proprietários | 4 |
| 26 | 16-10 | António | Ponte | Manuel Ramos e Ana Pereira, jornaleiros | 1 |
| 27 | 16-10 | Maria | Vinhas | Manuel Gonçalves e Maria Paulo, jornaleiros | 5 |
| 28 | 21-10 | Maria | Ponte | Francisco Geraldês Pinto e Maria Rosa, jornaleiros | 2 |
| 29 | 21-10 | Maria | Ponte | Manuel Marques dos Santos e e Maria Ramos, proprietários | 2 |
| 30 | 22-10 | Delfina | Forno | António Pereira e Teresa Lopes, proprietários | 4 |
| 31 | 23-10 | José | Ponte | José Pinto Marques e Ana Lopes, proprietários | 2 |
| 32 | 23-10 | Ana | Sobreiras | João Pinto Geraldês e Delfina Gonçalves, jornaleiros | 7 |
| 33 | 23-10 | Francisco | Vinhas | José Pires e Maria Gonçalves | 6/12 |
| 34 | 25-10 | Maria | Ponte | Angélica Fernandes da Cruz, mãe-solteira, fiandeira | 4 |
| 35 | 27-10 | Delfina | Ponte | Joaquina Fernandes da Cruz, mãe-solteira, fiandeira | 7 |
| 36 | 27-10 | Maria | Sobreiras | José Domingos e Ana Branco, proprietários | 5 |
| 37 | 29-10 | Manuel | Outeiro | Manuel Ramos Paulo e Luísa Fernandes da Cruz, jornaleiros | 6/12 |
| 38 | 01-11 | Maria | Ponte | António Mateus de Cebola e Maria Luísa, proprietário e fiandeira | 5 |
| 39 | 01-11 | Maria | Sobreiras | Manuel Francisco da Cruz e Ana Pinto, jornaleiros | 3 |
| 40 | 03-11 | Delfina | Igreja | Tiago Simão e Maria Gonçalves Covanca, jornaleiros | 4 |
| 41 | 04-11 | José | Vinhas | José Pires e Maria Rosa Gonçalves, jornaleiros | 4 |
| 42 | 04-11 | José | Vinhas | José Tiago e Maria Rita, proprietários | 1 |
| 43 | 05-11 | António | Vinhas | José Tiago e Maria Rita, proprietários | 2 |
| 44 | 07-11 | António | Adro | António Manuel Pinto e Maria Lopes, proprietários | 3 |
| 45 | 07-11 | Manuel | Outeiro | João Ferreira e Maria Delfina, proprietários | 8 |
| 46 | 08-11 | Francisco | Ponte | António Vicente e Natália Pinto, jornaleiros | 3 |
| 48 | 11-11 | Delfina | Vale | António Baltasar e Joaquina Rosa, jornaleiros | 5 |
| 49 | 13-11 | Maria | Vinhas | José Ferreira e Ana Gonçalves, proprietários | 18/12 |
| 50 | 13-11 | João | Igreja | Tiago Simão e Maria Gonçalves Covanca, proprietários | 6/12 |
| 52 | 14-11 | Ana | Ponte | João Francisco da Cruz e Joaquina Josefa, proprietários | 8 |
| 53 | 17-11 | João | Vale | Pedro Pinto e Maria Brás, proprietários | 2 |
| 54 | 22-11 | José | Sobreiras | Maria Joaquina, mãe-solteira, fiandeira | 9 |
| 55 | 29-11 | Emília | Vinhas | Francisco dos Santos e Maria Mónica | 3 |
| 56 | 04-12 | Manuel | Ponte | João Domingos e Ana da Silva, jornaleiros | 4/12 |
| 57 | 08-12 | Delfina | Outeiro | José da Silva e Ana Josefa, proprietários | 2 |

Quadro 12 – Óbitos de crianças em Sobral de S. Miguel em 1883.

| R.º | Data | Nome | Rua (nº) | Filiação/ama | Idade |
|-----|-------|-------------|------------------|--|--------|
| 1 | 06-01 | s/n | Nova do Souto | Francisco Craveiro Ramos, tecelão, Josefa da Assunção, doméstica | 2/365 |
| 3 | 07-01 | Maria | Ponte | António Teodoro, pastor e Rosalina Maria, doméstica | 48/365 |
| 7 | 20-01 | António | Rosário | Francisco Pereira Calado, tecelão, Mª Delfina Fonseca, doméstica | 11/12 |
| 9 | 21-02 | Patrocínia | Fonte de Cale | João Ferreira de Ascensão, tecelão, Mª do Resgate, doméstica | 4/12 |
| 11 | 02-03 | José | Casal da Serra | Manuel de Proença, forneiro, Maria Rita, forneira | 5 |
| 14 | 21-03 | Maria | Casal da Serra | Francisco Mendes Formiga, carniceiro, Antª Fernandes, fiandeira | 3/12 |
| 15 | 26-03 | António | Nova do Souto | José Pires de Figueiredo e Maria Cecília, jornaleiros | 19/12 |
| 16 | 09-04 | Maria | Lajes | José Pereira de Matos, tecelão e Ana de Jesus Bernada, doméstica | 43/365 |
| 19 | 14-04 | Augusto | São João | José Evaristo e Maria Josefa, jornaleiros | 21/12 |
| 20 | 17-04 | Piedade | São João | João Mendes Calado e Maria Joaquina, proprietários | 2 |
| 22 | 04-05 | Catarina | Casal da Serra | Francisco Carrola, chamiceiro, Joaquina Duarte, doméstica | 5/12 |
| 23 | 08-05 | José | Ponte | Francisco Pereira de Matos e Ana Barbosa, taberneiros | 2 |
| 24 | 12-05 | s/n | Nova do Souto | Maria Clara, mãe-solteira, escolhedeira | 0/365 |
| 27 | 28-05 | Guilhermina | Castelo | José Gomes e Maria Josefa, jornaleiro | 10/365 |
| 28 | 08-06 | Francisco | Escabelados | José Santos de Oliveira, tecelão, Ana de Jesus da Paula, doméstica | 19/365 |
| 29 | 11-06 | Maria | Machede Cima | António Dias Brás, jornaleiro e Bárbara Joaquina Duarte, fiandeira | 4 |
| 31 | 22-06 | s/n | Cruz | Manuel de Pina, jornaleiro, e Josefa Mendes, fiandeira | 0/365 |
| 32 | 26-06 | Ventura | Lajes | Ama, Maria Delfina | 1/12 |
| 36 | 08-07 | José | Machede | Manuel Lopes, tecelão, Maria Joaquina, doméstica | 8/365 |
| 38 | 16-07 | Rosa | Nova dos Olivais | Benedito José, exposto, tecelão, Delfina Meireles, doméstica | 20/365 |
| 39 | 21-07 | Maria | Fonte de Cal | Francisco Matos Dias, tecelão, Ana Mateus (Vales), doméstica | 18/12 |
| 40 | 25-07 | Maria | Nova do Souto | Joaquim Calado Prazeres, Maria de Jesus Dias, proprietários | 19/12 |
| 41 | 04-08 | Maria | Nova do Souto | Francisco Arraiano Jornaleiro e Bárbara de Jesus | 15/12 |
| 42 | 07-08 | Gabriel | Q.ª das Lameiras | Valério Lopes (Boidobra), Bárbara de Jesus (Covilhã), jornaleiros | 10 |
| 44 | 11-08 | António | Fonte de Cale | João Mineiro, sapateiro e Rita Mendes de Oliveira, doméstica | 13/12 |
| 45 | 15-08 | Maria | Nova do Souto | José Folgado Brás, jornaleiro, Ana Delfina, doméstica | 3 |
| 46 | 15-08 | s/n | Casas do Bodo | António Pinto, tecelão, Rita Duarte Fortuna, fiandeira | 1/365 |
| 48 | 19-08 | António | Escabelados | Jerónimo Teles, tecelão, Maria de Jesus, doméstica | 16/12 |
| 49 | 21-08 | s/n | Casal da Serra | Manuel de Matos, chamiceiro, Justina Fernandes Pontífice, doméstica | 1/365 |
| 50 | 21-08 | Maria | S. João | Francisco Antunes de Oliveira, jornaleiro, Ana da Conceição, fiandeira | 22/12 |
| 51 | 23-08 | António | Machede Cima | Francisco de Matos Botelho, tecelão, Josefa de Jesus Calado, doméstica | 17/12 |
| 52 | 23-08 | Maria | Capela | José Afonso da Paula, tecelão, Maria Mendes, doméstica | 1 |

| | | | | | |
|----|-------|------------|------------------|--|-------|
| 53 | 23-08 | Josefina | Casal da Serra | João Rodrigues Curto, chamiceiro, Maria Rosa, fiandeira | 8/12 |
| 54 | 25-08 | Maria | Nova do Souto | João Alves, jornaleiro, Delfina Afonso, fiandeira | 2 |
| 55 | 25-08 | Francisco | Ponte | Joaquim Aleixo Duarte, jornaleiro, Josefa da Ascensão Pomba fiandeira | 19/12 |
| 56 | 25-08 | Piedade | Machede Cima | F.º Fernandes Matos Sarrudo, proprietário, M. dos Prazeres, doméstica | 23/12 |
| 57 | 28-08 | Rosa | Ponte | João Teodoro Oliveira, jornaleiro, M. Carmo (Colmeal, Góis) doméstica | 2 |
| 58 | 31-08 | José Maria | Machede Baixo | António Pereira Tabaio, jornaleiro, Francisca Marroca, fiandeira | 28/12 |
| 59 | 01-09 | Alfredo | Fonte da Cale | José Joaquim da Ascensão, alfaiate, Ana de Jesus do Rosário, doméstica | 18/12 |
| 60 | 01-09 | Francisco | Nova dos Olivais | Benedito José, tecelão, Delfina Meireles, fiandeira | 6/12 |
| 61 | 02-09 | Augusto | Capela | José Afonso da Paula, tecelão, Maria Mendes, doméstica | 3 |
| 62 | 02-09 | António | Capela | José Joaquim Mineiro, tecelão, Rosa Dias, doméstica | 19/12 |
| 63 | 03-09 | José | Largo do Rossio | João Rodrigues Pontífice e Bárbara Ramos, proprietários | 23/12 |
| 65 | 07-09 | Maria | Rosário | José Henriques, pedreiro, Josefa Pereira, doméstica | 20/12 |
| 66 | 08-09 | Ana | Machede Cima | Aleixo Mendes Pombo e Ana dos Santos, forneiros | 10/12 |
| 68 | 13-09 | António | Casal da Serra | Joaquim Bouceiro, chamiceiro, Brígida de Jesus, fiandeira | 25/12 |
| 69 | 14-09 | Francisco | Nova do Souto | António Dinis Esteves, ferrador, Maria Emília da Cruz Dinis doméstica | 28/12 |
| 72 | 23-09 | José | Fonte da Cale | João de Pina, tecelão, Ana Barata, doméstica | 1 |
| 73 | 25-09 | António | Casal da Serra | João de Matos da Silva, chamiceiro, Teresa de Jesus, fiandeira | 8/12 |
| 74 | 28-09 | Piedade | Machede Cima | Ant. Fernandes da Paula e Bárbara Fernandes Pontífice, proprietários | 6 |
| 75 | 28-09 | Clara | Casal da Serra | António Garcia Chamiceiro e Ana Quinteira, fiandeira | 6 |
| 76 | 28-09 | Porfírio | Escabelados | António Mendes (Boidobra), tecelão, Maria José, doméstica | 22/12 |
| 77 | 29-09 | Francisco | Casal da Serra | Joaquim Vaz, chamiceiro, Inácia de Jesus, fiandeira | 18/12 |
| 78 | 30-09 | Francisco | Escabelados | Joaquim Luís de Matos, tecelão, Ana Afonso, doméstica | 3 |
| 79 | 30-09 | Lúcio | Direita | Manuel Proença e Maria Rita, forneiros | 3 |
| 80 | 03-10 | Ana | Direita | José da Cruz Dinis, tecelão, Brígida de Jesus Teixeira, doméstica | 10/12 |
| 81 | 03-10 | Luís | Casal da Serra | Joaquim Martins Gaio, chamiceiro, Maria Rosa Rodrigues, fiandeira | 3 |
| 82 | 03-10 | José | Casal da Serra | António da Silva Bouceiro, chamiceiro, Rosa dos Santos, fiandeira | 5/12 |
| 83 | 06-10 | Ana | Nova do Souto | Joaquim Bernardo Fevereiro, jornaleiro, Maria Rita, fiandeira | 13/12 |
| 84 | 06-10 | José | São João | Joaquim Rodrigues Miguel, tintureiro, Maria dos Santos, doméstica | 20/12 |
| 85 | 06-10 | Maria | Machede Baixo | João Miguel, jornaleiro, Maria de Jesus Mendes, fiandeira | 9/12 |
| 86 | 07-10 | José | Castelo | Paulo Fernandes, jornaleiro, Maria Joaquina, fiandeira | 7/12 |

| | | | | | |
|-----|-------|------------|------------------|--|-------|
| 87 | 09-10 | Joaquim | Castelo | António Duarte Filipe, jornalista, Brígida Meireles, fiandeira | 1 |
| 88 | 09-10 | Maria | Escabelados | Manuel Maria, jornalista, Brígida de Jesus de Oliveira, fiandeira | 2 |
| 89 | 10-10 | Henriqueta | Machete Cima | José Bernardo Fevereiro, negociante, Maria Rosa Pinto, doméstica | 22/12 |
| 90 | 10-10 | António | Casal da Serra | Manuel Fernandes, pedreiro, Ana de Sousa Proença, doméstica | 13/12 |
| 91 | 12-10 | s/n | Escabelados | Joaquim Guilherme, tecelão, Maria de Jesus Fernandes, doméstica | 1/365 |
| 93 | 13-10 | Maria | Nova do Souto | António Duarte, jornalista, Eugénia de Jesus, fiandeira | 39/12 |
| 95 | 13-10 | António | Machede Baixo | Francisco Cosme da Paula, tecelão, Rosa Fernandes, doméstica | 5 |
| 96 | 14-10 | José | Machede Cima | Francisco Miguel, jornalista e Ana dos Santos, fiandeira | 14/12 |
| 97 | 14-10 | José | Pontes | Manuel Lourenço, abadesso, jornalista, M. ^a Rosa Mendes, fiandeira | 6 |
| 98 | 14-10 | João | Nova dos Olivais | António Lourenço de Oliveira, tecelão, Justina Fernandes, doméstica | 26/12 |
| 99 | 15-10 | Joaquim | Machede Baixo | José Rodrigues do Ribeiro, tecelão, Justina de Jesus, fiandeira | 2 |
| 100 | 15-10 | Ana | Fonte da Cale | A ^o Joaquim Taborda, tecelão, Justina Mendes de Oliveira, doméstica | 13/12 |
| 101 | 15-10 | Bárbara | Nova do Souto | João dos Santos Curto, tecelão, Maria Aurora, fiandeira | 2 |
| 102 | 16-10 | Maria | Machede Cima | Cezar Marques (Midões), Jornaleiro, Maria Rosa Meireles, fiandeira | 5/12 |
| 103 | 17-10 | Rosa | Escabelados | Marcelino da Cruz, tecelão, J. Henriques da Conceição, doméstica | 4 |
| 105 | 17-10 | Maria | Terroeiro | Francisco Mendes, tecelão, Maria de Jesus de Matos, fiandeira | 7/12 |
| 106 | 17-10 | Joaquim | Casal da Serra | Francisco de Matos, chamiceiro, Maria Barata, fiandeira | 2 |
| 107 | 18-10 | João | Machete Cima | António Dias Brás, jornalista, Bárbara de Jesus, doméstica | 8 |
| 108 | 18-10 | António | Rosário | José Dias Folgado, tecelão, Maria José de Ascensão, doméstica | 17/12 |
| 109 | 19-10 | Amália | Nova do Souto | Joaquim Pereira, jornalista, Ana Bernarda, fiandeira | 3 |
| 111 | 19-10 | Maria | Machede Cima | F ^o Fernandes Sarrudo, proprietário, M ^o Prazeres (S. Gião), doméstica | 6 |
| 112 | 20-10 | Joaquim | Machede Cima | Ant. Matias Fernandes, jornalista, Ana de Jesus do Rosário, fiandeira | 3/365 |
| 113 | 21-10 | Margarida | Capela | Domingos Barata, jornalista, Teresa de Jesus do Carmo, ? | 5 |
| 115 | 21-10 | Ana | Castelo | João Alves Fiuza, jornalista, Delfina Pereira, fiandeira | 3 |
| 116 | 21-10 | Ana | Fonte da Cale | José de Matos Calado, Jornaleiro, Brígida Pinto, fiandeira | 10/12 |
| 117 | 22-10 | Joaquim | Casal da Serra | João Rei, chamiceiro, Leocádia Fernandes, fiandeira | 4 |

| | | | | | |
|-----|-------|-----------|------------------|--|-------|
| 118 | 23-10 | António | Capela | José Correia Varão, tecelão, Ana de Jesus Meireles, escolhedeira | 7/365 |
| 119 | 23-10 | Maria | Escabelados | José Mendes Craveiro, jornalista, Delfina de Jesus, fiandeira | 5 |
| 120 | 24-10 | Rosalina | Nova do Souto | Raquel de Jesus, mãe-solteira, fiandeira | 2 |
| 121 | 24-10 | Maria | Nova do Souto | António Alexandre, tecelão, Ana Josefa doméstica | 10/12 |
| 122 | 25-10 | Maria | Escabelados | José Rodrigues Fernandes, tecelão, M. ^a Cândida (Boidobra), doméstica | 2 |
| 124 | 26-10 | António | Fonte da Cale | José de Matos Coelho, jornalista, Maria Afonso, doméstica | 7 |
| 125 | 26-10 | Maria | Castelo | José Fernandes da Paula, jornalista, Maria Cristina, fiandeira | 33/12 |
| 126 | 26-10 | António | Machede Cima | José Cosme Pereira, jornalista, Josefa Barata, fiandeira | 9 |
| 127 | 26-10 | José | Castelo | Francisco Vaz, tecelão, Maria Ramos, doméstica | 15/12 |
| 128 | 26-10 | Maria | Ponte | Joaquim José Mineiro, sapateiro, Maria Rosa Esteves, doméstica | 3 |
| 130 | 27-10 | Ana | Q. Mata Mouros | M. R. Perna Gorda (S. Martinho), Ana Juliana (Boidobra), quinteiros | 18/12 |
| 131 | 28-10 | Rosa | Rosário | Fernando de Pina, tecelão, Joaquina Proença, fiandeira | 5 |
| 132 | 28-10 | Nareiza | Fonte da Cale | José de Matos Coelho, jornalista, Maria Afonso, doméstica | 20/12 |
| 133 | 29-10 | Joaquim | Castelo | Francisco Vaz, tecelão, Maria Ramos, doméstica | 3 |
| 134 | 29-10 | Maria | Machede Cima | F ^o Matos Botelho, tecelão, Josefa de Jesus Calado, doméstica | 2 |
| 135 | 29-10 | José | São João | António Barata Pombo e Ana de Jesus Fernandes, jornalheiros | 15/12 |
| 136 | 20-10 | Maria | Machede Cima | António Afonso Mendes, tecelão, Delfina de Jesus Mendes, doméstica | 10/12 |
| 137 | 30-10 | António | Nova do Souto | João Lopes Franco, tecelão e Ana de Jesus, Matos, doméstica | 1 |
| 138 | 30-10 | Francisco | Casa do Bodo | António Meireles, tecelão, Maria de Jesus Ferreira, doméstica | 22/12 |
| 139 | 30-10 | Maria | Nova do Souto | João Lopes Franco, tecelão, Ana de Jesus Matos, doméstica | 3 |
| 140 | 30-10 | Francisco | Escabelados | Pedro Gonçalves (Chaves), tecelão, Maria Josefa, doméstica | 17/12 |
| 141 | 31-10 | Maria | Machede Cima | Miguel Curto, chamiceiro, Maria Josefa, fiandeira | 17/12 |
| 142 | 31-10 | Ana | Escabelados | José Aleixo Alves, tecelão, Maria Henriques, doméstica | 20/12 |
| 143 | 31-10 | Efigénia | Nova dos Olivais | José Paulino Afonso, jornalista, Maria Emília, doméstica | 16/12 |
| 144 | 31-10 | João | Machede Cima | Francisco Fernandes Rachado, tecelão, Maria Rosa, doméstica | 29/12 |
| 145 | 01-11 | José | Nova do Souto | António Rodrigues Abadesso (Boidobra), Ana dos Santos, fiandeira | 8/12 |
| 146 | 02-11 | Maria | Fonte de Cale | Ant ^o Joaquim Taborda, tecelão, Justina Mendes de Oliveira, doméstica | 3 |
| 147 | 02-11 | Manuel | Quinta da | António da Cruz (S. Gião), jornalista, Ana Joaquim, fiandeira | 22/12 |

| | | | | | |
|-----|-------|-------------------------|------------------------------|--|-------|
| 148 | 02-11 | Policarpo | Amoreira | Francisco Calado Prazeres e Maria Angélica Antunes, proprietários | 5 |
| 149 | 03-11 | Maria | Escabelados | José Aleixo Alves, tecelão, Maria Henriques, doméstica | 4 |
| 150 | 03-11 | António | Machede Cima | José Bernardo Fevereiro, Maria Rosa Pinto, doméstica | 9 |
| 151 | 03-11 | Maria | Ponte | Ant ^o Luís de Matos, alfaiate, e Agostinha Teix. ^a Figueiredo, doméstica | 28/12 |
| 152 | 03-11 | Francisco | S. ^a dos Remédios | Francisco Fernandes de Matos, tecelão, Maria Josefa, doméstica | 8/12 |
| 154 | 04-11 | Maria | Escabelados | Francisco Calado de Matos júnior e Ana Calado Prazeres, proprietários | 18/12 |
| 155 | 05-11 | Joaquim | Escabelados | Joaquim Rodrigues Bexiga, jornalista, Ana da Conceição, fiandeira | 6/12 |
| 156 | 05-11 | Maria | Machede Cima | Francisco de Matos Botelho, tecelão, Josefa de Jesus Calado, doméstica | 5 |
| 157 | 05-11 | Maria | Nova do Souto | José Pinto, jornalista, Maria Rosa, fiandeira | 6 |
| 158 | 05-11 | José | Fonte de Cale | Francisco da Cruz Lã Branca, negociante, Rosa Dinis Esteves, doméstica | 3 |
| 159 | 05-11 | Joaquim | Escabelados | José Pombo Mendes, albardeiro, Ana Joaquina Fernandes, doméstica | 2 |
| 160 | 06-11 | Aurora Exp. | Lages | Ama Ricardina da Luz | 5/12 |
| 161 | 06-11 | António | T. da Amoreira | Francisco Dinis, tecelão, e Ana Joaquina dos Santos, doméstica | 4/12 |
| 162 | 06-11 | s/n | Nova dos Olivais | Francisco Alves da Ascensão, tecelão, Maria do Carmo, doméstica | 1/365 |
| 163 | 06-11 | Narcisa | Terroeiro | Francisco Antunes da Costa, jornalista, e Justina Afonso, fiandeira | 10 |
| 164 | 06-11 | Rufina | Lajes | Ricardina da Luz, mãe-solteira, fiandeira | 3 |
| 165 | 06-11 | Maria | Castelo | Maria Duarte, mãe-solteira, criada, natural de Alcains | 4 |
| 166 | 06-11 | Maria | Rosário | Francisco Calado Ramos, tecelão, M. ^a Barbosa da Ascensão, doméstica | 11/12 |
| 167 | 06-11 | Luís | Rosário | Fernando de Pina, tecelão, Joaquina de Proença, doméstica | 2 |
| 168 | 08-11 | Joaquim | Machede Baixo | António da Paula, tecelão, Ana Arraiana, doméstica | 2 |
| 169 | 08-11 | Luís | Castelo | Joaquim da Praça, jornalista, Maria Gertrudes, fiandeira | 35/12 |
| 170 | 08-11 | M. ^a Piedade | Escabelados | José Pombo Mendes, albardeiro, Ana Fernandes, doméstica | 5 |
| 171 | 08-11 | Augusto | Escabelados | Joaquim Luís de Matos, tecelão, Ana Afonso, doméstica | 5/12 |
| 172 | 10-11 | José | Castelo | António Pombo Barata, jornalista, Josefa Joaquina, fiandeira | 5/12 |
| 173 | 11-11 | Bárbara | Nova dos Olivais | F ^o Pereira Afonso, proprietário, Delfina da Ascensão Pombo, doméstica | 20/12 |
| 174 | 11-11 | António | Largo da Cruz | José Augusto Barata e Teresa de Jesus Proença, proprietários | 4 |
| 175 | 11-11 | António | Capela | José dos Remédios Fidalgo, tecelão, Ana dos Santos, doméstica | 5/12 |
| 176 | 11-11 | Maria | Castelo | António Lopes da Silva, jornalista, Maria Delfina Arraiana, doméstica | 2/12 |

| | | | | | |
|-----|-------|---------------------------|------------------|--|-------|
| 177 | 12-11 | Francisco | Souto | José Martinho, tecelão, Maria Ramos, doméstica | 23/12 |
| 178 | 12-11 | Joaquim | Escabelados | José dos Santos de Oliveira, tecelão, Ana de Jesus da Paula, doméstica | 5 |
| 179 | 14-11 | M. ^a Delfina | Escabelados | José Cravino, jornalista, Delfina Calado, fiandeira | 18/12 |
| 180 | 14-11 | António | Ponte | Manuel Teodoro, jornalista, Maria da Piedade, fiandeira | 4/12 |
| 181 | 15-11 | Francisco | Souto | Benedito José, tecelão, e Delfina Meireles, doméstica | 3 |
| 182 | 15-11 | Ana | Castelo | José Gomes, jornalista, Maria Josefa Pereira, doméstica | 2 |
| 183 | 15-11 | Rosa | Casas do Bodo | António Meireles, jornalista, Maria de Jesus, fiandeira | 4 |
| 184 | 16-11 | António | Lajes | Ricardina da Luz, mãe solteira, fiandeira | 6 |
| 185 | 17-11 | António | Ponte | José António Fernandes, tecelão, e Maria Josefa Clara | 9/12 |
| 186 | 18-11 | Maria | Machede Cima | António Pereira Marques, ferreiro, e Maria Bárbara Baptista, doméstica | 10/12 |
| 187 | 18-11 | José | Castelo | Augusto Madeira Borges, jornalista, Teresa de Jesus, fiandeira | 3 |
| 188 | 18-11 | Rufina | Bodo | José de Pina, tecelão, e Maria dos Santos da Paula, doméstica | 4 |
| 189 | 18-11 | Maria | Rosário | Francisco José de Matos e Maria Nunes Moreira, proprietários | 6 |
| 190 | 18-11 | Bernardo | C.P. Pedrinha | José Lourenço, jornalista, Maria Libânia Nogueira, doméstica | 4 |
| 191 | 18-11 | Maria | Ponte | António Pereira de Matos e Brígida da Piedade, taberneiros | 7/12 |
| 192 | 20-11 | Francisco | Nova do Souto | António Dinis Esteves, ferrador, Maria Emília da Cruz Dinis, doméstica | 2/12 |
| 193 | 21-11 | Joaquim | Machede Cima | Ant ^o Afonso Mendes, tecelão, Delfina de Jesus de Oliveira, doméstica | 3 |
| 194 | 21-11 | Maria | Terroeiro | F ^o Almeida (Figueiredo, Tourais), jornalista, Maria de Jesus fiandeira | 2 |
| 195 | 22-11 | Francisco | Fonte de Cale | M. Pires Vitória (S. Vicente da Beira), tecelão, Maria Delfina, doméstica | 2 |
| 196 | 22-11 | Joaquim | Nova dos Olivais | João Pinto Júnior (Idanha a Nova) e Maria Teresa forneiros | 2 |
| 197 | 22-11 | Alfredo | Nova do Souto | José Craveiro, almocreve, Maria Guilhermina, doméstica | 18/12 |
| 198 | 22-11 | Maria | T. da Amoreira | Fernando Antunes do Rosário, caldeireiro, Ana de Jesus Moraes, doméstica | 2 |
| 200 | 23-11 | Maria Jesus | Rosário | J. M. Figueiredo (exp., Pêro Viseu), jornalista, L. Alves (Vales), fiandeira | 6 |
| 201 | 23-11 | M. ^a Conceição | Bodo | Manuel Alves Saraiva (Covilhã), tecelão, Ana Alves, doméstica | 10 |
| 202 | 23-11 | Duarte | Escabelados | Manuel João, carpinteiro, Josefa de Oliveira, doméstica | 23/12 |
| 203 | 24-11 | Joaquim | Escabelados | Maria Dias, viúva, de Aldeia de Santa Margarida, Idanha a Nova | 5 |
| 204 | 24-11 | Manuel | Ponte | Nicolau Pombo, carpinteiro, Maria Soares, doméstica | 4 |
| 205 | 26-11 | Josefa | Escabelados | Francisco Alves Taborda tecelão, Ana Josefa Mendes, doméstica | 6 |

| | | | | | |
|-----|-------|-----------|---------------|--|--------|
| 206 | 26-11 | José | Escabelados | Joaquim Duarte Torrão, tecelão, Bárbara de Jesus do Rosário, doméstica | 6/12 |
| 207 | 27-11 | José | Direita | José Augusto Barata e Teresa de Jesus Proença, proprietários | 4/12 |
| 208 | 28-11 | Francisco | Souto | José Pires Júnior, jornalista, e Maria Cecília, fiandeira | 11/12 |
| 211 | 05-12 | S.n. | Nova do Souto | Francisco Craveiro, tecelão, Josefa Ascensão, doméstica | 2/365 |
| 214 | 13-12 | S.n. | Escabelados | Manuel João, carpinteiro, Josefa de Oliveira | 11/365 |
| 215 | 20-12 | José | Souto | António Duarte Ferrão, negociante, Ana de Jesus Calado, doméstica | 3 |
| 216 | 28-12 | José | Fonte de Cale | António Carvalho (Barco), ganhão, Maria da Conceição, doméstica | 5/12 |
| 217 | 29-12 | António | Rosário | José Pinto, jornalista, Rosária Mendes, fiandeira | 2 |

Quadro 13 – Óbitos de óbitos de crianças no Tortosendo em 1883.

| R.º | Data | Nome | Rua (nº) | Filiação/ama | Idade |
|-----|-------|------------------|-----------|--|-------|
| 15 | 05-05 | Margarida EHC661 | Castelo | Ama, Maria Mourito (Loriga) | 2 |
| 19 | 06-07 | Bárbara | Pesinho | Francisco Rodrigues, Maria Rufina, proprietários | 2 |
| 22 | 28-07 | Delfina | Levada | João Aleixo e Maria Teresa, proprietários | 2 |
| 25 | 30-07 | Maria | Assomada | João dos Santos e Teresa de Jesus | 3 |
| 26 | 16-08 | Gabriel | Assomada | Joaquim Duarte Durão e Joana Costa, jornalheiros | 2 |
| 27 | 16-08 | António | Amoreira | José Fernandes Lobo e Bárbara Maria, proprietários | 16/12 |
| 28 | 16-08 | Álvaro | Castelo | Ama, Albina Maria | 18/12 |
| 29 | 15-08 | Joaquim | Nova | José Mendes Ambom e Mariana Vilela, jornalheiros | 2 |
| 31 | 29-08 | Joaquim | Nova | João dos Santos e Tereza de Jesus, jornalheiros | 1 |
| 32 | 29-08 | Delfina | Levada | Joaquim Nunes Ferreira Júnior e M ^a Bárbara, jornalheiros | 2 |
| 35 | 23-09 | Rosa | Castelo | Firmino Mendes e Albano Duarte | 1 |
| 36 | 29-09 | Ana | Quelha | José Francisco dos Santos e Ana de Jesus, jornalheiros | 2 |
| 37 | 04-10 | José | Assomada | Joaquim Costa (Paul) e Delfina Maria, jornalheiros | 18/12 |
| 38 | 12-10 | Maria | Castelo | António Rodrigues de Oliveira e M. ^a Amália Afonso, prop. | 1 |
| 39 | 13-10 | Bárbara | Barreiros | Gabriel Carvalho e Maria de Oliveira, proprietários | 1 |
| 40 | 17-10 | Francisco | Castelo | Luís Pereira Carinhas e Rosália de Carvalho, proprietários | 2 |
| 41 | 24-10 | Carolina | Castelo | Francisco Rodrigues e Maria Rufina, proprietários | 1 |
| 42 | 25-10 | Joaquim | Assomada | Miguel Rodrigues e Maria Neto, proprietários | 8 |
| 43 | 25-10 | Maria | Assomada | José Luís Fernandes e Maria do Espírito | 2 |
| 45 | 03-11 | João | Assomada | João Francisco e Carolina Afonso, jornalheiros | 3 |
| 48 | 17-11 | João | Assomada | Miguel Rodrigues e Maria Neta | 9 |
| 50 | 22-11 | Delfina | Assomada | João Francisco e Maria Antónia | 6 |
| 51 | 24-11 | Maria | Quelha | José Francisco dos Santos e Ana de Jesus | 6 |
| 52 | 03-12 | Francisco | Nova | Joaquim Rodrigues e Ana Maria | 8/12 |
| 53 | 05-12 | António | Assomada | José Rodrigues Valente e Maria Rosália | 6/12 |
| 54 | 05-12 | Maria | Nova | Pedro Antunes e Maria Bárbara, proprietários | 1 |
| 55 | 08-12 | António | Amoreira | José Carvalho e Bárbara Pereira | 5 |
| 57 | 09-12 | António | Nova | Joaquim da Fonseca e Mécia Rodrigues | 1 |
| 59 | 10-12 | João | Nova | António Garcia e Bárbara Barata | 5 |

| | | | | | |
|----|-------|-----------|----------|---|-------|
| 60 | 10-12 | José | Assomada | Francisco de Brito e Delfina Gouveia, operários | 1 |
| 61 | 14-12 | Carolina | Nova | Eduardo Augusto e Rita Mendes | 3 |
| 62 | 18-12 | Fernando | Levada | Francisco Dionísio e Justina Antunes | 6/12 |
| 63 | 20-12 | Carolina | Quelha | José Serra Júnior e Maria Catarina | 1 |
| 64 | 22-12 | Bárbara | Quelha | José Pinto e Maria Carolina | 3 |
| 66 | 26-12 | Rosa | Castelo | José Francisco Ascensão e Maria Josefa | 9 |
| 67 | 30-12 | Francisco | Assomada | José Rodrigues e Maria Antunes | 14/12 |
| 68 | 30-12 | Vítor | Levada | Adelino Roque Peres e Joaquim Rodrigues de Oliveira | 1 |

Quadro 14 – Óbitos de óbitos de crianças em Unhais em 1883.

| R.º | Data | Nome | Lugar | Filiação/ama | Idade |
|-----|-------|---------------------|-----------------|---|--------|
| 1 | 01-01 | Eulália, E666HC | Vide | Ama, Ana Luís | Tenra |
| 5 | 11-02 | Josefa, E675HC | Vide | Ama, Francisca Maria | ? |
| 6 | 13-02 | Manuel | Abitureira | Joaquim de Moura e Maria Doluvina | 4 |
| 15 | 01-05 | Pedro, E707HC | Vide | Ama, Maria Rita | ? |
| 16 | 13-05 | José | Vide | José Rodrigues (Nogueira), Maria Glória, jornalheiros | 3 |
| 17 | 27-05 | Rafael EHSeia | Vide | Bárbara Maria | 2/12 |
| 18 | 28-05 | Manuel | Gondufo | José Pedro e Rosa Maria | 6 |
| 19 | 28-05 | António | Silvadal | José da Silva e Rita Maria | 2/12 |
| 20 | 01-06 | Joaquim | Cide | Manuel Fernando e Rita Maria | 2 |
| 22 | 26-06 | Josefa E713HC | Vide | Ama, Ana Luís dos Santos | 45/365 |
| 23 | 05-07 | João E728HC | Pavão | Ama, Francisca Maria | ? |
| 24 | 06-07 | Maria E727HC | Vide | Ama, Rita Maria | 11/365 |
| 25 | 11-07 | Felismina EHCoimbra | Cernadinha | Ama, Rita Maria | 16 |
| 26 | 11-07 | Maria EHCoimbra | Cernadinha | Ama, Rita Maria | 14 |
| 28 | 30-07 | Maria EHC? | Vide | Ama, Ana Luís | 10/365 |
| 30 | 10-08 | Maria | Vide | Francisco Nunes e Casimira da Costa, fazendeiros | 2 |
| 31 | 12-08 | Lurdes | Levadas | Manuel dos Santos e Maria Mendes, jornalheiros | 4 |
| 32 | 18-08 | Ana | Cide | António Francisco e Rita Maria, jornalheiros | 1,5 |
| 33 | 18-08 | Prazeres | Vide | Ana Cândida, mãe solteira, trabalhadora | 4 |
| 35 | 22-08 | Aristides EHSeia96 | Vide | Ama, Benedita dos Santos | 2/12 |
| 36 | 23-08 | Eugénio EHC699 | Vide | Ama, Bernardina Pereira | |
| 38 | 27-08 | Maria | Balocas | Bernardo Mendes e Rita Maria | 18/12 |
| 39 | 28-08 | Maria | Lamigueiras | António Joaquim e Maria Rosa, jornalheiros | 22/12 |
| 40 | 01-09 | Piedade | Gondufo | José António e Rita Maria, fazendeiros | 11/12 |
| 41 | 04-09 | Maria | Silvadal | Maria dos Santos, mãe solteira, fiandeira | 7 |
| 42 | 03-09 | Rita | Balocas | António dos Santos e Maria João, fazendeiros | 18/12 |
| 43 | 03-09 | Eduarda EHSeia | Silvadal | Ama, Rita Maria | 1/12 |
| 44 | 03-09 | Guilhermina ESeia72 | Vide | Ama, Ana Maria | 13/12 |
| 45 | 05-09 | António | Casas Figueiras | Manuel Francisco e Maria Águeda | 3 |
| 46 | 05-09 | Albano | Silvadal | Rita Maria, mãe solteira, fiandeira | 16/12 |
| 47 | 05-09 | Rita | Vide | António da Silva e Maria Rita, jornalheiros | 10/12 |
| 48 | 07-09 | Angelina EHSeia | Rodeado | Em poder de Brizida Maria | 1/12 |
| 49 | 08-09 | João EHC740 | Barriosa | Maria Joaquina | 1/12 |

| | | | | | |
|----|-------|----------------|-----------------|--|-------|
| 50 | 10-09 | António | Gondufo | Manuel Marques e Antónia Maria, fazendeiros | 2 |
| 51 | 19-09 | Joaquim | Vide | António Lopes e Ana Luís, proprietários | 1 |
| 52 | 22-09 | Maria | Vide | António Pereira e Rita Maria, fazendeiros | 19/12 |
| 53 | 22-09 | José | Barriosa | José Francisco e Águeda Maria | 13/12 |
| 54 | 23-09 | Tecla EHC718 | Vide | Ama, Maria Águeda | 3/12 |
| 55 | 26-09 | Piedade EHC691 | Vide | Ama, Francisca Maria | 6/12 |
| 56 | 27-09 | Emília | Foz da Rigueira | João Borrego e Maria Rita | 4 |
| 57 | 29-09 | António | Levadas | Manuel Amaral e Ana Maria, jornalheiros | 3 |
| 58 | 01-10 | Urbano EHC621 | Silvadal | Ama, Rita da Conceição | 4/12 |
| 59 | 04-10 | Rita | Casal do Rei | Joaquim Martins e Ana Fernandes | 18/12 |
| 62 | 17-10 | Albano | Barriosa | Joaquim Luís e Maria Rita | 1 |
| 63 | 17-10 | Ana | Coucedeira | Joaquim Simão e Leonor Freire | 2 |
| 64 | 19-10 | Maria | Silvadal | José da Silva e Rita Maria | 6 |
| 65 | 23-10 | Maria José | Silvadal | Domingos Lopes e Ana Maria (Cabeça) | 3 |
| 66 | 23-10 | Emídio EHSeia | Casal do Rei | Custódia Maria | 20/12 |
| 67 | 26-10 | Rosária | Barreira | José Henriques (Valezim) e Maria Freire, fazendeiros | 1 |
| 68 | 27-10 | Maria Cândida | Vide | Manuel Dias e Júlia Maria Cândida, jornalheiros | 3 |
| 69 | 27-10 | José | Barreira | Bernardo Lopes e Maria Joaquina, jornalheiros | 5 |
| 72 | 01-11 | Francisca | Silvadal | Bernardo Mendes e Brizida Maria | 1 |
| 73 | 06-11 | José | Gondufo | Joaquim Gramaça e Rita Maria | 1 |
| 78 | 09-12 | Maria | Vide | Francisco Lopes (Erada) e Gertrudes Maria, fiandeira | 3 |
| 79 | 16-12 | Francisca | Gondufo | Ana Maria, mãe-solteira, fiandeira | 10/12 |

Quadro 15 – Óbitos de crianças na Vide em 1883.

| Nome | Rua | Mulher | Filho falecido |
|----------------------------|-------------|-----------------------------|---|
| José de Pina | Bodo | Maria dos Santos da Paula | Rufina, de 4 anos |
| M. Alves Saraiva (Covilhã) | Bodo | Ana Alves | Maria da Conceição, de 10 anos |
| José Afonso da Paula | Capela | Maria Mendes | Maria de 1 ano; Augusto de 3 anos |
| José Correia Varão | Capela | Ana de Jesus Meireles | António, de 7 dias |
| José dos Remédios Fidalgo | Capela | Ana dos Santos | António, de 5 meses |
| José Joaquim Mineiro | Capela | Rosa Dias | António de 19 meses |
| António Meireles | Bodo | Maria de Jesus Ferreira | Francisco, de 22 meses |
| António Pinto | Bodo | Rita Duarte Fortuna | Recém-nascido s.n. |
| Francisco Vaz | Castelo | Maria Ramos | José, de 15 meses; Joaquim, de 3 anos |
| José da Cruz Dinis | Direita | Brígida de Jesus Teixeira | Ana de 10 meses |
| António Mendes (Boidobra) | Escabelados | Maria José | Porfírio, de 22 meses |
| Francisco Alves Taborda | Escabelados | Ana Josefa Mendes | Josefa de 6 anos |
| Jerónimo Teles | Escabelados | Maria de Jesus | António, 16 meses |
| Joaquim Duarte Torrão | Escabelados | Bárbara de Jesus do Rosário | José, de 6 meses |
| Joaquim Guilherme | Escabelados | Maria de Jesus Fernandes | Recém-nascido s.n. |
| Joaquim Luís de Matos | Escabelados | Ana Afonso | Francisco, de 3 anos; Augusto de 5 meses |

| | | | |
|------------------------------|-------------|--------------------------------|---|
| José Aleixo Alves | Escabelados | Maria Henriques | Ana, de 20 meses; Maria, de 4 anos |
| José Rodrigues Fernandes | Escabelados | Maria Cândida (da Boidobra) | Maria, de 2 anos |
| José Santos de Oliveira | Escabelados | Ana de Jesus da Paula | Francisco, 19 dias; Joaquim de 5 anos |
| Marcelino da Cruz | Escabelados | Joaquina Henriques Conceição | Rosa, de 4 anos |
| Pedro Gonçalves (de Chaves) | Escabelados | Maria Josefa | Francisco, de 17 meses |
| António Joaquim Taborda | F. da Cale | Justina Mendes de Oliveira | Joaquim, de 2 anos; Maria de 3 anos |
| João de Pina | F. da Cale | Ana Barata | José de 1 ano |
| Francisco Matos Dias | F. da Cale | Ana Mateus (dos Vales) | Maria, 18 meses |
| João Ferreira de Ascensão | F. da Cale | Maria do Resgate | Patrocínia, de 4 meses |
| José Pereira de Matos | Lajes | Ana de Jesus Bernardo | Maria de mês e meio |
| Manuel Lopes | Machede | Maria Joaquina | José, de 8 dias |
| Francisco Cosme da Paula | Machede | Rosa Fernandes | António, de 5 anos |
| José Rodrigues do Ribeiro | Machede | Justina de Jesus | Joaquim, de 2 anos |
| António Afonso Mendes | Machede | Josefa de Jesus Calado | Maria, de 10 meses; Joaquim de 3 anos |
| Francisco de Matos Botelho | Machede | Josefa de Jesus Calado | António, de 17 meses; Maria, de dois anos; Maria de 5 anos |
| Francisco Fernandes Rachado | Machede | Maria Rosa | João, de 29 meses |
| Francisco Fernandes de Matos | Remédios | Maria Josefa | Francisco, de 8 meses |
| António Alexandre | N.do Souto | Ana Josefa | Maria, de 10 meses |
| Francisco Craveiro Ramos | N.do Souto | Josefa da Assunção | Recém-nascido s.n.; recém-nascido, s. n. |
| João dos Santos Curto | N. do Souto | Maria Aurora | Joaquim, de 2 anos |
| João Lopes Franco | N.do Souto | Ana de Jesus | António, de 1 ano; Maria de 3 anos |
| António Lourenço de Oliveira | N. Olivais | Justina Fernandes | João, de 26 meses |
| Benedito José (exposto) | N. Olivais | Delfina Meireles | Rosa, de 20 dias; Francisco de 6 meses; Francisco de 3 anos |
| Benedito José (exposto) | N. Olivais | Delfina Meireles | Rosa, de 20 dias |
| Francisco Alves de Ascensão | N. Olivais | Maria do Carmo | Recém-nascido |
| José António Fernandes | Ponte | Maria Josefa Clara | António, de nove meses |
| António de Paula | Rosário | Ana Arraiana | Joaquim, de 2 anos |
| Fernando de Pina | Rosário | Joaquina Proença | Rosa, de 5 anos; Luís de 2 anos |
| Francisco Calado Ramos | Rosário | Maria Barbosa da Ascensão | Maria de 11 meses |
| Francisco Pereira Calado | Rosário | M ^a Delfina Fonseca | António, de 11 meses |
| José Dias Folgado | Rosário | Maria José de Ascensão | António, de 17 meses |
| José Martinho | Souto | Maria Ramos | Francisco de 23 meses |
| Francisco Mendes | Terreiroiro | Maria de Jesus de Matos | Maria, de 7 meses |
| Francisco Dinis | T. Amoreira | Ana Joaquina dos Santos | António, de 4 meses |

Quadro 16 – Tecelões do Tortosendo que perderam filhos em 1883.

| Nome | Rua | Mulher | Filho falecido, idade |
|--|------------------|---|--|
| António da Costa Solano | L. S. Silvestre | Rosa Augusta, doméstica | Manuel, 20 meses |
| António Francisco | Porta do Sol | Rita de Jesus Paiva, doméstica | Maria de Jesus, 9 anos; Felismina, 6 anos |
| António Luís de Brito (de S. Romão) | Sr. da Paciência | Maria José dos Santos, doméstica | Palmira. 4 anos |
| António Madeira Pinto (Alv. da Serra) | Açougue | Maria Adelina (do Teixoso) | Amélia, 13 meses |
| António Marques Pinto | Ramalha | Maria Augusta, doméstica | Rosa, 14 meses |
| António Santos Oliveira (Santa Ovaia) | Sª do Rosário | Maria Calisto, doméstica | António, 5 meses |
| Bento Rodrigues (Aldeia de Carvalho) | Ramalha | Maria Santos Marques, doméstica | Ana, 19 meses |
| Bernardo Esteves Lino | Açougue | Maria Madalena, doméstica | Maria Angélica, 23 meses |
| Bernardo Ramalho | L. S. Silvestre | Teresa de Jesus, doméstica | António, 5 anos; Severiano, 29 meses |
| Carlos de Paiva | Santa Maria | Matilde Esteves, doméstica (A. Carvalho) | Joaquina, 6 anos; Maria, 2 anos |
| Casimiro de Sousa Torrão | T. Maias | Maria da Ascensão, doméstica | João, 2 meses |
| Eustáquio da Costa Caldeireiro | Santo Agostinho | Maria das Dores, escolheira | Filipe, 10 meses |
| Firmino Pereira | Largo das Maias | Maria Adelaide, doméstica | António, 2 anos |
| Francisco Carapito | Fragas | Carolina de Jesus, doméstica | António, 6 meses |
| Francisco Gomes | Assunção | Ana de Jesus Barroca, escolheira | Maria, 2 anos |
| Francisco Pinto | Ramalha | Francisca Cristóvão, doméstica | Ana, 23 meses |
| Francisco dos Santos da Felicidade | Açougue | Maria da Conceição, doméstica | Delfina, 2 anos |
| Jerónimo da Costa Caldeireiro | T. de Cima | Maria Felismina, doméstica | Manuel, 3 meses |
| João Coito | L. Maias | Ana Almeida, do Peso | Ana, 23 meses |
| João da Costa Terenas | S. Silvestre | Josefina Amélia Lopes, doméstica | António, 8 meses |
| João Luís Bicho | Peixe | Maria de Jesus, doméstica | Alberto, 4 anos |
| João Monteiro | Vigário | Joaquina dos Santos, padeira | Manuel, 8 meses |
| José António Raposo | T. das Maias | Teresa de Jesus, doméstica | José, 6 anos |
| José Firmino Chanato | Santa Maria | Josefa Rosa, doméstica | Maria da Conceição, 18 meses |
| José Francisco Peixinho | Santo Agostinho | Gertrudes de Jesus, doméstica | António, 3 anos; Francisco, 18 meses |
| José Lourenço Teles | Santa Maria | Umbelina Rosa, doméstica | António, 3 anos; Maria Rosa, 10 meses |
| José Macedo | T do Cotovelo | Maria de Jesus, doméstica | António, 15 meses |
| José Maria Fino | Vigário | Ana de Jesus, doméstica | Maria, 1 ano |
| José Maria Pinto | Ramalha | Felicidade de Jesus, doméstica | Ana, 23 meses |
| José dos Santos | Assunção | Maria de Jesus, doméstica | Francisco, 3 anos |
| Luís da Costa Caldeireiro | Santo Agostinho | Rita de Jesus, doméstica | Joaquim, 17 meses |
| Luís Lopes David (de Castelo Branco) | Açougue | Ana de Jesus, escolheira | Antónia, 9 meses; Maria José, 4 anos |
| Luís dos Santos Duarte (da Boidobra) | Rosas | Maria das Dores, doméstica | Luísa, 3 anos |
| Manuel Alves Tourais | Porta do Sol | Maria José, doméstica | Felismina, 9 meses |

| | | | |
|--|------------------------|---------------------------------------|---|
| Manuel Bicho de Almeida, de Folgosinho | Sr. Da Paciência | Ana da Ascensão, doméstica | Manuel, 20 meses |
| Manuel Gomes Ribeiro | C. S. Silvestre | Rita de Jesus, doméstica | Amélia, 5 anos |
| Manuel Marques | Vigário | Maria José Matos, doméstica | Maria Cândida, 6 anos |
| Manuel das Neves | T. do Cotovelo | Maria Joaquina, doméstica | Manuel, 5 anos; Felismina, 3 anos; Rita, 10 meses |
| Manuel Pereira Pícaro | Porta do Sol | Leonor de Jesus, doméstica | António, 18 meses; Josefa, 7 anos |
| Manuel Rodrigues Pintassilgo | T. do Rosário | Maria José, doméstica | José, 13 meses |
| Manuel da Silva Lanzinha | T. Senhor da Paciência | Maria José, de Travancinha, doméstica | Maria Rosa, 20 meses |
| Paulino Mendes, de Midões | Porta do Sol | Perpétua de Jesus | António Maria, 18 meses |
| Porfírio Fernandes Nogueira | Formosura | Maria Honorata, doméstica | Adelino, 26 meses |
| Vicente Marques | Açougue | Ana de Jesus Fazenda, doméstica | Maria, 20 meses |

Quadro 17 – Tecelões de Santa Maria da Covilhã que perderam filhos em 1883.

| Nome | Rua | Mulher | Filho falecido, idade |
|---|----------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|
| Joaquina dos Santos | Lajes | Solteira | Ana, 2 anos |
| Felismina dos Santos (escolhedeira) | Direita | Solteira | Manuel, 6 meses |
| João Ribeiro (fiandeiro) | Quinta do Pouso | Ana de Jesus, doméstica | Rosa, 27 meses; Maria, 4 anos |
| João da Silva Chapeleiro, da Covilhã | Lajes | Maria de Jesus, doméstica | Rosa, 18 meses |
| Manuel Dias Duarte | Direita | Joaquina Martins, doméstica | Joaquina, 28 meses |
| António Luís | Q ^a das Calvas | Margarida de Deus, doméstica | Manuel, 17 meses |
| Manuel Pinto, de Sazes (Ceia) | Direita | Rita do Patrocínio, doméstica | Carolina, 1 ano; Maria, 3 anos |
| João Duarte Gomes | Q ^a S. Domingos | Joana da Conceição Mesquita | Rosa, 6 anos |
| António Luís da Costa | Amoreira | Maria da Conceição, doméstica | Rosa, 6 anos |
| Manuel José de Brito, de Travanca | Q ^a Pousadinha | Bárbara Rita, doméstica | Daniel, 1 mês |
| José da Silva Bouceiro, da Covilhã | Q ^a Castiçal | Maria de Jesus, doméstica | Ana, 1 ano; Manuel, 3 anos |
| Maria dos Santos, de Penhaforte | Direita | Viúva de António Lopes | Maria, 3 anos |
| Joaquim José Batista | Direita | Maria Gertrudes | Manuel, 4 anos |
| José Duarte Esgalhado | Amoreira | Henriqueta de Jesus | Recém-nascido |
| José Proença (tecelão) | Direita | Maria de Jesus Bento | Recém-nascido; Maria, 7 dias |
| José da Cunha (tecelão) | Lajes | Ana Rodrigues, falecida | Maria, 2 anos |
| Gaspar da Cunha (tecelão) | Castelo | Ana da Conceição Ribeira | Maria, 11 meses |
| José Lé (tecelão) | Castelo | Maria Rogeiro, doméstica | Maria, 3 meses |
| Manuel dos Santos (tecelão) | T. Castelo | Maria Vicente, doméstica | Manuel, 21 meses |
| João Geraldes Fonseca Rogeiro (tecelão) | Estrada | Maria Luísa, doméstica | Francisco, 4 meses |

Quadro 18 – Operários/as fabris e tecelões da antiga aldeia de Carvalho que perderam crianças em 1883.

| Freguesia/anos | A1881 | A1882 | A1883 | A1884 | A1885 |
|-------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Alcântara | 282 | 287 | 257 | 323 | 412 |
| Azambuja | 73 | 68 | 64 | 62 | 50 |
| Santos-o-Velho (Lisboa) | 315 | 371 | 346 | 367 | 417 |
| Ovar (S. Cristóvão) | 245 | 217 | 219 | 245 | 265 |
| Murtosa (Santa Maria) | 222 | 148 | 204 | 267 | 302 |
| Tavira (Santa Maria) | 138 | 119 | 179 | 149 | 116 |
| Vila Flor (Bragança) | 52 | 84 | 53 | 62 | 37 |
| Vila Velha de Ródão | 62 | 63 | 41 | 61 | 54 |

Quadro 19 – Óbitos: antes durante e depois da epidemia de varíola de 1883 na Covilhã em outras localidades do país.

NOTAS

Na Murtosa, dezembro de 1884 com 38 mortes e janeiro de 1885 com 50 mortes, neste caso muito acima do normal, 15 mortes por mês no verão.

A crise mais mortífera em Ovar acontece em novembro (46 mortes) e dezembro de 1885 (49) e janeiro de 1886 (42), também muito acima do que acontecia normalmente no verão.

Em 1874, faleceu de naufrágio, no Canal de Inglaterra, Joaquim Padinha, marítimo, natural de Tavira, registado o óbito em 1881 (Óbitos de Tavira, 139)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Óbitos: antes durante e depois da varíola de 1883 no concelho da Covilhã

Quadro 2 – Óbitos em freguesias do concelho do Fundão contíguas do concelho da Covilhã

Quadro 3 – Óbitos em freguesias de Trás-de-Serra contíguas do concelho da Covilhã

Quadro 4 – Óbitos em freguesias a sudoeste contíguas do concelho da Covilhã

Quadro 5 – Óbitos em freguesias a nordeste contíguas do concelho da Covilhã

Quadro 6 – Óbitos no Hospital Provisório em Santa Maria de Manteigas, em 1883

Quadro 7 – Óbitos de crianças em Casegas em 1883

Quadro 8 – Óbitos de crianças na Erada em 1883

Quadro 9 – Óbitos de crianças no Piódão e seus lugares em 1883

Quadro 10 – Óbitos de crianças em Santa Maria da Covilhã em 1883

Quadro 11 – Óbitos de crianças em Santa Maria de Manteigas em 1883

Quadro 12 – Óbitos de crianças em Sobral de S. Miguel em 1883

Quadro 13 – Óbitos de óbitos de crianças no Tortosendo em 1883

Quadro 14 – Óbitos de crianças em Unhais em 1883

Quadro 15 – Óbitos de óbitos de crianças na Vide em 1883

Quadro 16 – Tecelões do Tortosendo que perderam filhos em 1883

Quadro 17 – Tecelões de Santa Maria da Covilhã que perderam filhos em 1883

Quadro 18 – Operários/as fabris e tecelões da antiga aldeia de Carvalho que perderam crianças em 1883

Quadro 19 – Óbitos: antes durante e depois da epidemia de varíola de 1883 na Covilhã em outras localidades do país

FONTES DE ARQUIVO

ADCB (Arquivo Distrital de Castelo Branco)

BCM (Batismos de Cortes do Meio)

BP (Batismos do Paul)

BSSM (Batismos de Sobral de S. Miguel)

CCM (Casamentos de Cortes do Meio) 1883

OA (Óbitos de Alcaria) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OAS (Óbitos de Aldeia do Souto) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OASF (Óbitos de Aldeia de S. Francisco) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OB (Óbitos do Barco) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OBD (Óbitos da Boidobra) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OC (Óbitos de Casegas) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OCM (Óbitos de Cortes do Meio) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OD (Óbitos do Dominguiso) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OE (Óbitos da Erada) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OF (Óbitos do Ferro) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OO (Óbitos do Ourondo) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OP (Óbitos do Paul) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OPR (Óbitos de Peraboa) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OPS (Óbitos do Peso) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OPR (Óbitos de Pêro Viseu) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OS (Óbitos de Silvares) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OSCC (Óbitos de N.^a S.^a da Conceição da Covilhã) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OSJB (Óbitos de S. Jorge da Beira) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OSMC (Óbitos de Santa Maria da Covilhã) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OSMRC (Óbitos de São Martinho da Covilhã) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OSP (Óbitos de São Pedro da Covilhã) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OSR (Óbitos do Sarzedo) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OSSM (Óbitos de Sobral de S. Miguel) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OT (Óbitos do Tortosendo) 1881, 1882, 1883, 1884, 1885

OTL (Óbitos do Telhado) 1881, 1882, 1883, 1884, 1885

OTX (Óbitos do Teixoso) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OUR (Óbitos de Urjais) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OUS (Óbitos de Unhais da Serra) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OV (Óbitos de Verdinhos) OUR (Óbitos de Urjais) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OVC (Óbitos de Vila do Carvalho) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OVF (Óbitos de Vale Formoso) OUR (Óbitos de Urjais) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

ADG (Arquivo Distrital da Guarda)

OAS (Óbitos de Alvoco da Serra) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OB (Óbitos de Belmonte) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

OC (Óbitos de Caria) 1881,1882, 1883, 1884, 1883
OI (Óbitos de Inguias) 1881,1882, 1883, 1884, 1883
OM (Óbitos de Maçainhas) 1881,1882, 1883, 1884, 1883
OSMM (Óbitos de Santa Maria de Manteigas) 1881,1882, 1883, 1884, 1883
OSPM (Óbitos de S. Pedro de Manteigas) 1881,1882, 1883, 1884, 1883
OV (Óbitos de Vide) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), Chanc. da Ordem de Cristo, liv. 226, fl. 238 e sgs., 1737 Dezembro 5 : Sentença de confirmação de privilégios dos moradores de Casegas e Enxabarda, caseiros da comenda de Santa Maria do Castelejo contra o Juiz de Fora da vila da Covilhã (transcreve original de 1388 Dezembro 11, Évora e confirmações de outros reinados) (fazer artigo sobre conflitos). ANTT., *Chanc. da Ordem de Cristo*, liv. 226, fl. 238 e sgs.

AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra)
ODZ (Óbitos de Dornelas do Zêzere)
OP (Óbitos do Piódão) 1881,1882, 1883, 1884, 1883
OPM (Óbitos da Pampilhosa) 1881,1882, 1883, 1884, 1883
OUV (Óbitos de Unhais o Velho) 1881,1882, 1883, 1884, 1883

BIBLIOGRAFIA

Barbosa, Maria Hermínia V. (2001) – Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX. Guimarães, Universidade do Minho (A.A.A./NEPS - Cadernos).

BENTO, Carlos Lopes (2010). Memórias de Cabo Delgado: epidemia de varíola na ilha/vila do Ibo, entre abril de 1883 e janeiro de 1884, <http://ilhaskerimba.blogs.sapo.mz/3772.html> (consultado em 4 de junho de 2018)

CAMARGO, Luís Soares de (2007). As “bexigas” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. *Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.28. www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao28/materia03/texto03.pdf

COSTA, Aleixo Justiniano Sócrates da (1883). A Província da Guiné Portuguesa, in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4ª série, 2: 94-112; 3: 149-60 & 4: 188-203. *Diário Ilustrado* (1908).

GOMES, Bernardino António. Recopilação Histórica dos Trabalhos da Instituição Vaccinica durante o seu Primeiro Anno», in *Memórias de Mathematica e Phisica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1814. Tomo III, Parte II, p. LXXVI-XCIX.

MORAIS, J. A. David de (2012). Surtos epidémicos ocorridos em Portugal na Primeira Metade do Século XX: abordagem histórico-epidemiológica. II Varíola, História da Medicina, *Medicina Interna*, VOL.19 | Nº 1 | JAN/MAR 2012, pp. 43-50.

O Ocidente

PEREIRA, António dos Santos (1997). A Fronteira Beirã no tempo de D. Afonso Henriques. Algumas notícias covilhanenses. in *Atas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. II/ *A Política Portuguesa e as suas Relações Exteriores*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, pp. 201-221.

PIMENTA, Tânia S.; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori (2015). A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia *Dimensões*, vol. 34, p. 145-183. www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/11114/7761

(RCDA, 1882) Relatório da Comissão Districtal de Aveiro apresentado à Junta Geral do Mesmo Districto na sua Sessão Ordinária de 1 de Maio de 1882, Aveiro, Imprensa Aveirense, 1882. www.asw.pt/jornais/Relatorio_Comissao_1882/RELATORIO_1882-00-00.pdf

SILVA, António Delgado da (1828). *Collecção da Legislação Portuguesa*. Vol. III. Lisboa Tipografia Maignense.

TAVARES, Virgílio (1998). As Crises de Mortalidade numa Comunidade Transmontana: Vila Flor (1700 -1900). *População E Sociedade*. N° 4.

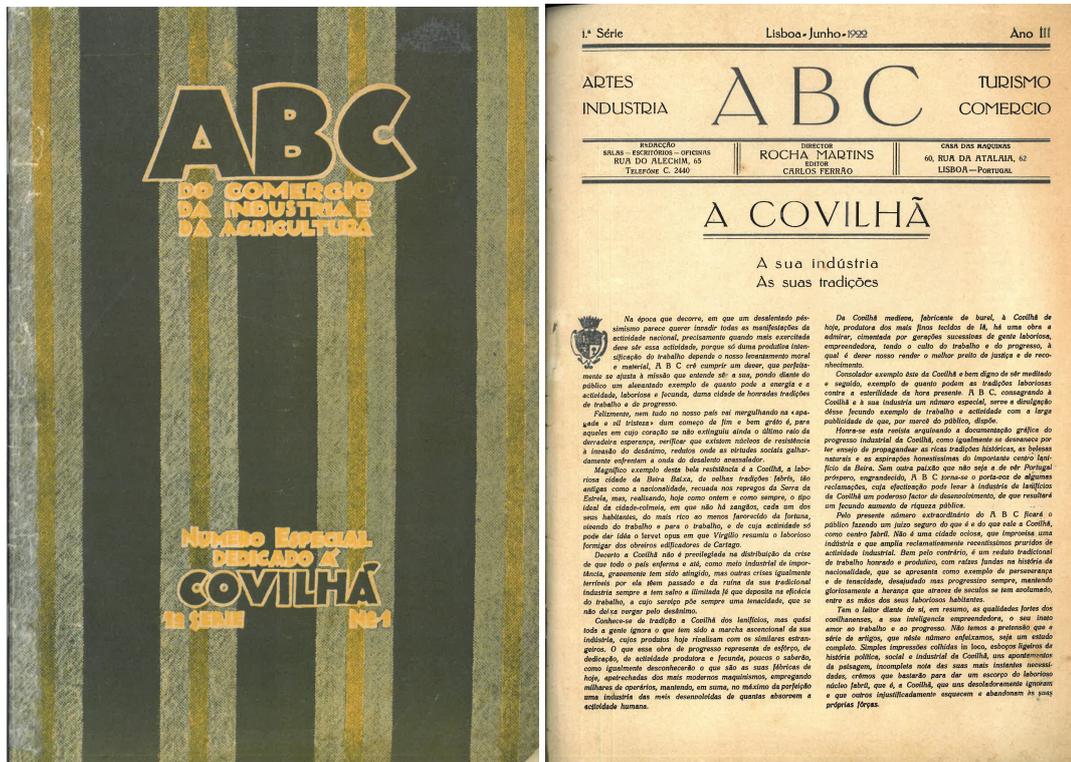
SÍTIOS WEB

<http://adctb.dglab.gov.pt/fundos-e-coleccoes/paroquiais/>

www.memoriaportuguesa.pt/vid

http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1883/N175/N175_master/N175.pdf

<https://cm-manteigas.pt/dr-francisco-sobral/>



Número especial dedicado à Covilhã. ABC, A. 3, S. 1 (jun. 1922)
 Fonte: Museu de Lanifícios da UBI, 2017.

A Covilhã em 1922 no ABC do Comércio, da Indústria e da Agricultura

*Covilhã in 1922 in the ABC do Comércio,
da Indústria e da Agricultura*

ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA

Universidade da Beira Interior

University of Beira Interior

asp@ubi.pt

RESUMO

Um projeto editorial atento, um periódico que cobre os espaços do país, particularmente os progressivos em tempos de crise, veio à Covilhã fazer um dos mais perfeitos retratos da cidade. Rocha Martins e Carlos Ferrão, na direção, e Arnaldo Forte, que veio à Covilhã, como redator talentoso, longe dos gabinetes da política, assumem através da imprensa periódica, o estímulo ao progresso pátrio onde ele é mais merecido. A Covilhã de 1922 é considerada uma cidade laboriosa e fecunda. É o tempo dos lanifícios em que muitas fábricas aproveitavam não só a energia das suas ribeiras, mas também a eletricidade e se equipavam de forma moderna naquilo que os modernistas chamaram a Era das Máquinas.

PALAVRAS-CHAVE

Covilhã, Imprensa periódica, Indústria, Maquinofatura, Património.

ABSTRACT

An attentive editorial project, a journal that covers the country's various territories, particularly the progressive ones in times of crisis, came to Covilhã to draw one of the most perfect portraits of the city. Rocha Martins and Carlos Ferrão in the direction, and Arnaldo Forte, who came to Covilhã, as a talented editor, away from the cabinets of politics, assume through the periodic press the stimulus to the country's progress where it is most deserved. The Covilhã of 1922 is considered a laborious and fruitful city. It is the time of woollen mills in which many factories took advantage not only of the energy of their streams but also of the electricity and equipped themselves in a modern way in what modernism called the Machine Age. From medieval Covilhã, a russet maker, to today's Covilhã, the producer of the finest woollen fabrics, there is a work to be admired, cemented by successive generations of industrious people (ABC, 1922)

KEYWORDS

Covilhã, Heritage, Industry, Machine-manufacture, Periodic press.

Da Covilhã medieva, fabricante de burel, à Covilhã de hoje produtora dos mais finos tecidos de lã, há uma obra a admirar, cimentada por gerações sucessivas de gente laboriosa (ABC, 1922)

INTRODUÇÃO

Já percorremos o essencial da história do periodismo em projetos: docente, na unidade curricular de História da Imprensa Regional do primeiro mestrado na Universidade da Beira Interior em Ciências da Comunicação; e editorial, tanto no estudo das relações da região com os seus representantes, no poder legislativo, em *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926)* (PEREIRA, A.S., 2002) como no levantamento de matérias e imagens com que ilustramos o livro que os CTT quiseram editar intitulado *A Indústria Têxtil Portuguesa* (PEREIRA, A. S., 2017a). Debruçamo-nos agora, aqui, sobre o número especial de um projeto exemplar de jornalismo de investigação, levado a cabo por duas das figuras portuguesas mais cultas do século XX português, que aponta a Covilhã como o paradigma de um núcleo urbano capaz de colocar-se à frente no ramo têxtil dos lanifícios, sem rival ao tempo, antes trazendo-lhe avanços tecnológicos planetários na seleção das matérias primas, na adoção de tecnologias e desperta para a melhoria das condições de vida no meio operário que se quer culto, aberto às novas tecnologias e capaz de acompanhar o pensamento progressista. O número projetado pretendia abarcar todas as dinâmicas sociais para além das que caracterizam a cidade dos lanifícios e, portanto, há uma aproximação ao passado da Covilhã bem como uma sondagem do futuro tentando-se perceber por exemplo a questão do turismo

UM PROJETO EDITORIAL EXEMPLAR DE ROCHA MARTINS E CARLOS FERRÃO E A MAIS SÉRIA COLABORAÇÃO DOS INTELLECTUAIS DO TEMPO NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O semanário *ABC* nasceu em 1920, no período em que a imprensa periódica ainda congregava o essencial do espaço público português servindo de plataforma ao que se passava no Teatro e no Cinema, nas Artes e na Política, nos corredores do poder e na rua, em particular em Lisboa. Era o tempo áureo dos jornais e das revistas, alguns e algumas de curta duração, mas de grande impacto no público em geral, ou nos meios artísticos e literários, uns tantos e outras, de mais lastro fundo. Relembramos os projetos que consultámos ultimamente: *Orpheu* (1915), *Portugal Futurista* (1917) e *Athena* (1925), para estudar Fernando Pessoa (PEREIRA, A. S., 2018a e 2018b) e *A Hora* (1922), *A Batalha* (1923 e 1924) e *O Diabo* (1934-1935) (PEREIRA, A. S., 2017), para perceber parte do percurso de Ferreira de Castro. No seu projeto original, o ABC apresentava-se essencialmente como revista de atualidade, porém com o lema de defesa do trabalho e dos trabalhadores, fossem estes empreendedores, intelectuais ou elementos da grande «massa proletária» como fazia constar no seu programa (*ABC. Revista Portuguesa*, 1920). A iniciativa cabia ao literato e publicista Francisco José da Rocha Martins (1879-1952), no modelo consagrado no século anterior, que assume a direção. Como editor, aparece uma outra figura que viria a ter nome grande na imprensa portuguesa, ao tempo ainda jovem, Carlos Ferrão (1898-1979). Este teve a colaboração de Ferreira de Castro, Mário Domingues e Reinaldo Ferreira, o célebre *Repórter X*. Ferreira de Castro publicou neste periódico aquele que, cremos, ter sido o seu primeiro conto de Natal com ilustração de Roberto Nobre (CASTRO, F, 1922: 26-27). Carlos Ferrão foi cronista de guerra, traduziu a obra de Churchill e viria a ser diretor da *Vida Mundial* e historiador reputado. O seu vasto espólio bibliográfico, composto de

mais de quarenta mil obras, repousa hoje na Biblioteca-Museu República e Resistência, do Município de Lisboa.

A lista de colaboradores na publicação em causa era extensa e composta por homens e mulheres, figuras distintas da sociedade e da cultura portuguesa, com a promessa de cobrir um leque largo de secções: o quotidiano económico e social; as artes, a moda, a literatura, o cinema e a fotografia; a ciência e o ensino; e os factos políticos relevantes em Portugal, nas Colónias e no Estrangeiro. Apenas a título de exemplo, notamos elencados o compositor Luís de Freitas Branco (1890-1955) e a poetisa Virgínia Victorino (1895-1967). Todavia o número *espécime* de abertura anunciava que todos os portadores de assunto pertinente e reputação honesta podiam colaborar, mostrando uma centena de clichés de figuras da literatura, da cultura e da arte portuguesas, encimados por Teófilo Braga, Gomes Leal e Lopes de Mendonça.

Atualmente, podemos localizar algumas coleções daquela revista nas hemerotecas portuguesas. Desde logo, na Hemeroteca Municipal de Lisboa, confirmando-se a sua publicação desde 15 de julho de 1920 até 24 de setembro de 1931 em total de 580 números. Há uma outra coleção na Biblioteca – Museu República e Resistência também tutelada pela câmara da capital portuguesa intitulada coleção Dulce Ferrão, mulher de Carlos Ferrão. A mesma consta na Biblioteca Nacional em três cotas, uma delas em microfilme. Todavia não conseguimos localizar em nenhuma delas, o número especial dedicado à Covilhã. Ficaram por consultar a coleção da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa e a da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A Fundação Mário Soares levou a cabo a digitalização dos números de que dispõe no Fundo DBG - Documentos Bernardino Machado em dezassete pastas.

O referido diretor daquela publicação, Rocha Martins, era uma personalidade conceituadíssima, autor de mais de uma centena de títulos de vários géneros entre eles, a novela e o romance histórico, o ensaio, a memória e a biografia, em que se nota a predileção pelos temas pátrios, mas era, sobretudo, um homem dos jornais. Nós consideramo-lo um dos defensores do então império português como poucos na metrópole. Nele, notamos a capacidade de intervir oportunamente no espaço público na forma do publicista mais típico de Oitocentos, muito atento à imprensa periódica, capaz de opinar sobre os mais diversos temas. Falecido em 1952, algumas das suas obras continuam a ser reeditadas com sucesso como é o caso de *Madre Paula*.

A COVILHÃ, A SUA INDÚSTRIA, AS SUAS INSTITUIÇÕES E AS SUAS TRADIÇÕES EM 1922

Tendo o ABC entrado nos prelos em tempo de crise, transformação e mudança, em várias ocasiões, esta é abordada pelos seus colaboradores, o que acontece quando em 1922 é decidida a edição de um número especial sobre “A Covilhã: a sua indústria, as suas tradições”, hoje de difícil localização como demonstramos acima por apenas terem sido catalogados os números normais depois de encadernados. Conhecemos e percorremos, no entanto, aquele número especial, nas mãos amigas do mestre e museólogo António Pinto Pires, a quem agradecemos.

A cidade e os seus arredores, colhidos em imagens cinematográficas por Artur Costa de Macedo, em 1921, emergem como uma ilha de prosperidade no país esmagado pela crise. O editor da revista editada no ano seguinte atribuía dois adjetivos ao emblema da cidade: “laboriosa e fecunda”, em contraponto à apagada e vil tristeza do restante espaço português. A insistência naquele lema foi suportada pela adesão que os meios industriais

covilhanenses demonstraram à dotação das suas fábricas com um aparelho produtivo moderno. Afinal, eles não se tinham ficado pela celebração, mas pela concretização do maquinismo que o modernismo literário português também adotara em manifesto uma década antes. A Covilhã aderiu «À era das Máquinas» que Álvaro de Campos proclamara em *Ultimatum* anos antes (Portugal Futurista, 1917). O projeto de 1922 foi mais do que um escorço, como a humildade do editor anunciava e constituiu-se um espelho cristalino da Covilhã de finais do primeiro quartel do século XX. O que mais nos toca é perceber que os promotores de uma certa moralidade pública cruzavam as artes e os saberes: a História, a Literatura, a Pintura, a Moda etc. Para além de ser trazida à colação a questão recorrente da crise, uma outra era debatida, com veemência: a participação ou não do Estado nos projetos industriais como o da “Cidade da Lã”, se não de uma forma direta, pelo menos no dever de «cuidar dos aspetos morais e materiais desse meio industrial dos mais importantes do país, no seu género, mesmo único». Não deixa de ser curioso o envio de uma figura da dimensão do Dr. Arnaldo Forte à Covilhã. Este ficou para a História como conceituado poeta: colaborou na composição de alguns fados e elaborou sonetos de qualidade, que atualmente integram o projeto Gutenberg. O articulista parece-nos claramente inserido na corrente higienista que fora lançada em Portugal em finais do século anterior com a criação do Instituto Central de Higiene (1899) e fazia a sua caminhada sob a batuta de Ricardo Jorge, que a introduzira no CEP em 1916. Preparou-se meticulosamente para a função estudando o presente da cidade e o seu passado até onde pôde. Com efeito, desce até à Covilhã visigótica. Assenta que a mesma foi destruída pela invasão muçulmana. Refaz os avanços e recuos da reconquista cristã indo até Afonso III das Astúrias (866-910) em cujo reinado percebemos as primeiras manifestações de portugalidade no triângulo Porto/Braga/Guimarães. Segundo Arnaldo Forte, a Covilhã era precocemente liberta do jugo muçulmano de forma definitiva no reinado de Fernando I, logo, antes de 1065, adiantando um século a sua História cristã.

Não houve tema que tivesse escapado à pena do Dr. Arnaldo Forte na sua abordagem inteligente à Covilhã embora épica. De imediato, os transportes, o abandono do caminho de ferro incapaz de cumprir com as necessidades locais, as pautas alfandegárias desajustadas, o reconhecimento da qualidade e do preço concorrencial dos produtos das fábricas covilhanenses, mais acessíveis do que os estrangeiros entre quarenta e sessenta por cento, e as dificuldades de acesso a boa matéria-prima. Não deixa de ser significativo o facto de as antigas vantagens da proximidade a esta se terem esgotado na modernidade. Dir-lhe-á o interlocutor Gualberto Costa não sem surpresa: a lã «nacional, além de inferior em qualidade, é insuficiente para as necessidades do fabrico». Ora até hoje nada se fez para corrigir a situação quebrando assim o antigo compromisso entre a cidade e o campo. Todas as técnicas são trazidas à colação, como todos os artífices ou profissionais têxteis, desde o mestre-debuxador até às meticulosas operações de acabamento e preparação, para expedição para o mercado.

O autor do trabalho jornalístico abordou muito seriamente a questão da habitação e do equipamento urbano essencial: «a biblioteca, o teatro, o cinema, a escola profissional». Se, ao tempo, o Estado não dava as respostas que devia às necessidades da população local, o Dr. Arnaldo Fortes realçou, no entanto, a missão assistencial que a Misericórdia da Covilhã desenvolvia em particular através do seu hospital. Ao abordar este tema, manifestava a boa preparação que fizera para desempenhar a tarefa de que fora incumbido citando o manuscrito de Manuel Cabral de Pina datado de 22 de março de 1734 e fornecendo o número dos irmãos da mesma e o respetivo capital e taxa de juro de empréstimo no período imediato à revolução liberal e em 1922, quase um século depois.

| Ano | Irmãos | Capital | Taxa de juro |
|------|--------|----------------|--------------|
| 1835 | 263 | 38.021.230 rs. | 5% |
| 1922 | 1985 | 73.000 escudos | 7% a 8% |

Quadro 1 – Misericórdia da Covilhã

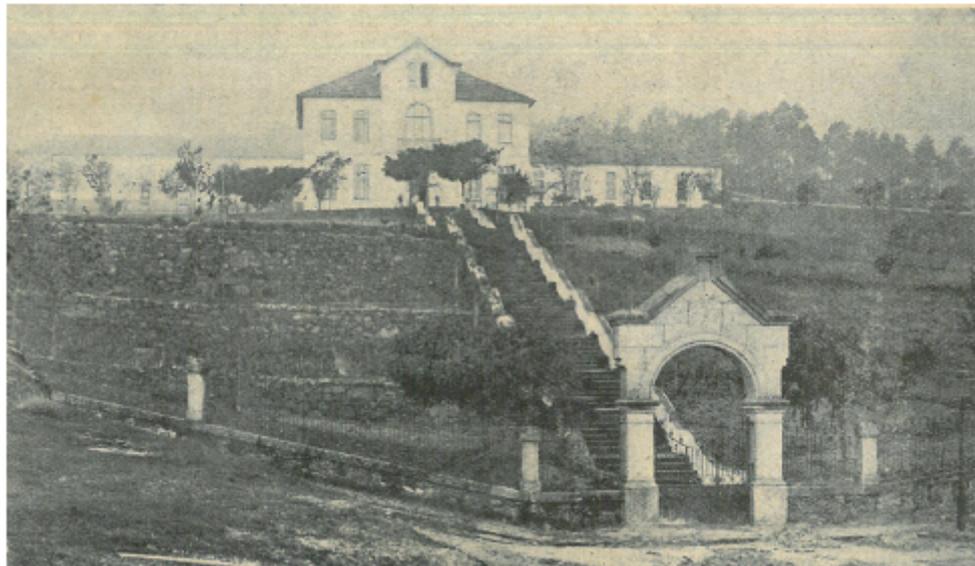


Fig. 1 – Hospital da Covilhã em 1922

Sabemos hoje que a Misericórdia da Covilhã estava fundada em 10 de novembro de 1511 pela confirmação feita por D. João III em 1542, porém Arnaldo Forte precisou o que até então as informações lhe permitiam (ANTT e PAIVA, J. P, coord., 2004: vol. 3, p. 289). Além da Misericórdia, eram referidos ainda no âmbito da assistência: o Albergue dos Pobres e o Asilo da Infância Desvalida. Depois de nos fornecer as informações sobre estas instituições, apoiado nos conhecimentos de João Gualberto da Costa, técnico reputado e presidente da assembleia geral da Associação Industrial e Comercial da Covilhã, o repórter percorre, de facto, as fábricas da Covilhã e enumera as principais fases do processo produtivo dos tecidos em título sugestivo: «Da Tosquia à Tecelagem». A reportagem será ilustrada com excelentes fotografias. Lamentamos não ter acesso aos originais para uma melhor definição. Apesar da rigorosa preparação, decerto, o articulista ainda manifesta uma deficiente compreensão do complicado processo têxtil dividindo a lã em duas qualidades a de fibra longa e a de fibra curta, quando antes devia fazê-lo entre fibra fina e fibra grossa. Seguramente importa-se com todas as operações desde a tosquia, a escolha, a lavagem, a cardação, a fição e a tecelagem, mas dá uma particular atenção às operações de ultimação feitas no passado na fase de tosamento. Remete ainda para o ao antigo pisoamento ou atual feltração e avança para o perchamento. Com algum rigor, no entanto, enumera os quatro cursos de água que forneciam energia motriz às diferentes fábricas, percebendo-se que sessenta e uma rodas hidráulicas funcionavam particularmente no inverno, por ordem de importância nas ribeiras: Carpinteira, Degoldra, Água de Alto e Aldeia de Carvalho.

| Forma de energia | Aparelhos | Cavalos Vapor |
|-----------------------------------|------------|---------------|
| Rodas hidráulicas | 61 | 600 |
| Turbinas | 8 | 200 |
| Motores a gás pobre | 46 | 1200 |
| Caldeiras a vapor das tinturarias | 18 | 500 |
| Máquinas a vapor | 16 | 600 |
| Total | 149 | 3100 |

Quadro 2 – Energia disponível na Covilhã em 1922

Os industriais queixavam-se, então, sobretudo do preço que a hulha tinha atingido depois do primeiro conflito mundial, tendo subido de 7\$50 para 300\$00 por tonelada. Não seria bem assim. O preço da hulha aumentara desde o século XVIII até à Primeira Guerra Mundial. Todavia o mesmo deve considerar-se na relação com as diferentes moedas e a desvalorização do escudo face à libra esterlina e ao dólar com que se adquiria aquela era descomunal. A subida do preço daquela matéria-prima energética acentuara-se no início da Primeira Guerra Mundial e acelerara em 1919, apenas amainando em 1924. O aparelho produtivo em máquinas de cardação e fição era de facto considerável na Covilhã, percebendo-se que os preços dos produtos poderiam ser reduzidos se a eletricidade substituísse quanto antes o vapor, tendo em atenção os custos elevados do combustível das respetivas máquinas.

A História é a mestra da vida, a ministra da justiça e a promotora da verdade no tribunal do tempo. Certamente, a Covilhã não atingira com os romanos o esplendor que depois deles conseguiu, pois parece-nos que a lã que já então fazia a sua riqueza seguia em bruto para Itália e outros pontos mais industriais do Império. Nós acreditamos que a instalação de um aparelho produtivo considerável se deu com a multiplicação dos pisões no período imediato à Reconquista, como já defendemos em outra parte, aumentou com o interesse que os monarcas portugueses lhe dedicaram com a instalação de uma Feitoria da Lã, no século XVI, e uma Fábrica Real, no Período Mercantil, cabendo a primeira grande glória ao terceiro Conde da Ericeira e uma segunda ao Marquês de Pombal. A efetiva industrialização acelerou depois da Revolução Liberal, no período imediato a 1834, por incentivos alfandegários e uma maior capacidade de imitação do que se fazia na Europa e nos Estados Unidos por parte dos empreendedores portugueses frequentadores das exposições internacionais que vão entrar na moda.

Desde os finais da Segunda Guerra Mundial, a Covilhã dispõe de um quadro romanesco, que mostra o amago industrial da cidade e as íntimas relações com os seus subúrbios, Aldeia de Carvalho, Boidobra, Tortosendo, Teixoso, Unhais e, em particular, a vila de Manteigas, no coração da Estrela, elaborado pelo talentoso Ferreira de Castro, depois de um pórtico demonstrativo de sério estudo da principal atividade que ali se desenvolvia desde os primórdios do povoado. Em outro lugar, confirmamos que este reputado literato não seria quem foi se, ao regressar do Brasil, jovem e pobre, alguém não lhe tivesse dado a mão. Ora foi Rocha Martins que o apoiou dando-lhe emprego nos jornais que dirigiu e o inspirou em alguns trabalhos a desenvolver. Curiosamente esta figura encarna o jovem monárquico que Ferreira de Castro fez subir o Amazonas e o rio Madeira na selva amazónica. Rocha Martins foi deputado pelo concelho de origem de Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis, durante a ditadura de Sidónio Pais. Com efeito, vinte anos antes de Ferreira de Castro se deslocar à Covilhã para o memorável romance *A Lã e a Neve*, Rocha Martins tinha mandado levar a cabo o mais sério retrato alguma vez feito pela imprensa periódica portuguesa a propósito das gentes desta cidade, particularmente dos empreendedores industriais, dos operários e das atividades que nela se desenvolviam. A publicação levada a efeito em número especial da *ABC: Revista Portuguesa*, em junho

de 1922, confirma o que levamos dito. Repetimos que um ano antes por iniciativa Artur Costa Macedo tinha sido realizada a maior operação de publicidade do burgo serrano através da nova arte que então dava os seus primeiros passos, o cinema, com o documentário *A Covilhã Industrial, Pitoresca e Seus Arredores*. Juntavam-se, pois, os dois fatores civilizacionais de maior impacto nas sociedades cultas ocidentais, a imprensa periódica do século XIX e o cinema do século XX.

O espelho da Covilhã, que o número especial da revista ABC constitui, não esqueceu nenhum dos seus aspetos. Depois dos primeiros contatos com João Gualberto da Costa, que já anunciámos acima, o Dr. Arnaldo Forte, enviado daquela, foi recebido com toda a hospitalidade no palacete do Sr. Conde da Covilhã no Refúgio. O Dr. João Megre emprestou-lhe o automóvel para as deslocações. Curiosamente ainda, o jornalista lançou nas instalações da firma Barros & Irmão, mostrando-se naquela publicação os exteriores do edifício onde a mesma estava instalada. Almoçou com um grupo de sete figuras em que se destacava o jovem pintor Eduardo Malta, então na Covilhã. O quadro "Susana" deste pintor, ali publicitado, projetava-o para mais altos voos. No mesmo sentido, colaborou um autorretrato do mesmo ali exibido. Parece-nos publicitária a fotografia da sede do Banco Nacional Ultramarino que aparece em edifício clássico da cidade. Entre outros grupos de figuras distintas da Covilhã, o Dr. Arnaldo Forte fez-se fotografar com o dos empreendedores que compunham a Associação Industrial da Covilhã: o Padre Alfredo dos Santos Marques, Inácio da Silva Fiadeiro, Manuel do Nascimento Anaquim, Álvaro de Moraes e Francisco Fino.

O paço filipino da Câmara Municipal aparece na sua melhor expressão, percebendo nós que também funcionava como cadeia desde a sua origem, dado o facto de o extenso concelho servir desde sempre como sede de tribunal intermédio por ter juiz de fora. É feita uma breve história da Escola Industrial Campos Melo. Como já dissemos acima, a Misericórdia da Covilhã mereceu também algum realce, sendo apresentados os membros da sua mesa administrativa, o seu provedor, os seus rendimentos e a sua obra, em particular, durante a ainda recente epidemia, dita pneumónica, que fizera aumentar o número de hospitalizados. São-nos fornecidas a propósito três belíssimas imagens: uma do exterior e duas do interior do Hospital, mostrando a bem arrumada enfermaria feminina.

Na edição, houve a preocupação de caracterizar as figuras dos operários e das operárias, típicos na sua forma de trajar, destacando-se o "corte à garçanete" de duas operárias. Ficamos a saber pelas palavras de João Gualberto da Costa que a população operária da cidade rondava os 12.000 indivíduos entre homens e mulheres. Todavia naquela revista, aparece a galeria das principais figuras da Covilhã da época: o Conde da Covilhã, continuador da Fábrica Mendes Veiga; Gregório Nunes Geraldês; João Mendes Alçada de Paiva; José Guilherme de Castro; José Maria da Silva Campos Melo; José Maria Veiga de Campos Melo; Manuel Nunes Geraldês; Marcelino José Ventura, continuador da Fábrica Mendes Veiga; Valério Gomes Correia, fundador da Companhia Nacional de Lanifícios; e o Visconde da Coriscada. Obviamente o foco da publicação vai todo para a Indústria dos Lanifícios.

Uma das alusões mais interessantes à ação modernizadora da indústria dos lanifícios é feita à família Gomes Correia, dizendo o autor do artigo que, em 1828, o «ilustre António Gomes Correia se refugiou em Inglaterra» acompanhado os liberais aí exilados (ABC, 1822). Lembrando nós que está documentada a participação da família, uma geração depois, na Exposição Universal de Londres em 1851, pela mão de Valério Gomes Correia, aí exibindo a lã merina branca da Covilhã (*Revista Universal Lisbonense*, 1851:138).

As principais fábricas aparecem em fotografias ao longo das cerca de quarenta páginas da publicação em razoável equilíbrio com o texto bem cuidado. Ficamos a saber que havia

então um Centro Comercial de Lanifícios com uma secção de Amostras. O Convento de Santo António e atual reitoria da Universidade da Beira Interior estava ao tempo transformado em armazém da Sociedade de Fabricantes de Lanifícios. Jaime Pintassilgo era detentor de grandes armazéns de lanifícios, mostrando-se os interiores e os exteriores. A revista mostra duas imagens de pormenor do interior e uma do exterior da Fábrica Alçada e Filho Sucessores, onde constam mais de duas dezenas de mulheres em trabalhos de ultimação têxtil. Era exibido o interior da fábrica de fiação e cardação Álvaro de Moraes. A Fábrica António Estrela e C^a teve merecido destaque em ilustrações de interior, onde se mostram as turbinas, as metedeiras de fios, as urdideiras e a secção de tecelagem com os seus teares. O dono da fábrica teve a oportunidade de falar com o enviado da revista ABC, como se vê em outra imagem. Há também uma ilustração do açude de tomada de água desta fábrica na ribeira da Carpinteira então com um considerável caudal. São ainda mostradas duas fotografias dos exteriores da Fábrica Barata, exibindo uma imensa roda de água. A Fábrica de João Nave Catalão ficava nas Poldras, de que é fornecida uma vista de conjunto, havendo ali uma da área de râmolas. A Fábrica Cruz Filho, na ribeira da Carpinteira, era imensa. A Fábrica de João Rodrigues Peixoto aparece junto ao Pisão Novo, com o seu lavadouro de lãs. A Fábrica de Joaquim Pereira Espiga tinha uma interessante roda. A Fábrica de José da Cruz Fael Júnior também ficava nas Poldras, sendo-nos mostrada uma imagem de exteriores e outra de interiores. Podemos observar na revista a secção de cardação da importante fábrica de Joseph Bohoom, que aparece em outra fotografia que a encima, noticiando-se que tinha falecido recentemente. Desta fábrica, também nos é fornecida a fotografia da secção de fiação. A fábrica de Manuel do Nascimento Anaquim aparece em quatro ilustrações, uma de exteriores dos edifícios, as outras três, de interiores: a administração, a fiação em dois pormenores, onde aparece uma *self acting mule*. A fábrica de Manuel Jerónimo de Matos chega-nos em cinco ilustrações de interiores: a secção de tecelagem, a caneleira, a de encomendas, a da administração e a de vendas. Esta fábrica contava com o apoio de um grande edifício de armazém de vendas. A Fábrica do Pisão Novo, de Francisco Fino, aparece em três ilustrações: o exterior dos edifícios na Goldra, os interiores com os teares de ferro e os armazéns de venda.



Fig. 2 – Padrões fabricados na Fábrica do Pisão Novo (ribeira da Goldra, Covilhã)

A Fábrica Alçada e Filho é exibida com uma ilustração da secção de estambre e outra de ultimação, onde notamos mais de uma vintena de mulheres extraordinariamente concentradas nas suas tarefas. A Fábrica de Prudêncio Rodrigues Peixoto ficava no refúgio

e era-nos fornecida uma imagem do seu exterior. Da Firma Copeiro e Donas, exibem-se o exterior e o interior do seu edifício de administração, onde podemos identificar claramente os responsáveis. A firma de Fernando Cruz foi representada com uma fotografia deste industrial e outra dos seus depósitos de anilina. A Fábrica Ranito e Mesquita impunha-se, como outras já citadas, pela sua dimensão, na ribeira da Carpinteira. A Fábrica do Sineiro aparece no seu vasto conjunto edificado. A respetiva legenda confirma o dinamismo do seu proprietário, Manuel Lino Roseta. Podemos também contemplar o interior de um extenso pavilhão da dita Grande Fábrica do Refúgio com grupos de homens e mulheres inativos e uma outra ilustração de exterior com as mulheres ocupadas na escolha das lãs. O conjunto dos edifícios da Empresa Transformadora de Leão L^{da}, situada à Fonte da Lameira, é considerado importante pelo enviado da revista.

O turismo era então uma atividade incipiente ainda que se percebessem as potencialidades locais por força de uma natureza única e algum património arquitetónico a divulgar.

CONCLUSÃO

Em conclusão, parece-nos do maior interesse a reedição atual deste trabalho levado a cabo em 1922 pela iniciativa da Revista ABC e a execução do Dr. Arnaldo Fortes, em número fac-similado, como é intenção do Mestre António Pinto Pires, pelo rigor com que aquele enviado especial se debruçou sobre as instituições, a sociedade, a economia e a cultura covilhanenses, não tendo descurado uma interessante síntese histórica e, em particular, a preocupação do levantamento de todo o seu aparelho fabril em atividade ao seu tempo e ainda as potencialidades turísticas que a serra punha ao dispor da cidade, da região e do país. Depois do trabalho de Fradesso da Silveira em 1863 sobre as *Fábricas da Covilhã*, este é dos mais completos e particularmente bem informado e ilustrado, até aos nossos dias, em que a *Rota da Lã Translana* da Prof. Dr.^a Elisa Pinheiro e do Museu de Lanifícios tudo observa com a mais pertinente informação.

FONTES

ANTT. *Chanc. de D. João III*, liv. 32, fl. 20v. Lisboa, 1511, novembro 10/ confirmação de 17 de janeiro de 1542 – Alvará estendendo à confraria da Misericórdia da vila da Covilhã os mesmos privilégios e liberdades outorgados anteriormente à de Lisboa. In PAIVA, J. P., coord., (2004). A fundação das misericórdias: o reinado de D. Manuel I. In: *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 3, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas e Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

BIBLIOGRAFIA

ABC. *Revista Portuguesa*. Espécime grátis (1920).

ABC. *Artes, Turismo, Indústria, Comércio* (1922), 1^a série, n.º especial dedicado à Covilhã, Lisboa, junho.

CASTRO, Ferreira de (1922). Conto de Natal: o Expatriado. In: ABC, ano III, n.º 127, Lisboa, 21 de dezembro, pp. 26-27, com ilustração de Roberto Nobre. <https://archive.org/stream/passeiosnaprovi00coelgoog#page/n10/mode/1up>

COELHO, Eduardo (1873). *Passeios na Província*, Lisboa, Tipografia Universal.

- PEREIRA, António dos Santos (2018a). *A Indústria Têxtil Portuguesa*. Lisboa: CTT.
- PEREIRA, António dos Santos (2018b). Os Livros e as Leituras Plurais de Fernando Pessoa. In *Portugal /Brasil /PALOP: Relações Culturais*, 13 - 53. . Lisboa: Colibri.
- PEREIRA, António dos Santos (2018c). No mar do futuro, com Fernando Pessoa, "errante, demorado e obscuro". In *100 Futurismo*, 503 - 517. Lisboa: Edições Esgotadas.
- PEREIRA, António dos Santos (2017). O tempo de Ferreira de Castro (1898-1971). In *Ferreira de Castro: 100 anos de vida literária*, 91 - 122. Porto: Fundação Eng. António Almeida.
- PEREIRA, António dos Santos (2002). O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926). Lisboa/Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- PINHEIRO, Elisa Calado (Dir.) (2008). *Rota da Lã TRANSLANA: Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. Do Vol. 1, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.
- PINHEIRO, Elisa Calado (Dir.) (2008). *Rota da Lã TRANSLANA: Inventários das vias agropecuárias e do património edificado associado à indústria de lanifícios*. Vol. II. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.
- Revista Universal Lisbonense* de 30 de Outubro de 1851.
- Portugal Futurista* (1917), Lisboa, nº 1.